

EDUARDO J. VIDLA

FORMAS DE ESTADO E FORMAS DE REGIME
NO CAPITALISMO PERIFÉRICO

Tese de Mestrado
apresentada ao Departamento
de Ciências Sociais (Sociolo-
gia) do Instituto de Filo-
sofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual
de Campinas, sob a orien-
tação do Prof. Dr. André
Villalobos

CAMPINAS

1978

Classif.	I
Autor	U 811 f
V	Ex
Ex	
Tombo	EC/1901

CA-3334026-E

Para JULIA

ÍNDICE

	Página
INTRODUÇÃO	I - VI
PRIMEIRA PARTE: CAPITALISMO, ESTADO E REGIME POLÍTICO	
Capítulo I - As Etapas e Tipos de Capitalismo.....	02
1. As etapas do capitalismo segundo as relações de propriedade	02
2. Os tipos de capitalismo segundo as relações sociais de produção	07
Notas	13
Capítulo II - A Sociedade Capitalista e o Poder Político....	15
1. Classes sociais, aparelhos políticos e conflito político.....	15
2. A sociedade capitalista como articulação entre Esta- do-Sociedade Civil-Povo e Marginais.....	21
2.1. O Estado.....	24
2.2. A Sociedade Civil, o Povo e os Marginais.....	27
Notas	31
Capítulo III - O Estado Capitalista Periférico e as Formas de Estado	35
1. A forma de Estado Gendarme.....	37
2. A forma de Estado Regulador.....	41
3. A forma de Estado Promotor.....	48
Notas	57
Capítulo IV - As Formas de Regime e os Mecanismos de Representação	60
1. Os mecanismos de representação política.....	63
1.1. O mecanismo de representação clientelístico.....	64
1.2. O mecanismo de representação cooptativo.....	66
1.3. O mecanismo de representação corporativo.....	67
1.4. O mecanismo de representação plebiscitário.....	69
1.5. O mecanismo de representação partidário.....	70
1.6. O mecanismo de representação assembleário.....	71

2. As formas básicas de regime político.....	72
2.1. O regime liberal.....	78
2.2. O regime autoritário.....	82
2.3. O regime democrático.....	85
2.4. O regime totalitário.....	89
3. O governo.....	94
Notas.....	97

SEGUNDA PARTE: FORMAS DE ESTADO E FORMAS DE REGIME
NA ARGENTINA E NO BRASIL

Capítulo V - O Desenvolvimento do Capitalismo e do Estado na Argentina Contemporânea.....	103
1. Acumulação, relações entre as classes e capitalismo democrático.....	100
2. A constituição e a expansão dos aparelhos de Estado...	112
3. A forma de Estado Regulador: 1930-197__	121
Notas.....	132
Capítulo VI - A Evolução das Formas de Regime na Argentina. 1930 - 1976	135
1. A forma de regime liberal-oligárquico. 1930-1943	135
2. A forma de regime autoritário-militar-mobilizador 1943-1945	141
3. A forma de regime liberal-democrático. 1945-1946	148
4. A forma de regime autoritário-bonapartista- sindicalista. 1947-1955	158
5. A forma de regime liberal-militar. 1955-1963	169
6. A forma de regime democrático-representativo 1963-1968	178
7. A forma de regime autoritário-militar tecnocrático. 1968-1973	186
8. A forma de regime democrático-representativo 1973-1974	200
9. A forma de regime autoritário-bonapartista- sindicalista. 1974-1976	210
Notas.....	220

Capítulo VII - Algumas Considerações sobre o Caso Brasileiro.....	229
Notas.....	249
BIBLIOGRAFIA	251

INTRODUÇÃO

Esta tese é produto de uma reflexão pessoal sobre a problemática do Estado e dos regimes políticos no capitalismo pe riférico. Tal reflexão tem como matéria-prima fundamental o caso argentino e, em menor medida, o brasileiro.

São duas as razões que nos levam a considerar importan te a abordagem da problemática do Estado e dos regimes políticos: uma teórica e outra política. A importância teórica decorre da necessidade de dar conta, de maneira não reducionista, da dinâmi ca do conflito político e de sua articulação com o processo eco- nômico. Três obstáculos epistemológicos dificultam normalmente u ma reflexão desse tipo: a concepção instrumental do Estado, a concepção do Estado como sujeito autônomo (em sentido estrito) e a fusão-confusão das problemáticas do Estado e do regime político.

A importância política decorre da necessidade de to mar posição em relação à dinâmica do mundo contemporâneo, e de fazê-lo de uma maneira mais particularizada e complexa do que o permitido pela distinção, importante mas insuficiente, entre capitalismo e socialismo. Nesse sentido, remete à necessidade de dar relevância à questão da democracia, visto que o seu relativo abandono pelo pensamento crítico do século XX favoreceu inclusi ve o surgimento de regimes políticos totalitários. Além dos casos notórios do fascismo, constitui também um exemplo disso o to talitarismo stalinista, cuja natureza esteve por muito tempo en coberta pela simultaneidade entre a instalação desse regime e o processo de substituição do capitalismo privado por aquilo que se revelou um capitalismo burocrático de Estado.

Nos últimos anos, na Europa Ocidental, a questão da democracia e sua relação com o socialismo foi recolocada a par tir da reflexão crítica sobre a experiência histórica da Europa Oriental. A nosso juízo, tal reflexão permitiu que o Eurocomunismo, especialmente na sua variante italiana, e a tendência refor- mista-orgânica manifesta no interior da Internacional Socialista se tenham transformado num eixo orientador da reflexão teórica e do posicionamento político para aqueles que pretendem desenvolver uma luta eficaz e possível na direção de uma sociedade igualitá- ria e livre.

Na América Latina, infelizmente, ainda não penetrou de

maneira significativa a preocupação com a questão da democracia. Pelo contrário, tendeu a predominar, na esquerda latinoamericana dos últimos anos, uma concepção instrumental e mesmo cínica da democracia. A atribuição exclusiva de um conteúdo de classe burguês ao regime democrático sob o capitalismo ignora o fato de que essa mesma democracia constitui também uma conquista das classes subalternas, após um longo processo de lutas. Desse modo, as forças políticas que pretendiam transformar a sociedade viram-se penetradas por uma concepção autoritária, se não totalitária, da vida política. Este foi um dos fatores importantes que possibilitaram a conclusão trágica de experiências políticas promissoras, especialmente no cone sul.

Nossa hipótese principal é a de que não existe correspondência necessária entre o processo de concentração e centralização do capital, por um lado, e o processo de concentração e centralização do poder político, por outro. De algum modo, procuraremos mostrar que não há correspondência necessária entre as etapas da acumulação capitalista e determinados regimes políticos - embora tenda a haver entre tais etapas e as formas de Estado -, dado que a dinâmica dos regimes é produto de uma complexa trama de lutas, tanto de classes como de categorias sociais, cujas determinações são variáveis de acordo com os países e as conjunturas históricas.

Esta tese, para nós, representa um momento significativo no caminho da formação de um pensamento próprio e de alcance relativamente amplo a respeito dos problemas que ocuparam parte importante de nossos últimos dez anos de vida intelectual e política. Nesse sentido, não deve ser lida como se pretendesse colocar "novas verdades", mas como um esforço de reflexão que procura colocar em debate algumas idéias que nos inquietam. O fato de que tenhamos optado por uma tese dessa natureza, isto é, mais encefática e com um escopo relativamente ambicioso, prende-se não a uma atitude depreciativa com respeito aos trabalhos mais restritos e rigorosos, mas ao estímulo da conjuntura teórica e política que atravessamos.

A tese divide-se em duas partes. A primeira, que tem quatro capítulos, refere-se à problemática teórica das formas de Estado e das Formas de Regime na sociedade capitalista. A segun-

da, constando de três capítulos, procura aplicar os conceitos desenvolvidos na primeira parte, através do estudo dos casos argentino e brasileiro, especialmente o primeiro.

No primeiro capítulo, fazemos algumas considerações sobre as etapas e os tipos do capitalismo. Tais considerações, sem nenhuma pretensão a originalidade teórica, são importantes no contexto da tese, dado que estabelecem certos parâmetros para o desenvolvimento de nossa reflexão especificamente política. Diferenciamos quatro etapas da acumulação capitalista mundial, segundo as modificações que se produzem na estrutura da propriedade e da posse. Distinguimos também dois tipos de capitalismo, o democrático e o autoritário, de acordo com o caráter das relações sociais de produção, as quais são definidas a partir do efeito das relações ideológicas sobre as relações de produção.

No capítulo II, fazemos algumas considerações relativas à problemática do poder político. Reforçando a especificidade do político, procuramos acentuar a importância do conceito de poder político, importância essa que, a nosso ver, foi relativamente negligenciada no interior do pensamento marxista, em favor de um sobre-dimensionamento da capacidade explicativa do conceito de propriedade. Definimos os conceitos de concentração e centralização do poder político, os quais constituem fios condutores de nossa reflexão.

Por fim, realizamos uma primeira aproximação ao que, para nós, seriam os elementos constitutivos da Sociedade Capitalista considerada sob a ótica do poder político: Estado, Sociedade Civil, Povo e Marginais.

No capítulo III, desenvolvemos nossa conceituação com respeito à especificidade do Estado capitalista periférico, buscando mostrar as diferenças que o separam dos Estados capitalistas auto-centrados. Inspirando-nos no estudo dos Estados latinoamericanos, diferenciamos três formas de Estado correspondentes ao tipo de Estado capitalista periférico: Forma de Estado Gendarme, Forma de Estado Regulador e Forma de Estado Promotor.

No capítulo IV, desenvolvemos nossa conceituação sobre os mecanismos de representação política, mecanismos esses que materializam diversos tipos de relação entre os componentes básicos da Sociedade (Estado, Sociedade Civil e Povo). Tais mecanismos são: clientelístico, cooptativo, plebiscitário, corporativo, partidário e assembleário. Desenvolvemos também nesse capítulo a conceituação relativa às formas básicas de regime político, definindo-as segundo o grau de concentração e centralização do poder político, o qual,

por sua vez, se expressa numa determinada presença e articulação entre os mecanismos de representação. Regime Liberal, Regime Autoritário, Regime Democrático e Regime Totalitário são para nós, as quatro formas básicas de regime político, ou seja, são as formas de regime político tal como podemos defini-las num nível mais alto de abstração. Num outro nível de abstração, também assinalado no capítulo, indicamos a possibilidade e a necessidade da diferenciação de sub-tipos nessas formas básicas.

No capítulo V, empreendemos uma reflexão sobre o desenvolvimento do capitalismo e do Estado na Argentina. Tal reflexão inclui uma discussão sobre a constituição e expansão dos diversos aparelhos de Estado: executivo, parlamentar, judiciário, administrativo, financeiro-econômico, militar. Nesse mesmo capítulo, assinalamos as características fundamentais do desenvolvimento do Estado Regulador na Argentina (1930-197...).

Realizamos, no capítulo VI, uma análise das diferentes formas de regime que se sucederam na Argentina, de 1930 a 1976, utilizando os critérios de diferenciação das formas de regime historicamente determinadas, tais como definidos no capítulo IV. Tal diferenciação das formas de regime não teve a pretensão à exaustividade e rigor documental no tratamento do tema. Nosso objetivo foi o de procurar pensar o problema de uma maneira mais sistemática, o que nos parece ser fundamental na atual conjuntura teórica e política argentina, na qual ainda predomina um discurso tributário da historiografia empirista e uma certa desatenção dos cientistas políticos com respeito à especificidade da problemática do regime político.

Finalmente, no capítulo VII, fizemos algumas considerações sobre o caso brasileiro, as quais certamente padeceram do nosso limitado conhecimento a respeito. Nossa intenção foi a de estabelecer balizamentos comparativos e a de oferecer algumas pistas para uma possível utilização da conceituação sugerida a propósito das Formas de Estado e das Formas de Regime. Comparativamente aos capítulos que tratam do caso argentino, este último capítulo caracterizou-se por um desenvolvimento bastante mais limitado, o que se reflete inclusive numa estrutura discursiva mais fragmentada.

De uma maneira geral, as referências bibliográficas são feitas apenas com o objetivo de situar o leitor com respeito a ou

tros autores que de alguma maneira tenham tratado o tema ou que, para nós, tenham constituído fonte de informação, ou seja, autores que, por uma ou por outra razão, se constituíram em fonte de inspiração para a reflexão que desenvolvemos neste trabalho. É oportuno observar também que, não obstante as referências bibliográficas, a ordem de exposição da tese corresponde a uma sequência de pensamento que se quer relativamente autônoma, não dependendo diretamente do tratamento de nenhum autor em particular.

...

Várias pessoas contribuíram de algum modo para que esta tese pudesse ser escrita. A meu orientador, André Villalobos, devo uma confiança estimulante em minha capacidade intelectual e uma lição prática de respeito pelas idéias de outrem, exemplo que não é muito comum em nosso meio intelectual. Nele encontrei um interlocutor ao mesmo tempo crítico e tolerante.

Para com Julia Guivant, companheira de todas as horas, tendo a dívida maior: nela encontrei tanto um interlocutor intelectual fundamental quanto um apoio afetivo decisivo nos momentos mais difíceis de realização desta tese.

Ernesto Laclau, Evelina Dagnino, Homero Rodolfo Saltalamacchia e Robert H. Srour foram importantes interlocutores que me propiciaram críticas penetrantes e sugestões construtivas.

A Carlos Estevam Martins, Plínio Dentzien, Manoel T. Berlinck, Carlos Souza e Silva (Kalu) e Marcos L. Möller devo a atenção com que discutiram alguns tópicos, em diferentes momentos de meu trabalho.

A Ruth Joffily Dias fico imensamente agradecido pela dedicação com que realizou, num curto lapso de tempo, a passagem de uma emaranhada e confusa versão espanhola para a atual versão em português em que é apresentada esta tese.

A Maria de Lourdes Serra fico muito agradecido pelo cuidadoso trabalho que dedicou à datilografia.

Ao Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO) e à Fundação Ford, devo respectivamente uma bolsa e um auxílio de investigação que me propiciaram as condições materiais indispensáveis para a elaboração desta tese.

Finalmente, é necessário esclarecer que as insuficiências e imprecisões do texto ora apresentado são de minha exclusiva responsabilidade, assim como o são as opiniões e muitos dos conceitos emitidos, não envolvendo, portanto, as pessoas e instituições que me prestaram sua inestimável colaboração.

PRIMEIRA PARTE

CAPITALISMO, ESTADO E REGIME POLÍTICO

CAPÍTULO I

AS ETAPAS E OS TIPOS DE CAPITALISMO1. AS ETAPAS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA SEGUNDO AS RELAÇÕES DE PROPRIEDADE.

A periodização em etapas da acumulação capitalista mundial é objeto de controvérsias. São múltiplos os pontos de atrito na literatura existente, bem como os próprios critérios para a delimitação dessas etapas. Em termos gerais, podemos distinguir duas grandes correntes no interior do pensamento marxista: uma primeira - que tende a enfatizar o valor explicativo para a sociedade contemporânea do modelo elaborado em O Capital - representada pela Academia de Ciências da URSS, por E. Mandel e pela escola lógica de O Capital; e uma segunda - que tende a marcar os limites do modelo de Marx para explicar o capitalismo contemporâneo - representada fundamentalmente por Baran e Sweezy e por S. Amim (1). A primeira mantém maciçamente a hipótese da tendência descendente da taxa de lucro como lei explicativa fundamental da dinâmica capitalista; a segunda postula que o processo de oligopolização da economia, apesar de dever ser originalmente explicado por essa lei, cria, uma vez estabelecido, uma dinâmica nova no sistema, que requer mecanismos explicativos bem mais complexos do que a tendência descendente da taxa de lucro. Fora do pensamento marxista, embora não necessariamente em oposição a ele, temos autores que realizam análises penetrantes sobre a economia contemporânea como Hymer, Galbraith, Vernon e Furtado (2).

Inscrévendo-nos na segunda corrente mencionada, propomos uma periodização com a finalidade de servir de pano de fundo para nosso raciocínio e sem nenhuma pretensão de sermos exaustivos. O critério para delimitar as etapas são os saltos qualitativos na estrutura organizacional das unidades econômicas e, diretamente vinculadas a eles, as transformações na estrutura da propriedade e da posse. Ambas as componentes implicam modificações que atingem parcialmente a natureza das relações de produção capitalista, se bem que não no mais substancial, ou seja, na produção de mais-valia por parte de trabalhadores livres apropriada por uma classe capitalista que dispõe, embora com graus variáveis de "liberdade" segundo as etapas, sobre o destino desse excedente.

Podemos delimitar quatro etapas na acumulação capitalista em escala mundial, implicando então, cada uma delas, mudanças significativas na estrutura organizacional das unidades econômicas.

A primeira etapa, que abarca de fins do século XVIII até o último quartel do século XIX, foi analisada por Marx e con-sensualmente se denomina capitalismo concorrencial. Caracteriza-se pela fusão da propriedade jurídica, da propriedade econômica e da posse num mesmo agente social: o capitalista individual "capitão de indústria".

A segunda etapa, que denominamos de capitalismo oligopólico-concorrencial, vai do último quartel do século XIX até 1930. Nesta etapa, as unidades econômicas concorrenciais, médias e pequenas, não deixam de ser um importante centro da acumulação capitalista, mas a elas se superpõem, sem excluí-las, o surgimento e a expansão dos monopólios como polos fundamentais de acumulação (3). A mesma estrutura se mantém nas unidades econômicas concorrenciais. As modificações se dão no nível das oligopólicas, nas quais a propriedade jurídica se expande entre uma multiplicidade de acionistas, enquanto a propriedade econômica está nas mãos do capitalista que controla o pacote de ações, e a posse passa para as mãos de uma nova classe de gestores do processo capitalista de trabalho, nos quais se concentra a autoridade específica e cotidiana sobre o processo de trabalho realizado pelos operários produtores de mais-valia (4).

A terceira etapa vai, aproximadamente, de 1930 até 1960 e a denominamos capitalismo oligopólico-conglomerante. Neste período, as unidades econômicas concorrenciais deixam de ser um polo de acumulação significativo, iniciando-se e desenvolvendo-se um processo de conglomeração das oligopólicas. Isto significa que cada unidade econômica se vai expandindo por vários ramos de economia, diluindo-se a importância da diferenciação das unidades econômicas por ramos. A intervenção do estado nacional na regulação da reprodução ampliada do capital passa a ser de fundamental importância nesta etapa; isto significa que os mecanismos de regulação do mercado e da lei do valor são insuficientes, sendo completados pelo estado, cuja lógica de intervenção escapa parcialmente aos mecanismos da lei do valor (5). À medida que os oligopólios se vão conglomerando, a propriedade jurídica se difunde ainda mais, visto que os primeiros têm subsidiárias incorporadas das quais detêm apenas parcialmente a propriedade jurídica. É

nesta etapa que a propriedade econômica começa a se tornar complexa na medida em que o poder de decisão efetivo sobre a reprodução ampliada da unidade econômica passa a estar nas mãos de uma rede organizacional, formada pelo ou pelos capitalistas controladores do pacote de ações e por um conjunto de gerentes dos departamentos centrais e das unidades de produção específica. A propriedade econômica vai deixando de ser individual para se transformar em organizacional, processo que será plenamente realizado na etapa seguinte (6).

A quarta etapa, que se inicia na década de 60 e que denominamos capitalismo conglomerado transnacional-estatal, tem como característica mais fundamental a formação de conglomerados transnacionais que tendem a descentrar-se de seus respectivos Estados-Nações e a alocar recursos de tal modo que até certo ponto se dilui a relevância da diferenciação matriz-filial - fundamentalmente no interior do mundo desenvolvido -, própria da unidade econômica internacional anterior. Outra característica fundamental desta etapa é a entrada dos países de capitalismo tecnocrático de estado da Europa Oriental (especialmente a URSS) como polos da acumulação capitalista mundial e o começo dos fluxos de capitais entre o Oeste e o Leste. Os conglomerados da Europa Oriental são de propriedade estatal e de base nacional (fundamentalmente soviética). A relação de associação-contradição entre os conglomerados transnacionais e os Estados-Nações em todo o mundo também é uma característica relevante desta etapa (7). Nesta etapa a propriedade econômica dos conglomerados transnacionais é decididamente organizacional, sendo cada vez menor o papel do capitalista individual e cada vez maior o papel dos gerentes nessa rede organizacional. Ademais, a propriedade jurídica dos conglomerados parece tender inclusive a se instalar nos interstícios do mundo fora do controle direto dos Estados-Nações-Potências-(Bahamas, Bermudas, Suíça, etc.). No que concerne ao capitalismo tecnocrático de estado, a propriedade jurídica é estatal, a propriedade econômica é plenamente organizacional - uma rede de gerentes controlados, em alguma medida, por uma burocracia estatal partidária ou militar - e a posse está nas mãos de gestores de características similares às dos conglomerados transnacionais. Embora a rede organizacional detentora dos conglomerados transnacionais ou estatais seja hierárquica, isto não implica que o poder de decisão último esteja concentrado no indivíduo que ocupa o ápice da hierarquia, visto que, de fato, no conjunto da

rede organizacional de gerentes se situam diferentes recursos de poder que levam geralmente a agudos conflitos para a tomada de decisões entre os distintos pontos de poder da rede. Isto é, não se trata de uma estrutura organizacional burocrática de tipo weberiano, centralizada, rígida, hierárquica e regulamentada, mas sim de uma estrutura organizacional descentralizada e flexível onde a autoridade se transmite por diretrizes e não por regulamentos e que, portanto, deixa aos escalões inferiores da rede de gerentes o controle autônomo de "áreas de incerteza" significativas (8).

Na periferia avançada latino-americana (que inclui Brasil, Argentina e México e, parcialmente, Chile, Colômbia, Uruguai e Venezuela) podemos distinguir três etapas da acumulação capitalista que correspondem às três etapas da acumulação na escala mundial (9).

Na primeira etapa, que, seguindo uma denominação relativamente consensual, chamamos de capitalismo agrário-exportador, e que vai aproximadamente de 1880 a 1930, o eixo da acumulação encontra-se no complexo agrário exportador que inclui unidades econômicas de produção agrária (cereais, café etc.) de propriedade de agentes nacionais; unidades econômicas de transformação industrial de alguns tipos de produção agrária (por exemplo, frigorífico), um sistema de transporte e armazenagem (ferrovia, portos, silos) e um sistema comercial e financeiro. Os três últimos são geralmente de capital estrangeiro que, nesta etapa, tem a estrutura de um oligopólio internacional. O fato de que o eixo da acumulação seja o capitalismo agrário-exportador não significa que não exista, complementarmente, um polo de acumulação capitalista industrial. Ele existe, mas sua dinâmica de reprodução está fortemente determinada pelo polo agrário-exportador, o qual, por sua vez, é fortemente dependente dos ciclos econômicos dos países centrais. Trata-se de um sistema econômico acentuadamente aberto para o sistema mundial (10).

Na segunda etapa, capitalismo oligopólico-concorrencial substitutivo de importações, o eixo da acumulação se desloca para a produção industrial voltada para o mercado interno e abarca de 1930 a 1960 aproximadamente. Uma das características fundamentais deste período é o relativo fechamento das economias nacionais periféricas em relação à economia mundial, o que se manifesta numa forte queda do coeficiente de importações e no fato

de o polo da acumulação capitalista industrial não produzir a preços competitivos no mercado mundial, tendo portanto que criar um complexo sistema de proteccionismo. Em suma, a situação dos países centrais favorece tendências isolacionistas nas economias periféricas principalmente no período 1930-50. O capitalismo industrial se desenvolve em dois pés: um, de unidades econômicas concorrenciais, tanto anteriores a 1930 como surgidas a partir, deste ano; outro, de unidades econômicas oligopólicas, tanto de capital estrangeiro (instaladas fundamentalmente na onda de inversões da década de 20), como de capital nacional, deslocado do capital agrário e financeiro (sendo a maioria destas anteriores a 1930, embora sua dimensão e sua significação se modifiquem no novo contexto). Enquanto na década de 30 a importância do setor concorrenciais parece superar a do oligopólico, na década de 50 a situação se inverte. É importante considerar que os dois setores coexistem, expandindo-se simultaneamente. Esta situação vai se modificar na segunda metade da década de 50, o que vai implicar uma posterior mudança de etapa. Enquanto na década de 30 se substituem fundamentalmente importações de bens de consumo não duráveis e limitadamente bens de produção, na década de 50 avança-se para a produção de bens de consumo duráveis e uma proporção maior de bens de produção, o que se mantém constante, tanto no começo como no fim da etapa, é o reduzido coeficiente de importações e, portanto, o caráter acentuadamente mercado internista da produção, embora a importância dos oligopólios estrangeiros varie substantivamente entre a década de 30 e a de 50 (11).

Na terceira etapa, capitalismo conglomerado transnacional-estatal, que se inicia na década de 60, o eixo da acumulação se desloca para os conglomerados transnacionais instalados no interior da formação social e para o setor produtivo estatal, que também parece adquirir uma forte tendência para a conglomeração. As economias nacionais tendem novamente a se abrir para a economia mundial, elevando-se o coeficiente de importações, e as unidades econômicas concorrenciais e oligopólicas nacionais tendem a ser absorvidas por diversos mecanismos que vão desde a compra direta até a dependência tecnológica e financeira, passando por várias formas de associação jurídica - pelos conglomerados transnacionais e, em menor medida, estatais. A acumulação capitalista nas fronteiras periféricas assenta-se sobre um tripé, para seguir uma metáfora corrente, só que seus pés são desiguais. O

maior e mais forte é o dos conglomerados transnacionais, diante dos quais só o Estado pode, no melhor dos casos, colocar-se numa certa posição de igualdade. O capital nacional é a parte fraca do tripé. Não se deve, no entanto, deduzir de sua fraqueza uma tendência maciça para seu desaparecimento, mas, pelo contrário, ele pode mesmo apresentar elevada capacidade de resistência e de sobrevivência. Todavia, é irreversível sua incapacidade para marcar a dinâmica da formação social enquanto polo predominante de acumulação.

Em suma, a tendência fundamental desta etapa é para a conglomeração generalizada da economia, quer seja sob sua forma transnacional, quer seja estatal. Esta tendência varia quanto à velocidade de desenvolvimento, alcançando dimensões notáveis no caso brasileiro e bem mais modestas no caso argentino (12).

Teríamos então quatro tipos de conglomerados atuando sobre as economias periféricas latino-americanas. Em primeiro lugar, os conglomerados transnacionais que representam a fronteira da conglomeração no nível mundial (Exxon, Schell); em segundo lugar, os conglomerados internacionais, ou seja, aqueles que conservam ainda uma base nacional embora tendam a se transformar rapidamente nos do primeiro tipo (Fiat). Em terceiro lugar, os conglomerados estatais internacionais, representados basicamente pelas empresas estatais soviéticas, cujo efeito só se fez sentir limitadamente na América Latina, estando sua atividade, por enquanto, concentrada na Ásia e na África. Em quarto lugar os conglomerados estatais nacionais, dos quais seriam exemplos claros a Petrobrás e a Vale do Rio Doce.

2. OS TIPOS DE CAPITALISMO SEGUNDO AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

As relações sociais de produção denotam o efeito específico das relações sociais ideológicas sobre as relações de produção (13). Não se trata aqui do impacto de ideologias elaboradas, mas de ideologias espontâneas que compõem o habitus específico dos agentes sociais que constituem as classes dominantes e subalternas. Este habitus de classe é, segundo P. Bourdieu:

"...um sistema de disposições duráveis e transferíveis que integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e que torna possível a realização

de tarefas infinitamente diferenciadas, graças a transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas de mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por esses resultados" (14).

As relações sociais de produção recobrem, de algum modo o problema das tradições históricas e das heranças de formações sociais anteriores, embora seja um conceito mais amplo, visto que as representações-attitudes dos mortos se reproduzem no cérebro e no corpo dos vivos com relativa autonomia com respeito às mudanças nas relações de produção. Para que essa sobrevivência se produza é necessária a existência de mecanismos específicos de dominação social que são mais complexos e irredutíveis ao mero "peso da história".

Barrington Moore nos dá uma importante pista para diferenciar dois tipos de relações sociais de produção - a autoritária e a democrática - que qualificam as relações de produção capitalista. (15)

Nas formações sociais (Inglaterra, França) em que a agricultura comercial se desenvolveu junto com o trabalhador livre assalariado ou produtor independente, sedimentam-se relações ideológicas democráticas. Enquanto nas formações sociais em que a agricultura comercial se desenvolveu por adequação a um mercado mundial, sem que houvesse um desenvolvimento correspondente do trabalhador livre, mas mantendo sistemas de trabalho forçado (escravidão, servidão), consolidam-se relações ideológicas autoritárias que terão efeitos posteriores à abolição do sistema de trabalho forçado. De fato, nos países da Europa Oriental, quando a servidão foi abolida durante o século XIX, as relações ideológicas anteriores, correspondentes às relações de produção servis, sobreviveram durante bastante tempo com relativa independência com respeito à mudança nas relações de produção. Esta combinação entre relações de produção capitalistas e relações ideológicas servis tem como resultado relações sociais de produção autoritárias e um tipo específico de formação social capitalista autoritária, bem distinta da capitalista democrática que combina relações de produção capitalistas com relações ideológicas democráticas.

Deste modo, temos, por um lado, uma matriz democrática nas relações entre capitalistas e operários, o que implica tipi-

camente:

1. a ausência de coação extraeconômica sobre a força de trabalho por parte dos capitalistas, não apenas ausência de fato, mas também ausência de ameaças de sua utilização: os reflexos mais fundamentais dos capitalistas supõem que os trabalhadores são sujeitos juridicamente livres e iguais sendo este um dado "natural" tanto para os capitalistas como para os trabalhadores. Estes se sentem cotidianamente sujeitos juridicamente livres e iguais. A disciplina a ser imposta no processo de trabalho, por parte dos capitalistas ou de seus delegados, encontra limites precisos no pressuposto da liberdade e igualdade jurídica de todos os homens;
2. o valor gerado no processo de produção não pode ser repartido de forma altamente assimétrica no que diz respeito à relação entre mais-valia para o consumo capitalista e salário operário;
3. as condições de desgaste da força de trabalho não se podem distanciar significativamente de certo nível considerado "razoável", tanto por capitalistas como por operários, que está determinado pela média dos países mais "adiantados", ou seja, aqueles onde a classe operária conseguiu mais concessões da classe capitalista com respeito às condições de trabalho.

Por outro lado, temos a matriz autoritária da relação entre capitalistas e operários, o que implica tipicamente:

1. existência da ameaça de recorrer à coação extra-econômica por parte dos capitalistas, estando ela internalizada como "natural", tanto pelos capitalistas como pelos trabalhadores. Estes últimos não se sentem sujeitos juridicamente livres e iguais porque essa noção não está incluída no habitus dos agentes sociais. Além disso, a existência da coação extra-econômica está permanentemente presente no mundo de relações pré-capitalistas que rodeia as capitalistas (relação de servidão doméstica, camponês-latifundiário, cliente-prestador de serviços). Nessas condições, a capacidade e o poder de imposição da disciplina no processo de trabalho e por parte dos capitalistas, se dá num contexto mais propício ao exercício do arbítrio destes últimos.
2. o valor gerado no processo de produção é repartido de forma acentuadamente assimétrica no que concerne à relação entre mais-valia para o consumo capitalista e salário operário;
3. as condições de desgaste da força de trabalho são de superexploração. Esta característica e a anterior são explicadas, em

grande medida, pela existência do que Lewis denominou "oferta ilimitada de força de trabalho" (15).

Em resumo, a partir da matriz básica das relações sociais de produção podemos encontrar duas variantes do capitalismo: o democrático e o autoritário. É importante enfatizar, para evitar confusões, que os termos democráticos e autoritário estão denotando aqui tipos de relações sociais de produção capitalista e não devem ser confundidos com os mesmos termos quando utilizados para denotar regimes políticos, como também fazemos, mas sobre a base de construções conceituais distintas. Por outro lado, como veremos posteriormente, não existe relação de correspondência necessária entre tipos de relações sociais de produção e formas de regime político.

A temporalidade das relações ideológicas, dos habitus de classe, é mais lenta do que a temporalidade das relações de produção. Os habitus de classe mudam muito lentamente e a mentalidade - corporalidade das classes subalternas é bem mais conservadora do que o supõem certas concepções marxistas penetradas por um otimismo ingênuo. Por isso, na maioria dos países do mundo, encontramos-nos diante de um capitalismo autoritário, sendo o capitalismo democrático uma conquista de franjas limitadas da classe operária mundial. Mas uma vez alcançado o capitalismo democrático, e tendo em conta suas possíveis variações de grau, parece difícil que ele próprio regrida para um capitalismo autoritário, a não ser que se articulem vários fatores no sentido de eliminar, como um dos eixos do habitus de classe, a noção de liberdade e igualdade jurídica, o que requereria um longo período contrarrevolucionário para que assim pudessem ser modificados os reflexos mais fundamentais dos agentes sociais.

Esta distinção entre os dois tipos de capitalismo é sumamente importante para nosso trabalho uma vez que, como logo veremos, Argentina e Brasil são exemplos do democrático e do autoritário respectivamente. Um precedente de utilização frutífera da pista conceituadora de Moore é a realizada por Velho para o caso brasileiro, o que o levou a dar importância à distinção entre diferentes tipos de capitalismo - sem que sua proposta seja estritamente equivalente à nossa:

"É importante frisar que embora cada formação capitalista particular possa ser caracterizada como burguesa ou autoritária de acordo com a sua dominância, is-

so não exclui o fato de que cada uma contém manifestações capitalistas autoritárias e burguesas, juntamente com outras ligadas à pequena produção mercantil. De certa maneira, essas manifestações dão origem a uma relação interna cujo valor aritmético e sua variação fornecem a peculiaridade de cada caso de desenvolvimento capitalista. Essa variação pode se dever a fatores políticos e econômicos combinados. Porém, ao que parece tende a respeitar uma dominância invariável: autoritária ou burguesa.

Com essas considerações fizemos um esforço para definir o status teórico do capitalismo autoritário e burguês. Tem surgido entre nós ultimamente uma tendência a evitar distinções no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista que na verdade perturbem a percepção da questão mais geral que diz respeito ao capitalismo como tal. Isso parece saudável como reação a certas distinções (como núcleo e periferia, capitalismo dependente e independente etc.) que pela repetição correm o risco de serem absolutizadas, criando um fosso intransponível que perturba a visão da unidade do geral transformando-se em mais uma camisa de força. É importante, no entanto, que essa tendência nova por sua vez não se torne simplificadora negando por implicações distinções clássicas que não parecem ter perdido o seu vigor, como capitalismo monopolista, financeiro, de Estado etc., e que seja compreendida apenas como o primeiro passo parte por ser feito. De certa forma as distinções aqui apresentadas partem da mesma insatisfação e pretendem servir ao mesmo fim, ao mostrar que outras distinções, as quais também não devem ser absolutizadas, podem ser feitas. Sugeriríamos que o risco de impedir a visão do capitalismo tout court no caso seria menor, já que a nossa análise explícita e enfaticamente não é ao nível do econômico e de modos de produção no sentido restrito, mas da relação entre o político e o econômico, embora tratada como relação interna, não sendo vistos o político e o econômico, a não ser por uma imperfeição de linguagem, como entidades que se apresentam separa-

das e dadas a priori". (16)

Diferentemente de Velho, nós falamos do ideológico e de sua relação com o econômico, sendo que o que denotamos como ideológico recobre parcialmente o mesmo campo do que Velho denota como político, entendido por ele como superestrutura em geral. Embora, por outro lado, nossos conceitos de capitalismo se diferenciem, visto que Velho está associando necessariamente determinados tipos de desenvolvimento do Estado a um ou outro tipo de capitalismo e nós acreditamos não existir correspondência estrita entre os dois componentes.

NOTAS DO CAPÍTULO I

1. Ver Mandel: Tratado de Economía Marxista; Academia de Ciencias de la URSS: Manual de Economía Política; Hirsch: "Elements pour une Theorie Materialiste de l'État"; Altvater: "Remarques sur Quelques Problèmes posés par l'Intervencionisme Étatique"; Amin: Le Développement Inégal; Baran & Sweezy: El Capital Monopolista.
2. Ver Vernon: Sovereignty at Bay: the Multinational Spread of U.S. Enterprises; Furtado: "O Capitalismo Pós-nacional"; Galbraith: O Novo Estado Industrial; Hymer: Empresas Multinacionais: La Internalización del Capital.
3. Para o tratamento deste problema ver: Poulantzas: Les Classes Sociales dans le Capitalisme Aujourd'hui; Lenin: El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo.
4. Para o tratamento deste problema ver: Srour: Modos de Produção: Elementos da Problemática; Bettelheim: Cálculo Económico y Formas de Propiedad.
5. Ver Baran y Sweezy: El Capital Monopolista.
6. Para o tratamento deste problema ver: Villalobos: "Nota sobre Trabalho Produtivo/Trabalho Improdutivo e Classes Sociais"; Burnham: La Revolución de los Directores; Darhendorf: Las Clases Sociales y su Conflicto en la Sociedad Industrial; Jacoby: La Burocratización del Mundo.
7. Este problema é tratado em: Amin: op.cit.; Barner & Muller: Global Reach-The Power of the Multinational Corporations; Vernon: op.cit.; Eells: Global Corporations - The Emerging System of World Economic Power.
8. Este problema é tratado em: Leffort: "Qué es la burocracia"; Touraine: La Sociedad Post-Industrial; Galbraith: op.cit.; Bettelheim: op.cit.; Jacoby: op.cit.
9. Definimos como periferia avançada aquela que se integra mais plenamente na dinâmica do capitalismo mundial e cuja estrutura de relações de produção foi, portanto, mais profunda e extensamente afetada por tal integração no sentido de se transformar em centros de acumulação de certa importância durante o século XX. Os países que denotamos como participando de tal periferia avançada de modo apenas parcial não foram centro de acumulação significativa nas três etapas, mas em duas (Chile e Colômbia) ou em uma (Uruguai e Venezuela).
10. Para o tratamento deste problema ver: Cardoso y Faletto: Dependencia y Desarrollo en América Latina; Cardoso de Mello: O Capitalismo Tardio; Sunkei & Paz: El Subdesarrollo Latinoamericano y la Teoría del Desarrollo.
11. Ver Cardoso & Faletto: op.cit.; Cardoso de Mello: op.cit.; Sunkei & Paz op.cit.; Braun: Imperialismo y Comercio Internacional; Furtado: A Hegemonia dos EEUU e o Subdesenvolvimento de América Latina.

12. Para o tratamento deste problema ver: Sunkel: Capitalismo Transnacional y Desintegración Nacional; Furtado: A Hegemonia dos EEUU e o Subdesenvolvimento de America Latina; Cardoso : "As Contradições de Desenvolvimento Associado"; Martins: "Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil"; Bresser Pereira: "Estado e Subdesenvolvimento Industrializado"; Pinto & Kñakal: "El Sistema Centro-Periferia 20 Años Después".
13. Este conceito de relações sociais de produção é utilizado de maneira diferente por Bettelheim, em Cálculo económico y formas de propiedad, que o assimila quase totalmente ao conceito de relações de apropriação real. Creemos ser importante não confundir relações sociais de produção com relações de apropriação real (posse), ainda que ambos conceitos recubram um espaço teórico parcialmente similar, uma vez que o primeiro se refere ao processo de controle do acionamento do processo de trabalho e corresponde, por isso, mais estritamente ao campo do económico-social enquanto o segundo está mais no campo do social-ideológico.
14. Bourdieu: Esquisse d'une théorie de la pratique, pág. 178/179.
15. Ver B. Moore: Los Origenes Sociales de la Dictadura y de la Democracia.
16. Ver Lewis: Mercados de Trabajo con Oferta Ilimitada de Fuerza de Trabajo.
17. Velho: Capitalismo Autoritário e Campesinato, pág. 46/47.

CAPÍTULO II

A SOCIEDADE CAPITALISTA E O PODER POLÍTICO1. CLASSES SOCIAIS, APARELHOS POLÍTICOS E CONFLITO POLÍTICO

No pensamento marxista tende a predominar a idéia de que a luta política é uma luta entre classes sociais. Consideramos que esta suposição é correta mas insuficiente e, ademais, pode ser um obstáculo epistemológico para explicar a luta política. Pensar o estado como um instrumento da burguesia e o partido revolucionário como um instrumento do proletariado é um reducionismo que impede a apreensão da complexidade do todo social. Embora tanto em Gramsci como no pensamento marxista da última década se tenha desenvolvido uma crítica a esse reducionismo essencialista, essa crítica não conseguiu incorporar em toda sua complexidade a dimensão institucional-organizacional. Tendeu-se a pensar mais as instituições como uma estrutura estruturada pelas classes, mas não a dimensão ativa das mesmas, quer dizer, o fato de serem elas simultaneamente uma estrutura estruturante das classes sociais (1). Neste sentido, a crítica ao reducionismo economicista-classista ficou na metade do caminho, impossibilitando portanto a incorporação crítica ao marxismo de correntes de pensamento que enfatizaram, através de um reducionismo inverso, a dimensão organizacional-institucional da realidade social (2).

É importante considerar que o capitalismo do século XIX, matéria prima do trabalho de Marx, é um mundo com estruturas institucionais-organizacionais relativamente simples em comparação com o capitalismo contemporâneo; a própria empresa como unidade econômica era muito simples, como vimos no capítulo anterior, comparada com a sofisticada estrutura organizacional de um conglomerado transnacional, o mesmo acontecendo com o estado, os partidos políticos etc. O pensamento crítico do século XIX tinha como interlocutor conservador o pensamento liberal que via o indivíduo autodeterminado como célula da sociedade, e a ele opunha a idéia de que as classes sociais são o elemento nuclear do todo social. Em outras palavras, a conceituação marxista sobre as classes sociais foi elaborada como crítica ao discurso do indivíduo. Ora, acontece que o pensamento conservador mudou radicalmente na segunda metade do século XX: já não são mais os indivíduos, mas as organizações supostamente regularizadoras e harmonizadoras da vida

social a célula básica da sociedade (3). Mas enquanto o pensamento marxista do século XIX teve êxito na crítica a seu rival, o mesmo não aconteceu com o marxismo do século XX com respeito a seu adversário organizacional. Em lugar de elaborar uma crítica consistente do mesmo, ignorou-o, ou rejeitou-o em bloco; ambas as atitudes, a nosso ver, são mostras de fraqueza e não de força (4). Embora a teoria norteamericana da organização seja apologética da ordem social existente, isto não nega que a mesma produza importantes diferenciações sobre o todo social, diferenciações sobre as quais é necessário trabalhar criticamente se se pretende avançar no desenvolvimento teórico e na análise conjuntural. Apesar de estarmos longe de pretender realizar nesta tese essa integração crítica a nível teórico, queremos deixar expressa nossa preocupação com o problema e assinalar que a problemática organizacional estará presente em alguma medida em "estado prático" em nosso discurso.

Seguindo, em princípio, a conceituação de Poulantzas sobre as classes sociais, consideramos que as mesmas são suportes de posições diferenciadas nas relações de produção em particular e na estrutura econômico-social em geral (5). Toda classe social (com exceção dos pequenos proprietários independentes) se define fundamentalmente no interior de uma relação social complexa com polos antagônicos: assim, a classe operária se define em relação à burguesia, o campesinato em relação ao latifundiário etc. As classes dominantes são aquelas que se apropriam do excedente econômico em razão da propriedade e/ou posse dos meios de produção e as classes subalternas são aquelas que geram excedente que é apropriado pelos dominantes ou que, sem gerar excedentes apropriados por outros, não se apropriam de excedentes gerados por outros (pequenos proprietários independentes). As classes fundamentais, por sua vez, dividem-se em frações diferenciadas, mas tais frações não são invariantes universais, pois dependem de cada formação social específica.

Seguindo parcialmente a crítica de Laclau a Poulantzas, consideramos que não existem ideologias paradigmáticas de classe, mas sim que a ideologia de uma classe é produto de seu processo específico de formação e desenvolvimento como classe, o qual inclui tanto sua relação com as outras classes quanto com os aparelhos-instituições (6). Nisto, distinguimo-nos de Laclau, que não dá relevância ao papel das instituições na formação das ideologias

das classes.

O interesse de uma classe social se define historicamente a partir de sua posição nas relações de produção e do horizonte de alternativas de transformação-conservação demarcado por sua ideologia. Neste sentido, não existiria nem uma ideologia necessária do proletariado (consciência para si - consciência possível), nem um interesse histórico socialista imanente ao proletariado. Em outras palavras, embora os interesses das classes dominantes e subalternas sejam antagônicos do ponto de vista da geração-apropriação do excedente, esse antagonismo pode se diluir ou se exarcebar de acordo com as ideologias (representações-attitudes) das classes. Para nós, a classe operária não é necessariamente, e talvez nem sequer provavelmente, o agente da mudança histórica socialista; só tem essa característica como uma possibilidade (7). Esta afirmação nos distancia totalmente da matriz discursiva dominante no marxismo no que se refere à idéia de que o socialismo é uma necessidade da história, uma consequência inevitável do aguçamento das contradições do capitalismo. Pensamos, ao contrário, ser apenas uma difícil e pequena (embora nem por isso deixe de ser luminosa e estimulante) possibilidade.

Os aparelhos políticos são estruturas organizacionais hierarquizadas, dotadas de recursos materiais específicos (aparelhagem) que articulam interesses comuns e lutam contra interesses divergentes (8). Todo aparelho político se define pela posição que ocupa no todo social tanto em relação com outros aparelhos, como em relação com as classes sociais. Assim, os aparelhos políticos estatais (os diversos aparelhos administrativo, militar, parlamentar, judiciário, financeiro-econômico etc. do estado capitalista) são aqueles cuja função é assegurar a reprodução da formação social em seu conjunto e que mantêm vínculos indiretos com as classes sociais; enquanto os aparelhos societais (pertencentes à sociedade civil: partidos políticos, corporações patronais, sindicatos operários etc.) são aqueles que mantêm - embora não necessariamente - vínculos mais diretos com as classes ou frações de classe. Nesse sentido distinguimo-nos da atual concepção predominante althusseriana-poulantziana sobre os aparelhos políticos, por ela considerados em conjunto como estatais - distinguindo-os em repressivos e ideológicos - com exceção de um suposto partido revolucionário. E nos aproximamos da concepção gramsciana que distingue sociedade civil e sociedade política, recobrando assim o mesmo campo do que denominamos aparelhos societais e aparelhos es

tatais respectivamente (9). Assim, não concordamos com a concepção althusseriana, pois, a nosso ver, ela impossibilita explicar a especificidade do Estado em relação à totalidade social e, além disso, leva a uma visão integracionista dos aparelhos, ficando diluídos os conflitos intra e inter aparelhos.

Os agentes sociais que ocupam posições no interior de um mesmo aparelho constituem uma categoria social ou, mais especificamente, uma burocracia, no caso de um conjunto de agentes que são funcionários profissionais do aparelho. As práticas dos agentes sociais que constituem a categoria social são coordenadas, institucionalizadas e instrumentadas através de meios específicos para a luta pelo poder político, a partir da ideologia específica, que cimenta o aparelho.

Toda categoria social-burocracia tem um interesse específico na reprodução da organização burocrática do aparelho, mas também pode tender a desenvolver interesses substantivos particulares no sentido de controlar áreas cada vez mais extensas da vida social. Esses interesses substantivos da categoria social são determinados por sua posição nas hierarquias de relações organizacionais e pelo horizonte de alternativas de transformação-conservação demarcado por sua ideologia. Por conseguinte, o aparelho político é simultaneamente um lugar de expressão-mediação de interesses provenientes de outros lugares da estrutura social, tanto de posições nas relações de produção-classes sociais, quanto de posições nas relações organizacionais-categorias sociais, e de geração-formação de interesses surgidos no próprio lugar-aparelho. A articulação entre a expressão e a geração de interesses varia segundo as características intrínsecas de cada aparelho e sua posição na estrutura da formação social, tal como historicamente constituída.

Os aparelhos estatais metabolizam um conjunto mais complexo-denso de interesses provenientes de outros lugares da estrutura social e, por isso, tendem a gerar-formar uma proporção maior de interesses próprios da categoria social em comparação com os que podem ser gerados no interior dos aparelhos societais. Com efeito, uma vez que a ideologia própria do estado é a de que ele representa o conjunto da sociedade e não uma particularidade qualquer da mesma, essa ideologia tem efeitos pertinentes, densos, na formação de interesses próprios de aparelho-categoria social, relativamente autônomos em relação às classes sociais.

Toda categoria social é composta por uma elite dirigente, que ocupa as posições de mando no interior do aparelho, e uma base submetida a diversos graus de controle por parte da elite. O processo de formação das elites varia de acordo com as características específicas de cada aparelho e com a conjuntura histórica, indo desde processos mais ou menos eletivos até mecanismos de cooptação rígida (10).

As tendências diferentes, sempre existentes no interior de uma categoria social, podem cristalizar-se, constituindo frações de categoria social que assumem posições nitidamente diferenciadas com respeito às intervenções a serem desenvolvidas a partir do aparelho. As frações de categoria social articulam-se geralmente com frações de classe, mas a elas não se reduzem de modo algum.

Um nível de organização menos desenvolvido do que o dos aparelhos, mas muito importante para a análise das conjunturas, é o das redes informais de poder. Surgem e desaparecem de acordo com a conjuntura e são de diversos tipos:

- a - redes informais intra-aparelho, que estão diretamente relacionadas com o processo prévio à formação de frações de categoria social;
- b - redes informais interaparelhos, que estruturam coalisões políticas que cortam em seu interior diferentes aparelhos;
- c - redes informais de classe, que se constituem para expressar interesses de frações de classe insuficientemente representados ao nível dos aparelhos e para influenciar diretamente os centros de decisão do aparelho estatal (11).

A luta política, longe de esgotar-se numa gramática de atores-classes sociais, torna-se complexa devido à existência dos aparelhos políticos que mantêm diferentes níveis de autonomia relativa com respeito aos primeiros. Não se trata de substituir, como erroneamente, a nosso ver, o faz Portantiero, as classes pelas instituições como atores políticos, mas de considerar a complexa dialética entre três tipos de atores políticos: as classes, as categorias sociais e as redes informais de poder (12). Com efeito, se substituíssemos as classes pelas categorias sociais como atores do processo político, este último ficaria reduzido aos conflitos absorvíveis no interior da estrutura institucional existente e, nesse caso, não nos seria possível apreender as complexas transformações nos comportamentos de uma classe quando estas não fossem canalizadas e absorvidas pelas instituições, mas, pelo

contrário, aparentemente se perdessem no vazio após uma súbita erupção. Na verdade esses comportamentos e suas transformações nunca se perdem, embora tenham impactos menos visíveis e diretos sobre a estrutura institucional, sem que por isso se possa pensá-los como menos profundos ou permanentes. Enfim, as redes informais de poder podem também desempenhar um papel de ator político autônomo, fundamentalmente quando estão centradas em torno de uma personalidade que ocupa posições fortes de poder num aparelho ou que possui significativa capacidade de liderança sobre a sociedade.

Diversamente da corrente dominante do pensamento marxista, que concebe as linha de clivagem da luta política como tendendo quase permanentemente a opor de um lado as classes dominantes, o estado e os partidos "burgueses" e, de outro, as classes subalternas, seus sindicatos "classistas" e seu "partido de classe revolucionário", acreditamos que as linha de clivagem da luta política atravessam geralmente o interior tanto das classes dominantes como das subalternas; tanto do estado como, às vezes, dos próprios aparelhos societais. Em outras palavras, não existe matriz paradigmática de conflito político logicamente dedutível das características intrínsecas das relações de produção capitalista; ao contrário, as matrizes de conflito político são grandemente variáveis de sociedade para sociedade e, inclusive, em conjunturas distintas de uma mesma sociedade. Além disso essas linhas de conflito dependem de um complexo de múltiplas determinações condensadas entre as quais as relações de exploração, embora sendo importantes, geralmente são apenas uma delas. Essas determinações incluem variáveis tão complexas como estrutura e dinâmica dos diversos aparelhos, relações ideológicas, influências internacionais, grau de autonomização das categorias sociais, fracionamentos internos das classes devido ao desenvolvimento desigual do capitalismo etc. É claro que não estamos, com isso, negando a existência de uma linha de clivagem permanente ao nível da luta social entre capitalistas e operários. Queremos apenas assinalar que as mediações entre a luta social e a luta especificamente política são muito complexas e que sua explicação específica não pode ser substituída por metáforas do tipo "falsa consciência", "traição das direções", "ausência de partido revolucionário". Em suma, se podemos deduzir logicamente das relações de produção capitalista - pelo menos das democráticas - uma tendência da classe operária a negociar por melhores condições de distribuição do valor gerado, estamos longe de poder deduzir daí uma necessária orientação para o socialismo.

Pensar o conflito político de maneira não reducionista implica dar relevância às múltiplas tendências que se apresentam em cada conjuntura histórica. Nesse sentido, ao interpretarmos o processo histórico, não devemos menosprezar aquelas tendências que, por não se terem imposto ou desenvolvido totalmente, são menos visíveis ao nosso olhar muito predisposto a ver o que aconteceu historicamente como o que, necessária e obviamente, deveria acontecer, em vez de decifrá-lo como um entre os possíveis caminhos alternativos que aquele processo podia tomar. Isto é bem assinalado por Weffort que considera que:

"Ignorar a política na explicação do comportamento das classes num dado período histórico, ou tomá-la superficialmente como se fosse mero epifenômeno, envolve sempre o risco de se cair num tipo de ideologia cientificista muito comum nas ciências sociais. A pretexto de se fazer ciência, se passa de fato a justificar as orientações políticas seguidas no período em nome de supostas exigências estruturais. Envolve, pois, o risco de se transformar a história do que aconteceu na história do que devia acontecer. As orientações políticas perdem, neste passo, o seu carácter histórico-concreto de opções assumidas diante de um quadro de possibilidades historicamente dadas. Mais do que possíveis, passam a soar como inevitáveis, necessárias. Eliminando-se assim o carácter histórico das orientações, elas se "naturalizam" no plano da análise e ao mesmo tempo se "justificam" no plano da ideologia. Em nome da racionalidade da ciência passam a ser vistas imediatamente como "adequadas" às "exigências" da estrutura". (13)

2. A SOCIEDADE CAPITALISTA COMO ARTICULAÇÃO DE ESTADO-SOCIEDADE CIVIL-POVO E MARGINAIS

Existe na ciência política latino-americana uma forte tendência para contrapor o Estado à Sociedade como os dois polos conceituais fundamentais para a análise, permanecendo assim informada por uma matriz de pensamento liberal que é a de pensar o estado como independente ou por cima da sociedade. Acreditamos que o predomínio desta matriz conceitual na América Latina deve-se fundamentalmente a duas razões: em primeiro lugar, ao caráter de-

sarticulado das sociedades latino-americanas onde o estado aparece como o único centro de coesão efetivo (14) e, em segundo lugar, a uma oposição à concepção marxista instrumental do Estado, na qual ele aparece como mero reflexo-epifenômeno de uma parte da Sociedade: as classes dominantes.

Para superar este dualismo Estado-Sociedade propomos con ceituação que se inspira numa leitura possível de Gramsci, embora não pretendendo ser estritamente fiel a esse pensador. Inspira-se em Gramsci fundamentalmente por levar a pensar o político como o fio condutor fundamental de qualquer análise e proposta de decifração da realidade social e, nesse sentido, dar importância às formas de organização política, não só as estatais como também as societais, que, ignoradas até então pelo pensamento marxista, foram fecundamente incorporadas por ele. Assim, podemos partir para uma definição de poder político que inclua, em sentido forte, os aparelhos societais e que não o reduza a um referente classista-o que é o mais comum no marxismo - ou estatal, como no pensamento - weberiano (15).

Consideramos o poder político como a capacidade de con trole direto ou indireto de um aparelho político estatal ou so cietal, controle esse que permite direcionar, influenciar e/ou res tringir as práticas dos agentes sociais; isto está associado, em última instância, com relações de dominação de classe, conquanto, a natureza e a magnitude das mediações existentes entre a proprie dade e o poder sejam de alto nível de complexidade. Embora emane da propriedade, o poder caracteriza-se por uma autonomia relativa em face dela, o que determina uma relação contraditória em que o poder se apresenta simultaneamente como fator de reprodução e de corrosão da propriedade, eventualmente constituindo-se mesmo na fonte de novas formas de propriedade. Embora a teoria marxista te nha tendido a dar maior importância à propriedade do que ao poder, devido a uma matriz economicista de decifração da realidade, pen- samos que o poder implica uma relação mais abrangente e completa do que a propriedade, caracterizada por permear todos os inters- tícios da vida social, de modo que, a nosso ver, aquele conceito deve ocupar, na teoria social, uma posição hierarquicamente supe- rior ao de propriedade. Isso, entretanto, sem implicar que se des- vincule deste último, como aconteceu na "teoria da organização".

Como assinala Gramsci, em toda relação de poder político estão presentes, em grau variável, dois componentes: a coerção e

o consenso. De acordo com a articulação entre eles a forma da hegemonia exercida por um ator social sobre outro variará, indo des de hegemonias plenas e expansivas até a crise de hegemonia.

As relações de poder político variam grandemente de acordo com cada sociedade capitalista historicamente determinada e, conseqüentemente, de acordo com a forma de articulação entre seus quatro componentes: o Estado, a sociedade civil, o povo e os marginais. Esta articulação, por sua vez, denota a forma de regime político vigente numa dada sociedade, como veremos mais adiante. As relações de poder político variam desde as que caracterizam sociedades com alto nível de concentração e centralização de poder - ou seja, nas quais um pequeno número de centros decisórios autoritários e totalitários dispõe de enormes recursos de poder, interrelacionando-se de forma rigidamente hierárquica, como é o caso dos regimes totalitários - até as que caracterizam sociedades com diversificação e descentralização do poder, nas quais vários centros decisórios democráticos se interrelacionam sob a forma de uma hierarquia flexível ou de uma estrutura limitadamente hierárquica, como é o caso dos regimes democráticos. Como veremos oportunamente, no primeiro caso, os centros de poder estatais absorvem os da Sociedade Civil, enquanto que, no segundo, os centros sociais controlam os estatais.

O conceito de concentração do poder remete à forma de agregação-coordenação da energia social no interior de um aparelho, energia essa que, em última instância, é proveniente de energias individuais vivas e congeladas, como talvez se pudesse dizer numa formulação analógica à idéia de "trabalho vivo" e "trabalho morto". A forma de agregação de tais energias individuais no interior do aparelho pode variar desde procedimentos democráticos - nos quais a capacidade de decisão está distribuída de maneira não muito assimétrica entre o conjunto dos seus agentes sociais, caracterizando-se o aparelho por não tender nem a subordinar nem a eliminar os demais - até procedimentos totalitários - nos quais a capacidade de decisão está totalmente concentrada na elite, tendendo o aparelho a impor-se aos demais e mesmo, a eliminá-los ou, pelo menos, a reduzir drasticamente a autonomia relativa, que estes possam ter enquanto aparelhos - passando por procedimentos autoritários - nos quais a capacidade de decisão está distribuída muito desigualmente em favor da elite, mas não totalmente concentrada nela, caracterizando-se o aparelho por tender a subordinar mas não necessariamente a eliminar os demais. Temos então três ti-

pos de aparelho, segundo o nível de concentração de poder: democrático, autoritário e totalitário.

O conceito de centralização do poder remete à forma de articulação entre os diferentes aparelhos estatais e societais, que pode variar desde uma hierarquia piramidal, vertical e rígida com uma elevada acumulação do poder nas alturas (regime totalitário), até uma distribuição relativamente igualitária dos recursos de poder entre os diferentes aparelhos políticos (regime democrático).

2.1. O Estado

Foram feitas várias tentativas no interior do pensamento marxista, de Lenin até Hirsch, para construir uma teoria do estado deduzindo-a das relações de produção capitalista (16). Dois pressupostos básicos informam este tipo de esforço: um epistemológico, outro teórico-histórico. O primeiro implica supor que as partes da totalidade social são derivadas e redutíveis em última instância a uma parte fundamental, essência fundante do todo. No âmbito do discurso político, Laclau fez uma crítica brilhante a este tipo de perspectiva epistemológica:

1. Nem todo conceito tem uma relação necessária com outros. Não é possível, por conseguinte, começar por um deles para reconstruir a totalidade do sistema. Totalizações sistemáticas dependem da articulação de conceitos que não estão logicamente interligadas.
2. Não é possível estabelecer relações necessárias entre diferentes estruturas conceituais - de tal modo que se possa passar de uma para outra por um processo puramente dedutivo - mas somente as condições de possibilidade de sua articulação.
3. Qualquer abordagem do concreto pressupõe articulações conceituais cada vez mais complexas e não a mera exposição das propriedades lógicas de um todo conceitual simples. Por conseguinte, quanto mais concreta a análise, mais determinações teóricas devem ser incluídas nela; e como as determinações teóricas não são momentos do desdobramento de uma essência, mas formações conceituais discretas, a condição prévia para qualquer aproximação teórica do concreto compreende um processo

progressivo de abstração que libera os conceitos de suas articulações conotativas (...)

A prática teórica foi muito obstaculizada pelas duas barreiras que discutimos: a articulação conotativa dos conceitos ao nível do senso comum e sua articulação racionalista em paradigmas essenciais". [17]

O segundo pressuposto, teórico, implica não dar relevância nem à autonomia relativa do estado capitalista, nem à temporalidade específica da dinâmica estatal, a qual não corresponde estritamente à das relações de produção (18). Basicamente não se considera que, além das relações de produção capitalistas, outros tipos de determinações contribuem para determinar o caráter do estado: seu caráter de aparelho organizacional relativamente autônomo, seu caráter de detentor dos meios de violência, dos quais os capitalistas estão privados, seu duplo caráter espacial de ser soberano de uma área territorial-populacional circunscrita e não de articulação com um sistema internacional de Estados-Nações.

Em resumo, acreditamos que esta corrente de pensamento - concepção instrumental superdimensiona o caráter capitalista do Estado - traço esse que é sem dúvida de muita importância, mas não esgota a sua natureza - e sub-dimensiona o seu caráter nacional - comunitário. É claro que, geralmente - exceto nos regimes democráticos-participantes - este segundo caráter está subordinado ao primeiro, mas isso não significa que não esteja presente ou não tenha importância.

Pensamos que o Estado é o mais importante e fundamental aparelho organizacional existente numa sociedade capitalista. Nele está inserido um conjunto significativo de agentes sociais que constituem a categoria social do Estado e a qual tem o caráter de uma burocracia profissional que representa uma proporção variável, mas sempre significativa da população economicamente ativa. Mais do que um aparelho organizacional singular, o Estado constitui um complexo de vários aparelhos organizacionais (cujo número varia em cada sociedade concreta): aparelho administrativo, aparelho militar, aparelho financeiro-econômico etc... O lugar específico que o aparelho de Estado ocupa na sociedade é de importância fundamental, visto que ele é soberano, ou seja, tem a capacidade de ditar normas jurídicas obrigatórias - que regem a vida social - para o conjunto da população que habita o território sobre o qual se exerce a soberania. Neste sentido, é o principal centro decisó

rio da sociedade ainda que, como tal, esteja submetido a graus variáveis de controle por parte da Sociedade Civil. Enquanto entidade soberana, é o principal centro constituído e integrador da Nação, produtor e reproduzidor de uma identidade comum no interior das fronteiras nacionais e, simultaneamente, produtor de uma identidade diferencial na escala mundial; constitui sujeitos ao mesmo tempo nacionalmente solidários e internacionalmente diferenciados. Como entidade soberana, constitui-se também no nó de articulação com um sistema internacional de Estados-Nações, sistema heterogêneo e assimétrico no qual ocupa uma posição específica (19).

Para exercer a soberania, tanto na ordem interna como na internacional, conta com um aparelho militar especializado. No interior do espaço nacional o Estado detém uma forte supremacia - não necessariamente o monopólio total - no controle dos meios de coerção física, o que constitui uma garantia (mais por sua virtualidade do que por sua utilização efetiva) de que as normas jurídicas serão cumpridas pelos agentes sociais, mesmo quando não as considerarem legítimas (20). É claro que sempre existe uma defasagem, com graus variáveis de amplitude, entre as normas jurídicas e a vida social concreta, mas isso não implica que elas não tenham efeitos fortes sobre a dinâmica social (21).

Finalmente, o Estado se manifesta como encarnação do público diante do privado, ou seja, como o representante do interesse geral da população diante dos diferentes interesses particulares existentes. Embora este par público-privado também oculte a função, exercida pelo Estado, de assegurador da reprodução das relações de produção capitalistas, ele próprio tem efeitos específicos na geração de interesses substantivos particulares da categoria social do Estado e na geração de identidades coletivas igualitárias no conjunto da população, tanto no sentido de transformar o Povo em Sociedade Civil, quanto os Marginais em Povo. Neste sentido preciso, o Estado não é um instrumento da classe capitalista, nem está diretamente controlado por ela. As intervenções do Estado capitalista não se identificam com os interesses de uma ou outra fração da classe capitalista, nem mesmo com os interesses do conjunto da classe capitalista privada, pois podem favorecer, estimuladas pela autonomia relativa da burocracia estatal, inclusive o desenvolvimento do capitalismo de Estado (22).

Por todas essas razões o Estado é arena da luta de classes, ou seja, em seu interior as distintas frações das classes do

minantes e as classes subalternas lutam por influenciar e/ou controlar seus múltiplos centros decisórios. Neste sentido, as lutas das classes subalternas têm efeitos específicos sobre o Estado, acarretando que determinadas de suas intervenções lhes sejam favoráveis (23). Em casos limites, enquanto Estado capitalista, dependendo da luta de classes e sob uma forma de regime democrático participante, o Estado pode tender a intervir sistematicamente a favor das classes subalternas minando, conseqüentemente, a possibilidade de reprodução das relações capitalistas.

Por conseguinte, o Estado capitalista é internamente contraditório, por ser simultaneamente reprodutor das relações sociais capitalistas, relações desiguais e assimétrica, e gerador de identidades igualitárias - a Nação como continente comum do conjunto dos agentes sociais e a igualdade jurídica expressa na extensão e na generalização da cidadania -, base fundamental sobre a qual se assenta sua capacidade de coesão. Esta contradição é insolúvel, pois, sem o desenvolvimento da capacidade de coesão do Estado, é impossível que ele atue reproduzindo as relações capitalistas e que mantenha sua autonomia relativa no interior do sistema internacional. Ora, esta contradição intrínseca do Estado capitalista não é um meró jogo de encobrimento que só poderia favorecer a reprodução do capitalismo, como o supõem os discursos marxistas reducionistas. Dependendo da conjuntura da luta de classes, esta contradição pode ser a fonte de legitimação das relações capitalistas ou pode abrir uma brecha que favoreça o questionamento dessas relações, apoiando-se nas identidades igualitárias (24).

2.2. A Sociedade Civil, o Povo e os Marginais

A Sociedade Civil é o conjunto de poderes organizados - quer sejam aparelhos societais, quer sejam redes informais - que dispõem de certo poder efetivo para influenciar sistematicamente a dinâmica social e que, como constituintes da Sociedade, definem-se em contraposição ao outro polo de poderes nela organizados: os aparelhos do Estado. (25)

Os aparelhos societais constituintes da Sociedade Civil têm vínculos mais diretos com as classes sociais em comparação com os aparelhos estatais. Isto não significa que sejam uma mera expressão epifenomênica das classes; têm uma materialidade própria que implica uma complexa relação estruturado-estruturante entre os aparelhos societais e as classes. Os aparelhos societais são múltiplos e heterogêneos. Alguns deles dispõem de capacidade para

influenciar ao nível nacional e local, outros só ao nível local, etc. Sem pretender fazer uma lista de todos os aparelhos sociais (tarefa absurda, dada a infinita variedade de Sociedades Cívicas concretas existentes no mundo), faremos uma enumeração apenas a título de exemplo: partidos políticos, corporações patronais, sindicatos operários e de assalariados subalternos em geral, corporações profissionais, associações estudantis, igrejas, clubes esportivos e sociais, ligas de consumidores, associações de moradores, associações de moradores, associações científicas e artísticas, organizações feministas, organizações de minorias étnicas, etc. Além deste tipo associativo de aparelhos sociais, temos o tipo não-associativo como, por exemplo: grandes empresas (quer sejam oligopólios simples ou conglomerados), grandes jornais, cadeias de rádio e televisão, os quais também possuem capacidade de influência sobre os centros decisórios do Estado nacional, assim como as redes informais de poder burguesas (26). Nos centros decisórios do Estado de nível local o número de aparelhos sociais, tanto associativos como não-associativos, se amplia (27).

Os aparelhos sociais que constituem a Sociedade Civil não são poderes isolados: estruturam uma complexa trama de interinfluências, apesar de permanecerem sempre heterogêneos e de disporem de recursos e de capacidade de influência-controle desiguais. Apesar de sua interdependência, não existe um princípio unificador que presida as origens dos diversos aparelhos sociais, nem tampouco um eixo que oriente sua atividade, salvo o fato de reproduzirem-se como tal, ou seja de manterem uma autonomia relativa face ao Estado. Os aparelhos sociais lutam tanto por influenciar e/ou controlar os centros decisórios do aparelho de Estado como por manter sua autonomia relativa face aos mesmos, o que constitui o miolo da complexa dialética Estado/Sociedade Civil. Tanto a relação entre os aparelhos sociais, como a destes últimos com o Estado, está sobredeterminada pela luta de classes e, neste sentido, a Sociedade Civil em seu conjunto, bem como uma proporção significativa dos aparelhos sociais, é arena da luta de classes.

Gramsci formulou um dos critérios fundamentais para distinguir os tipos de Sociedade Civil: a sua consistência, ou seja, o nível de sua autonomia relativa frente ao Estado. Distinguiu assim os clássicos tipos: Sociedade Civil ocidental - forte e estruturada - e Sociedade Civil oriental - fraca e gelatinosa (28). Mas,

a nosso ver, existe outro critério fundamental para distinguir tipos de Sociedade Civil, que só se encontraria presente em Gramsci em "estado prático", visto que, embora presente como diferenciação, não está suficientemente explicitado e separado do critério anterior. Este segundo critério de distinção seria a amplitude da Sociedade Civil. O conceito de amplitude da Sociedade Civil remete à existência, ou não, de aparelhos societais que tendam a expressar interesses das classes subalternas e que mantenham vínculos orgânicos com as mesmas. De acordo com este critério, teríamos dois tipos: uma Sociedade Civil restrita, quando só existem aparelhos societais vinculados orgânicamente com as classes dominantes, e uma Sociedade Civil extensa, quando também existem aparelhos societais vinculados orgânicamente com as classes subalternas. É importante destacar que não se trata da mera existência destes aparelhos, mas de sua capacidade de influenciar de modo relativamente sistemático os centros decisórios do Estado. Combinando os critérios de consistência e amplitude teríamos quatro tipos paradigmáticos de Sociedade Civil: fraca e restrita (Rússia Tsarista), forte e restrita (Inglaterra do século XIX), fraca e ampla (Alemanha Imperial) e forte e ampla (Itália e Suécia Contemporâneas) (29).

O problema da amplitude da Sociedade Civil nos remete ao terceiro componente da Sociedade: o Povo. Este é constituído pelo conjunto de agentes sociais que, embora tendo direitos formais de participação política, não dispõem de aparelhos societais aos quais estejam orgânicamente vinculados e que tendam a canalizar suas reivindicações de forma efetiva, ou seja, que disponham de capacidade para influenciar sistematicamente os centros decisórios do aparelho de Estado. (30) Na maioria das sociedades existentes hoje no mundo, as classes subalternas permanecem, no máximo, na condição de Povo, isto é, não conseguiram se transformar em parte da Sociedade Civil. Todavia, uma parte significativa da população mundial atual não adquiriu ainda nem sequer a condição de Povo, permanecendo assim como Marginais, este sendo nosso quarto componente. Deste modo, a categoria dos Marginais é constituída pelo conjunto de agentes sociais que não têm os direitos formais básicos de participação política (31). Os Marginais são os habitantes que permanecem fora do mundo da cidadania, entendida em sentido amplo, e não no sentido restrito liberal-ocidental, como logo veremos ao colocar a problemática dos regimes políticos. A exis -

tência de importantes setores de Marginais não é inócua do ponto de vista político; sua presença maciça tem efeitos indiretos fortes no sentido de favorecer o poder das tendências mais conservadoras tanto nos aparelhos estatais quanto nos societais. Os Marginais são um recurso de poder disponível das classes dominantes - quase sempre de forma silenciosa e indireta -, exceto nas rebeliões esporádicas que eventualmente podem lhes permitir adquirir - rem a condição de Povo ou integrarem-se com elites contestatárias numa guerra revolucionária que modifique radicalmente sua condição (32). A presença do Povo, distintamente dos Marginais, tem sempre efeitos diretos sobre a luta política.

As articulações entre o Estado, a Sociedade Civil, o Povo e os Marginais podem ser as mais diversas e isto determina, como veremos adiante, a forma de regime político. Daremos agora apenas alguns exemplos sumários para ilustrar a validade dos conceitos: na Itália contemporânea, uma Sociedade Civil forte e ampla se contrapõe a um Estado relativamente fraco - fraco sempre na relação - e uma vez que a maioria das classes subalternas são parte da Sociedade Civil, o Povo é restringido (desempregados, setores do campesinato e operários e empregados minoritários) e os Marginais são praticamente inexistentes (33). Na URSS contemporânea (capitalismo burocrático de Estado) o Estado é fortíssimo, a Sociedade Civil quase inexistente, e o Povo é constituído pelo Conjunto da população: praticamente não existem Marginais (34). No Brasil da década de 30 tínhamos um Estado forte, uma Sociedade Civil fraca e restringida, um Povo reduzido, formado por setores das classes subalternas urbanas, e uma gigantesca massa de Marginais formada pelo conjunto das classes subalternas rurais e setores das classes subalternas urbanas (35). Na Colômbia contemporânea temos um Estado fraco, uma Sociedade Civil consistente e restringida, um Povo constituído pela maioria das classes subalternas urbanas e uma grande massa de Marginais constituída pelas classes subal - ternas agrárias e parte das urbanas (36).

NOTAS DO CAPÍTULO II

1. Uma exceção notável é o trabalho de Przeworski: "The Process of Class Formation". Ver também a este respeito a interessante, embora a nosso ver parcialmente reducionista, crítica de Saltalamacchia: "Notas sobre el concepto de formación de las clases en Przeworski".
2. Para o tratamento deste problema ver os principais autores da teoria da organização; Blau: Dynamics of Bureaucracy; Crozier; El Fenómeno Burocrático; Whyte: El Hombre Organización; Michels: Los Partidos Políticos; Etzioni: Organizações Modernas; Weber: Economía y Sociedad.
3. Ver a este respeito o sugestivo livro de Wolin: Política y Perspectivas, especialmente a última parte.
4. Uma reflexão mais geral sobre os limites do pensamento de Marx como chave de decifração da realidade social do século XX é por nós desenvolvida em: Viola, "Formas de Produção Científico-técnica e Formação Social: Esboços de uma Problemática".
5. Ver Poulantzas: Les Classes Sociales dans le Capitalisme Aujourd'hui Introduction.
6. Ver Laclau: Politics and Ideology in Marxist Theory, cap. III.
7. Uma primeira crítica penetrante e sistemática desta concepção encontra-se no livro de Mills: Los Marxistas.
8. Ver a este respeito Srour: Modos de Produção: Elementos da Problemática, onde encontramos uma sugestiva teoria geral sobre os aparelhos e a estrutura organizacional como articulação das três instâncias: econômica, política e ideológica, de limitadas na problemática althusseriana.
9. Ver Althusser: Ideología y Aparatos Ideológicos del Estado e Poulantzas: Fascismo y Dictadura.
10. Para o tratamento deste problema ver Mills. La Elite del Poder, embora este autor tenda a misturar os conceitos de elite de categoria social e de classe dominante.
11. Ver a este respeito a notável análise de Poulantzas sobre as redes paralelas de poder em Fascismo y Dictadura.

12. Ver Portantiero: Clases dominantes y crisis política en la Argentina.
13. Weffort: Sindicatos e Política. Introdução pp. 15-16.
14. Ver a este respeito as penetrantes reflexões de Touraine em Les Sociétés Dépendentes.
15. Ver a este respeito o debate Poulantzas-Miliband no qual o primeiro reduz todo poder político a poder de classe e o segundo distingue poder de classe de poder de Estado. Poulantzas: "The problem of the capitalist state"; Miliband: "Reply to N. Poulantzas", e "Poulantzas and the capitalist state."
16. Ver Lenin: El Estado y la Revolución; Trotsky: En Defensa del Marxismo; Altvater: "Remarques sur quelques Problèmes posés par l'Interventionisme Étatique"; Hirsch: "Eléments pour une Théorie Matérialiste de l'état".
17. Laclau: Politics and Ideology in Marxist Theory, p. 10 (sublinhado por E. V.).
18. Anderson aponta elementos elucidativos para esta discussão em bora numa linha conceitual distinta da nossa: Linages of the Absolutist State. Ver também a este respeito a importante crítica política (apesar de teoricamente fraca) de Carrillo a Lenin em O Eurocomunismo e o Estado.
19. Ver a este respeito o importante artigo de Joxe, embora esteja parcialmente permeado por uma perspectiva economicista: "Atlantismo e crise do estado europeu: a crise militar"; e também Delilez: "As relações da crise do Estado e da internacionalização: um indicador".
20. Weber: só consegue assinalar o monopólio da violência legítima, o que é excessivo por ser excludente, pois em muitas conjunturas a violência desenvolvida a partir dos aparelhos sociais, quer seja para destruir quer seja para conservar a ordem social, adquire legitimidade para vastos setores da população.
21. Para o tratamento deste problema ver Cerroni: Marxismo y derecho.

22. Ver a este respeito Martins: Capitalismo de estado e modelo político no Brasil.
23. Ver a este respeito Sorg: "Teoria do Estado e Capitalismo".
24. Para o tratamento deste problema ver o importante artigo de Gosta Esfing e outros: "modes of class struggle and the capitalist state". Devemos observar que ele próprio se ressentia por estar demasiadamente dependente da crítica dos interlocutores reducionistas da Escola Lógica do Capital.
25. Para o tratamento deste problema ver Gramsci. Notas sobre maquiavelo, o Político y el Estado Moderno embora o contexto específico de denotação da Sociedade Civil para este autor seja distinto do nosso.
26. Para uma distinção, embora não explicitada no sentido estrito dado por nós, entre aparelhos societais associativos e não-associativos, ver Schmitter: Interest Conflict and Political Change in Brazil.
27. Ver, a respeito dos aparelhos políticos de nível local, o sugestivo trabalho de Dulong: "A crise da relação estado/sociedade local".
28. Ver Gramsci: Op.cit.
29. Para a Rússia, ver Trotsky: Historia de la Revolución Rusa e Deutscher: La revolución Inconclusa. Para a Inglaterra, ver Hobsbawn: Las Revoluciones burguesas e Cole Postgate: The British People. 1776-1946. Para a Alemanha, ver Badia: Historia de Alemania Contemporânea, Broué: Revolución y Contrarevolución en Alemania e Weber: "Parlamento e governo numa Alemanha reconstruída". Para a Itália, ver Ingrao: Massa e Potere. Para a Suécia, ver Sthumthal: La Tragedia del Movimiento Obrero, Barky: Workers Militancy and its consequences.
30. Para o tratamento deste problema, ver Macpherson: The Real World of Democracy e Bendix: Estado Nacional y Ciudadanía.
31. Para o tratamento deste problema ver Dalh: Polyarchy. Participation and Opposition.
32. Este tema é tratado através de diferentes óticas pelos seguintes autores: Deutscher: "Orígenes y perspectivas del marxismo"; Germani: Política y sociedad en una época de transición; Moore:

Los orígenes sociales de la dictadura y la democracia; Wolf:
Los movimientos campesinos en el siglo XX.

33. Ver a este respeito Ingraó: Massa e Potere.
34. Ver a este respeito Deutscher: La Revolución Inconclusa e
Glucksmann: A Cocinheira e o Canibal.
35. Ver a este respeito Martins: Pouvoir et Développement Economi-
que.
36. Ver a este respeito Cuellar: Colombia: país formal, país real.

CAPÍTULO III

O ESTADO CAPITALISTA PERIFÉRICO E AS FORMAS DE ESTADO

O Estado capitalista periférico ou dependente é aquele que se instala em formações sociais capitalistas dependentes, ou seja, aquelas que não podem realizar em seu interior o conjunto do processo de reprodução do capital por não contarem com um setor produtor de bens de produção ou, em outros casos, por tê-lo insuficientemente desenvolvido. Uma das características fundamentais do Estado capitalista periférico é a de que ele próprio vai se estruturando, em proporção significativa, como produto dos impulsos da acumulação capitalista mundial e não basicamente como produto do desenvolvimento das relações capitalistas internas, como sucede no caso dos estados autocentrados. Uma vez que todos os Estados capitalistas se estruturam como produto de uma combinação de efeitos provenientes tanto do espaço social nacional como do internacional, a diferença fundamental está no facto de nos Estados autocentrados haver um forte predomínio dos impulsos provenientes do espaço social nacional e, em contrapartida, nos Estados periféricos, adquirirem relevância significativa os impulsos internacionais, embora em graus variáveis de importância e sem que isso signifique necessariamente o predomínio dos impulsos internacionais. Ou seja, do duplo carácter espacial do Estado, soberano de uma área nacional e nó de articulação internacional, o segundo componente tem uma relevância significativamente maior nos Estados periféricos em comparação com os autocentrados, ao mesmo tempo que o Estado periférico é mais fraco em seu carácter de soberano de uma área territorial nacional.

As sociedades periféricas não se definem apenas pelo carácter atrasado e não integrado de suas forças produtivas e pela menor generalização das relações de produção capitalistas, mas também por serem sociedades desarticuladas, com menor nível de integração nacional (1). Isto provoca uma identidade nacional fraca no conjunto dos agentes sociais, o que, por sua vez, dificulta o papel integrador-coesionador do Estado.

Um dos recursos fundamentais para a constituição e desenvolvimento do aparelho organizacional do Estado capitalista é a dívida pública, mas enquanto nos Estados centrais esta dívida pública é predominantemente interna, nos Estados periféricos trata-

se de uma dívida pública predominantemente externa (ou, quando não predominante em termos quantitativos, com pelo menos uma significativa relevância qualitativa). Desde o início de sua constituição no século XIX, os Estados latinoamericanos foram contraindo uma dívida pública externa que se foi ampliando quase permanentemente, embora nas últimas décadas venha adquirindo considerável importância a dívida pública interna (especialmente na periferia avançada).

Outro elemento fundamental que dificulta o papel coesivador do Estado capitalista periférico é a presença acentuada de classes sociais cujos interesses fundamentais se instalam fora da formação social nacional: burguesia oligopólica internacional, conglomerados internacionais e transnacionais. O poder relativo do Estado periférico frente a estas classes internacionais é relativamente fraco, inclusive por serem elas geralmente apoiadas por seus respectivos Estados centrais.

Ao nível especificamente político, o Estado capitalista periférico ocupa posições subordinadas no sistema internacional, e isto se transmite para o próprio interior da estrutura estatal, através do peso significativo que nela adquirem os efeitos das políticas desenvolvidas pelos Estados-Potência. Esses efeitos se transmitem através de uma rede de poderes institucionalizados e informais cujo centro se encontraria nas embaixadas dos Estados-Potência nos países periféricos, as quais, nos casos dos países mais fracos, poderiam mesmo ser pensadas como parte relevante da estrutura estatal.

As formas de Estado, ou seja, os diferentes níveis de complexidade e expansão organizacional do Estado capitalista, estão determinadas pelas etapas da acumulação capitalista, isto é, pelas variações na função de acumulação (que determina diferentes modos de intervenção do Estado para assegurar a reprodução ampliada das relações de produção capitalistas). Para poder realizar funções de acumulação diferenciadas, o Estado capitalista requer formas de estruturação organizacional-aparelhos específicos. Assim, por exemplo, quando a reprodução capitalista se realiza fundamentalmente através dos mecanismos automáticos do mercado, a estrutura organizacional do Estado é bastante distinta de quando a reprodução capitalista requer significativas intervenções reguladoras do Estado sobre os mecanismos do mercado e a lei do valor. O que sucede com qualquer Estado capitalista do ponto de vista de modi-

ficações de suas formas adquire, no caso do Estado capitalista periférico, uma característica específica: sua função de acumulação está determinada não só pela acumulação capitalista interna, mas também pela articulação complexa entre a acumulação interna e a acumulação internacional. Por isso, as possibilidades de intervenção eficaz do Estado no processo de acumulação são mais limitadas do que no caso dos Estados autocentrados, ou seja, as oscilações e ciclos da acumulação interna são mais vulneráveis aos ciclos da economia mundial, estando estes últimos totalmente fora do controle dos Estados periféricos.

As formas de Estado são então diretamente determinadas pelas características da acumulação capitalista, mas não existe uma correspondência pontual (embora a tendência à correspondência seja forte) entre formas de Estado e etapas de acumulação. As modificações na forma de Estado podem se retardar em relação aos requisitos da acumulação capitalista de acordo com a conjuntura específica da luta de classes. Por conseguinte, as formas de Estado estão determinadas pela acumulação capitalista e sobredeterminadas pela luta de classes e pelas formas de regime político, a tal ponto que uma mesma forma de Estado terá variações no desenvolvimento e na articulação de seus aparelhos de acordo com a forma de regime vigente. Apesar disso, forma de Estado e forma de regime se distinguem claramente: a primeira remete a um padrão de acumulação, a segunda a um padrão de dominação política. De acordo com o critério de diferenciação enunciado, podemos distinguir três formas de Estado capitalista periférico (estamos refletindo sobre a periferia latinoamericana): Forma de Estado Gendarme, Forma de Estado Regulador, Forma de Estado Promotor.

1. A FORMA DE ESTADO GENDARME

A forma de Estado Gendarme caracteriza-se fundamentalmente por uma intervenção bastante limitada do aparelho estatal na regulação da reprodução do capital. A função de acumulação do Estado restringe-se a criar condições favoráveis, quer no plano estritamente jurídico, quer ao nível da ordem social, para a entrada de capitais estrangeiros tanto no setor produtivo como no financeiro e comercial. Esta forma de Estado corresponde às necessidades da acumulação agrário-exportadora. O Estado Gendarme favorece uma ampla abertura da economia nacional à economia mundial,

a tal ponto que os ciclos de reprodução interna do capital serão quase um reflexo punctual dos ciclos da economia mundial. Esta forma de Estado existiu na América Latina até a crise de 30, embora em alguns países tenha continuado até a segunda guerra mundial ou ainda até períodos mais recentes (2).

O aparelho organizacional do Estado Gendarme é fraco tanto do ponto de vista da simplicidade de sua estrutura quanto do ponto de vista da limitada quantidade de recursos com que conta, quer seja medida em termos da relação orçamento público-produeto bruto, quer em termos da proporção da população economicamente ativa nele inserida.

Os aparelhos estatais que constituem o Estado Gendarme são: o aparelho administrativo, um aparelho financeiro embrionário, o aparelho executivo, o aparelho judicial e o aparelho parlamentar (este último pode ser inexistente ou meramente decorativo, dependendo das formas de regime). O aparelho administrativo é constituído pelo Ministério de Negócios Internos (o nome e mesmo o número podem variar em cada caso concreto), encarregado de garantir a ordem interna do ponto de vista policial e da relação com as unidades políticas regionais (províncias, estados, territórios), cujo grau de autonomia relativa face ao Estado Nacional é variável tanto em função das formas de regime como da relativa importância econômica das mesmas; o Ministério de Relações Exteriores e o Ministério de Educação (a expansão quantitativa deste último é variável de acordo com o nível de desenvolvimento da educação pública, embora em geral seja restrita).

O aparelho financeiro, constituído pelo Ministério de Fazenda e Finanças, existe em estado embrionário e tem por função recolher fundos que permitam a manutenção da maquinaria estatal. É embrionário porque se baseia em impostos sobre as exportações e importações (os quais geralmente, não têm nenhum objetivo de proteccionismo ou de incentivo) e em recursos financeiros provenientes do exterior (empréstimos, títulos do tesouro, etc.) não estruturando um sistema de tributos internos (impostos diretos sobre a renda ou indiretos sobre a circulação de mercadorias). Trata-se de uma estrutura organizacional que não permite ou não requer a constituição de um sistema tributário que penetre no interior da formação social, mas o constitui de modo que tende a permanecer de alguma forma "externo" a ela. O sistema monetário apoia-se fundamentalmente no padrão ouro e razão pela qual não se torna neces-

sária a existência de uma política monetária centralizada.

O aparelho militar é constituído por um Exército e uma Marinha em processo de profissionalização cujo grau máximo seria evidenciado pela existência de escolas militares e por um sistema de promoção por méritos técnico-profissionais. Uma parte significativa dos recursos recolhidos pelo aparelho financeiro destina-se à manutenção e ao crescimento do aparelho militar.

O aparelho executivo é composto pelo presidente e seus ministros que têm no mínimo a capacidade de regulamentar as leis sancionadas pelo parlamento (capacidade que pode chegar ao ponto de baixar leis no caso de inexistência do parlamento como centro de poder político efetivo). O poder efetivo do aparelho executivo depende de uma múltipla variedade de fatores: controle efetivo dos aparelhos administrativo e financeiro, controle do aparelho militar, autonomia dos aparelhos judicial e parlamentar, etc.

O aparelho parlamentar, nessa forma de Estado, é geralmente composto por representantes de um eleitorado restringido por critérios censitários e de capacitação. Trata-se de parlamentos oligárquicos, mas existem exceções como a Argentina e o Uruguai a partir do começo do século. Em alguns casos, sua existência é precária, sendo, frequentemente dissolvidos, como na Bolívia e na Venezuela (3). Embora na maioria das vezes o aparelho executivo seja de fato mais forte do que o parlamentar, ou estejam numa situação de equilíbrio, existem casos em que o parlamento é o principal centro de poder político (Chile 1890-1927) (4).

O aparelho judicial é composto por tribunais de várias instâncias, sendo significativo, do ponto de vista do poder político, o Supremo Tribunal. Pela forma de recrutamento de seus membros e por sua ideologia o aparelho judicial geralmente tem características oligárquicas e, em parte por isso, mantém uma significativa autonomia face aos outros aparelhos, inclusive em regimes de tipo militar.

A forma específica de relação entre os diferentes aparelhos que constituem o Estado Gendarme varia de acordo com cada sociedade e regime concretos, mas o que unifica todos eles é a escala reduzida de recursos de que dispõem, sendo este um dos fatores fundamentais que explicam sua capacidade relativamente limitada para gerir a vida social.

O nível de desenvolvimento, como aparelho organizacio-

nal, do Estado Gendarme varia significativamente de acordo com três fatores fundamentais: 1. a proporção de controle nacional sobre o complexo agrário (ou mineiro) exportador; 2. o peso relativo das relações de produção pré-capitalistas no conjunto da formação social e 3. as características específicas da herança colonial ao nível da organização estatal. No caso do primeiro fator, como assinalam Cardoso e Faletto, a maior proporção de controle nacional sobre o complexo exportador faz com que as relações capitalistas nele presentes influenciem mais profundamente o conjunto da sociedade e permitam um desenvolvimento maior de uma classe capitalista de base nacional, o que repercutirá no sentido da constituição de vínculos mais orgânicos entre o Estado Gendarme e a sociedade nacional (5). O segundo fator atua em sentido inverso, ou seja, no da desarticulação da sociedade, da sobrevivência de uma fusão entre a propriedade econômica e o poder político, o que favorece a permanência de uma alta concentração de poder político no nível local (6). O terceiro fator diz respeito ao grau de continuidade da organização estatal, remetendo a uma variação que pode ir desde o "aproveitamento" da maquinaria administrativa colonial anterior até sua destruição e o surgimento de uma nova, após um período de guerras de independência e/ou guerras civis de efeitos relativamente profundos (7). Por exemplo, no caso do Chile este terceiro fator é o fundamental para o desenvolvimento do aparelho organizacional do Estado Gendarme, ou seja, um Estado nacional que se constitui rápida e prontamente, embora com caráter pré-capitalista, aproveitando a maquinaria administrativa relativamente centralizada da antiga capitania geral. É a existência prévia de um Estado relativamente organizado que possibilita o fato de que a introdução de relações de produção capitalistas, via um enclave mineiro-exportador, não atue desagregadoramente sobre a sociedade, mas seja aproveitada para o próprio fortalecimento organizacional do Estado, dada a importante fonte de recursos fiscais que ela implica (8).

No caso dos países andinos, os três fatores (economia de enclave, forte peso das relações pré-capitalistas e longo período de guerras civis) atuam em sentido contrário ao do desenvolvimento organizacional do Estado Gendarme. Trata-se, nesse caso, de aparelhos estatais excessivamente fracos (9). No caso do Brasil, ainda que a ausência de guerras civis (maquinaria colonial intacta) e, fundamentalmente, a elevada proporção de controle nacio-

nal do complexo agrário-exportador, atuam favoravelmente ao desenvolvimento do aparelho estatal, estes fatores, são parcialmente contrabalançados pelo grande peso das relações pré-capitalistas e pelo acentuado regionalismo no contexto de um país de dimensões continentais (10). Nos casos argentino e uruguaio, o efeito negativo das longas guerras civis foi plenamente contrabalançado pela elevada proporção de controle nacional do sistema produtivo e pelo peso muito limitado das relações pré-capitalistas, produzindo-se os maiores desenvolvimentos organizacionais do Estado Gendarme da América Latina. Trata-se de países que desenvolveram um aparelho administrativo relativamente forte, com Ministérios de Educação (e inclusive de Saúde Pública) muito expandidos, aparelhos militares altamente profissionalizados para a época (no caso argentino) e parlamentos eleitos através do sufrágio universal masculino. Na realidade, tanto a Argentina como o Uruguai chegaram a ocupar, no começo do século, uma posição muito favorável em relação à economia mundial em virtude da alta renda diferencial de suas terras, o que fazia com que fossem sociedades de desenvolvimento capitalista muito grande, apesar de sua forte dependência, em última instância, da dinâmica internacional. Era a renda diferencial em escala mundial que gerava os recursos que permitiam a expansão e a complexificação organizacional do Estado Gendarme. É importante destacar que não estamos na presença do aparelhos estatais desenvolvidos face a Sociedades Cívicas fracas (como seria, de algum modo, o caso mexicano); muito ao contrário, trata-se de Sociedades Cívicas fortes (11).

2. A FORMA DE ESTADO REGULADOR

Na forma de Estado Regulador, a função de acumulação do Estado modifica-se substancialmente: na medida em que os mecanismos automáticos do mercado mundial já não são suficientes para a reprodução ampliada do capitalismo periférico, o Estado passa a desempenhar o papel de regulador dessa reprodução. Esta nova função de acumulação do Estado requer uma mudança de escala, tanto em sua complexidade organizacional como nos recursos controlados por ele. O Estado Regulador corresponde às necessidades da etapa de capitalismo oligopólico-concorrencial substitutivo de importações que abarca, na periferia avançada latinoamericana, aproximadamente o período 1930-1960.

A mudança de escala do aparelho de Estado manifestar-

se-á tanto na expansão e na complexificação dos aparelhos previamente existentes, como no desenvolvimento do aparelho financeiro embrionário que, assumindo características substancialmente novas, se transforma num aparelho financeiro-econômico, através do qual se efetuará mais especificamente a nova função de regulação da re-
 produção do capital. Os mecanismos através dos quais se efetuará esta intervenção serão uma série de políticas econômicas destinadas a regular a atividade dos diferentes setores econômicos. O grau e a importância de cada uma dessas políticas variará de acordo com os países e as formas de regime, mas, em termos gerais, seriam as seguintes: política monetária, política fiscal, política tarifária-cambial, política creditícia, política de distribuição de renda e política de criação-expansão do setor produtivo estatal. A característica comum a todas essas políticas será a de estimular um novo eixo de acumulação: a produção industrial para um mercado interno protegido, através da substituição de importações e da diminuição do coeficiente de importações da economia nacional. Com isto criar-se-á uma estrutura de preços industriais relativamente independente dos internacionais, com o conseqüente isolamento relativo da economia nacional (12).

O aparelho organizacional do Estado Regulador é forte em comparação com o Estado Gendarme. O aparelho administrativo se expande substancialmente e isto vai se refletir na criação de fundamentalmente duas novas áreas ministeriais (o número e o nome concretos variam segundo os países e as conjunturas): o Ministério do Trabalho terá como função não só tudo o que diz respeito à legislação trabalhista e sindical, como também promover em diversos graus o desenvolvimento da identificação-lealdade dos trabalhadores para com o Estado-Nação. A promoção da identidade nacional na classe operária deve ser feita tanto contra a identidade diferencial internacionalista de setores da mesma, como contra identidades diferenciais regionais e locais, produto do passado rural. O Ministério do Trabalho do Estado regulador tem acentuada tendência (mesmo com certa independência em relação à forma de regime) a exercer controle sobre os aparelhos sindicais, valendo-se, para isso, de diversos mecanismos: coersão administrativa direta, iniciativa quanto ao recurso à coersão física, cooptação das elites sindicais etc. Isto se deve, como assinalamos anteriormente, ao fato de ser um dos aparelhos específicos encarregados de desenvolver a identidade nacional nas classes subalternas.

O Ministério do Bem-Estar Social terá desenvolvimento muito variável como aparelho, de acordo com as características de cada sociedade. Por ser uma área ministerial diretamente vinculada aos bens de consumo coletivo ou socializados, sua expansão estará estreitamente ligada ao grau em que estes tenham se expandido, o que, por sua vez, depende da capacidade de luta das classes subalternas. O desenvolvimento dos bens de consumo socializados, administrado pelo Ministério do Bem-Estar Social, pode ir desde as formas mais simples, como hospitais públicos para os pobres e sistemas de aposentadoria e pensão restritos, passando pela fiscalização dos alimentos, até formas amplas como sistema de aposentadoria e pensão para o conjunto da população, sistema médico socializado generalizado, seguro de desemprego, planos habitacionais e de urbanismo, etc. Os Estados reguladores periféricos encontram-se geralmente em níveis embrionários ou intermediários de expansão dos bens de consumo coletivo, com a exceção da Argentina e do Uruguai, onde a renda diferencial e o caráter da luta de classes favoreceram um amplo desenvolvimento dos bens de consumo socializados.

O aparelho militar do Estado regulador sofrerá graus variáveis de expansão, quer seja por um aumento da profissionalização e tecnização de seus quadros, quer seja pelo surgimento de uma indústria armamentista incipiente destinada a prover as necessidades mais elementares de explosivos e armas. Essa indústria é controlada diretamente pelo aparelho militar e gera, nesta categoria social, uma forte sensibilização para os problemas econômicos (13). O novo aparelho financeiro-econômico permite um sistema de tributação que penetra-internaliza-se na sociedade, ao mesmo tempo em que surgem e se desenvolvem centros de poder com capacidade de regular áreas distintas da atividade econômica e, além disso, desenvolve-se um setor produtivo estatal sem características capitalistas, vistos os seus mecanismos internos de acumulação, basicamente dependentes de recursos orçamentários do Estado. O novo sistema tributário, ao invés de se basear, como o anterior, nos impostos aduaneiros, baseia-se em impostos internos, fundamentalmente indiretos. Ou seja, o eixo dos recursos fiscais do Estado se desloca da circulação externa de mercadorias para a circulação interna de mercadorias, o que implica que a manutenção do aparelho do Estado passa a afetar muito mais significativa e diretamente os agentes sociais. Enquanto o Estado Gendarme nunca podia

aparecer diante da consciência dos agentes sociais como um forte arrecadador-extrator de recursos, o Estado regulador vai aparecendo como o grande rentista da sociedade, um parasita que vive às custas das atividades produtivas. Se a representação mais simples do Estado Gendarme era a figura do policial, agora a esta se acrescenta a do exator, do cobrador de impostos. A parte fundamental dos impostos será paga, em última instância, pelo consumidor, dado o predomínio dos impostos indiretos e, isto o define como um sistema tributário regressivo na medida em que contribui para a reprodução das grandes disparidades na distribuição da renda. Apesar disso, em alguns países com acentuada presença da luta das classes subalternas, o imposto direto e progressivo sobre a renda e o patrimônio pode adquirir importância pelo menos no nível estritamente jurídico (uma vez que a tributação direta é bem mais difícil de ser fiscalizada do que a indireta). O desenvolvimento de uma fonte de tributação interna não implica que a tributação aduaneira perca toda a importância; pelo contrário, ela aumenta significativamente, em termos absolutos, chegando a adquirir grandes proporções em alguns casos (como no confisco cambial aplicado em momentos de alta dos preços internacionais dos produtos exportados).

Os centros reguladores de atividades econômicas terão seu ápice nos Ministérios da Fazenda e Finanças, no Banco Central, Ministérios da Agricultura, da Indústria e Comércio, Transporte e Comunicação e, num segundo escalão, em diferentes entidades e autarquias. A partir desses centros reguladores se irradiarão as diversas políticas. A política monetária, estruturada como tal a partir do abandono da conversibilidade das moedas nacionais, oscilará entre ciclos de generosa expansão, com seu consequente reflexo inflacionário, e conjunturas de restrição, com seu efeito depressivo sobre o nível da atividade econômica. Isto porque o Estado geralmente não tem força suficiente para transferir diretamente rendas do setor agrícola para o industrial (para favorecer a reprodução capitalista) e, por conseguinte, deve apelar para mecanismos inflacionários para efetuar indiretamente essa transferência (por exemplo, créditos maciços com taxas negativas ou subsídios diretos ao setor industrial, por parte dos bancos estatais, sem recursos orçamentários que os respaldem). A política de sustentação e regulação dos setores agrícolas implicará a garantia de preços mínimos, o que dará aos proprietários agrários uma certa cobertura face às os

cilações dos preços internacionais. O desenvolvimento industrial será promovido através de diversos mecanismos como altas taxas sobre a importação de produtos que tenham equivalente nacional, isenções de impostos para determinados investimentos, livre importação de determinados bens de produção, créditos baratos ou subsídios etc. (14).

Dependendo das relações de força entre as classes, serão aplicadas distintas políticas de distribuição de renda, através das quais o Estado regulamentará os tetos de aumento na negociação salarial e, eventualmente, também exercerá controle sobre os preços de determinados produtos.

Ainda com diversas variações de grau, o efeito de todas as políticas estatais será o de favorecer a reprodução do capital através da substituição de importações, embora a curto prazo, devido às relações de força e para resolver determinadas crises conjunturais, sejam tomadas medidas de política econômica aparentemente desfavoráveis à substituição (15).

Finalmente temos a constituição, também na área do aparelho financeiro-econômico, de um setor produtivo estatal de caráter não capitalista. Trata-se de investimentos que, por seu caráter altamente capital-intensivo e por sua lenta taxa de retorno, não são atraentes para o capital privado, mas que são, ao mesmo tempo, fundamentais para a continuidade do processo de acumulação (16). Em termos gerais, trata-se de investimentos em capital social básico, anteriormente atraentes para o capital estrangeiro, e de investimentos no setor de insumos industriais básicos. Este setor produtivo estatal produz insumos básicos a preços favorecendo diretamente a acumulação privada. Por isso a taxa de lucro desse setor estatal é muito baixa ou negativa, o que impede sua auto-reprodução autônoma, requerendo sistemáticos auxílios financeiros do orçamento público. Em resumo, trata-se de um setor altamente complementar do capitalismo privado e que não conta com as condições básicas para sua reprodução enquanto capitalista. É claro que seu caráter não capitalista e complementar do privado não implica que o setor produtivo estatal seja facilmente aceito pela classe capitalista; ao contrário, existem sempre frações capitalistas que se opõem a sua constituição e desenvolvimento (e essa oposição varia em grau segundo a maior ou menor permanência de uma ideologia pré-Keynesiana), vindo nele uma ameaça para sua própria sobrevivência, ameaça essa que, de algum modo, está sempre potencialmen-

te presente, na medida em que o setor produtivo estatal pode transformar-se eventualmente num setor capitalista de Estado.

Não houve um desenvolvimento linear do Estado Gendarme para o Estado Regulador, ou seja, não foram os Estados Gendarmes que contavam com um aparelho organizacional mais desenvolvido os que se transformaram em Estados Reguladores mais rápida e intensamente. Esta transformação dependeu de vários fatores, além do prévio desenvolvimento organizacional do Estado Gendarme, tais como as características da luta de classes e o novo tipo de alianças sociais que se constituíram, o grau de intensidade com que os impactos da crise mundial provocaram modificações mais ou menos substanciais no processo de acumulação interna, o grau de desenvolvimento de interesses substantivos específicos na categoria social do Estado. Assim, por exemplo, o Uruguai, que era (junto com a Argentina) o Estado Gendarme mais desenvolvido, teve uma passagem lenta para o Estado Regulador fundamentalmente porque pôde reacomodar-se com relativa facilidade às novas condições da economia mundial, sem requerer um processo significativo de industrialização substitutiva de importações, que era mais difícil produzir-se em virtude da quase inexistência prévia de um setor industrial voltado para o mercado interno. Por outro lado, não se desenvolveram no interior da categoria social do Estado interesses substantivos específicos que a fizessem atuar enquanto burocracia industrializadora, em grande medida porque as dimensões territoriais-populacionais do país não favoreciam o desenvolvimento de uma burocracia militar (nem muito menos civil) com vocação hegemônica (17).

No Brasil, o Estado Regulador instaurou-se rapidamente em virtude de três fatores: 1. as dificuldades para a exportação primária já se mostravam significativas antes mesmo da crise, mundial o que contribuiu para incrementar o desenvolvimento relativo do setor industrial voltado para o mercado interno (conquanto suas dimensões fossem restritas, relativamente ao tamanho da população); 2. a crise mundial coincidiu com uma profunda crise de regime político; e 3. existiam condições para a autonomização de uma burocracia estatal industrializadora, em razão do caráter altamente desarticulado do país e de suas classes dominantes. Essa desarticulação punha na ordem do dia o problema da integração nacional, o qual foi tema fortemente presente na agenda de questões enfrentadas pelo Estado. A essa preocupação fundamental da burocracia, acresce-se o surgimento embrionário na burocracia militar do pro-

blema da hegemonia do Estado-Nação do âmbito sul-americano, em grande medida como resposta a preocupações similares mais antigas da burocracia militar Argentina. (18)

Na Argentina, a passagem do Estado Gendarme para o Estado Regulador também foi rápida, em razão tanto da existência prévia de um setor industrial voltado para o mercado interno, como de uma burocracia militar com vocação hegemônica a nível continental, como também da consolidação, na década de 30, de uma aliança de classes agrário-industrial (19). Esses fatores serão analisados com mais detalhe em capítulos posteriores.

Na Argentina, diversamente do Uruguai, o alto nível de desenvolvimento organizacional do Estado Gendarme potencializou, no contexto das outras condições favoráveis acima mencionadas, a rápida consolidação de um Estado Regulador relativamente sofisticado.

No Chile, o impacto da crise mundial foi fortíssimo, e a isso se somaram transformações sociais internas que favoreceram um significativo desenvolvimento do Estado Regulador, após alguns anos de impasse no começo da década de 30 (20). Além disso, no Chile, como no Brasil, embora com uma especificidade bem distinta, a crise mundial coincidiu com uma profunda crise da forma de regime político (21). No México, todos os fatores tendiam a favorecer uma rápida passagem para o Estado Regulador: existência de uma burocracia estatal autonomizada com grande legitimidade popular, ao que se associa a predominância de uma ideologia estatalocrática, assim como classes subalternas mobilizadas e pressionando na direção de um desenvolvimento industrial que permitisse elevar seu nível de vida (22).

Nos países andinos (excetuando a Colômbia) a lentidão da passagem do Estado Gendarme ao Estado Regulador foi provocada pela fraqueza do primeiro, acrescida de outros fatores tais como: ausência de um setor industrial pré-existente, consolidação de alianças sociais com forte predomínio das oligarquias agrárias, setor capitalista da economia com caráter de enclave, e incapacidade das burocracias estatais para autonomizar-se enquanto industrializadoras - fundamentalmente em virtude do grande poder das oligarquias agrárias. Quanto a este último aspecto, excetua-se a Bolívia onde, como consequência da derrota na guerra do Chaco, produziu-se uma relativa autonomização da burocracia militar, tendência que não se chegou a desenvolver e que se desdobrou posteriormente na autonomização de uma burocracia estatal civil; mas isso,

através de uma revolução popular que destruiu o aparelho militar. Em suma, nos países andinos o Estado Regulador só se constituiu co mo tal na década de 50 (23).

3. A FORMA DE ESTADO PROMOTOR

A forma de Estado Promotor implica uma nova mudança de escala na expansão e na complexidade do aparelho organizacional, pois tem que fazer face aos requisitos da acumulação da etapa do capitalismo conglomerado transnacional-estatal. O ponto central dessa mudança de escala é o desenvolvimento de uma aparelho produtivo capitalista de estado (APCE), ou seja, a transformação do antigo setor produtivo estatal em unidades econômicas de caráter capitalista que competem com o capital privado por áreas de inversão e que, sobretudo, têm capacidade para se auto-reproduzirem porque produzem com elevadas taxas de lucro, iguais ou superiores às do capitalismo privado. Por seu caráter capitalista, esse setor tem forte tendência a se expandir aproveitando-se da dupla circunstância de constituir-se por unidades econômicas altamente eficientes e de ter uma relação bem mais estreita com o Estado do que o resto das frações do capital (24). Como, uma vez constituído, o APCE se inscreve na lógica de reprodução transnacional - estatal, ele tende a crescer mais rápido do que o conjunto da economia e a se transformar em um de seus polos dominantes. Outra característica fundamental da mudança de escala da estrutura organizacional do Estado é a transformação da burocracia estatal em uma tecnocracia estatal que tende a deter, com certa independência para com a forma de regime, o controle do conhecimento técnico-organizacional e que - se baseia numa hierarquia mais flexível e descentralizada do que a burocracia tradicional centralizada e regulamentada (25). O novo Estado Promotor não se limita a regular a reprodução do capital, mas a promove ativamente, tendo como principal instrumento para isso o APCE.

As diversas áreas ministeriais do aparelho administrativo tendem a expandir seu raio de ação, ao mesmo tempo que elevam seu nível de eficiência relativa; a própria ideologia dominante no interior do Estado promotor é a de ser um aparelho organizacional que se coloca na fronteira de produtividade da sociedade.

O aparelho militar se tecnocratiza fortemente, desenvolvendo nos membros da categoria social uma competência profissional relativamente polivalente; já não se trata de desenvolver ap

tidões bélicas de tipo convencional, mas de preparação para a guerra global (26). A indústria armamentista, diretamente controlada pelo aparelho militar, tende a adquirir proporções que chegam a ser significativas relativamente ao produto interno bruto. Dependendo da importância e do poder relativo do aparelho militar na sociedade, podem desenvolver-se tanto um setor de investigação científica e tecnológica para fins militares quanto um sofisticado sistema de informações que cobre o conjunto da sociedade. Por tudo isso, o aparelho militar tende a se tornar um aparelho mais complexo, mais diversificado funcionalmente e com maior capacidade de planificação de sua própria reprodução, além de ser uma fonte de planos globais para a sociedade (27).

O aparelho financeiro-econômico adquire um novo nível de sofisticação visto que desenvolveu uma grande capacidade de extrair recursos para a manutenção e a expansão do conjunto do aparelho de Estado. A capacidade do Estado de impor tributos se amplia e a dívida pública interna se consolida como fonte de recursos estatais. Os centros de regulação da atividade econômica vão incorporando, em dose significativa, as práticas planificadoras: desde planos nacionais de desenvolvimento a médio prazo até planos regionais e locais, passando por diversos tipos de planos setoriais (agrícola, industrial, urbano, energético) e planos de expansão da própria maquinaria do Estado. É claro que essas práticas planificadoras se inscrevem dentro dos limites da reprodução capitalista, embora o princípio que a rege não seja a exclusiva valorização do capital privado, mas também, e até fundamentalmente (dependendo das relações de força entre as classes), a valorização do capital estatal (28). É importante observar que o fato de os meios de produção do setor capitalista de Estado serem estatizados não significa que eles sejam socializados; muito ao contrário, dependendo da forma de regime, pode ser que se coloquem nas antípodas da socialização (regimes totalitários e autoritários). O que se produz no Estado capitalista Promotor é uma planificação indicativa - por incentivos, nunca uma planificação imperativa. Esta última é característica tanto dos sistemas onde o capitalismo burocrático de Estado é dominante, como seria, em princípio, dos sistemas capitalistas de Estado em transição para o socialismo. Neste último caso a planificação se colocaria em contraposição à reprodução capitalista e, por isso, já não seria regida pelo princípio de valorização do capital quer privado, quer estatal. A prática

da planificação (mesmo com seu caráter limitado) é uma característica específica da nova tecnocracia estatal: o princípio que rege sua atividade é o de que toda proposta e tomada de decisão deve ser acompanhada por projetos-planos-informações que a justifiquem detalhadamente. Através do projeto, a prática planificadora vai permeando o conjunto do aparelho de Estado, assim como permeia também a atividade dos conglomerados transnacionais (29). Dado o caráter descentralizado de funcionamento da tecnocracia e o recurso do conhecimento técnico-organizacional que a tecnocracia estatal detém, existe uma tendência (cuja força dependerá da forma de regime) para a multiplicação dos centros de decisão do aparelho financeiro-econômico do Estado, produzindo-se conflitos inter-tecnocráticos pela preservação e/ou ampliação das diferentes áreas de influência. Isto provocará certas tendências centrífugas no processo de expansão do aparelho financeiro-econômico de Estado e frequentes justaposições das áreas de influência das diversas agências, o que neutralizará parcialmente a capacidade que ele próprio desenvolve de gerir as atividades econômicas. É claro que esses conflitos intertecnocráticos são quase impossíveis num aparelho de Estado controlado por uma Sociedade Civil consistente e ampla, o que está longe de ser a norma dos Estados Promotores atualmente existentes. Em resumo, existiria no aparelho financeiro do Estado uma tendência para simultaneamente expandir-se e segmentar-se.

O Aparelho Produtivo Capitalista de Estado (APCE) surge como produto da transformação operada no caráter do setor produtivo estatal anterior, sendo uma das causas fundamentais desta modificação o caráter transnacional da acumulação em escala mundial. Com efeito, o desenvolvimento desse APCE parece a única alternativa razoável para um Estado-Nação periférico que pretenda incentivar o desenvolvimento das forças produtivas, em virtude da debilidade organizacional e da forte dependência do capital privado nacional. O Estado Periférico Promotor requeriria, para evitar um estancamento relativo no desenvolvimento das forças produtivas, que os conglomerados transnacionais considerassem a sociedade nacional como uma de suas áreas de investimento (quanto mais importante como área de investimento para as transnacionais é um país, maiores possibilidades de desenvolvimento de forças produtivas capitalistas ele tem). O desenvolvimento de um APCE tem a vantagem, do ponto de vista do Estado-Nação, de criar unidades econômicas re

lativamente similares aos conglomerados transnacionais numa série de aspectos (alta produtividade do trabalho, taxas de reprodução elevadas, grandes dimensões e tendência à conglomeração), características essas que permitem ao Estado negociar com as transnacionais a partir de posições relativamente sólidas. Tanto o APCE, em particular, como o Estado Promotor, em geral, favorecem, por sua estrutura intrínseca, a legitimação de uma ordem econômica baseada nas grandes unidades econômicas. Esse é o tipo de espaço social no qual as transnacionais se movem confortavelmente porque não precisam lutar contra a ilegitimidade que está sempre presente quando penetram em uma ordem econômica baseada predominantemente em unidades econômicas relativamente pequenas. É claro que esta complementaridade entre o APCE e os conglomerados transnacionais, intrínseca ao novo modo de acumulação instaurado no mundo na década de 60, não significa que não existam conflitos às vezes muito agudos entre ambos. É isto porque os conglomerados transnacionais são entidades de caráter basicamente econômico que tendem a dissolver as identidades nacionais nos agentes sociais, enquanto os Estados periféricos Promotores são, antes de unidades econômicas (pela existência do APCE), unidades político-militares que tendem a reforçar as identidades nacionais nos agentes sociais. O processo de internacionalização da economia está longe de ter correspondentes precisos no nível político e ideológico; pelo contrário, esta defasagem parece ser uma das maiores fontes de conflito, direta ou indiretamente, no mundo contemporâneo. Encontramo-nos no meio de um processo, cujas consequências são difíceis de prever, com duas tendências contraditórias: enfraquecimento das economias nacionais enquanto nacionais e reforço dos Estados-Nações enquanto Estados, conquanto esta última tendência seja menos universal que a primeira.

Com o desenvolvimento do APCE, o Estado periférico atinge um ponto de diferenciação organizacional máxima para o desenvolvimento de interesses substantivos particulares da categoria social do Estado. Com efeito, como este aparelho de estado se constitui em fração do capital social, global, existe uma tendência para gerar uma nova classe social: a burguesia tecnocrática de estado (30). Esta classe social é constituída pelos detentores efetivos da propriedade dos meios de produção, ou seja, toda a rede de gerentes-administradores das empresas do Estado. Chamamo-la de burguesia porque se trata de detentores de meios de produção que

têm um caráter capitalista por seu mecanismo de acumulação (baseado na mais-valia gerada por trabalhadores assalariados, com taxas de lucro semelhantes ou superiores ao capital privado e competindo com este pelas áreas de investimento). Chamamo-la de tecnocrática por não se tratar de uma propriedade individual mas de uma propriedade organizacional, de aparelho, e porque o recrutamento de seus membros é feito entre aqueles que possuem conhecimento técnico-organizacional, quer seja a partir de uma passagem mais ou menos prolongada pelos escalões intermediários da própria empresa ou a partir de uma carreira em outro aparelho de Estado (principalmente o aparelho militar e o aparelho financeiro-econômico) ou, inclusive, numa grande empresa privada (31). Ela é de estado por ser propriedade jurídica do Estado e por manter com este uma relação mais estreita do que as frações do capital privado, o que não impede que tenda a ter uma autonomia específica em relação ao resto do aparelho de Estado. A lógica de expansão-reprodução do APCE é bem diferenciada em relação ao resto dos aparelhos de Estado visto que, por suas propriedades intrínsecas, combina internamente as características de uma unidade econômica capitalista com as de um aparelho político de Estado. O próprio APCE, fundamentalmente por seu caráter capitalista, embora também por seu caráter de aparelho estatal, não é uma entidade homogênea; ao contrário, cada unidade econômica ou conglomerado estatal luta para ganhar novas áreas específicas de investimento e controle, eventualmente até em detrimento de seus congêneres. Poderíamos imaginar as unidades do capitalismo de Estado como ilhas que se vão espalhando e formando arquipélagos com limites difusos entre si. Estes, por sua vez, estariam instalados num oceano com arquipélagos gigantes - constituídos pelos conglomerados transnacionais.

A relação entre o APCE e o aparelho financeiro-econômico, encarregado em princípio de supervisionar a atividade do primeiro, e a relação entre o APCE e os aparelhos executivo, parlamentar e militar são muito complexas e altamente variáveis de acordo com a forma específica do regime político.

Em geral, quanto mais antigo e consolidado for o APCE, mais tenderá a estar autonomizado do aparelho financeiro-econômico, tanto do ponto de vista de sua capacidade de decidir livremente sobre a alocação de seus recursos, quanto do ponto de vista de sua capacidade de influir diretamente sobre os centros decisórios fundamentais do Estado (aparelho executivo, aparelho parlamentar). Tanto sob formas de regime autoritário e totalitário como liberal,

a burguesia tecnocrática de Estado é a efetiva detentora dos meios de produção estatais; só sob regimes democráticos essa propriedade econômica pode ser atenuada, controlada e, eventualmente, anulada. Mas, neste último caso, o capitalismo de estado adquiriria um caráter de transição para o socialismo, na medida em que ele fosse dominante na formação social e, em caso contrário, manteria formas de convivência instáveis com os conglomerados transnacionais predominantes.

O Estado Promotor começa a se instaurar na América Latina na década de 60, quando se abre uma nova etapa na acumulação capitalista mundial. No México e no Brasil, estabeleceu-se na década de 60 e, na Venezuela e no Peru, nos anos 70. Não chegou ainda a se instaurar na Argentina, no Chile, na Bolívia e na Colômbia, mas as condições para sua instauração estão relativamente maduras.

No México, a passagem do Estado Regulador para o Estado Promotor foi precoce e um tanto imperceptível, pois houve continuidade na forma de regime no período de transição. Os fatores fundamentais que favoreceram a precoce passagem mexicana são: a existência de um setor produtivo estatal forte sob o Estado Regulador, a existência de uma burocracia autonomizada, com grande legitimidade popular, e a existência de uma ideologia dominante, herdeira da Revolução, favorável à expansão do Estado (32).

No Brasil, a passagem do Estado Regulador para o Promotor foi relativamente rápida, embora tenha tendido a se confundir com uma mudança de forma de regime. Os fatores fundamentais que favoreceram a passagem são: a forte tendência à autonomização da burocracia estatal, tanto civil como militar, a existência de um setor produtivo estatal prévio bastante desenvolvido (embora não tanto quanto no México) e o fato de que as altas taxas de acumulação registradas pela economia, à custa da super-exploração operária, permitiram uma grande expansão tanto do capitalismo de Estado como do capital privado nacional (este último em menor proporção), além da óbvia expansão das transnacionais. Apesar da dominância de uma ideologia privatista na sociedade, a expansão do Estado tendeu a passar algo despercebida, porque se realizou em nome da privatização. A parada das altas taxas de crescimento em 1974 provocou um afloramento da resistência do capital privado contra a expansão do Estado, visto que o setor mais afetado pela queda nas taxas de crescimento foi o primeiro. Todavia, a "tomada de consciência" parece tardia porque o APCE no Brasil já estava rela

tivamente consolidado, respondendo a tendências profundas da acumulação internacional (33).

No Peru, o Estado Promotor se instaurou a partir de um Estado Regulador fraco, aqui desempenhando um papel fundamental a grande autonomização da burocracia militar. O Estado Promotor peruano realizou combinadamente tarefas que o Estado Regulador havia realizado na periferia avançada latinoamericana (destruição das bases de poder das oligarquias pré-capitalistas, promoção da substituição fácil de importações etc.) e tarefas próprias do Estado Promotor (criação de um APCE, grandes inversões associadas Estado-transnacionais etc.) Apesar de sua rápida instauração, o Estado Promotor peruano não está ainda consolidado devido à debilidade organizacional do Estado Regulador a partir do qual surgiu (34).

Na Venezuela, o Estado Promotor se instaurou rapidamente na década de 70, tendo como fator fundamental em sua constituição a renda diferencial (petróleo) de que se apropria em suas relações com a economia mundial. Na década de 60, o Estado Regulador era relativamente fraco como aparelho organizacional e praticamente não existia um setor produtivo estatal. No começo da década de 70, uma série de fatores confluíram para uma rápida constituição do Estado Promotor: uma forte acentuação da renda diferencial petrolífera; um regime liberal democrático que estimulou o debate a favor da apropriação plena nacional-estatal dessa renda daí resultando a estatização da indústria do petróleo - e a forte posição de negociação mundial que o cartel da OPEP dá à Venezuela; e, devido a isso, um fabuloso superavit da balança comercial e de pagamentos que é canalizado para a constituição de um APCE e permite uma rápida e intensa mudança de escala nos recursos controlados pelo Estado (35). Embora se constitua por volta da mesma época e a partir de economias previamente pouco desenvolvidas, o Estado Promotor Venezuelo se consolidou muito mais como aparelho organizacional do que o peruano, sendo de particular interesse para nós por se tratar do primeiro Estado Promotor que se combina com um regime liberal-democrático (talvez hoje já possa ser caracterizado como democrático) na América Latina. A Venezuela seria um caso exemplar para sublinhar os perigos de estabelecer correspondência necessária entre Estado Promotor e Regime autoritário (36).

Na Argentina houve uma tentativa clara de constituição

de um Estado Promotor, na segunda metade da década de 60, partindo de um Estado Regulador com um aparelho organizacional altamente desenvolvido e da existência de um setor produtivo estatal relativamente forte. Essa tentativa fracassou pela dinâmica da luta de classes e uma outra parece estar se desenvolvendo a partir de 1977, mas ainda é cedo (as características não estão claramente de finidas) para fazer uma avaliação da mesma.

No Chile de fins da década de 60 e começo da década de 70 existiam também fortes tendências para a constituição de um Estado Promotor a partir de um setor produtivo estatal forte e de um Estado Regulador com grande desenvolvimento organizacional. Também aqui, como na Venezuela, embora nas condições de uma aguda luta entre classes dominantes e classes subalternas, tratava-se da constituição de um Estado Promotor sob regime democrático (aqui plenamente democrático e não liberal-democrático como na Venezuela). Subsistem no Chile condições favoráveis - setor produtivo estatal e aparelho estatal desenvolvido - para a constituição de um Estado Promotor, mas não se percebem tendências definidas nessa direção sob o atual regime autoritário-militar. O Estado Regulador chileno atual regula uma reprodução de "subsistência" de uma economia quase totalmente estagnada.

Tanto na Bolívia quanto na Colômbia da década de 70 existem tendências significativas para a constituição de um Estado Promotor. No entanto, não se produziu uma transformação definida do setor produtivo estatal (que é forte em ambos os países) em APCE, nem houve um ponto de inflexão na mudança de escala dos recursos controlados pelo Estado. Nesse aspecto, a Colômbia tem um Estado Regulador relativamente fraco - com limitada capacidade para regular a reprodução capitalista - relativamente ao nível de desenvolvimento de sua economia. Isto se deve, entre outras razões, à existência de uma Sociedade Civil consistente e restrita, com importantes aparelhos societários controlados por setores agrários e financeiro-comerciais.

É importante destacar que em todos os casos, tanto nos Estados Promotores constituídos, como nas tentativas de constituição, estão presentes tendências profundas da acumulação capitalista mundial que têm como efeitos fundamentais sobre as economias periféricas: o aumento do coeficiente de importações, a abertura do mercado interno e o processo de conglomeração das unidades econô-

micas. Neste sentido, as economias periféricas já não podem (ou é muito difícil) continuar com a substituição de importações - no sentido restrito deste conceito, ou seja, produção industrial para um mercado interno protegido, sem economias de escala, com uma produtividade do trabalho inferior à média mundial e com uma estrutura de preços muito distante da internacional -, e o único recurso com que contam, para evitar quer uma transnacionalização maciça de sua economia quer o estancamento, é o de desenvolver unidades econômicas capitalistas de Estado com capacidade de negociação efetiva com os conglomerados transnacionais.

NOTAS DO CAPÍTULO III

1. Ver a este respeito Touraine: Les Sociétés Dépendentes.
2. Halperin Donghi: Historia Contemporânea de América Latina, fornece uma informação detalhada por países a respeito da dinâmica social geral dos mesmos, permitindo assim uma diferenciação precisa das suas desigualdades de desenvolvimento e da relação destas com a estrutura organizacional do aparelho de Estado.
3. Ver a este respeito Halperin Donghi, op.cit.; Canton: El Parlamento Argentino en Epocas de Cambio; Puiggros: El Yrigoyenismo; Areces: "La dictadura de Gomez".
4. Ver a este respeito Jobet: Historia Económica y Social de Chile;
5. Ver Cardoso e Faletto: Dependencia y Desarrollo en América Latina.
6. Ver a este respeito H. Donghi: op.cit.
7. Um tratamento interessante da questão é o de Kaplan: La Formación del Estado Nacional en América Latina; ver também, embora trate mais de problemas económicos e ideológicos do que estatais, Stein: La Herencia Colonial de América Latina.
8. Informações fundamentais para este problema são dadas em Ramirez Necochea: Balmaceda y la Revolución del 90.
9. Para informações ver H. Donghi: op.cit.
10. Os elementos favorecedores são brilhantemente estudados por Faoro: Os Donos do Poder, embora perdendo parcialmente a visão dos aspectos obstaculizadores do aparelho estatal.
11. Informação precária, mas de certa relevância, sobre o nível de aparelhamento do Estado Gendarme no México encontramos em Leal: "The Mexican State, 1915-73. An Historical Interpretation".
12. Para o tratamento deste problema ver Furtado: La Economía Latinoamericana desde la Conquista Ibérica hasta la Revolución Cubana.
13. Ver a este respeito Ramos: Historia de la Nación Latinoamericana; e Historia política del Ejército Argentino.
14. Para o tratamento deste problema ver Cepal: El Desarrollo Económico de América Latina en la Post-Guerra.
15. Para um excelente tratamento do problema da substituição de importações, ver Tavares: Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.
16. Para o tratamento deste problema, ver Coutinho e Reichstul: "O setor produtivo estatal e o ciclo".

17. Ver a este respeito H. Donghi: op.cit.
18. Para o tratamento deste problema, ver Furtado: Formação Econômica do Brasil; Faoro: op.cit. L. Martins: Pouvoir et Développement Economique.
19. Sobre a existência da burocracia militar, ver Potash: The Army and Politics in Argentina, 1928-1945: Yrigoyen to Peron; sobre a aliança de classes, ver Murmis e Portantiero: Estudios sobre los origenes del Peronismo.
20. Ver a este respeito Jobet: op.cit.
21. Para o tratamento deste problema, ver Lechner: La Democracia en Chile.
22. Para o tratamento deste problema, ver Leal: op.cit.; Cordera: "Estado y desarrollo en el capitalismo tardio y subordinado".
23. Informações relevantes sobre os países andinos no período de 1930-60 podem ser encontradas em H. Donghi: op.cit. e Ramos: op.cit.
24. Este tema é brilhantemente desenvolvido em C.E. Martins: Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil. Embora coincidamos quase totalmente com Martins, consideramos que este autor não dá suficiente importância ao processo de mudança de escala na estrutura organizacional do Estado, provavelmente influenciado por um arcabouço conceitual onde o conceito de modelo político desempenha um papel chave e, por isso, o conceito de forma de estado não fica suficientemente diferenciado.
25. Sobre a tecnocracia estatal, ver O'Donnell: Modernización y Autoritarismo e Bresser Pereira: Estado e Subdesenvolvimento Industrializado. Este último dá tal alcance ao desenvolvimento da tecnocracia estatal que a inscreve no interior da classe dos tecnocratas, a qual seria, para ele, a nova classe em ascensão em escala mundial, que convive com a classe capitalista mas que tende, a longo prazo, a substituí-la. A tese é muito sugestiva mas talvez se exceda atribuindo a uma tendência possível uma necessidade absoluta.
26. Para o tratamento deste problema, ver O'Donnell: op.cit. e Huntington: El Orden Político en las Sociedades en Cambio.
27. Para informações sobre as características contemporâneas do aparelho militar na América Latina, ver Beltran: El Papel Político y Social de las Fuerzas Armadas en América Latina e Rattenbach: El Sector Militar de la Sociedad.
28. Para o tratamento deste problema, ver C.E. Martins: op.cit.
29. Ver Bresser Pereira: op.cit.
30. Embora pudéssemos também denominá-la burguesia burocrática de Estado, seguindo Bettelheim: Les Luttes de Classes en URSS, preferimos o adjetivo tecnocrática por denotar melhor sua especificidade enquanto burocrática.

31. A respeito do conceito de propriedade de aparelho, ver o excelente desenvolvimento realizado por Srour: Modos de Produção: Elementos da Problemática, embora ele o coloque no interior do que denomina Modo de Produção Corporativista, cuja conceituação, embora fértil para a análise duvidosa. Com efeito, ao separar radicalmente a propriedade capitalista (concebida em última instância como individual) e a propriedade corporativa, Srour não consegue explicar a especificidade dos conglomerados transnacionais. Por isso é fraco o seu conceito de capitalismo monopolista de Estado como forma do modo de produção capitalista no qual se incluiriam os conglomerados transnacionais. Tudo isso está ligado a um dos problemas fundamentais que essa tese não consegue resolver: pensar o desenvolvimento econômico-social em escala planetária e não em escala nacional.
32. Para o tratamento deste problema, ver Villa: "Las bases del estado mexicano y su problemática actual"; Cordera: op.cit. e Hanson: The politics of Mexican Development.
33. Para o tratamento deste problema, ver C.E. Martins: op.cit.; Cardoso: "Las contradicciones del desarrollo asociado"; Bresser Pereira: op.cit.
34. Ver Moreira: Modelo Peruano.
35. Ver la Opinión: "Informe sobre la participación del Estado en el Desarrollo Venezolano".
36. Ver O'Donnell: "Reflexiones sobre las tendencias generales del cambio del Estado Burocrático - autoritario", onde se explicitam relações de correspondência estrita entre os dois termos.

CAPÍTULO IV

AS FORMAS DE REGIME E OS MECANISMOS DE REPRESENTAÇÃO

A forma de regime remete ao tipo de relação de poder político que se estabelece entre os agentes sociais de uma determinada sociedade, configurando uma trama de relações entre os aparelhos políticos (tanto estatais quanto societais). Isto implica um determinado tipo de relação entre Estado/Sociedade Civil, Povo e Marginais, que se materializa em mecanismos específicos de representação da Sociedade Civil-Povo face ao Estado e nos correspondentes mecanismos de controle-legitimação do Estado em face da Sociedade Civil-Povo. Enquanto o conceito de forma de Estado denota as modificações na função de acumulação do Estado, de acordo com as características específicas da acumulação capitalista, o conceito de forma de regime denota o grau de concentração-centralização ou diversificação-descentralização do poder político numa determinada sociedade. Em outras palavras, o primeiro remete a um padrão de acumulação, a uma relação Estado-economia; o segundo remete a um padrão de dominação política, a uma relação entre Estado-Sociedade Civil e Povo. Ambas as formas, embora de maneiras distintas, são sobredeterminadas pela luta de classes. A forma de Estado é sobredeterminada pela luta de classes através do efeito desta última sobre o processo de acumulação. A forma de regime é sobredeterminada pela luta de classes através da materialização desta numa rede de aparelhos políticos-instituições, o que por sua vez configura uma relação específica entre Estado-Sociedade Civil e Povo. Um grande desenvolvimento do Estado como aparelho organizacional (por exemplo, Estado Promotor) não implica necessariamente uma grande centralização do poder político (regime totalitário ou autoritário). Um Estado pode ser muito forte do ponto de vista da acumulação e, ao mesmo tempo, fraco do ponto de vista do poder político, ou seja, fortemente controlado pela Sociedade Civil como sucede com os estados sueco, italiano, inglês, venezuelano contemporâneos. Por outro lado, um Estado pode ser fraco do ponto de vista da acumulação e, ao mesmo tempo, forte do ponto de vista do poder político, ou seja, controlador da Sociedade Civil e do Povo, como sucede com o Estado português até 1974, o Estado haitiano e o Estado guatemalteco contemporâneos.

Existe uma matriz de raciocínio reducionista essencia-

lista no pensamento marxista que levou a eliminar ou diminuir a importância da diferenciação entre as formas de Estado e as formas de Regime (1). O raciocínio seria mais ou menos o seguinte, em termos esquemáticos: como a classe capitalista é a classe economicamente dominante, o estado capitalista é um instrumento a serviço da classe capitalista e, na medida em que existem graus variáveis de concentração e centralização do capital enquanto se avança no processo de acumulação capitalista, isto produz, reflexiva e necessariamente, graus cada vez mais altos de concentração e centralização do poder político materializados no Estado, que é seu instrumento. Os regimes políticos são concebidos então como derivados da forma de Estado: à etapa do capitalismo concorrencial, em que existe uma baixa concentração-centralização do capital, corresponde um Estado-regime fraco ou liberal; à etapa do capitalismo monopolista, com alta concentração-centralização do capital, corresponde um poder político concentrado, ou seja, um Estado-regime forte ou autoritário (quer seja em sua forma extrema fascista, quer seja conservando uma fachada liberal). Trotski, por exemplo, formulava com precisão essa concepção na década de 30: a burguesia ascendente, nas origens do capitalismo, governava através de um regime democrático-jacobino; a burguesia madura, estabilizada, governava através de um regime liberal-parlamentar; a burguesia monopolista decadente tem que governar sob regimes fascistas (2). Poulantzas coloca algo semelhante quando diz que, ao Estado liberal não intervencionista, corresponde o regime parlamentar; ao Estado intervencionista, correspondem os regimes presidencialistas fortes ou os regimes fascistas (3).

Pensamos que a experiência histórica nos ensina não existir nenhuma tendência universal nem teleológica para a deterioração dos parlamentos como centros de poder. Existem várias sociedades em que um parlamento democrático se mantém forte (e mesmo aumenta seu poder) nas últimas décadas: Itália, Inglaterra, Holanda, os países escandinavos, Áustria; bem como existem sociedades em que um parlamento democrático surgiu nos últimos anos (Espanha, Portugal), ou sociedades em que um parlamento menos democrático recuperou crescente poder face ao executivo (EUA pós-Watergate), ou ainda sociedades em que, efetivamente, se dá a transferência do poder do parlamento para o executivo, como Poulantzas assinala (França da Va República, Alemanha nos últimos anos).

A matriz de pensamento reducionista é uma das fontes que alimentam as posições políticas ultraesquerdistas, quer em sua variante ativa (guerrilheirismo, foquismo, vanguardismo), quer em sua variante passiva (nihilismo, anarquismo radical, catastrofismo) (4).

O reducionismo classe-Estado-regime é também uma das fontes de representação acrítica-apologética das sociedades de capitalismo burocrático de Estado da Europa Oriental e da Ásia. Como o Estado é um instrumento da classe capitalista, a propriedade deve permanecer diretamente sob seu controle no sistema capitalista. Portanto, quando a propriedade é estatal, isto significa que ela se socializou e que estamos diante de um sistema socialista com um Estado que representa a classe operária. Daí se deduz a existência de um regime político democrático-socialista. As deduções são bem simplistas - embora se expliquem por uma complexa história de vencedores e vencidos no pensamento socialista -, pois estabelecem conexões necessárias entre os termos, quando existem diversas outras possibilidades de articulação. A equação propriedade-privada/capitalismo/Estado-instrumento-da-classe-capitalista/regime-liberal-ou-fascistizante (dependendo das etapas), contrapõe-se a equação propriedade-estatal/socialismo/Estado-instrumento-da-classe-operária/regime-democrático. Já falemos sobre as inconsistências da primeira equação; a segunda é tão vulnerável quanto a primeira. Com efeito, propriedade estatal pode significar capitalismo de Estado no interior de um sistema capitalista privado (Brasil), ou capitalismo burocrático de Estado (URSS) ou socialismo (propriedade e gestão socializada dos meios de produção). A nosso ver, nas sociedades da Europa Oriental (especialmente a URSS) a propriedade estatal significa capitalismo burocrático de Estado; o suposto Estado operário é um Estado planejador de produção das relações capitalistas-estatais, e o suposto regime democrático é um regime totalitário com um Estado que absorveu a Sociedade Civil e que controla ferreamente o Povo.

Pensamos que formas de Estado e formas de regime se determinam reciprocamente em cada sociedade concreta. Mas esta determinação é bem distinta da determinação mecânica do paradigma essencialista. Uma forma específica de Estado, o Estado Regulador, por exemplo, vai ter algumas determinações específicas (mantendo seu caráter fundamental de Estado Regulador) dependentes da forma de regime político em que a sociedade estiver organizada. O

processo de tomada de decisões e a articulação entre os centros decisórios do Estado será distinta sob um regime autoritário ou sob um regime democrático. No primeiro caso, os centros decisórios estarão concentrados no interior do próprio Estado e, dentro dele, no aparelho executivo ou militar, e o processo decisório - tanto no que concerne às reivindicações, como à formulação de propostas, à tomada e implementação das decisões - estará circunscrito a um número restrito de atores políticos. No segundo caso (e mantendo o Estado, no essencial, a mesma capacidade de regular a acumulação capitalista), os centros decisórios estarão diversificados na Sociedade Civil e no Estado, tendo os centros decisórios da Sociedade Civil capacidade de controle e de influência sobre os do Estado. Assim, a reivindicação, a formulação de propostas, a tomada e a implementação das decisões estarão abertas a um número maior de atores políticos.

Por sua vez, uma determinada forma de regime, liberal, por exemplo, terá determinações específicas provenientes da forma de Estado. O Estado Gendarme, com um aparelho organizacional fraco, e o Estado Promotor, com um aparelho organizacional forte, terão distintas formas de controle da Sociedade Civil sobre o Estado: os mecanismos de representação da Sociedade Civil frente ao Estado terão que se amoldar à distinta complexidade organizacional e ao grau de aparelhamento do mesmo. Concomitantemente, as características específicas dos aparelhos sociais serão também distintas, a começar pelo fato de que sofrerão também uma mudança de escala quanto à complexidade e aos recursos que controlam.

1. OS MECANISMOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Antes de passarmos à caracterização e à análise das quatro grandes formas de regime existentes na sociedade capitalista, consideramos necessário fazer um breve parêntese que nos permita caracterizar os mecanismos de representação política cuja combinação e cujo princípio de articulação estarão diretamente vinculados a elas.

Partindo de um certo consenso no discurso político contemporâneo, pensamos poder distinguir seis tipos de mecanismos de representação, construídos ou utilizados muitas vezes em estado prático por vários autores: clientelístico, corporativo, coopta-

tivo, plebiscitário, partidário e assembleário. Nossa contribuição ao problema poderia ser vista na modificação do contexto em que tais mecanismos são definidos e num certo esforço de explicitação das relações complexas entre eles. Não pretendemos ser exaustivos, nem fundar solidamente a diferenciação e a articulação de tais mecanismos; só os utilizamos na medida em que acreditamos terem um valor heurístico que nos permite avançar na análise dos regimes políticos.

Nossa conceituação da representação política é significativamente distinta da teoria tradicional da representação política, que é informada pela matriz de pensamento liberal. Para aquela, só os mecanismos partidários e clientelístico seriam genuinamente representativos, enquanto o corporativo, o cooptativo e o plebiscitário seriam formas espúrias de substituir a representação política genuína. O mecanismo assembleário, por sua vez, descifrado como democracia direta pertencente a um remoto passado histórico e considerado apenas como um antecessor das formas de representação partidária e clientelística (5). Por nosso lado, pretendemos pensar uma problemática da representação política que seja suficientemente abrangente, de modo a procurar explicar as diversas formas de representação de interesses que escapam às tradicionalmente consideradas (6).

O critério que preside nossa diferenciação dos mecanismos de representação é a forma através da qual se articulam os interesses da Sociedade Civil - Povo para influenciar os centros decisórios do Estado. É claro que o Estado não é uma entidade passiva nesse processo; pelo contrário, ele atua rearticulando, neutralizando e controlando os interesses articulados na Sociedade Civil - Povo. É importante considerar que os mecanismos de representação política são, ao mesmo tempo, mecanismos de legitimação política, na medida em que, através deles, os agentes sociais são socializados e/ou ressocializados e vivem sua relação com os centros de poder como que "participando" do processo decisório, independentemente da existência ou não de certa participação efetiva no poder.

1.1. O mecanismo de representação clientelístico

O mecanismo de representação clientelístico está organicamente vinculado ao regime liberal, o que não quer dizer que

seja exclusivo dele. Está intrinsecamente vinculado aos sistemas eleitorais, isto é, só pode existir na medida em que existam parlamentos e executivos eleitos por sufrágio popular. Este mecanismo de representação é constituído por três instâncias: a base ou clientela eleitoral, o cacique eleitoral ou intermediário (que pode também ser chamado de cabo, puntero etc. dependendo dos países) e a elite clientelística. Tal mecanismo se materializa institucionalmente no partido clientelístico (7). As reivindicações da base (indivíduos, pequenos grupos) são articuladas por um líder local que, enquanto tal, obtém a lealdade eleitoral da mesma. Esse cacique é, então, "dono" de uma determinada proporção de votos que lhe permitem negociar, em troca do apoio à elite, uma série de favores ou recompensas com que satisfaz parcialmente as reivindicações da base e, com isso, realimenta seu caráter de cacique. Trata-se de um mecanismo de representação altamente personalizado e hierarquizado que, se dominante, é próprio de sociedades nas quais não existe uma significativa ativação política do Povo. A base, "os representados" desempenham aqui um papel totalmente passivo. A relação de representação entre base e cacique é de tal natureza que é esta, e não aquela, que se constitui em célula básica do sistema de representação. É importante destacar que o papel passivo da base não significa que esta não se sinta representada; pelo contrário, ela se reconhece de algum modo como participando do poder e, por esta razão, o clientelismo é frequentemente um eficaz mecanismo de legitimação. A elite concede a sua clientela um tipo de favor individualizado (emprego público, gestão de determinada obra pública de interesse local, facilidades em certos trâmites administrativos, etc.).

O partido clientelístico ocupa certos centros decisórios do aparelho estatal (parlamento, governos estaduais e locais) mas sua capacidade de implementar políticas que rejam a vida social é limitada, fundamentalmente devido à alta passividade da base representada. O campo de luta política do clientelismo é restrito, correspondendo ao tipo de arena decisória distributiva na classificação de Lowi, ou seja, aquela em que entram em conflito interesses altamente divisíveis e que não separa radicalmente os atores políticos em vencedores e vencidos (8). Desse modo, o mecanismo clientelístico permite a determinado tipo de aparelho societal, os partidos clientelistas, influenciar e/ou controlar centros decisórios do Estado, mas somente na medida em que

os primeiros tendam a atuar de maneira altamente reprodutiva. Em contrapartida, para implementar políticas de algum modo transformadoras (políticas redistributivas de Lowi), o partido clientelístico é muito fraco visto que, por suas características intrínsecas, não conta com uma base social ativa que pese na luta política de objetivos redistributivistas. O mecanismo clientelístico é, por sua natureza, conservador, independentemente da conjuntura política, embora não se deva entender, por conservador, que se já imobilista em sentido literal. Dependendo da relação específica entre Estado e Sociedade Civil, o clientelismo pode ser controlado pelo Estado e, neste caso, produz-se uma combinação clientelístico-cooptativa.

1.2. O mecanismo de representação cooptativo

No mecanismo de representação cooptativo, o Estado é um agente muito ativo, na medida em que seleciona agentes da Sociedade Civil ou do Povo que ocuparão posições de influência ou controle sobre os centros decisórios do Estado. O agente cooptado tem que representar de algum modo interesses do Povo e, fundamentalmente, tem que conseguir que a base se sinta participando do poder através dos agentes cooptados. O mecanismo cooptativo implica, então, uma autonomização da burocracia estatal ou de frações da mesma, que se transformam em articuladores diretos de interesses e que selecionam os agentes sociais que representam a base. Com o mecanismo cooptativo, o Estado se transforma em constituidor dos aparelhos societais, os quais, por isso, se acham semi-estatizados ou estatizados (9). Trata-se de aparelhos societais que não têm um grau suficiente de autonomia face ao Estado para serem considerados especificamente como tais. A existência generalizada de aparelhos societais estatizados implica uma absorção da Sociedade Civil por parte do Estado. Trata-se, então, de regimes totalitários ou autoritários-totalitarizantes. É claro que a estatização dos aparelhos societais se dá em graus variáveis, acarretando distintos níveis de rigidez no mecanismo de cooptação.

O conceito de mecanismo cooptativo inclui o que Schmitter denomina corporativismo estatal, mas é mais amplo do que este, visto que o Estado pode não só controlar-absorver a Sociedade Civil, gerando corporações estatizadas que nucleiam os dis

tintos setores produtivos, como também gerar ou reproduzir partidos estatizados e ainda outras formas de representação (como grupos de pressão, anéis burocráticos) também estatizadas (10).

Assim, por exemplo, o partido fascista italiano, originado na Sociedade Civil, ao passar a controlar o Estado, fundiu-se com ele e se transformou rapidamente num partido estatizado. O regime fascista italiano de tipo totalitário tem no partido fascista um dos eixos fundamentais através do qual o Estado absorve e controla a Sociedade Civil. A elite do partido fascista, confundida com os centros decisórios fundamentais do Estado, coopta através do partido (e de outras organizações como as corporações) os agentes sociais destinados a "representar" o Povo (11).

1.3. O mecanismo de representação corporativo

O mecanismo de representação corporativo é próprio de Sociedades Cíveis fortes que têm grande poder de influência e controle sobre o Estado. Através do mecanismo corporativo, são articulados interesses da Sociedade Civil segundo as diferenciações de classe e frações de classe: corporações patronais, sindicatos operários e de assalariados subalternos em geral, associações de profissionais e produtores independentes etc. O relevante é que estas corporações têm uma forte autonomia frente ao Estado (o que não quer dizer que sejam absolutamente independentes dele).

Este mecanismo de reprodução implica, diferindo radicalmente do clientelístico e do cooptativo, a existência de uma base social ativa que constitui aparelhos societais institucionalmente sólidos, nos quais a delegação do poder base-elite tem limites precisos na correspondente prestação de contas efetiva da elite para a base. Ou seja, trata-se de um mecanismo de representação no qual a base participa efetivamente do poder e, por isso, a separação elite-base é relativamente difusa, existindo uma significativa mobilidade vertical entre ambas.

O mecanismo de representação corporativo foi muito bem estudado por Schmitter, sob a denominação de corporativismo societal (em contraposição a corporativismo estatal):

"Vistos de maneira estática, descritiva e institucional, estes dois subtipos /estatal e societal/ exibem uma similaridade estrutural básica, similaridade esta que coloca a ambos fora dos sistemas de representação de interesses pluralista, monista ou sindical

lista. Mas vistos dinamicamente, ambos os tipos de corporativismo se revelam como produtos de processos sociais, políticos e econômicos muito diferentes, como veículos de relações de poder e influência muito distintos, e como portadores de consequências políticas muito distintas. O corporativismo societal encontra-se presente no interior de sistemas políticos com sub-unidades territoriais de vários níveis e relativamente autônomas; com processos eleitorais e sistemas partidários competitivos e abertos; com autoridades executivas baseadas em coalizões e ideologicamente variadas (mesmo que existam subculturas políticas acentualmente justapostas). O corporativismo estatal tende a ser associado a sistemas políticos nos quais as sub-unidades territoriais estão estreitamente subordinadas a um poder burocrático central; não há eleições, ou as mesmas são plebiscitárias; o sistema de partidos é dominado ou monopolizado por um partido único; as autoridades executivas têm ideologia quase unidimensional e são recrutadas em setores mais restritos; e tem características tais que as subculturas políticas baseadas em classe, etnia, linguagem ou religião são reprimidas. O corporativismo societal aparece como o concomitante, para não dizer inelutável, componente do Estado de Bem-Estar organizado democraticamente no capitalismo avançado pós-liberal. O corporativismo estatal, no capitalismo atrasado e antiliberal, parece ser um elemento definidor de (se não uma necessidade estrutural para) um Estado neo-mercantil e autôntario (12).

A existência do mecanismo de representação corporativo pode estar restrita às classes dominantes ou pode incluir tanto as classes dominantes como as subalternas (13). No primeiro caso, temos um corporativismo restrito e, no segundo, um corporativismo amplo. Como Schmitter está pensando em termos de sistema geral, para ele só tem sentido pensar o segundo tipo. Mas a nós interessa distinguir as duas possibilidades, porque estamos diferenciando mecanismos de representação isolados que se articularão, concretamente, numa determinada sociedade. Assim, por exemplo, o mecanismo de representação corporativo tem forte vigência nas classes dominantes da Argentina e do Uruguai do começo do século, sendo infinitamente mais fraco nas classes subalternas,

na medida em que estas não têm capacidade de influir sobre os centros decisórios do Estado.

1.4. O mecanismo de representação plebiscitário

O mecanismo de representação plebiscitária se produz quando se estabelece uma relação de representação direta líder-Povo, sem a presença significativa de mediações institucionais (14). A característica fundamental deste mecanismo é altíssimo nível de personalização da relação representante-representados. A personalidade que ocupa a posição de liderança tem características acentuadamente carismáticas (15). O líder, tendo uma poderosa capacidade de atração sobre o Povo, é capaz de produzir um discurso ideológico em que este se sinta representado (geralmente trata-se de discursos ideológicos "anti-status-quo", embora com especificidades muito variáveis) e que abrange a presença de determinadas expressões não lógico-verbais que exercem profundo impacto emocional. Trata-se da expressão corporal e facial, o tom de voz, o olhar, os gestos das mãos que, junto com o discurso ideológico em sentido restrito, permitem a condensação, na personalidade do líder, de uma série de atributos fundamentais presentes, cotidianamente, nas relações sociais primárias dos sujeitos populares - "paternalismo". O líder tende assim a se transformar no ideal do ego dos sujeitos populares que depositam nele todas as características positivas vinculadas a seus desejos-frustrações mais primários (16). O mecanismo de representação plebiscitário tem raízes profundas nos diversos tipos de formações sociais. Com efeito, na história de todas as sociedades, aparecem, recorrentemente, determinadas personalidades que encarnam a "salvação", isto é, a possibilidade de superar o estado de miséria e de insatisfação e passar para um novo mundo paradisíaco e perfeito. Frequentemente o aparecimento de personalidades messiânicas que têm um discurso anti-status-quo foi acompanhada por rebeliões violentas.

O mecanismo de representação plebiscitário tem, em relação ao Povo, um duplo caráter contraditório: é tão ativador quanto paralisante. É ativador do Povo porque, para ser líder plebiscitário, é necessário interpelar o Povo como sujeito ativo construtor da história. Mas, ao mesmo tempo, é paralisante porque, ao estimular no Povo uma confiança quase incondicional no lí

der, não cria, em princípio, vínculos orgânicos entre os sujeitos populares de modo a lhes permitir canalizar efetiva e sistematicamente sua ativação. É claro que o mecanismo plebiscitário pode estar articulado com outro mecanismo, como o corporativo sindical, por exemplo, e, neste caso, produz-se uma participação orgânica da base; mas isso não se deve intrinsecamente à presença da relação plebiscitária, e sim à presença dos outros mecanismos que com ela se articulam. Quando a relação de representação plebiscitária se exerce a partir do Estado, e na medida em que sua presença é dominante, o regime será autoritário ou totalitário. Quando a relação de representação plebiscitária se exerce de fora do Estado, ela pode se inserir tanto em regimes autoritários quanto em regimes liberais e, circunstancialmente, até mesmo em democráticos.

1.5. O mecanismo de representação partidário

O mecanismo de representação partidário remete à existência de partidos-programáticos que articulam interesses da sociedade a partir da formulação de propostas ideológicas explícitas. O mecanismo partidário implica a existência de aparelhos sociais com uma base social ativa que tende a controlar a elite partidária. Implica, portanto, limites não muito definidos entre elite e base, bem como uma circulação vertical significativa. Em contraste com os partidos clientelísticos, os partidos-programáticos têm como campo de luta as arenas políticas redistributivas e atuam tendo sempre como horizonte as questões fundamentais da dinâmica social (17).

O processo de tomada de decisões no interior do partido-programático inclui - embora com níveis desiguais de participação efetiva - o conjunto de seus membros. Dependendo desta variável, o partido programático pode sofrer graus diversos de burocratização. É importante ressaltar que, quase sempre, um partido programático apresenta traços de burocratização, isto é, que foi realizada certa concentração do poder nas alturas do mesmo, possivelmente em sua burocracia profissional (os militantes profissionais do partido). Ora, na medida em que a burocratização é forte, o partido-programático deixa de ser tal para se tornar partido clientelístico, partido estatizado ou partido militarizado, dependendo das formas que essa burocratização-concentração do poder assumam nas alturas do aparelho (18).

O mecanismo de representação partidário está intrinsecamente vinculado ao regime democrático - o que não quer dizer que seja exclusivo deste - e é uma das fontes principais de solidificação e ampliação da Sociedade Civil que, através dele, adquire uma forte capacidade de controle sobre o Estado. O desenvolvimento do sistema partidário programático é um elemento fundamental para a generalização do debate e para a perspectiva crítica dos agentes sociais. Estes últimos desenvolvem uma participação efetiva no poder, contribuindo tanto para a diversificação e descentralização do mesmo, como para a formação de personalidades democráticas.

1.6. O mecanismo de representação assembleário

O mecanismo de representação assembleário implica a não existência de delegação de poder aos representantes por parte dos representados, ou seja, supõe a existência de mandato imperativo. Por suas características intrínsecas, pressupõe um elevado nível de ativação política dos agentes sociais. Por sua natureza, está organicamente vinculado ao regime democrático - o que não quer dizer que seja exclusivo do mesmo - sendo também comum seu surgimento em face de uma crise aguda de qualquer tipo de regime, quando os mecanismos de representação anteriores se esvaziam ou praticamente deixam de funcionar.

Em virtude das características de democracia direta que este mecanismo apresenta, sua existência se torna difícil em grandes unidades territoriais-populacionais. Em contrapartida, em seu caráter mais puro, seu funcionamento é eficaz a nível local, adquirindo daí em diante, até chegar ao nível nacional, certos componentes de delegação de poder que diluem parcialmente suas características de mandato imperativo. O mecanismo de representação assembleário constitui o nível mais alto de controle da Sociedade Civil sobre o Estado. Quando funciona em nível local, em combinação com outros mecanismos em nível nacional (partidário, eventualmente corporativo), implica um forte controle sobre as agências locais do Estado, embora tal controle possa ser menor em nível nacional. A presença do mecanismo assembleário está diretamente vinculada à diversificação e à descentralização do poder político, próprias das formas de regime democrático-participante, regime limite do Estado capitalista. Se o mecanismo de represen

tação assembleário se generalizasse, estaríamos para além do Estado capitalista, talvez no sistema político que Schmitter denomina Sindicalista, postulando-o como possível para o século XXI, enquanto realização de uma utopia socialista.

"O Sindicalismo poderia ser definido como um sistema de agregação de interesses (mais do que de representação) no qual as unidades constituintes são um número ilimitado de categorias singulares, voluntárias e não competitivas, nem ordenadas hierarquicamente, nem funcionalmente especializadas, nem reconhecidas, nem criadas por Estado ou partido, nem controladas em sua seleção da liderança ou na articulação de interesses, pelo Estado ou pelo partido, nem exercendo um monopólio da representação, mas resolvendo seus conflitos com capacidade para assumir seus valores autonomamente, sem a interferência do Estado" (19).

De qualquer forma, é importante considerar que o mecanismo de representação assembleário pode estar presente em diferentes tipos de sociedade. Com efeito, trata-se de um mecanismo que opera tanto em sociedades conservadoras (os cantões suíços) como em sociedades em significativo processo de transformação, como a Itália contemporânea (comitês de fábrica, de comuna, de bairro). O significado do mecanismo assembleário, mais do que o dos outros, não é dado em si mesmo, mas em articulação com outros componentes do sistema social geral.

2. AS FORMAS BÁSICAS DE REGIME POLÍTICO

As formas de regime, como assinalamos anteriormente, remetem às relações de poder político vigentes numa sociedade determinada; isto é, às relações fundamentais que se estabelecem entre seus quatro componentes: Estado, Sociedade Civil, Povo e Marginais (este último com menor importância, visto serem indiretos seus efeitos na articulação do todo social). Estas relações se materializam através das possíveis articulações dos distintos mecanismos de representação política.

Nosso critério fundamental de diferenciação dos regimes é estabelecido de acordo com o nível de centralização-descentralização do poder político, que se expressa nos distintos graus de controle e influência da Sociedade Civil (e de influência do

Povo) sobre o Estado e no grau de controle-intervenção do Estado sobre a Sociedade Civil e o Povo (e de maneira secundária sobre os Marginais). A partir desse critério distinguimos quatro formas básicas de regime político existentes na história do capitalismo: liberal, autoritário, democrático e totalitário. Para uma conceitualização mais detalhada, diferenciamos subtipos das formas básicas de regime. Tanto estas como seus subtipos correspondem ao nível de determinação conceitual formal-abstrato, investindo-se numa infinidade de formas de regime concretas, de acordo com cada sociedade historicamente determinada. Essas formas concretas correspondem, então, ao nível de determinação conceitual histórico-concreto.

A nosso ver, a problemática dos regimes políticos foi melhor tratada em sua especificidade por diversos autores que não se inscrevem, em geral, na corrente de pensamento marxista, embora tenham sofrido de algum modo sua influência. Por outro lado, consideramos que, no interior do pensamento marxista, é bem menor o nível de diferenciação sobre a problemática dos regimes políticos, o que ocorre em virtude de um modo reducionista de pensar a totalidade social, manifesto em dois obstáculos epistemológicos: primeiro, na conceitualização instrumental do Estado; segundo, na fusão-confusão da problemática do regime político com a problemática do Estado. Todavia, encontramos no marxismo contribuições importantes a essa problemática como, por exemplo, as de Gramsci, Poulantzas, Cerroni e Bobbio (20).

Vários autores alimentaram nossa reflexão sobre o problema dos regimes políticos e deles somos, de um modo ou de outro, tributários. Destacamos os seguintes: Neuman, Linz, Moore, Poulantzas, Dehl, Schmitter, Germani, O'Donnell, Cardoso e C. E. Martins.

Neuman distingue dois tipos de regimes políticos, segundo a relação do indivíduo com o Estado: o liberal ou democrático (sinônimos, para o autor) e o autoritário ou totalitário. O primeiro caracteriza-se pela existência de direitos e garantias do indivíduo, célula básica da sociedade, perante o Estado - "estado de direito". O segundo, em contraposição, caracteriza-se pela ausência de tais direitos e pela consequente sujeição arbitrária do indivíduo a um Estado todo-poderoso, célula básica da sociedade - "estado de terror" (21).

Linz, apesar de seguir os pressupostos básicos de Neu-

man, considera simplificadora sua diferenciação em dois tipos. Tenta explicar uma série de casos contemporâneos, dos quais o que mais lhe interessa é o da Espanha, desenvolvendo o conceito de regime autoritário, em relação ao totalitário e ao democrático-liberal. Ou seja, diversamente de Neuman, concebe dois tipos de regimes contrapostos ao democrático-liberal: o totalitário, caracterizado pela existência de um partido de massas e de uma ideologia oficial unidimensional que cimenta a sociedade, e o autoritário, que não conta com um partido de massas nem com uma ideologia oficial em sentido forte, mas tem em comum com o anterior a ausência de liberdades do indivíduo perante o Estado (22).

Barrington - Moore distingue três grandes tipos de regime político: a democracia liberal, de um lado, e as ditaduras fascista e comunista, de outro. Diversamente de Neuman e Linz, Moore dá maior importância, em sua diferenciação dos regimes políticos, às bases sociais sobre as quais eles se apoiam. O critério fundamental consiste no tipo de alianças que se estabelecem para realizar a transição para o "mundo moderno". A combinação das burguesias comercial e industrial fortes e da agricultura comercial desenvolvida com uma burocracia estatal fraca produz um regime liberal-democrático. A aliança de uma burocracia estatal forte com latifundiários, que se adaptam apenas exteriormente à agricultura comercial, produz um regime fascista. A combinação de uma revolução camponesa com uma burocracia partidária-estatal forte leva a um regime comunista (23). Discordamos de Barrington Moore tanto por ele superpor, em seu critério de diferenciação, o que para nós são espaços conceituais diferenciados, isto é, as relações sociais de produção e os regimes políticos, quanto por, assim como Neuman e Linz, não chegar a construir a diferença, para nós fundamental, entre regime liberal e regime democrático.

Poulantzas esboça uma diferenciação conceitual interessante dos regimes segundo as relações de centralidade-marginalidade entre os aparelhos de estado (24). Dizemos esboça porque ele confunde formas de Estado com formas de regime, realizando a classificação fundamental destas últimas através do conceito de forma de Estado, do qual elas não seriam mais do que manifestações históricas. O conceito de forma de Estado, em Poulantzas, tende a recobrir um campo semelhante ao do nosso conceito de forma de regime; no entanto, nosso conceito de forma de Estado só tem lugar no espaço conceitual de Poulantzas quando ele realiza alguma incursão esporádica na diferenciação entre o Estado Li-

beral e o Estado Intervencionista. Este autor estabelece uma diferença fundamental entre "regime" democrático e "regime" de exceção, que é a existência ou não da centralidade do aparelho governamental (articulação entre aparelhos executivo e parlamentar) na trama de aparelhos de Estado. Seu conceito de forma de Estado democrático recobre parcialmente nosso conceito de regime liberal. Para ele, o Estado democrático é o "normal" e mais apto para a reprodução do capitalismo. Divide-o em dois tipos de regime, segundo o caráter das relações entre poder executivo e poder legislativo: regimes parlamentares e presidencialistas. A forma de Estado de exceção pode ser de três tipos, segundo o ramo de aparelho estatal que ocupa a posição central: fascista, quando é a polícia política; bonapartista, quando é o aparelho administrativo; e ditadura militar, quando é o exército. A forma de Estado fascista de Poulantzas recobre parcialmente nossa forma de regime totalitário, assim como suas formas de Estado bonapartista e sua ditadura militar recobrem parcialmente nossa forma de regime autoritário. Não encontramos em Poulantzas nenhuma pista que permita distinguir regime liberal e regime democrático. (25).

Dahl deu uma contribuição significativa à problemática dos regimes políticos ao diferenciá-los segundo o grau de combinação entre competitividade política e participação política, apontando quatro grandes tipos: hegemônias fechadas, oligarquias competitivas, hegemônias inclusivas e poliarquias. No primeiro tipo, não existe nem competição nem participação políticas; no segundo, existe um alto grau de competição, mas pouca participação; no terceiro, existe um nível alto de participação, mas pouca ou nenhuma competição; e, no último, existem altos graus de competição e participação. Os índices de competição e participação políticas construídos por Dahl são bastante discriminados, embora não suficientemente elaborados. O pensamento de Dahl é tributário da "naturalidade" do sistema capitalista, na medida em que, ao estabelecer uma relação de correspondência estrita entre a centralização da propriedade e a do poder político, acaba fazendo uma apologia da propriedade privada bem distribuída (26). Com isso seu raciocínio cai num reducionismo exatamente inverso ao do marxismo dogmático, que também estabelece relações de correspondência estrita entre centralização da propriedade e do poder político, mas desemboca numa crítica radical do capitalismo privado e numa tácita apologia do capitalismo burocrático de estado.

Schmitter, com sua teorização sobre os sistemas gerais de representação política (pluralista, monista, sindicalista, corporativo estatal e corporativo societal), deu uma contribuição fundamental à problemática dos regimes políticos pelo grande detalhamento e pela profundidade com que pensa a problemática da representação de interesses (27). Nossa crítica a Schmitter incide sobre o caráter de necessidade punctual que estabelece entre formas de Estado e formas de regime.

Germani, apesar de sua perspectiva funcionalista e teleológica, contribui para a delimitação do campo dos regimes políticos na América Latina. Distingue os regimes políticos na Argentina, de acordo com o nível de ampliação da participação política dos diversos setores sociais, e aponta para o problema democracia (28).

A importância de O'Donnell decorre da influência que sua conceituação do Estado Burocrático-Autoritário exerce sobre a ciência política argentina e latinoamericana num período recente. Apesar de nossa conceituação de forma de Estado e forma de regime implicar uma posição crítica a respeito de sua concepção fusinadora dos dois conceitos, acreditamos que seus trabalhos foram uma matéria-prima de considerável importância para a reflexão que tentamos realizar nesta tese. Além disso, consideramos fundamentais suas indicações para o estudo do processo político na Argentina contemporânea (29).

Cardoso é outro dos grandes inspiradores de nosso trabalho, em razão sobretudo de sua insistência sobre a necessidade da distinção entre regime e Estado. Indubitavelmente, seu discurso sobre o regime autoritário brasileiro contemporâneo é exemplar do ponto de vista da análise de uma forma de regime concreta, além de conter uma reflexão relevante sobre os regimes autoritário e democrático. Sua crítica implícita a O'Donnell sobre a correspondência não necessária entre Estado forte-"burocrático" e regime autoritário na América Latina contemporânea, assim como sua indicação da existência de afinidades eletivas (e não de correspondências necessárias) entre Estado e regime, são de inestimável valor. Todavia, o discurso de Cardoso se ressente, às vezes, de um insuficiente desenvolvimento das idéias estimulantes que introduz (30).

C.E. Martins deu uma contribuição importante, para a reflexão sobre problemática dos regimes políticos, ao construir

seu conceito de modelo político. Tal modelo é constituído por três componentes: a forma - que remete ao regime político; a matéria - que remete ao sistema de alianças sobre o qual se apóia o modelo político; e o espírito - que se refere à ideologia dominante na formação social. Tendemos a pensar que o conceito de regime político de C.E. Martins é bastante semelhante ao nosso conceito de forma básica de regime político, embora esse autor o desenvolva pouco, visto que o eixo de seu discurso é a dinâmica dos sistemas de alianças que constituem a matéria do modelo. C.E. Martins, tal como Cardoso, coloca em campos conceituais distintos os conceitos de Estado e de regime (31).

Embora nosso critério de diferenciação principal (a relação Estado-Sociedade Civil-Povo, materializada na articulação dos mecanismos de representação) determine nossa classificação das formas básicas de regime político, incorporamos como critérios diferenciadores secundários, no que se refere aos subtipos de regime e às formas de regime historicamente determinadas, o critério de Poulantzas - quanto à relação entre os aparelhos de Estado - e o de C.E. Martins - referente ao segundo tipo de seus sistemas de alianças.

Todos os subtipos de regime e todas as formas de regime historicamente determinadas são diferenciados secundariamente.

Após realizada a diferenciação principal, estabelece-se a relação específica entre os aparelhos de Estado. Tal relação inclui as posições de centralidade-secundariedade-marginalidade de cada um dos aparelhos de Estado na trama constituída pelo conjunto deles. Tais posições estabelecem o grau de importância destes últimos enquanto centros decisórios do Estado e, por conseguinte, a relação de autonomia-dominação-subordinação de cada um perante os outros (32).

Por outro lado, todo regime político historicamente determinado se apóia numa aliança de classes e frações de classe, à qual denominamos aliança social predominante. Esta não se confunde com o bloco do poder (classes dominantes), pois pode tanto incluir frações das classes subalternas quanto excluir frações das classes dominantes, de acordo com os efeitos específicos que as intervenções do Estado provocam a favor ou contra as frações de classe, assim como de acordo com a consciência efetiva dos

distintos setores quanto à legitimidade do regime político, o que pode determinar desde o apoio ativo até a oposição ativa, passando pelo apoio e a oposição passivos (33). No interior da aliança social predominante, as posições ocupadas pelas distintas frações de classe são sempre assimétricas, embora o grau de assimetria varie muito conforme o regime concreto. Se a classe operária pertencer à aliança predominante, tenderá a ocupar posições secundárias em seu interior, embora possam ocorrer casos em que ocupe posições principais, como, sem dúvida, nas formas de Regime Democrático-Participante, ou mesmo em casos de regimes autoritários (Argentina 1947-55) ou, ainda, nos momentos de fundação dos regimes totalitários (URSS na década de 20). Em resumo, a participação ou não na aliança social predominante é determinada pelo apoio ou a oposição das distintas frações de classe ao regime. Tal apoio ou tal oposição das frações de classe ao regime são explicados seja pela posição, favorável ou desfavorável, deste quanto aos interesses econômicos daquelas, seja por razões estritamente ideológicas ou, ainda, por uma combinação de ambos os fatores.

Sintetizando, contamos então com três critérios de diferenciação dos regimes políticos. O principal: a relação Estado-Sociedade Civil-Povo-Marginais; e os secundários: a relação de centralidade-secundariedade-marginalidade entre os aparelhos estatais e a aliança social predominante sobre a qual se apóia o regime. Para a diferenciação das formas básicas de regime, utilizamos apenas o critério principal. Para a diferenciação dos subtipos de regime, utilizamos tanto o critério principal quanto o secundário que se refere à relação entre os aparelhos estatais. Finalmente, para a diferenciação das formas de regime histórico-concretas, utilizamos tanto o critério principal quanto os dois secundários.

2.1. A Forma de Regime Liberal

O Regime Liberal se caracteriza por uma Sociedade Civil relativamente forte, que consegue graus variáveis de controle sobre o Estado e que, portanto, mantém uma relativa autonomia. Ao lado disso, nesse Regime, a Sociedade Civil é restrita, na medida em que seus vínculos fundamentais são com as classes domi-

nantes e com as classes médias, excluindo de seu âmbito a classe operária (exceto no subtipo de regime liberal-democrático), os camponeses e as demais classes subalternas urbanas e agrárias, que constituem, em proporções variáveis, o Povo e os Marginais(34).

O poder político encontra-se relativamente descentralizado, estando a arena da luta política tanto dentro como fora do Estado. Todavia, o poder no interior de cada aparelho tende, em geral, a estar concentrado na elite.

O Regime Liberal supõe a existência de aparelhos executivos e/ou parlamentares eleitos por sufrágio popular sujeito a algum tipo de restrição: censitária, por capacidade ou por sexo. É legítima a competição para a ocupação dos centros decisórios do Estado, embora em graus variáveis, conforme o subtipo de regime; mesmo nos casos de maior legitimidade, porém, a competição se dá dentro de limites relativamente restritos. O parlamento, por sua vez, é um centro de poder político efetivo, que seja predominante ou não em sua relação com o aparelho executivo.

No Regime Liberal coexistem necessariamente vários mecanismos de representação, sendo frequente a ausência de um princípio articulador da representação política; embora, em muitos casos, o mecanismo clientelístico funcione como tal. Além disso, o partido clientelístico, materialização daquele mecanismo, tende a predominar porque, sendo um aparelho autoritário que se amolda a uma relação inter-aparelhos não muito assimétrica, é compatível com a natureza descentralizada da distribuição do poder político característica desse regime.

Para reproduzir-se como tal, o Regime Liberal requer o cumprimento de dois requisitos fundamentais: a Sociedade Civil deve manter sempre o controle sobre o Estado e não pode se ampliar a ponto de incluir a maioria dos agentes sociais. O não cumprimento do primeiro requisito acarreta a passagem ao regime autoritário; o não cumprimento do segundo conduz ao regime democrático.

Podemos delimitar quatro subtipos de Regime Liberal: Oligárquico, Ampliado, Militar e Democrático, sendo este último o subtipo limite da forma de regime liberal.

No Regime Liberal-Oligárquico, a competição política pela ocupação dos centros decisórios do Estado restringe-se às classes dominantes. Trata-se então de uma Sociedade Civil altamente restrita, embora não necessariamente muito consistente. O Po-

vo limita-se geralmente à classe média e, eventualmente, à classe operária urbana, enquanto permanece na condição de Marginais o conjunto das classes subalternas agrárias. A subsistência dos Marginais em proporção significativa pode constituir um fator muito favorável à reprodução do Regime. Isto porque as lutas democráticas do Povo por sua incorporação à Sociedade Civil podem ser bloqueadas pela presença dos Marginais, tanto em razão do efeito ideológico paralisante, sobre os agentes sociais que constituem o Povo, provocado por sua situação de superioridade em relação aos Marginais, quanto em razão da utilização destes últimos pelos aparelhos societais das classes dominantes como um recurso de poder "invisível" (35).

Em virtude do caráter muito restrito da Sociedade Civil, predominam maciçamente, na forma de regime Liberal-Oligárquico, os mecanismos de representação clientelístico e corporativo patronal. O mecanismo cooptativo pode desempenhar, eventualmente, um papel importante, enquanto que os mecanismos partidário, assembleário e plebiscitário são praticamente inexistentes.

O regime Liberal-Oligárquico é nitidamente predominante na América Latina, onde se articula sobretudo com a forma de Estado Gendarme, embora se o encontre também, em proporções significativas, articulado com a forma de Estado Regulador. Um exemplo de regime Liberal-Oligárquico é o do Chile, desde o fim do século XIX até a década de 20, onde o controle do Estado por uma Sociedade Civil consistente cristaliza-se no mecanismo clientelístico como princípio articulador da representação; esse controle se manifesta, ademais, na centralidade, entre os aparelhos de Estado, de um Parlamento com características oligárquicas acentuadas (36). Outro exemplo é o da Colômbia durante a primeira metade do século XIX, onde o controle do Estado por uma Sociedade Civil consistente é materializado por uma articulação dos mecanismos clientelístico e corporativo patronal (37).

O Regime Liberal-Ampliado tem como característica fundamental a existência de uma Sociedade Civil forte e suficientemente ampliada para incluir em seu interior aparelhos societais vinculados organicamente às classes médias, tendendo, além disso a favorecer significativamente a passagem de uma boa proporção de Marginais à categoria de Povo. Geralmente está marcado pela coexistência de uma ampla gama de mecanismos de representação:

clientelístico, corporativo, partidário, cooptativo, plebiscitário. O Uruguai, durante a primeira metade do século XX, é um exemplo de regime liberal-ampliado estável, no qual o mecanismo clientelístico atua como princípio articulador da representação política, anulando as tendências de desenvolvimento do partidário e do cooptativo (38). No entanto, neste regime, o mecanismo clientelístico não é necessariamente o princípio de articulação, abundando os casos em que não existe um princípio articulador, como por exemplo foi o brasileiro da década de 50 (39).

O Regime Liberal-Militar caracteriza-se por um certo equilíbrio entre uma Sociedade Civil relativamente forte e um aparelho militar relativamente autonomizado, com tendências significativas para ocupar o executivo e controlar a Sociedade Civil. Trata-se de um regime instável em virtude da articulação tendencialmente contraditória que se estabelece entre o mecanismo clientelístico (e, em menor medida, o partidário), por um lado, e o cooptativo, por outro. A Argentina, entre 1955 e 1963, e o Equador e o Perú, durante os governos transitórios que se seguiram aos golpes de Estado entre as décadas de 30 e 60, seriam exemplos deste subtipo tão ambíguo de regime (40).

O Regime Liberal-Democrático se caracteriza pela existência de uma Sociedade Civil que se ampliou até incluir, embora em proporção ainda limitada, aparelhos societais vinculados organicamente à classe operária. O Regime Liberal-Democrático, forma limite do regime liberal e fronteira ao democrático tende, em processos que não são necessariamente muito rápidos, a ampliar cada vez mais a Sociedade Civil e a eliminar a categoria de Marginais. A Inglaterra, entre 1880 e a primeira guerra mundial, é um caso de Regime Liberal-Democrático, com um férreo controle do Estado por uma Sociedade Civil consistente, controle esse que se exprime através da constituição da dupla clientelístico-partidário como princípio articulador da representação, e através da importância significativa assumida pelo mecanismo corporativo, tanto patronal quanto sindical. Desenvolvem-se simultaneamente os processos de passagem dos Marginais à categoria de Povo (culminando com a instauração do sufrágio feminino na década de 10) e de incorporação à Sociedade Civil, numa escala cada vez maior, de aparelhos societais vinculados à classe operária. Sindicatos e

Partido Trabalhista vão adquirindo capacidade de influência sistemática sobre os centros decisórios, até que se instaura um regime democrático no primeiro pós-guerra (41). Também no Chile, no começo da década de 60, surge um regime liberal-Democrático, este se consubstancia através do predomínio de uma combinação dos mecanismos partidário e corporativo, nas regiões urbanas, assim como nas regiões agrárias, pelo predomínio do clientelístico. Com as eleições de 1964, a Sociedade Civil se amplia e os Marginais passam numa medida significativa, à condição de Povo, de modo semelhante ao que ocorrera no caso inglês, o que permite a passagem a um regime democrático (42). Diversamente da Inglaterra e do Chile, os regimes liberal-democráticos vigentes na Argentina de 1945-46 e na Grécia da década de 60 desembocam em regime autoritários (com características distintas em cada caso), por não haverem sido estruturados mecanismos de representação sólidos objetivando o controle do Estado pela Sociedade Civil.

2.2. O Regime Autoritário

Um Regime Autoritário se define pela existência de um Estado relativamente forte que controla, em graus variáveis, uma Sociedade Civil fraca, seja esta restrita ou ampla. O importante aqui é que a autonomia relativa da Sociedade Civil encontra-se cerceada, mas não eliminada. Isto é, os aparelhos societais, embora controlados pelo Estado, não perdem sua especificidade. Não devemos, portanto, confundir esta situação com a estatização generalizada dos aparelhos societais, própria de um regime totalitário (43).

Num regime autoritário, o poder político é centralizado: a relação entre os aparelhos políticos obedece a uma hierarquia piramidal definida, na qual algum aparelho estatal ocupa o lugar superior. Por isso, a competição política aberta pela ocupação dos centros decisórios é muito limitada, subsistindo, no entanto, a competição política subterrânea através da estruturação de arenas relativamente restritas, que recortam fundamentalmente, mas não exclusivamente, o interior do aparelho de Estado. Comparado com o regime liberal, um regime autoritário implica um maior nível de centralização do poder político, mas não necessariamente um maior nível de concentração, visto que os aparelhos políticos no primeiro já tendem a ser autoritários.

Os mecanismos de representação que materializam as relações entre o Estado, a Sociedade Civil e o Povo são os que incluem um papel ativo do Estado na estruturação da representação: cooptativo e plebiscitário. Só estes podem atuar como princípio articulador da representação política no regime autoritário, embora em alguns casos não exista nenhum princípio articulador definido. Os mecanismos clientelístico e corporativo podem coexistir secundariamente, enquanto o partidário e o assembleário são compatíveis com o regime autoritário quando reduzidos a sua expressão mínima.

Um regime autoritário pode surgir tanto do desenvolvimento histórico de um Estado forte perante uma Sociedade Civil fraca (Brasil da década de 30), quanto de um bloqueio das tendências para a ampliação de uma Sociedade Civil historicamente forte (Argentina da década de 40). Para manter-se estabilizado, o regime autoritário necessita reproduzir permanentemente a fraqueza da Sociedade Civil, bloqueando as tendências para seu fortalecimento, ao mesmo tempo que reproduz, ampliando-a, a força relativa do Estado. Quando um regime autoritário não consegue se manter estabilizado, pode evoluir para qualquer uma das outras três formas básicas de regime. Pode se tornar liberal, se vierem a se impor tendências de fortalecimento de uma Sociedade Civil restrita que, assim, venha a ter condições de exercer controle sobre o Estado (como sucedeu, por exemplo, com o Brasil em 1945). Pode se tornar democrático, se o desenvolvimento de uma Sociedade Civil forte e ampliada não puder ser contido pelo Estado, como aconteceu, nos últimos anos, em Portugal, na Grécia e na Espanha (44). Pode também tornar-se totalitário, se o controle do Estado sobre a Sociedade Civil se reproduzir em escala suficientemente ampliada para terminar por absorvê-la, como sucedeu no Haiti na década de 60.

No regime autoritário, o parlamento não é um centro de poder político efetivo, sendo suprimido ou reduzido a um papel relativamente decorativo. Isto se vincula diretamente à inexistência de competição política aberta e ao caráter restrito das arenas políticas que se constituem. Todavia, quando o parlamento existe como lugar de expressão de uma oposição consentida (como no Brasil e no México contemporâneos), pode vir a transformar-se num centro de questionamento parcial do regime autoritário, na medida em que um relaxamento do controle dos meios de comunicação

de massas, por parte do aparelho de Estado, permita que ele se torne uma espécie de "caixa de ressonância", que os debates nele desenvolvidos de alguma forma alcancem o Povo (45).

Podemos delimitar quatro subtipos de regime autoritário: Militar, Bonapartista, Militar-Mobilizador e Bonapartista-Mobilizador. Nosso critério para a diferenciação desses subtipos combina em certa medida os critérios de Linz, relativos aos regimes autoritários, e de Poulantzas, relativos às formas de Estado de exceção. Inspirando-nos neste último autor, diferenciamos os subtipos Militar e Bonapartista, de acordo com a posição de centralidade entre os aparelhos de Estado que ocupe, num caso o aparelho militar e, no outro, um aparelho executivo fortemente autonomizado e com capacidade de mediação entre diversos interesses contraditórios (46). Inspirando-nos em Linz, diferenciamos os subtipos Bonapartista-Mobilizador e Militar-Mobilizador, para explicar os casos em que o Estado estabelece com o Povo uma relação de mobilização controlada (47).

No Regime Autoritário-Militar, o aparelho militar ocupa mais ou menos diretamente o aparelho executivo. O mecanismo cooptativo, princípio articulador da representação, que predomina no interior do aparelho militar, projeta-se na relação deste último com o conjunto do aparelho de Estado, em particular, e com a Sociedade Civil-Povo, em geral. Um exemplo de regime Autoritário-Militar é o vigente no Chile a partir de 1973, dada a existência de uma forte centralidade do aparelho militar e de um maciço predomínio do mecanismo cooptativo de representação (48).

No Regime Autoritário-Bonapartista, o aparelho executivo ocupa uma posição de hipercentralidade entre os aparelhos de Estado. Isto se deve, em grande parte, a seu caráter de mediador, muitas vezes encarnado numa personalidade forte-carismática, dos vários interesses divergentes. Neste subtipo, também predomina o mecanismo de representação cooptativo, em virtude da ampla "liberdade" do centro do aparelho executivo para selecionar os representantes da Sociedade Civil-Povo perante o Estado. O Brasil, no período do "Estado Novo", seria um caso paradigmático de regime autoritário-bonapartista com grande autonomização do aparelho executivo e predomínio maciço do mecanismo cooptativo (49).

No subtipo Militar-Mobilizador, além de o aparelho executivo ser ocupado pelo militar, como no regime Autoritário-Militar, estabelece-se uma relação de mobilização controlada do Povo por parte do Estado. Neste caso, o princípio articulador de representação política tende a ser duplo: cooptativo-plebiscitário. O Peru, 1968-75, seria um exemplo de regime Militar-Mobilizador, no qual o aparelho militar governa ocupando o conjunto do aparelho estatal e mobilizando controladamente o Povo. Isto leva à constituição da liderança plebiscitária de Velazco Alvarado (50).

No subtipo Bonapartista-Mobilizador, o aparelho executivo, além de ocupar uma posição de hipercentralidade entre os aparelhos de Estado, estabelece com o Povo uma relação de mobilização controlada e, por isso, a relação Estado-Sociedade Civil-Sociedade Civil-Povo tende a se materializar no princípio articulador da representação cooptativo-plebiscitário. O México da década de 30 seria um caso de regime Bonapartista-Mobilizador, na medida em que Cárdenas encarna uma personalidade forte, com capacidade de mediar entre os diversos interesses em jogo no interior do aparelho de Estado, e estabelece uma relação de liderança plebiscitária com o Povo. O princípio articulador da representação é, aí, o cooptativo-plebiscitário, expressando-se o cooptativo através de um partido que é relativamente subsumido ao aparelho de Estado, de modo que adquire o caráter de um partido bastante estatizado (51).

Tanto no subtipo Militar-Mobilizador, quanto no Bonapartista-Mobilizador, produzem-se paralelamente uma centralização geral do poder político (pelo caráter próprio do regime autoritário) e sua descentralização ao nível particular da Sociedade Civil. Esta, apesar de seu enfraquecimento, amplia-se de modo a incorporar setores significativos do Povo. Por exemplo, no Perú contemporâneo e no México da década de 30, ao mesmo tempo que os aparelhos societais vinculados às classes dominantes se enfraqueciam notavelmente, os aparelhos societais vinculados às classes subalternas fortaleciam-se parcialmente, sempre dentro dos limites invariáveis da fraqueza geral da Sociedade Civil.

2.3. O Regime Democrático

O Regime Democrático denota a existência de uma Sociedade Civil forte que controla o Estado e que, em face desta, mantém um alto grau de autonomia relativa. Trata-se também de uma

Sociedade Civil ampla, dados os múltiplos e variados aparelhos societais - muitos deles vinculados organicamente às classes subalternas - presentes neste regime, no qual os partidos políticos programáticos ocupam necessariamente uma posição relevante. As relações de poder político tendem a adquirir a menor assimetria possível dentro do contexto de um Estado capitalista, ocorrendo assim a maior diversificação e descentralização do poder compatíveis com a reprodução de tal Estado.

Num regime democrático, praticamente não existem restrições à competição política aberta para a ocupação dos centros decisórios do Estado. O aparelho parlamentar, em nível federal, regional e local, tende a ocupar uma posição de centralidade entre os aparelhos de Estado, ou, pelo menos, possui uma significativa capacidade de influência-controle sobre a atuação dos outros aparelhos. O parlamento e o executivo constituem-se através de sistemas eleitorais que incluem a imensa maioria da população adulta. Assim, o desaparecimento quase total dos Marginais é uma das condições para a existência do Regime Democrático.

Distintamente dos regimes liberais e autoritários, o regime democrático supõe a presença necessária de relações sociais de produção democráticas. Isto porque a diversificação do poder político, quando expressa no predomínio de aparelhos políticos democráticos, portadores de uma ideologia política democrática e constituidores de sujeitos democráticos, - características intrínsecas do regime democrático - não pode coexistir com uma distribuição muito assimétrica da riqueza social e com o predomínio da ideologia social autoritária (52). Em outras palavras, o capitalismo democrático é condição necessária para a existência de um regime político democrático. Porém, é preciso ressaltar que o capitalismo democrático pode também coexistir (e coexiste) com outros tipos de regime, não se constituindo, portanto, numa condição suficiente para o regime democrático.

Como um regime democrático supõe a existência de arenas políticas amplas e abertas a um grande número de atores políticos com interesses e horizontes ideológicos significativamente diversificados, produz-se necessariamente, sob esse regime, um universo ideológico pluralista com imagens-idéias-atitudes diversificadas sobre os diferentes aspectos da realidade social.

O surgimento mais "normal" de um regime democrático se dá a partir da evolução de um regime liberal que se vai democra-

tizando progressivamente, o que implica que os Marginais vão desaparecendo e grande parte do Povo vai passando a fazer parte da Sociedade Civil (maioria dos regimes democráticos hoje vigentes na Europa Ocidental). Mas também pode surgir pela ruptura-queda de um regime autoritário (Espanha, Portugal e Grécia contemporâneos) ou ainda pela queda de um regime totalitário (Itália em 1945). Em outras palavras, quer seja através de um processo de desenvolvimento lento e constante, quer seja através de um desenvolvimento rápido e disruptivo, a Sociedade Civil deve fortalecer-se e ampliar-se para poder assumir pleno controle do Estado.

Um regime democrático, conquanto inclua tendências estabilizadoras, requer um longo período histórico para se consolidar, ou seja, para que a diversificação e descentralização do poder se transformem no habitus dos atores políticos. Uma vez consolidado e após um longo período de vigência, torna-se relativamente difícil sua involução quer na direção autoritária, quer na totalitária. Numa fase de pré-consolidação, porém, o regime democrático é geralmente precário, pois é suscetível a diversas tendências desestabilizadoras; cujo caráter específico varia de acordo com o modo particular de manifestação da luta de classes. Uma eventual ruptura política, num contexto de operação dessas tendências desestabilizadoras, pode levá-lo a converter-se num regime autoritário ou mesmo num regime totalitário. Em ambos os casos, trata-se de um fortalecimento paulatino do Estado em face da Sociedade Civil, fortalecimento esse que se desenvolve até chegar a um ponto de inflexão que implique uma mudança qualitativa. O Chile da década de 70 é um exemplo do primeiro caso (autoritário) e a Alemanha da década de 30 é um exemplo do segundo (totalitário). Torna-se difícil pensar (o que não significa que seja impossível acontecer) o caso de um regime democrático que sofresse uma involução liberal; parece difícil eliminar as classes subalternas do interior da Sociedade Civil sem um correspondente fortalecimento do Estado, de modo que um tal processo provocaria não apenas uma restrição da Sociedade Civil, mas muito provavelmente também o seu enfraquecimento.

Os mecanismos de representação intrinsecamente vinculados ao regime democrático, que materializam o correspondente tipo de relação Estado-Sociedade Civil-Povo, são o partidário, o assembleário e o corporativo. O princípio de articulação de um regime democrático estabilizado é o partidário, conectado quer com o corporativo, quer com o assembleário, ou com ambos ao mes-

mo tempo. Isto é, só os mecanismos de representação que implicam a existência de uma base social relativamente ativa podem conviver num regime democrático estabilizado, restando aos demais apenas a possibilidade de uma existência marginal. O mesmo não ocorre quando estamos na presença de um regime democrático precário, pois, neste caso, geralmente coexiste a maioria dos mecanismos de representação, apresentando todas as potencialidades de desenvolvimento semelhantes.

Além da diferenciação entre regime democrático precário e estabilizado, estabelecida de acordo com o nível de consolidação, podemos distinguir dois subtipos de regime democrático: o Representativo e o Participante.

O Regime Democrático-Representativo caracteriza-se por ter como princípio de articulação da representação o mecanismo partidário, assim como por uma presença significativa do mecanismo corporativo. A Inglaterra e os países escandinavos contemporâneos são exemplos claros deste subtipo, com predomínio maciço da dupla partidário-corporativo como mecanismos de representação(53). A Venezuela contemporânea seria um outro exemplo no qual, embora predomine a dupla partidário-corporativo, continua havendo uma presença significativa do mecanismo clientelístico.

O regime Democrático-Participante caracteriza-se pela presença forte do mecanismo assembleário, permeando e sobredeterminando tanto o partidário quanto o corporativo. Na medida em que o mecanismo de representação assembleário implica, por sua natureza, um máximo de diversificação do poder político, sua presença relativamente generalizada, permeando os outros mecanismos de representação, mina sistematicamente a reprodução das relações de produção capitalistas e de qualquer relação de dominação em geral. Isto não significa que acarreta necessariamente um questionamento disruptivo das relações de produção capitalistas. A situação de equilíbrio instável entre sistema capitalista e regime político democrático-Participante pode perdurar por um longo período sem que, com isso, o sistema seja seriamente abalado; porém, por outro lado, a permanência desse equilíbrio instável pode, no outro limite, propiciar condições para uma transição gradual para um sistema socialista. A Itália contemporânea é, possivelmente, um exemplo deste subtipo, visto que, nos últimos anos, houve um desenvolvimento do mecanismo assembleário, o qual vai

sobredeterminando o partidário e o corporativo, arraigados desde o fim da guerra mundial (54). Pelo caráter específico do padrão de luta de classes na Itália, é bem mais provável que decorra um longo período de convivência entre o regime Democrático-Participante e o sistema capitalista - claro que com uma atenuação progressiva do poder relativo da classe capitalista perante a classe operária - do que uma passagem brusca para o socialismo ou, ainda, uma reversão autoritária ou totalitária no interior do sistema capitalista privado (Caso tal reversão fosse totalitária, poderia se basear num capitalismo burocrático de Estado).

Em síntese, no regime Democrático-Representativo, existe uma ativação política não muito forte das grandes massas, ativação essa que é canalizada através de mecanismos e instrumentos institucionais relativamente estáveis e de modo acentuadamente pluralista. Em contrapartida, no regime Democrático-Participante, existe uma ativação política muito forte da maioria dos agentes sociais, recorrendo-se a canais de representação política que tendem a ser permanentemente renovados. No primeiro caso, existe uma significativa embora controlada, delegação do poder dos representados aos representantes; no segundo, a delegação do poder é muito mais limitada e o controle bem mais estrito e sistemático.

2.4. O Regime Totalitário

O Regime Totalitário denota a existência de um Estado poderoso que absorve a Sociedade Civil, produzindo-se assim o grau máximo de centralização e concentração do poder político. Num regime totalitário, todos os aparelhos sociais são estatizados, quer seja por terem sido criados a partir do aparelho de Estado, ou por ter sido anulada sua autonomia relativa anterior, com o advento e a consolidação do regime. Por conseguinte, o regime Totalitário implica o desaparecimento (ou uma presença insignificante) da Sociedade Civil, assim como, um férreo controle do Povo pelo Estado, expresso num sistema de controle generalizado de todas as relações sociais, no qual a polícia política ocupa um papel importante. Num regime político totalitário não existe competição política aberta de nenhuma espécie; só existe uma competição subterrânea no interior dos aparelhos centrais do Estado (Partido Único, Polícia Política, burocracia militar) (55).

Num regime totalitário, especialmente quando já está consolidado, pode existir um parlamento de características unidimensionais, que tem um papel decorativo enquanto centro de poder político, mas que serve de algum modo como legitimador do regime.

Em virtude do desaparecimento tanto dos Marginais quanto da Sociedade Civil (em consequência do controle do Estado sobre o conjunto das relações sociais), o regime totalitário tende a ser igualitarizante no que concerne aos seus efeitos sobre a distribuição da riqueza material entre os agentes sociais. Embora, nesse contexto de tendência à igualdade econômica, exista geralmente um setor significativamente privilegiado, constituído pela elite e pelos quadros médios dos aparelhos centrais do Estado (56).

Num regime totalitário, a ideologia é de tal modo unidimensional que geralmente é o Estado quem determina a imagem - idéia "verdadeira" dos fenômenos mais significativos da realidade. Frequentemente, a igualdade econômica é um dos componentes fundamentais da ideologia que cimenta os regimes totalitários. Embora as ideologias explícitas desses regimes possam ser muito diferentes, e até aparentemente opostas (como é o caso do nazismo alemão e do stalinismo russo), têm em comum a repressão maciça a qualquer ideologia contrária ou que se diferencie em algum ponto significativo.

O mecanismo cooptativo é sempre o princípio articulador da representação, num regime totalitário. Na verdade, é mais do que um princípio articulador, é o mecanismo único de representação, exceto nos momentos de fundação, quando pode ser acompanhado pelo mecanismo plebiscitário. Em outras palavras, num regime totalitário, sempre será a cúpula do aparelho estatal central quem selecionará os representantes do Povo no Estado.

Um regime totalitário pode se originar da queda de um regime democrático instável (seja representativo - Alemanha na década de 30 -, seja participante - Rússia em 1917-18 e Checoslováquia em 1945-48), ou de aprofundamento do avanço do Estado sobre a Sociedade Civil num regime autoritário (Japão na década de 30), mas dificilmente da queda de um regime liberal (57).

Podemos distinguir, de acordo com o tipo de relação que se estabelece entre poder político e propriedade, dois tipos de

regime Totalitário: o Fascista e o Stalinista.

O regime fascista caracteriza-se por apoiar-se sobre um sistema de capitalismo privado, embora o caráter privado seja significativamente neutralizado pelas características básicas do regime totalitário, concretizadas na tendência do poder no sentido de corroer a propriedade mais do que de reproduzi-la. Em todos os casos de regime fascista, um aparelho central de Estado (partido único, polícia política ou aparelho militar) estabelece um controle generalizado do conjunto das relações sociais, o que implica, por conseguinte, um notável controle da própria reprodução da propriedade privada. A Alemanha nazista e o Haiti contemporâneo (para tomar dois casos contrastantes no que concerne à forma de Estado) seriam exemplos claros de regime totalitário-fascista, onde a polícia política ocupa uma posição central (58). A Itália mussoliniana e a Espanha na década de 40 seriam exemplos de regimes Fascistas onde o partido único ocupa uma posição central (59). Finalmente, a Uganda contemporânea seria um exemplo de regime Fascista onde a burocracia militar ocupa uma posição central.

No regime totalitário-stalinista, que tem por base um sistema econômico de capitalismo burocrático de Estado, dado que o poder absorve em grande medida a propriedade, esta tem, necessariamente, o caráter de propriedade-organizacional-de-aparelho. O regime totalitário-stalinista é aquele em que o poder se encontra mais concentrado e mais centralizado, sendo simultaneamente um regime em que esse poder tem tal autonomia perante a propriedade, que chega a subsumi-la. O regime antítese do Stalinista é o Democrático-Participante, no qual também existe um máximo de autonomização do poder político perante a propriedade; porém, neste caso, a base dessa autonomização é justamente uma distribuição de poder com características opostas, quais sejam a diversificação e a descentralização. Em resumo, poder concentrado e centralizado num Estado todo-poderoso, no regime totalitário-stalinista; poder diversificado e descentralizado, através de uma Sociedade Civil consistente e ampla, no Regime Democrático-Participante.

O exemplo paradigmático de regime Totalitário-Stalinista com características expansionistas é a URSS, expansionismo este que se apóia numa poderosa base industrial e, fundamentalmente, militar. Na URSS o controle do conjunto das relações sociais é exercido atualmente pelo Partido Comunista; esse aparelho cen-

tral de Estado exerce hoje um papel que, nas décadas de 30 e 40, era desempenhado pela polícia política (60).

A Líbia contemporânea seria um exemplo de regime totalitário-stalinista onde a burocracia militar controla o conjunto das relações sociais, embora sua ideologia explícita seja a muçulmana que, apesar da aparente oposição, tem grande semelhança com a ideologia stalinista. A Etiópia seria um exemplo semelhante ao da Líbia, mas de constituição bem mais recente .

Nas décadas de 50 e 60 ocorreram, nos regimes totalitários stalinistas da Europa oriental, algumas tentativas de democratização significativa que foram esmagadas, direta ou indiretamente, pela intervenção soviética: Alemanha Oriental (1953), Polônia e Hungria (1956) e Checoslováquia (1968) (61). Contemporaneamente, presenciamos certo enfraquecimento dos regimes totalitários da Europa Oriental, principalmente da Polônia, onde está ressurgindo uma Sociedade Civil ampla e potencialmente poderosa. Na presente década, a Polônia está ultrapassando a barreira que separa um regime totalitário de um Autoritário instável, existindo mesmo tendências para a instauração de um regime Democrático-Participante. Como a maioria dos regimes Totalitários-Stalinistas, a Polônia tem a seu favor um elemento que pode contribuir para a democratização política: a plena vigência de relações sociais de produção democráticas. Os regimes Totalitários-Stalinistas, vistos de uma ótica democrática-socialista, apresentam uma profunda contradição interna corporalizada na tendência significativa à igualdade social, produto das relações sociais de produção democrática, que coexiste com uma distribuição altamente assimétrica do poder político. Essa contradição manifesta-se hoje até mesmo na URSS, que parece ser o regime Totalitário mais consolidado e expansionista, onde se concretiza através do movimento de pequenos grupos que lutam pela instauração das liberdades democráticas básicas de expressão e de organização política, grupos esses que parecem estar em processo de fortalecimento, apesar da repressão continuada.

0

Existem certas afinidades eletivas entre formas de estado e formas de regime que tendem a tornar mais viáveis determinadas combinações e mais difíceis outras. Na América Latina, o Estado Gendarme tende a se combinar com regimes liberais e auto-

ritários, mas, dificilmente, embora não seja impossível, com regimes totalitários (por exemplo: o caso haitiano), não existindo nenhum caso de combinação com regimes democráticos (no máximo, o que existe é a combinação com regimes liberais-amplos, como na Argentina de 1916-1930). Isto porque o regime democrático implica a existência de aparelhos sociais vinculados organicamente às classes subalternas, aparelhos esses que disponham de poder efetivo para influenciar os centros decisórios do Estado, o que parece requerer como condição necessária um nível de desenvolvimento capitalista incompatível com o Estado Gendarme.

O Estado Regulador também tende a se combinar com variantes de regimes liberais e autoritários. Os poucos casos de combinação de Estado Regulador com regime democrático foram altamente instáveis na América Latina (com exceção da Costa Rica) : Chile (1965-1973) e Argentina (1963-66 e 1973-74). Não existem casos de combinação de Estado Regulador com regime totalitário, apesar de uma forte tendência para isso na Argentina de 1952-55.

As possibilidades de combinação do Estado Promotor parecem estar abertas para os quatro tipos de regime, embora os que existem hoje só se articulem com regimes autoritários (Brasil, México e Peru) ou democrático (Venezuela).

A história da América Latina tendeu, até agora, a oscilar entre variantes de regime autoritário e liberal, o que não exclui a possibilidade, no futuro, da existência de regimes democráticos e/ou totalitários, dada a forte presença dos mesmos em centros chave da acumulação capitalista mundial (democracia na Europa Ocidental, totalitarismo na Europa Oriental), centros esses que indubitavelmente influenciam e influenciarão as sociedades latinoamericanas. Em linha geral, pensamos que, na etapa de acumulação capitalista transnacional-estatal, iniciada na década de 60 em escala mundial, as alternativas mais prováveis ao nível do regime político são ou a democracia (que poderia eventualmente abrir caminho à transição para sistemas de tipo socialista) ou o totalitarismo, que parece ser, dada a precariedade manifestada atualmente pelos regimes autoritários e liberais, a única forma eficaz de conter as profundas tendências democráticas existentes na sociedade contemporânea, tanto no nível das aspirações igualitárias, quanto no nível da liberdade de expressão e organização.

3. O GOVERNO

Um governo é constituído por uma coalizão política governante (CPG), a qual é integrada por elites de categorias sociais e redes informais de poder - eventualmente personalidades chave com liderança plebiscitária sobre o Povo - que ocupam os centros decisórios fundamentais do Estado.

Nosso conceito de CPG inspira-se em um dos sistemas de alianças de C.E. Martins, embora se diferencia do desse autor, na medida em que recobre um espaço conceitual parcialmente distinto, uma vez que não inclui as classes sociais.

"... é necessário considerar as alianças que são estabelecidas não com, mas pela elite governamental propriamente dita (formada pelo pessoal dirigente da máquina estatal) com as classes, frações e estratos de classes situados dentro ou fora do bloco do poder e incluídos nessa ou naquela coalizão política. Esse tipo de alianças (entre os gestores de poder e as potências sociais) na medida em que pressupõe um certo grau de iniciativa por parte dos primeiros na seleção dos aliados de sua escolha, constitui um caso particular de relação de representação política" (62).

Os centros decisórios fundamentais do Estado, dependendo da forma concreta de regime, implicam uma determinada articulação do aparelho executivo (presidente e ministros) com o aparelho parlamentar. Em situações limites, o segundo pode não existir ou o primeiro pode ser um derivado do segundo. Nesse sentido, o governo se diferencia do aparelho de estado porque recobre apenas uma parte do mesmo: a centralmente decisória. Num regime democrático, por exemplo, a maioria parlamentar é composta de indivíduos organicamente vinculados a partidos políticos programáticos e a corporações, quer patronais, quer de assalariados. Assim, por exemplo, a CPG na Itália é composta atualmente (maio de 1978) pelos partidos Democrata Cristão, Comunista, Socialista, Social-democrata e Republicano, os quais constituem a maioria parlamentar em que se apóia um aparelho executivo composto pelo Partido Democrata Cristão, o qual, porém, em virtude das características específicas do regime democrático italiano, depende totalmente do apoio constante da maioria parlamentar. Muitos dos indivíduos que compõem a CPG não só estão vinculados aos partidos

políticos como também estão organicamente vinculados a corporações e sindicatos. Num regime autoritário, como o do Brasil atual, a CPG é formada pelos membros do aparelho executivo, vinculados organicamente às FFAA (Presidente e ministros militares) e às corporações patronais e redes informais de poder (demais ministros).

A relação entre Governo, Estado e Sociedade Civil varia muito de acordo com as formas de regime político. Por exemplo, nos regimes democráticos, os três fatores se diferenciam claramente: a Sociedade Civil controla o Estado em geral e o Governo em particular; este último tem limites precisos, que o diferenciam do conjunto do Estado, em seus recursos de poder e em seu raio de ação. Em contrapartida, nos regimes autoritários e, em alguns casos, parcialmente nos liberais, as diferenças entre Governo e Estado tendem a se confundir ou a se tornar bastante difusas, visto que o Governo atua, de algum modo, como proprietário - metaforicamente falando - do Estado. Nos regimes totalitários, as diferenças entre Governo, Estado e Sociedade Civil tendem a ser abolidas, isto é, o Governo recobre o conjunto do Estado e absorve, como já vimos, a Sociedade Civil.

É importante destacar que a CPG não é um mero instrumento ou agente da aliança social predominante. Ela, a Coalizão Política Governante, pode ser formada tanto por elites de categorias sociais que têm relações indiretas com as classes e frações constitutivas da aliança social predominante (como seriam os casos brasileiro e mexicano atuais), quanto por elites de categorias sociais que têm relação direta com as classes e frações que compõem a aliança predominante (como seria o caso argentino no período 1932-38, ou a Inglaterra no século XIX). Também pode ocorrer que componham a CPG elites de categorias sociais relacionadas, direta ou indiretamente, com classes excluídas da aliança social predominante. Mas, neste caso, a situação é muito instável e: ou o Governo cai rapidamente, ou se produz uma recomposição da aliança social predominante, o que, eventualmente, pode levar a uma mudança de forma de regime. Por exemplo, no Chile em 1970, no interior de uma forma de regime democrático, a mudança na CPG levou a uma profunda recomposição da aliança predominante, o que terminou por desestabilizar a forma de regime até produzir sua queda (63).

Resumindo alguns dos problemas conceituais abordados neste capítulo, podemos dizer que, sob uma mesma forma de Estado, podem existir diferentes formas de regime, ao passo que, sob uma mesma forma de regime, sucedem-se geralmente governos distintos. Enquanto as formas de Estado remetem ao padrão geral de acumulação e às conseqüentes funções de acumulação do Estado, as formas de regime remetem a relações de poder estritamente político entre Estado, Sociedade Civil e Povo, enquanto que o Governo remete a uma determinada coalizão política governante. As temporalidades dos três são de naturezas distintas: a primeira é estrutural-econômica, é a temporalidade da acumulação nacional articulada com a acumulação internacional; a segunda é uma temporalidade estrutural de relações de poder político; a terceira é uma temporalidade conjuntural de relações de poder político. As três temporalidades, sem dúvida, estão vinculadas e produzem efeitos umas sobre as outras, mas não há correspondências necessárias entre elas. Existem mudanças de governo sem que ocorram modificações substantivas nem na forma de regime nem na forma de Estado, como existem mudanças de formas de regime sem modificações substantivas na forma de Estado, assim como também existem mudanças de forma de Estado sem modificações substantivas na forma de regime.

O conceito de governo não está no mesmo nível de abstração teórica que os conceitos de forma de Estado e de forma de regime, porque remete a variações conjunturais mais circunscritas, enquanto estes últimos implicam relações estruturais mais complexas e abrangentes.

Acreditamos que qualquer estudo de um processo político concreto (uma política pública, uma mobilização popular, um conflito industrial) remete, de algum modo, às três problemáticas conceituais, ainda que as privilegie de maneira distinta, de acordo com o caso. Os estudos de políticas públicas, por exemplo, têm como eixo os processos que ocorrem ao nível da temporalidade conjuntural das relações de poder político e, portanto, das relações entre os diversos atores políticos, na medida em que estes façam parte da coalizão política governante e da oposição (64).

NOTAS DO CAPÍTULO IV

1. Não podemos deixar de assinalar aqui aqueles que, a nosso ver, são os principais autores que, filiando-se de alguma forma à corrente de pensamento marxista, lutaram contra o reducionismo na América Latina: F. Henrique Cardoso, Juan C. Portantiero, F. C. Weffort, L. Martins, J. Nun, C. E. Martins e E. Laclau.
2. Ver Trotsky; El Fascismo.
3. Ver Poulantzas: Poder Político y Clases Sociales. Este autor parece abandonar esta concepção reducionista a partir de seu livro A Crise das Ditaduras.
4. Remetemos novamente aqui à importante crítica ao reducionismo na teoria marxista desenvolvida por Laclau em Politics and Ideology in Marxist Theory, embora este autor continue, em alguns momentos, tributário da matriz reducionista; por exemplo, quando coloca como componente paradigmático das ideologias-comportamentos da classe operária um anticapitalismo radical.
5. Para uma exposição acabada da teoria tradicional da representação, ver Sartori: Teoria Democrática.
6. Schmitter: "Still the Century of Corporativism?" e Cerroni: La Libertad de los Modernos inspiraram significativamente esta reflexão.
7. Informações e desenvolvimentos importantes sobre o que denominamos mecanismo de representação clientelístico encontram-se em Duverger: Los Partidos Políticos.
8. Ver T. Lowi: "American Business and public policy". Este autor estabelece uma classificação interessante, e até certo ponto já clássica, das arenas políticas em três tipos segundo o nível de divisibilidade dos interesses em jogo, indo das altamente divisíveis distributivas até as não divisíveis redistributivas, passando pelas parcialmente divisíveis regulamentatórias.
9. Uma discussão interessante sobre a problemática que delimitamos como mecanismo de representação cooptativo, embora com uma chave de decifração bastante distinta, encontra-se em Schwartzman: São Paulo e O Estado Nacional, particularmente nos capítulos 1 e 2.
10. Ver Schmitter: op.cit.
11. Para o tratamento do mecanismo cooptativo na Itália, ver Poulantzas: Fascismo y Dictadura.
12. Schmitter: op.cit., pp. 104-105.
13. Uma excelente análise do desenvolvimento do mecanismo de representação corporativo na Europa Ocidental do século XX encontra-se em Shonfield: Modern Capitalism.

14. Embora vários autores utilizem o termo populismo para indicar o mecanismo de representação plebiscitário, preferimos evitá-lo porque geralmente recobre outros mecanismos além do plebiscitário e porque também foi utilizado para denotar outros fenômenos tais como forma de estado, movimento social e ideologia. Ver Worsley: "The concept of populism"; Germani: Política y Sociedad en una época de transición; Di Tella: "Populism and reform in Latin America"; Ianni: La Formación del Estado Populista en América Latina; Weffort: Clases Populares e Política; Laclau: op.cit.
15. Quanto ao conceito de carisma ver Weber: Economia y Sociedad.
16. Ver a este respeito Reich: Psicología de Masas del Fascismo.
17. Um desenvolvimento excelente do que denominamos mecanismo de representação partidário encontra-se em Cerroni: op.cit., cap. VII.
18. Sobre as variantes e as derivações de um partido programático, ver Duverger: op.cit. e Michels: Los Partidos Políticos.
19. Schmitter: op.cit., p. 98
20. Ver Gramsci, em particular: Notas sobre Machiavello, la Política y el Estado Moderno; Poulantzas: Fascismo y Dictadura e Poder Político y Clases Sociales en el Estado Capitalista; Cerroni: op.cit..
21. Ver a já clássica definição de Linz do estado autoritário em "An Authoritarian Regime: Spain" e o mais recente "The Future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime: the case of Brazil".
23. Ver Barrington Moore: Los Orígenes Sociales de la Dictadura y de la Democracia.
24. Ver Poulantzas: Poder Político y Clases Sociales e Fascismo y Dictadura.
25. Nem mesmo em seu recente livro A Crise das Ditaduras, embora se mostre mais sensível à importância que o processo de democratização pode ter para a luta da classe operária pelo socialismo.
26. Ver Dahl: Polyarchy. Participation and opposition.
27. Ver Schmitter: op.cit.
28. Ver Germani: op.cit.
29. Ver O'Donnell: Reflexiones sobre la Tendencias Generales del Cambio en el Estado Burocrático-Autoritario; Acerca del Corporativismo y la Cuestión del Estado; Modernización y Autoritarismo.
30. Ver Cardoso, em especial Autoritarismo e Democratização e "Modelo Político Brasileiro".

31. Ver C. E. Martins: Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil.
32. Ver Poulantzas: Poder Político y Clases Sociales; Fascismo y Dictadura.
33. C. E. Martins define do seguinte modo seu segundo sistema de alianças no qual se inspira nosso conceito de aliança social predominante:
- "Em segundo lugar, temos os sistemas de alianças que costumam chamar de coalizões políticas, as quais se definem como alianças formadas com vistas ao controle do poder estatal. Como resultado das lutas que desenvolvem uma contra as outras, suas posições hierárquicas modificam-se ao longo do tempo. Genericamente, porém, sempre encontramos, em cada etapa do processo histórico, uma coalizão que se torna proeminente em relação às demais e à qual conviria chamar de coalizão politicamente predominante, em contra posição às coalizões politicamente secundárias, subalternas ou auxiliares.
- "A coalizão politicamente predominante é a constituída pelas potências sociais a favor de cujos interesses são definidos os principais rumos seguidos pela política governamental. Este sistema de alianças distingue-se do bloco no poder em dois sentidos: de um lado, porque tende a incluir algum ou vários setores das classes dominadas ou subalternas; de outro lado porque não abarca, necessariamente, todos os integrantes do bloco no poder. Em contraste com ela, as coalizões politicamente secundárias resultam da formação de alianças entre os setores que não são aceitáveis na coalizão predominante ou que preferem tentar abrir o seu próprio caminho de um modo independente, não aceitando subordinar-se a uma posição inferiorizada no seio da aliança predominante".
- Op.cit., pp. 139-138
34. Nossa definição de regime liberal, como se pode observar, não é tributária da conceituação do pensamento liberal. Tampouco se identifica com o significado dado ao conceito de regime liberal pelos autores marxistas que, como Gramsci, são sensíveis a esta problemática. Uma exposição fiel ao pensamento liberal contemporâneo sobre o regime liberal encontra-se em Sartori: op.cit. e uma excelente crítica marxista desta conceituação encontra-se em Ferroni: op.cit.
35. Este problema dos Marginais e de seus efeitos sobre o sistema político é tratado numa orientação similar à nossa por L. Martins: Pouvoir et Développement Economique.
36. O regime parlamentar chileno é tratado por Edwards: La Frontera Aristocrática.
37. Informações sobre este problema encontram-se em Cuellar: Colômbia: país formal, país real.
38. Informações a este respeito encontram-se em H. Donghi: História Contemporânea de América Latina.

39. Informações a este respeito encontram-se em L. Martins: op. cit.; Benavidez: O Governo Kubitscheck; Lafer: O Sistema Político Brasileiro; Campelo: Estado e Sistema Partidário no Brasil 1945-1964.; Soares: Sociedade e Política no Brasil; Weffort: "Estado e massas no Brasil".
40. Informações sobre os casos peruanos e equatoriano encontram-se em Donghi: op.cit.
41. Este problema é tratado por Bendix: Estado Nacional y Ciudadania e por Cole e Postgate: The British People 1776-1946.
42. Ver a este respeito Lechner: La Democracia en Chile.
43. Os autores que enfatizam esta diferença entre regime autoritário e regime totalitário são Linz: op.cit. e Cardoso: Authoritarismo e Democratização.
44. Informações a este respeito encontram-se em Poulantzas: A Crise das Ditaduras.
45. Ver a este respeito o interessante artigo do Portes: "O legislativo em regimes autoritários: o caso do México".
46. Ver Poulantzas: Fascismo y Dictadura.
47. Ver Linz: op.cit.
48. Informações a este respeito encontram-se em Comblin: A Ideologia da Segurança Nacional.
49. Ver a este respeito L. Martins: Op. cit.; em especial os casos do petróleo e da siderurgia.
50. Ver a este respeito Malloy: "Authoritarianism, Corporatism and Mobilization in Peru" e Cotler: "Bases del Corporativismo en Perú".
51. Informações a este respeito encontram-se em H. Donghi: op. cit.; Ramos: Historia de la Nación Latinoamericana; e Padgett: The Mexican Political System.
52. A ideologia social diferencia-se da ideologia política por remeter às imagens-attitudes das relações sociais mais fundamentais: relação de produção, homem-mulher, pai-filho, cliente-prestador de serviços; enquanto a ideologia política remete às imagens da forma de organização política do Estado e do conjunto das instituições.
53. Este problema é tratado por Dahl: Political opposition in Western Democracies.
54. Ver a este respeito Ingrao: Massa e Potere.
55. A construção mais importante numa perspectiva liberal sobre os regimes totalitários encontra-se em Arendt: Totalitarianism; e numa perspectiva marxista em Marcuse: El Hombre Unidimensional.

56. Este problema é tratado segundo perspectivas diferentes por Djilas: La Nueva Clase; Deutscher: La Revolución Inconcluse; Poulantzas: Fascismo y Dictadura.
57. Sobre o caso alemão ver Badia: Historia de Alemania Contemporánea; sobre a Rússia ver Carr: Historia de la Rusia Soviética; sobre a Checoslováquia ver Fetchko: Las Democracia Populares; sobre o Japão, ver B. Moore: op.cit.
58. Ver a este respeito Poulantzas: op.cit.
59. Idem.
60. Ver a este respeito Barrington Moore: Terreur et Progrès en URSS. Etude sur les variations et la stabilité de la dictature soviétique.
61. Ver a este respeito Fetchko: op.cit.
62. C.E. Martins: op.cit., pp. 189-190
63. Ver a este respeito Castells: La Lucha de Clases en Chile.
64. Esses atores têm assim capacidade para exercer influência em alguns ou em todos os momentos do processo decisório: articular interesses, expressar reivindicações, convertê-las em iniciativas, prescrever soluções, promover sua sanção e impedir sua aplicação. Neste nível conjuntural, tanto o Estado quanto a Sociedade Civil parecem descongelados e decompostos, em ação num cenário aberto, com múltiplas entradas e saídas e com um alto grau de liberdade dos atores para escolherem a conduta que desenvolverão. Mas, para que a análise das políticas públicas não se converta num caos ininteligível deve ser demarcada necessariamente pelas formas de regime e pelas formas de Estado no interior de cujas temporalidades estruturais tais políticas se inscrevem. Agora o cenário se fecha, as entradas e saídas tornam-se sistematicamente seletivas para os diversos atores e o grau de liberdade de suas condutas é circunscrito por limites invariantes precisos.

SEGUNDA PARTE

FORMAS DE ESTADO E FORMAS DE REGIME
NA ARGENTINA E NO BRASIL

CAPÍTULO V

O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E DO
ESTADO NA ARGENTINA CONTEMPORÂNEA

1. ACUMULAÇÃO, RELAÇÕES ENTRE AS CLASSES E CAPITALISMO DEMOCRÁTICO.

1.1. O processo de acumulação capitalista

Comparativamente ao resto da América Latina, a Argentina é o país que mais cedo e profundamente se integra no processo de acumulação capitalista mundial. A partir da segunda metade do século XIX, a Argentina passa a ser um dos grandes centros de acumulação e participa significativamente do comércio internacional. Entre 1880 e 1914, o produto bruto argentino cresce a cifras que oscilam em torno de 10% ao ano, o que é acompanhado por um fabuloso crescimento populacional, produto de grandes migrações transoceânicas que transformam o país no que D. Ribeiro denomina um "povo transplantado" (1).

A etapa do capitalismo agrário-exportador se estende, na Argentina, aproximadamente de 1880 a 1930, tendo seu núcleo na região pampiana onde se generalizam as relações de produção capitalista (2). Estas têm um caráter manufatureiro; os trabalhadores controlam o funcionamento do processo de trabalho, visto não se terem produzido as modificações no processo produtivo que transformam os trabalhadores rurais em "apêndices da máquina" (3). Na realidade, isto não é nenhuma especificidade do capitalismo agrário argentino, pois no capitalismo oligopólico-concorrencial a maquinofatura só se desenvolve no setor industrial, produzindo-se assim uma significativa defasagem, nas relações de apropriação real entre campo e cidade. A maquinofatura só começa a ser introduzida no campo, em nível mundial, na etapa oligopólico-conglomerante, que se inicia na década de 30; e tende a se generalizar na etapa atual, transnacional-estatal, sob a forma de unidades econômicas agro-business (fábricas agrárias capital intensivas).

Durante a etapa de capitalismo agrário-exportador a periferia argentina tem uma característica que a diferencia radicalmente do resto da periferia latinoamericana (com exceção do Uruguai); ela é um centro de absorção de excedentes, gerados no

resto do mundo, através do mecanismo da renda diferencial da terra em escala mundial. Isto porque o pampa argentino é uma das regiões agrícolas mais férteis do mundo, nesse período em que ainda não se desenvolvera uma indústria de fertilizantes sintéticos que permitisse nivelar as grandes assimetrias em relação à fertilidade das terras. Um indicador simples, mas altamente significativo, deste mecanismo de renda diferencial é dado pelas migrações sazonais transoceânicas. Os trabalhadores do sul da Europa vêm trabalhar por alguns meses na colheita argentina e o salário recebido lhes permite reproduzir-se (e à sua família, que permanece na Europa) durante quase todo o ano e, além disso, pagar a viagem de ida e volta. De fato, o salário real recebido na Argentina pelos trabalhadores agrícolas, e também pelos da indústria, é semelhante, ou mais alto, do que o dos trabalhadores de indústria dos países de maior desenvolvimento capitalista da Europa (4). Este excedente que a Argentina apropria do resto do mundo é distribuído entre o conjunto das classes sociais da região pampiana, estando excluídos da partilha o conjunto dos setores médios e subalternos - e, inclusive, uma parcela significativa das classes dominantes do interior.

Por volta de 1930 a Argentina é um país de população predominantemente urbana, no qual as relações de produção capitalistas estão bastante difundidas. O núcleo dessas relações é constituído pela produção agrária (carne e cereais) da região pampiana, existindo de maneira complementar um capitalismo urbano industrial de base dupla: uma mais antiga, manufatureira, e outra mais recente, maquinofatureira - que se ampliara significativamente na década de 20 devido a uma forte onda de investimentos norte-americanos. Fora da região pampiana, sobrevivem algumas formas de produção pré-capitalistas, embora subordinadas totalmente às capitalistas que marcam o ritmo da formação social (5). Todo este quadro faz com que a região pampiana (onde vivem aproximadamente dois terços da população total) seja uma das regiões de maior renda per capita do mundo e com uma distribuição relativamente homogênea da mesma, considerando-se os parâmetros mundiais da época.

A crise de 1930 vai produzir, como em toda a periferia avançada latinoamericana, um deslocamento do centro de acumulação da agropecuária para a indústria, e, concomitantemente, um estancamento relativo e duradouro da reprodução do capitalismo agrá -

rio. Na década de 30, esse processo implica uma transferência de capitais agrários para a indústria e uma transformação de antigas manufaturas em maquinofaturas, assim como de oficina artesanais em manufaturas. Como resultado desse processo, o produto bruto industrial cresce fabulosamente a partir de 1935, chegando, em 1943, a superar o produto bruto agrário (6).

Entramos, deste modo, no período de substituição "fácil" de importações, basicamente de bens de consumo não duráveis e duráveis leves. As indústrias têxtil e metalúrgica leve (fundamentalmente a primeira geração de eletro-doméstico) são os ramos que comandam esse processo a partir de meados da década de 30, até meados da década de 50. Em escala reduzida, desenvolve-se também uma indústria de máquinas-ferramentas simples e de insumos industriais (7).

No início da década de 50, produz-se um estrangulamento do crescimento industrial devido ao estancamento das exportações agropecuárias, geradoras das divisas requeridas para a importação dos bens de produção necessários para a continuidade do processo de substituição "fácil" de importações. Todavia, não chegou a se desenvolver de modo significativo, um setor de bens de produção: a produção de aço, petróleo, energia elétrica e máquinas-ferramentas é muito baixa em comparação com a demanda de uma indústria de bens de consumo hiperdesenvolvida (8). A etapa de acumulação oligopólico-concorrencial, baseada na substituição de importações de bens de consumo não duráveis e duráveis leves, está chegando ao fim.

No começo da década de 60, produz-se uma mudança no padrão de acumulação, correspondendo parcialmente às novas características da acumulação mundial. Grandes investimentos (estrangeiros ou estatais) passam agora a ser feitos nos setores: petróleo, energia elétrica, aço, máquinas-ferramentas e bens de consumo duráveis sofisticados (fundamentalmente automóveis) (9). No entanto, este deslocamento do eixo de acumulação dos bens de consumo não duráveis e duráveis leves para bens de consumo duráveis sofisticados e bens de produção não será acompanhado por uma abertura significativa do mercado interno ao mercado mundial. Ou seja, o mercado interno continua sendo protegido. Esta situação permite a reprodução do velho capital industrial, que não produz a níveis competitivos no mercado mundial. Além disso, faz com os novos investimentos estrangeiros se instalem no interior des-

ta lógica de reprodução da "ineficiência" e, por isso, o processo de transnacionalização não será acompanhado pelo mesmo nível de economias de escala que em outros países. Assim, a entrada da Argentina na era do capitalismo conglomerado transnacional-estatal realiza-se de forma lenta e parcial, exceto no interregno de 1967-69 e a partir de 1977, quando esse processo se dinamiza. A manutenção do isolamento do mercado interno argentino é produto do caráter específico que a luta de classes adquire na Argentina: grande poder relativo da classe operária, grande capacidade de resistência da burguesia industrial local e tendência à aliança isolacionista entre as duas classes o que, por sua vez, provoca nos conglomerados transnacionais instalados na Argentina uma conduta de "adequação" ao mercado interno protegido e ausência de economias de escala. Apesar desta adequação, a expansão das transnacionais - através de novos investimentos, no começo da década de 60, posteriormente, através da captação da poupança interna (incluindo compra de partes do pacote de ações de empresas locais e estabelecimento de vínculos de dependência tecnológica destas em relação àquelas) - implica a presença de uma tendência permanente para a abertura do mercado interno (10).

A Argentina, a partir da crise de 30, deixa de ser um centro de absorção de excedentes em relação ao resto do mundo e vai se transformando, embora parcialmente, em produtora de excedente absorvido pelas formações sociais centrais, tanto através da repatriação dos lucros do capital estrangeiro quanto através da troca desigual (11). Isto se deve à acentuada diminuição da eficácia do mecanismo da renda diferencial. Assim, a Argentina deixa de ser um polo significativo da acumulação capitalista mundial, o que se manifesta na forte queda da participação do PIB argentino no total mundial, no declínio da proporção de sua participação no comércio mundial e num crescimento lento da renda per capita. O PIB argentino, superior ao de todos os países latinoamericanos na década de 30, passa, na década de 70, a ser equivalente a cerca da metade do mexicano e de um terço do brasileiro, mesmo que sua renda per capita, em relação à desses países, continue sendo mais alta e mais homogeneamente distribuída (12).

Apesar dessa deterioração de sua posição no mundo, a Argentina continua sendo, na década de setenta, do ponto de vista estritamente econômico - ou seja, por suas dimensões territo-

riais, seus recursos naturais e o nível de qualificação da força de trabalho - uma fronteira potencial de expansão do capitalismo mundial. No caso de se modificarem as condições políticas vigentes nas últimas décadas (o que não significa necessariamente deterioração do poder relativo da classe operária, mas sim uma anulação do poderio relativo da burguesia local), os conglomerados transnacionais (com graus variáveis de associação com o Estado) podem encontrar, na Argentina, uma de suas áreas privilegiadas de expansão, o que, por sua vez, pode implicar uma forte tendência a recuperar a posição de polo importante da acumulação mundial, perdida na década de 30.

1.2. A Diferenciação das Classes Sociais

A grande burguesia agrária se divide, a partir da década de 30, em duas frações: uma, quantitativamente majoritária, de capitalização baixa, e outra, minoritária, que vai aumentando progressivamente sua capitalização, até que as unidades de produção que detêm atingem o nível de maquinofatura num período recente. A primeira fração tem sua fonte de apropriação de excedente fundamentalmente qua agrária, ou seja, mediante a renda da terra - excedente apropriado basicamente do resto dos agentes sociais nacionais; a segunda a tem qua capitalista, ou seja, através do lucro, embora a renda da terra continue ocupando um lugar significativo (13). Apesar de ter ocorrido um processo de divisão das unidades econômicas agrárias, tal processo não implica ainda uma entrada significativa de oligopolios internacionais no campo. Em virtude da estrutura dual de custos, que implica preços agrícolas competitivos no mercado mundial e preços industriais defasados dos vigentes no mercado mundial, as exportações continuam sendo fundamentalmente de produtos agrícolas, embora com graus diversos de processamento industrial. A produção agrícola, sendo a única internacionalmente competitiva, permite que a burguesia agrária conserve uma posição estratégica no processo de reprodução do capitalismo argentino, por controlar a fonte de divisas que permite pagar as imprescindíveis importações de bens de capital e tecnologia. Tudo isso apesar de, no começo da década de 70, o produto industrial ser três vezes superior ao agrícola (14).

A burguesia industrial local tem seu período de ouro nas décadas de 30 e 40, quando é o suporte dos lugares fundamentais da reprodução do capitalismo. Trata-se de uma burguesia industrial cujo desenvolvimento está organicamente vinculado ao seu relativo isolamento do mercado mundial (15). Quando, na década de 50, as condições internas e internacionais do processo de acumulação capitalista se modificam, uma fração muito importante da burguesia industrial local tende a desenvolver uma conduta defensiva-conservadora, tentando manter espaços fechados, resguardados da penetração tanto de mercadorias como capitais estrangeiros. Outra fração, porém, a mais concentrada, tende a desenvolver uma conduta "modernizante", de associação com o capital estrangeiro, que a levará progressivamente ao seu desaparecimento enquanto burguesia local e à sua incorporação na engrenagem dos conglomerados transnacionais (16). O que fundamentalmente permanece da antiga burguesia local é, então, uma fração arcaica e conservadora que ocupa posições cada vez mais periféricas na reprodução capitalista. Essa fração, contudo, mantém uma capacidade significativa de desenvolver aparelhos políticos sociais a ela organicamente vinculados, o que lhe permite uma capacidade de sobrevivência bem maior do que indicaria a lógica estritamente econômica (17). Permanece também uma fração muito pequena, representada por um punhado de empresas que, ao mesmo tempo que desenvolve uma conduta "modernizante", mantém-se independente dos conglomerados instalados no país e estabelece vínculos de dependência tecnológica com conglomerados não diretamente instalados aí (18).

A burguesia oligopólica internacional inglesa penetra profundamente na Argentina na segunda metade do século XIX, ocupando, junto com a grande burguesia agrária, os lugares fundamentais no processo de reprodução ampliada do capitalismo agrário-exportador (ferrovias, portos, bancos, comércio exportador, frigoríficos).

A década de 20 presencia a entrada maciça da burguesia oligopólica norteamericana em áreas que passam a ser o eixo da acumulação capitalista nas décadas seguintes. Os oligopólicos norteamericanos reproduzem-se no país basicamente sem afluência de novos capitais, ao passo que os oligopólios ingleses desaparecem na década de 40 (nacionalizações), como resíduo final da quebra

da etapa agrário-exportadora.

Os conglomerados transnacionais, em processo de constituição a partir de fins da década de 50, efetuam novos investimentos e reinvestem seus lucros de forma tal que passam a controlar os centros fundamentais de reprodução capitalista. Além disso, consegue se estabelecer solidamente no interior da formação social, ao absorverem a fração concentrada "modernizante" da antiga burguesia industrial. Grande parte desta última se transforma em gerente-testa-de-ferro das transnacionais, que passam assim a contar com portadores-agentes de tradição nacional, o que favorece sua influência sobre os centros decisórios do aparelho de Estado.

A partir de 1969/1970, porém, as características da luta de classes fazem com que as transnacionais passem a considerar a Argentina como uma área inviável para sua expansão. Isto provoca, até 1977, uma parada no processo de transnacionalização, que é aproveitada conjunturalmente pela burguesia arcaica local, para ampliar suas possibilidades de sobrevivência, e pela burguesia local "autonomista", para tentar, frustradamente, transformar-se num importante centro de acumulação.

Até 1930, uma boa proporção da classe operária urbana é de origem estrangeira e tem um peso social relevante devido à sua grande concentração espacial (Buenos Aires, Rosário), sem chegar, no entanto, a ser uma classe social fundamental, dada a secundariedade do capitalismo industrial na formação social. Entre 1933 e 1948, a classe operária cresce extraordinariamente, chegando, por volta de 1955, a seu ponto máximo de expansão. Daí em diante, a participação numérica da classe operária na população economicamente ativa se estabiliza, visto que o crescimento industrial implicou um aumento significativo da composição orgânica do capital e da produtividade do trabalho.

A transformação qualitativa da classe operária em uma classe social fundamental é produto da centralidade que o capitalismo industrial adquire, já a partir da década de 30.

No que concerne à questão salarial, a segunda metade da década de 40 é um período de grande crescimento do salário real e do salário relativo, bem como de homogeneização salarial no interior da classe operária. Este processo de homogeneização salarial adquire grande legitimidade, em virtude da qual o pro-

cesso de diferenciação salarial iniciado no começo da década de 60 não chega a se aprofundar; isso se explica mais por razões políticas do que econômicas, isto é, pela forte concentração do poder exercido no interior da poderosa central sindical (CGT).

Durante as décadas de 30 e 40, uma boa proporção da classe operária é de primeira geração, distinguindo-se a sua origem da que caracterizara a classe operária das etapas anteriores, visto provirem os seus contingentes fundamentalmente do interior do país (19). Nas décadas de 60 e 70, predomina uma classe operária de segunda e, eventualmente, de terceira geração, sendo minoritário o setor de primeira geração (20). Por esta razão se formou na Argentina, na década de 60, um universo ideológico especificamente operário, desvinculado de componentes ideológicos rurais.

As camadas médias, embora tenham seu momento de maior peso social em 1930, continuam tendo importância significativa por constituírem uma grande proporção da população economicamente ativa (21). No entanto, o grande poder relativo da classe operária atua no sentido de deteriorar relativamente a participação das camadas médias na distribuição da renda nacional e, por isso, provoca uma tendência recorrente, nas últimas três décadas, ao confronto político entre a classe operária e as camadas médias. A tendência ao nivelamento salarial entre classe operária e camadas médias assalariadas faz da Argentina um país excepcional no contexto latinoamericano, no qual a existência de oferta ilimitada de mão de obra (que não ocorre na Argentina) provoca um enfraquecimento sistemático da capacidade de negociação da classe operária e, com isso, a manutenção de posições salariais relativamente privilegiadas por parte das camadas médias. A pequena burguesia independente, pelas mesmas razões que a burguesia local arcaica, também teve uma grande capacidade de sobrevivência, a tal ponto que, por exemplo, conseguiu resistir à penetração dos supermercados na área de comercialização durante a década de 60.

Em resumo do que vimos desenvolvendo neste sub-item, poderíamos dizer que, na etapa de capitalismo agrário-exportador, as classes fundamentais da sociedade argentina são a burguesia agrária pampliana e a burguesia oligopólica inglesa, que ocupam as posições de comando na reprodução capitalista. Além desses

classes fundamentais, temos uma classe média urbana e uma classe operária urbana (reduzida), ambas com grande capacidade de mobilização, e finalmente uma classe operária rural quantitativamente importante, mas sem capacidade de mobilização. Fora do núcleo capitalista pampiano temos oligarquias pré-capitalistas regionais e os camponeses arrendatários (fundamentalmente renda em espécie, embora eventualmente em trabalho), a elas subordinados, representando uma proporção pequena da população economicamente ativa.

Durante a etapa do capitalismo oligopólico-concorrencial-substitutivo de importações (1930-60), as classes fundamentais são: a burguesia industrial local e a burguesia oligopólica internacional (basicamente norteamericana) - ocupando as posições de comando do processo de acumulação; a classe operária urbana - estendendo-se e multiplicando assim sua capacidade de mobilização; e a grande burguesia agrária. Além delas temos a classe média urbana, que continua mantendo uma importante capacidade de mobilização, e a classe operária rural - que se estende às expensas do campesinato à medida que as relações de produção capitalistas de generalizam no interior.

Durante a etapa do capitalismo conglomerado transnacional-estatal (1960-), as classes fundamentais são os conglomerados transnacionais; ocupando as posições de comando do processo de acumulação, a burguesia local arcaica, a burguesia agrária e a classe operária urbana. Além dessas, temos a classe média urbana e rural e a classe operária rural que, embora ocupando posições secundárias na estrutura social, fazem sentir sua presença na cena política.

1.3. As relações sociais de produção democráticas

A partir da instalação do capitalismo agrário exportador, na segunda metade do século XIX, as relações sociais de produção na Argentina têm características que as aproximam da variante democrática do capitalismo, visto que este último se implanta num território que esteve praticamente vazio no período anterior. Isto significa que não existem relações de produção pré-capitalistas que as novas tenham que transformar-eliminar (22). Além disso, os novos agentes sociais, originados da migração transoceânica, representam-se a sociedade como constituída por sujeitos juridicamente livres e iguais. A isto se soma o próprio ca

râter das guerras de independência e das guerras civis da primeira metade do século XIX que favorecem um enfraquecimento das relações de autoridade baseadas em "hierarquias naturais de nascimento", visto que o treinamento e a prática de combate dão ao dominado-soldado algum sentimento de poder próprio e de não naturalidade das posições na estrutura social. A guerra de massas provoca assim uma ampla mobilidade social; qualquer um tem o direito de ser o chefe de conseguir os recursos específicos necessários, independentemente de sua origem social (23).

Por volta de 1930, as relações sociais de produção são suficientemente democráticas para permitir que a ideologia dominante, tanto nas classes dominantes como nas subalternas da região pampiana, seja a da liberdade e igualdade jurídica, e para propiciar, no que respeita à exploração da força de trabalho, condições similares às dos países onde a classe operária arrebatou mais conquistas à classe capitalista.

Na década de 40, aprofundar-se-á o caráter democrático das relações sociais de produção: o valor gerado destinado ao salário e o destinado ao consumo capitalista distribuem-se em proporções relativamente equilibradas; grande capacidade de controle dos trabalhadores sobre as condições em que se realiza a exploração de sua força de trabalho; significativa atenuação dos componentes de submissão na ideologia-attitudes da classe operária e das classes subalternas em geral; generalização da noção de liberdade e igualdade jurídica em todas as relações de prestação de serviços. A luta política da classe operária e o processo específico no interior do aparelho militar (tema que será desenvolvido no capítulo seguinte) permitem a democratização profunda das relações sociais de produção, convertendo a Argentina da segunda metade da década de 40 em uma das formações sociais capitalistas mais democráticas do mundo (ao que nos parece, só superada pela Inglaterra, pela Suécia e pela Itália) (24). Mas apesar de se terem estabelecido relações sociais de produção plenamente democráticas, o mesmo não sucede ao nível do regime político, sendo esta defasagem um dos fatores responsáveis pela grande instabilidade política.

2. A CONSTITUIÇÃO E A EXPANSÃO DOS APARELHOS DE ESTADO

Da revolução de maio de 1810, até 1860, ocorrem tenta-

tivas de constituição de um aparelho estatal nacional. Estas tentativas se vêem frustradas diante da supremacia dos aparelhos provinciais - controlados de forma mais ou menos direta pelas oligarquias locais - que, no entanto, apresentam uma extrema fragueza no que se refere à sua estrutura organizacional, estando sujeitos a sucessivas destruições e reconstituições, de acordo com as oscilações das guerras civis. Só a província de Buenos Aires consegue escapar parcialmente desses ciclos e vai constituindo um aparelho organizacional que desenvolve uma burocracia profissional embrionária (25).

Em 1860, dá-se o triunfo da oligarquia agrocomercial bonaerense sobre o resto das oligarquias locais, e, com isso, são impostas as condições para a constituição de um Estado nacional no qual essa classe social vai ocupar uma posição claramente hegemônica. Poderíamos dizer que o período que vai de 1860 a 1880 é o da constituição definitiva de um aparelho estatal nacional que consegue finalmente sua autonomia relativa em face da oligarquia bonaerense quando a cidade de Buenos Aires é federalizada (26). Por volta de 1880 o Estado nacional está constituído sob a forma de Estado Gendarme e, em consonância com a reprodução ampliada do capitalismo agrário-exportador, consegue uma progressiva expansão de seu aparelho organizacional que atinge seu momento culminante, enquanto Estado Gendarme, na década de 1920.

O aparelho executivo vai se fortalecendo a partir de 1880. Essa força se reflete em sua recorrente intervenção, em detrimento das autonomias provinciais, fazendo com que, apesar do caráter federal da Constituição, a relação entre a presidência da nação e os governos de província seja sempre de forte subordinação destes àquela. Este fortalecimento do Estado federal em detrimento dos estados provinciais é possível pela grande homogeneidade da formação social.

O aparelho administrativo se expande a partir de fins do século XIX, constituindo uma burocracia profissional relativamente especializada, que se localiza fundamentalmente em três ministérios: Interior, Relações Exteriores e Educação. Merece destaque a grande expansão dos recursos orçamentários controlados pelo Ministério da Educação e utilizados desde o início na educação primária, que adquire o caráter de pública, gratuita e

obrigatória. Isto permite altos índices de alfabetização e, com isso, a formação de um grande contingente de professores primários assalariados do Estado. Em proporções menores, expande-se também a educação secundária e universitária pública e gratuita. A expansão do Ministério da Educação - tanto em termos de seu aparelho organizacional como dos recursos orçamentários à sua disposição - não continua no mesmo ritmo a partir de 1930 (27). Observa-se um estancamento relativo devido à sua dificuldade para superar os termos do hiperdesenvolvimento alcançado e à forma específica que a luta política assume a partir da década de 40, favorecendo a canalização dos recursos estatais para outras áreas ministeriais definidas como centrais: previdência social, regulação da economia, forças de segurança e saúde pública.

O Ministério do Interior expande-se a partir da década de 30, na medida em que a questão da relação com as províncias (fundamental até esse momento para as atividades deste ministério) é substituída pela questão da segurança interna, com o conseqüente crescimento da polícia federal. As novas áreas ministeriais de Trabalho e de Bem-Estar Social passam a absorver recursos orçamentários cada vez mais importantes a partir da década de 40 (28). Implanta-se um sistema generalizado de aposentadorias e pensões que abarca uma grande proporção da população economicamente ativa e que chega, na década de 60, a abarcar sua totalidade. Ainda na década de 40, instauram-se um sistema de financiamento para a construção de habitações e sistemas de medicina socializada em combinação com o aparelho sindical. A existência de aparelhos societários, organicamente vinculados às classes subalternas, com capacidade para influir sobre os centros decisórios do aparelho de Estado, faz com que os recursos orçamentários destinados aos ministérios do Trabalho e do Bem-Estar Social sejam uma proporção relevante não só do conjunto do orçamento estatal, como também do PIB (o que é, junto com o caso uruguaio, relativamente similar ao argentino, excepcional na América Latina até a década de 60). Os "investimentos sociais" do Estado são muito altos em comparação com os "investimentos econômicos", considerando-se os parâmetros normais de desenvolvimento do Estado Periférico Regulador (29).

O aparelho financeiro embrionário constitui-se em 1880.

A total federalização da alfândega de Buenos Aires é fundamental para seu desenvolvimento visto ser o imposto sobre a circulação externa de mercadorias a principal fonte da receita do Estado federal. A imensa maioria dos produtos importados e exportados pagam um imposto ínfimo mas que no conjunto passa a constituir uma cifra significativa devido à grande abertura da economia argentina à economia mundial e devido à proporção relativamente baixa do orçamento estatal no conjunto do PIB. Além desse imposto, existe outra fonte importante de recursos: os empréstimos de bancos internacionais que vão constituir a dívida pública externa que, durante todo o período do Estado Gendarme, cresce significativamente. Ambas as fontes de recursos são suficientes para permitir uma grande expansão do aparelho organizacional e dos recursos financeiros do Estado, considerando-se os parâmetros da época. Em 1890, cria-se o Banco de la Nación Argentina que, junto com a Casa da Moeda e o Ministério da Fazenda e Finanças, vai constituir o locus específico da existência do aparelho financeiro-embrião (30).

Na década de 30 dá-se um salto para a constituição de um aparelho financeiro-econômico que aumenta significativamente a capacidade de extração de recursos financeiros da sociedade e é o locus específico da regulação da reprodução capitalista (31). O surgimento do aparelho financeiro-econômico implica sua diferenciação em três tipos de agências: ministérios, autarquias ou organismos de administração descentralizada e empresas do Estado. As áreas ministeriais do aparelho financeiro-econômico são basicamente quatro: Fazenda e Finanças, Agricultura e Pecuária, Indústria e Comércio - previamente inexistente, dedicada a incentivar a expansão dos diversos setores industriais; e Transporte e Comunicações - também previamente inexistente e dedicada a regular ou produzir diretamente os diversos meios de transporte e comunicação (rodovias, marinha mercante, redes telefônicas e telegráficas, aviação civil, aeroportos, portos etc.).

As autarquias começam a aparecer na década de 30 e se multiplicam à medida que nos aproximamos do período atual. Ao mesmo tempo que crescem os recursos financeiros à sua disposição e sua capacidade de intervenção na regulação do processo de acumulação. Na década de 30, surgem: a Junta Nacional de Grãos e a Junta Nacional de Carnes (além de outros organismos também reguladores da produção agropecuária); o Banco Central; e Vialidad

Nacional (encarregada da construção de rodovias); a Administração Geral de Portos; etc. Na década de 40 surgem: a Marinha Mercante; o Banco de Crédito Industrial; o Instituto Argentino de Promoción del Intercambio (IAPI), eliminado em 1955, etc. Durante a década de 50 surgem o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária e o Instituto Nacional de Tecnologia Industrial, encarregados de assessorar os produtores agrícolas e industriais no que se refere a novas tecnologias. Na década de 60, surge o Conselho Nacional de Desenvolvimento, encarregado de elaborar planos alternativos globais e setoriais e de realizar estudos diagnósticos, sendo assim o embrião de um ministério de planejamento (embora durante a década de 60 suas funções não passem do assessoramento indireto).

Ao lado dessas autarquias, desenvolve-se, na área do Ministério da Fazenda e Finanças, a Dirección General Impositiva, organismo encarregado de arrecadar os impostos sobre a renda e sobre a circulação interna de mercadorias que, a partir da década de 30, vão adquirindo uma importância cada vez maior como fonte de recursos. Com isso se desenvolve e se interioriza a capacidade de tributar do Estado e o mecanismo que permite que o orçamento estatal passe a ser uma proporção importante do PIB (32).

De 1930 em diante surge uma quantidade cada vez maior de empresas do Estado, seja por estatização de antigas empresas privadas de capital estrangeiro ou nacional, seja por criação direta. Essas empresas estatais, produtoras de bens e serviços, constituirão o setor produtivo estatal que dependerá diretamente das dotações orçamentárias gerais realizadas pelo Estado, sendo os preços de seus produtos diretamente administrados pelo governo. O conjunto das empresas estatais vai produzindo uma proporção cada vez maior do PIB, sendo também o empregador de uma proporção cada vez mais significativa da classe operária (33). O setor produtivo estatal não chegou, até hoje, a se transformar num aparelho produtivo capitalista de Estado, embora existam profundas tendências nessa direção.

O aparelho militar adquire grande importância a partir do próprio momento da Independência, pois tem que empreender uma longa guerra contra os exércitos espanhóis, parte dela realizada fora do território argentino. Todavia, não atinge o grau suficiente de autonomização, em relação a oligarquias e caudilhismos lo-

cais, para evitar sua posterior fragmentação seguindo as linhas de clivagem regionais. Na década de 1860, reconstituiu-se como exército nacional a partir do patamar do vitorioso exército bonaerense, sofrendo um rápido e intenso processo de profissionalização. A principal expressão disso é a criação dos colégios Militar e Naval na década de 70 (34). No curto lapso de duas décadas, o recém constituído exército nacional desenvolve uma luta vitoriosa em três frentes: eliminação dos últimos levantes das montoneras no interior, derrota do exército paraguaio e ocupação preventiva dos territórios sulistas para fazer frente a uma eventual ocupação chilena. Esses fatos o transformam no mais importante centro de poder nacional e, conseqüentemente, em garantia da unidade nacional, tanto diante de forças localistas como diante de forças estrangeiras.

Em 1902 é criada a Escola Superior de Guerra e em 1904 institui-se o serviço militar obrigatório para toda a população, independentemente da origem social. Esta massificação do exército não tem equivalentes na América Latina e só se dá em alguns países europeus influenciados pela tradição da Revolução Francesa do "Povo Armado". Por volta do começo do século, existe nas FFAA argentinas um sistema de promoção de acordo com o mérito profissional sem interferências do aparelho executivo ou parlamentar, o que também não é comum na América Latina. A obtenção de um sistema autônomo de promoções é um passo importante na consolidação de um poder específico enquanto aparelho, e como tal é considerado pela categoria social militar. Também do ponto de vista do equipamento bélico é grande a modernização das FFAA, chegando-se a importar, na década de 20, armamentos sofisticados (35).

Apesar da ideologia profissionalista que se desenvolve no exército, acompanhando o processo de profissionalização, desenvolve-se também, embora com menos força, uma ideologia militarista-expansionista, partidária da centralidade do exército no aparelho estatal. Esse desenvolvimento da ideologia militarista deve-se, em alguma medida, à forte influência da missão militar alemã no processo de modernização do exército, que se reflete inclusive na posição neutralista da Argentina na primeira guerra mundial, apesar de pressões da Inglaterra e das classes dominantes locais a favor do rompimento com a Alemanha. A partir da constituição do exército argentino, a ameaça de guerra com o Chile e

com o Brasil alimenta a formação de seus quadros, desenvolvendo-se em seu interior projetos ofensivos de hegemonia sulamericana, canalizados na ideologia militarista.

A conjuntura de 30 impõe a intervenção direta do aparelho militar na cena política, iniciando um processo que continuará até nossos dias e que tem como um de seus traços marcantes o conflito permanente entre as duas frações da categoria social militar: a militarista e a profissionalista. A primeira, representando interesses substantivos específicos da categoria militar tendentes a sua transformação no principal centro de poder político da sociedade e à expansão do Estado-Nação ao nível da hegemonia sulamericana; a segunda, de menor vocação hegemônica, tanto no plano interno quanto no externo. As FFAA tendem, por conseguinte, desde 1930, a autonomizar-se significativamente em relação às classes dominantes, embora simultaneamente encontrem grandes obstáculos, para desenvolverem seu poder específico de aparelho, na consistência e na amplitude da Sociedade Civil estruturada em aparelhos societais relativamente sólidos que tendem a questionar ou, pelo menos, a redefinir (no caso do aparelho sindical), essa vocação hegemônica. Desde a década de 30 a fração militarista do exército tem projetos de desenvolvimento das indústrias de base e de armamentos, que se efetivam na década de 40 com a constituição de Fabricaciones Militares (36).

Nas décadas de 60 e 70, desenvolvem-se os serviços de inteligência e informações no interior do aparelho militar que, ao segregarem uma ideologia espontânea de controle do conjunto da sociedade, alimentam a ideologia militarista. O crescimento desses serviços é reforçado pelas características específicas da luta política, em particular pelo desenvolvimento de forças guerrilheiras que conseguem uma sofisticada estrutura organizacional e um forte poder de combate.

Resumindo, podemos dizer que temos três grandes pontos de inflexão na complexificação e na expansão do aparelho militar: um primeiro, no começo do século, de profissionalização da carreira e de instauração do serviço militar obrigatório; um segundo, na década de 40, de constituição de uma indústria de armamentos própria; e um terceiro, nas décadas de 60 e 70, de constituição de um aparelho de inteligência e informações. Tanto no primeiro como no segundo, o aparelho militar argentino se adianta no-

tavelmente em relação a seus equivalentes latinoamericanos; no terceiro, é acompanhado pelo brasileiro (e em menor medida pela maioria dos aparelhos militares latinoamericanos) (37).

Por sua complexidade organizacional, sua aparelhagem material e treinamento de seus membros, o aparelho militar argentino divide com o brasileiro e o cubano o primeiro lugar da América Latina. Isto é sumamente relevante para os futuros desdobramentos dos conflitos políticos mundiais que podem implicar, neste final do século XX, o desenvolvimento de conflitos regionais significativos na América Latina, de acordo com a nova tônica das relações internacionais, marcada simultaneamente pela transnacionalização do processo de acumulação e pelo reforço dos Estados como unidades político-econômicas e como fonte de identidades nacionais dos agentes sociais (38). A tradição militar argentina é bem mais sólida do que a brasileira e a cubana. O aparelho militar argentino constitui, no começo do século XX, uma ideologia específica de controle interno da sociedade e de expansão externa, embora até hoje esses projetos não se tenham efetivado plenamente em nenhuma conjuntura; enquanto que a tradição militar brasileira correspondente (e parcialmente a cubana) é bem mais recente. No caso brasileiro, existe uma ideologia expansionista específica desde o século XIX, mas a mesma não se desenvolve no interior do aparelho militar e sim no interior do aparelho administrativo (Itamaraty).

O aparelho parlamentar é um centro de poder político entre 1860 e 1930, mas a partir desse ano começa um processo de enfraquecimento que se vai intensificando à medida que nos aproximamos de nossos dias. Entre 1860 e 1943 a natureza das relações entre o parlamento e o executivo permite ao primeiro funcionar como centro de poder autônomo, embora com poder mais reduzido do que o segundo. O caráter de ambos os aparelhos está igualmente vinculado ao dos processos eleitorais que os constituem: entre 1860 e 1912 ambos têm vínculos orgânicos estreitos com as classes dominantes (o que não quer dizer que sejam um mero instrumento das mesmas) devido ao sistema eleitoral restritivo; entre 1912 e 1930 ambos conseguem maior autonomia relativa das classes dominantes devido à democratização do sistema eleitoral; e, enfim, entre 1930 e 1943, os dois reatam vínculos orgânicos com as classes dominantes, como produto do sistema eleitoral frau-

dulento (39).

A partir da década de 40, a fraqueza do parlamento se aprofunda, fazendo com que deixe recorrentemente de ser um centro de poder, seja por ser suprimido, seja por estar subordinado ao executivo e ter anulada sua autonomia relativa. A causa fundamental do enfraquecimento é o caráter agudo que a luta de classes adquire e a conseqüente instabilidade política. Isso, por sua vez, vincula-se diretamente à forte tendência do aparelho militar a ocupar uma posição de centralidade no sistema político e à crise de representatividade do sistema partidário, que não consegue canalizar a nova força social emergente (a classe operária urbana). Isto é alcançado pelos sindicatos que, por suas características intrínsecas como aparelho, e por sua ideologia específica, no caso argentino, não são um suporte eficaz do poder parlamentar mas, ao contrário, operam como corroedores do mesmo. Por conseguinte, o parlamento, que conseguiu legitimidade como centro de poder político nas classes dominantes e nas classes médias, não a consegue na classe operária, para a qual sua sorte foi, em geral, indiferente. As características específicas da luta de classes provocam uma complementariedade entre desenvolvimento do poder sindical e enfraquecimento do aparelho parlamentar. A dificuldade da classe operária em imprimir sua marca neste último alimenta seu afastamento da perspectiva de expressar-se através do mesmo.

O aparelho judicial se mantém como um centro de poder político efetivo entre 1860 e 1943, tendo, em alguns casos, questionado a validade de normas sancionadas pelo aparelho executivo e/ou parlamentar, tal como era prescrito como sua possível função na Constituição de 1853. Constituído de tribunais de três instâncias, tanto no nível nacional como no provincial, mantém-se bastante descentralizado durante esse período. A partir de 1943, produz-se um duplo processo no aparelho judicial: um que consiste em seu enfraquecimento pelas frequentes intervenções que sofre, em suas diversas instâncias, por parte do executivo. O âmbito específico no qual a autonomia do judiciário é restringida pelo executivo é o correspondente à vigência efetiva das liberdades e garantias do indivíduo diante do Estado (direito de habeas corpus, liberdade de expressão e organização, garantias contra a pressão física e psíquica), que haviam sido relativamen

te custodiadas com eficácia pelo judiciário no período que vai até 1943. Em razão da consistência da Sociedade Civil argentina, as violações de autonomia do judiciário no âmbito dos direitos e garantias do indivíduos não implicarão mudanças substanciais na ideologia jurídica dominante; ou seja, tais violações foram realizadas de fato sem recorrer a novas normas jurídico-legais que as justificassem. O outro processo consiste numa maior autonomia relativa diante das classes dominantes, conseguida através da criação da Justiça do Trabalho, encarregada de tratar de todos os conflitos entre burguesia e classe operária no âmbito da unidade de produção e que tende a desenvolver práticas favoráveis à segunda; como produto, em grande medida, do aprofundamento do caráter democrático das relações sociais de produção que se opera simultaneamente.

Em síntese, podemos dizer que após uma primeira etapa (1810-1860) de diferenciação muito precária de seus aparelhos, em comparação com os de outros países latinoamericanos (basicamente Chile, Brasil e Paraguai), produzem-se uma diferenciação e uma expansão muito intensa dos mesmos (1860-1930) que colocam o Estado argentino no primeiro lugar da América Latina, bem à frente dos demais países. De 1930 em diante, a especificidade da Argentina, partindo da plataforma já alcançada, é a grande expansão, no interior do aparelho administrativo, de uma área ministerial de trabalho e bem-estar social, que é acompanhada por uma significativa proporção de recursos orçamentários e por importante "investimentos sociais" que não têm, nem longinquamente, equivalente na América Latina. Por volta da década de 70, por não se ter constituído um APCE, o desenvolvimento organizacional do Estado argentino encontra-se em atraso em relação a outros países latinoamericanos. Todavia, a importância disso se dilui significativamente considerando-se a complexidade organizacional de seus outros aparelhos.

3. A FORMA DE ESTADO REGULADOR: 1930-197

O Estado capitalista periférico constitui-se, na Argentina, por volta de 1860, sob a forma de Estado Gendarme e passa a desempenhar um papel significativo na criação das condições institucionais que permitirão a reprodução ampliada do capitalis-

mo agrário-exportador. Os mecanismos fundamentais através dos quais criam-se essas condições institucionais são: a unificação do mercado interno, através da eliminação de todas as barreiras aduaneiras interprovinciais anteriormente existentes; a imposição efetiva de normas jurídicas burguesas que regulam as relações entre os agentes sociais em todo o território; a garantia de segurança jurídica de todos os capitais estrangeiros investidos no país, bem como o estímulo direto a seu fluxo para a criação da estrutura transportadora-comercial e financeira que permita a exportação dos produtos agropecuários; e, por último, o estímulo direto, jurídico e financeiro, para um fluxo maciço de imigrantes que permita a incorporação da nova força de trabalho necessário ao processo produtivo.

A crise de 30, ao bloquear a continuidade da acumulação agrário-exportadora, produz uma transformação na função da acumulação do Estado, passando-se assim à etapa de acumulação oligopólio-concorrencial substitutiva de importações, o que implica a constituição do Estado Regulador.

Entre 1930 e 1932 são tomadas as primeiras medidas governamentais que conduzirão à constituição do Estado Regulador. Elas são formuladas pela elite governamental numa perspectiva conjuntural - para enfrentar uma crise que se supõe de curta duração, após a qual o processo econômico continuaria seu "curso normal" anterior -, e não com uma perspectiva transformadora da função de acumulação do Estado. Desse modo, criam-se Juntas Reguladoras da produção de carnes, cereais, erva mate e uva, com o objetivo de evitar a perda dos excedentes das colheitas e orientar o volume da produção agropecuária de acordo com as possibilidades de colocação nos mercados interno e internacional (40). Estabelece-se o controle de câmbios, para adequar o valor das importações ao novo nível de exportações, o que faz com que uma série de bens de consumo passe a ter altas tarifas alfandegárias, tornando-se quase proibitiva a sua importação (41). Em virtude da forte queda no nível da atividade econômica interna, adota-se uma política "Keynesiana" de obras públicas (basicamente rodovias, portos, pavimentações urbanas e edifícios de quartéis militares) que serve como ativador da indústria de construção civil e do conjunto da indústria em geral (42). Por fim, estabelece-se um convênio com a Inglaterra (o tratado Roca-Runciman) que bilateraliza significativamente o comércio exterior argentino. A Argentina se

compromete a dar tratamento preferencial às importações de origem inglesa, tendo em troca assegurada a venda de uma quota anual de carne resfriada e congelada (43). Embora esse tratado favoreça diretamente os interesses do setor mais concentrado dos fazendeiros (invernistas) e do capital inglês, terá também efeitos indiretos, não procurados, de regulação do comércio exterior por parte do Estado; o que escapa ao padrão ^{de relações} econômicas internacionais vigente até 30 e serve de antecedente para posteriores intervenções mais fortes do Estado na área.

Uma das medidas fundamentais para a estruturação do Estado Regulador é a criação do Banco Central, em 1934, como locus específico de regulação da circulação monetária - através do controle da atividade dos bancos, do controle da emissão monetária primária e da supervisão da evolução da dívida externa pública e privada. Assim, inicia-se também uma política de emissão de títulos da dívida pública interna, induzindo-se os capitais estrangeiros radicados no país a comprarem uma parcela significativa dos mesmos como alternativa à repatriação de capitais (44). Durante a primeira década a partir de sua criação, o Banco Central tem, de acordo com seus estatutos, uma grande autonomia diante do governo, já que em seu Conselho Diretor estão representados tanto aquele como o setor privado, com uma grande participação de personalidades organicamente vinculadas aos interesses do capital inglês. Neste caso, a intervenção do Estado na economia associa-se, mais ou menos diretamente, a interesses imperialistas, em virtude da composição da aliança social predominante.

Na década de 30 estabelecem-se as primeiras bases de uma estrutura protecionista da produção industrial local, cujas medidas são: controles de câmbio, sobretaxas e controle das importações. Essas medidas são formuladas de maneira isolada, e não através de uma política coerente e sistemática; não obstante, constituem objetivamente um conjunto de instrumentos de regulação e estímulo do crescimento industrial (45). A partir destas bases criadas "inconscientemente" nos anos 30, a estrutura protecionista se reproduz de forma ampliada até a segunda metade da década de 60, quando se questiona significativamente, pela primeira vez, o peso negativo da expansão indiscriminada do protecionismo sobre a estrutura de custos industriais (produtos não competitivos no mercado mundial).

Da década de 30 até a de 50, a estrutura protecionista é presidida por dois critérios principais, como o assinalam Malton e Sourrouille:

"1)- proteção das atividades já existentes no país contra a ameaça da concorrência das importações - em geral de forma arbitrária, pela insistência da pressão de grupos de interesses -, e 2)- tratamento mais favorável para as importações denominadas 'essenciais', em particular durante os períodos de penúria da balança de pagamentos. Este sistema tendeu a alentar o que se poderia chamar de 'substituição incremental da importação', ou de diversificação da capacidade de produção existente, e deu maior proteção à produção de bens não essenciais. Em virtude das severas restrições à importação que se impuseram especialmente durante a segunda guerra mundial e após a crise da balança de pagamentos de 1948, a produção interna de uma grande variedade de máquinas-ferramentas e de maquinarias e equipamentos não especializados também recebeu um grande impulso". (46)

Um ponto fundamental no desenvolvimento da estrutura protecionista se dá em 1944, quando é promulgada uma lei que autoriza o Estado a conceder créditos especiais, isenções tributárias e facilidades para a importação de maquinarias e matérias-primas para determinadas atividades consideradas de interesse nacional:

"Os três critérios principais que foram aplicados insistiam em que essas atividades deviam produzir bens 'essenciais' para o mercado interno, contribuir para a deflacionação nacional e utilizar principalmente insumos nacionais. Em parte por estes critérios limitativos e em parte porque a responsabilidade para aproveitar estes incentivos foi totalmente liberada à iniciativa privada, a legislação não conduziu a nenhuma mudança importante na estrutura da indústria. A responsabilidade para desenvolver atividades em maior escala com tecnologia avançada ficou nas mãos principalmente de novas empresas mistas ou do Estado" (47)

O eixo deste processo é a Dirección General de Fabricaciones Militares, um conjunto de empresas criadas fundamentalmente durante a década de 40, dentre as quais as mais relevantes do ponto de vista não estritamente bélico são as seguintes: a DINFIA,

sob o controle direto da Aeronáutica, responsável pelos primeiros automóveis, tratores e aviões produzidos no país; o AFNE, sob o controle da Marinha, dedicado à construção naval; e a SOMISA, empresa siderúrgica cuja construção começou em 1947, mas que só foi inaugurada uma década depois. Além disso cria-se a DINIE (Dirrección Nacional de Industrias del Estado), a partir da expropriação de trinta empresas alemãs (fundamentalmente químicas e farmacêuticas), e se estabelece a primeira indústria petroquímica (48). A este conjunto de empresas sob o controle militar, que é o núcleo do novo setor produtivo estatal, devem ser acrescentadas as previamente existentes - o YPF e a Vialidad Nacional - e as recém-criadas (Gas del Estado e Agua y Energía Electrica) a partir da estatização de uma série de companhias de capital estrangeiro. Embora não diretamente produtoras de bens, mas sim de serviços, devem ainda ser acrescentadas como periferia deste setor produtivo estatal, a Ferrocarriles Argentinos e a ENTEL, criadas a partir da estatização de empresas inglesas e norteamericanas respectivamente (49).

Ainda na década de 40, são tomadas outras três medidas fundamentais de expansão do Estado Regulador: a criação do Banco de Crédito Industrial destinado a outorgar créditos a juros baixos ou negativos, com longos prazos de amortização, para o setor industrial; a estatização do Banco Central, que passa agora a se ^{plenamente} integrar no aparelho financeiro-econômico do Estado, eliminando a representação do capital privado em sua Direção; e a criação do IAPI que, através da quase monopolização do comércio exterior, transfere grandes parcelas de excedentes da burguesia agrária para a burguesia industrial local e para o setor produtivo estatal (50).

Na década de 50, diante das grandes dificuldades para continuar o processo de acumulação capitalista exclusivamente sobre a base da poupança interna - devido tanto à não disponibilidade de tecnologia adequada quanto ao estrangulamento da balança de pagamentos -, o Estado Regulador dá uma guinada em sua política industrializadora, estimulando um grande fluxo de investimentos estrangeiros.

"... o espetacular impulso tecnológico da indústria argentina, na década de 50, foi consequência direta de uma abertura da economia para o maciço investimento estrangeiro e

da quase ilimitada importação de bens de capital, assim como da complacência do governo para entrar em negociações especiais referentes a certas empresas ou produtos. Esta mudança de política iniciou-se quando Perón começou a liberar de controles o investimento estrangeiro e negociou acordos especiais com empresas forâneas de automóveis, tratores e televisão. Esta tendência se acentuou ainda mais quando Frondizi eliminou todas as barreiras restantes ao capital estrangeiro e deu novos e poderosos incentivos para a total renovação da maquinaria e dos equipamentos instalados. Os principais instrumentos de política utilizados para este fim consistiram em isenções tributárias de até 100% para os reinvestimentos, garantias ilimitadas dos bancos oficiais para os créditos obtidos no exterior e livre importação de linhas completas de produtos, peças avulsas de maquinaria e equipamentos que presumivelmente não são produzidos no país. Assim, entre 1959 e 1963, mais de 50% das importações entraram no país livres de taxas alfandegárias e uma grande proporção de bens de capital e outros insumos industriais o fizeram favorecidos por regimes especiais de promoção industrial. A política protecionista deu, por conseguinte, uma guinada fundamental: da aquela que respondia aos interesses de certos grupos de pressão e se baseava numa legislação promocional muito seletiva ou restritiva, passou-se a outra que deu livre acesso ao capital e à tecnologia estrangeiros. A proteção às atividades recentemente criadas começou a se generalizar, especialmente por meio de taxas à importação muito elevada e pela proibição absoluta de importar determinados artigos. Estas medidas gerais se complementaram com acordos particulares destinados principalmente a assegurar uma quota do mercado interno às novas indústrias e a obrigar os fabricantes dos novos produtos a se abastecerem progressivamente de insumos nas fontes locais" (51).

Apesar da diferença, antes e depois da década de 50, quanto à forma de estabelecer o mecanismo protecionista à indústria, o sistema protecionista em si mesmo - que implica estrutura de custos não competitiva mundialmente - permanece constante. E não só permanece como também, em certos momentos, acentua-se esta defasagem em relação aos custos mundiais, na medida em que a

rejeição de certas vantagens comparativas da divisão internacional do trabalho é mais viável no capitalismo oligopólico-conglomerante do que no capitalismo transnacional-estatal, em razão da mudança de escala que se produz nos processos produtivos. A diferença entre fabricar produtos têxteis ou eletrodomésticos na década de 40, com ou sem economias de escala, é menor do que a diferença entre fabricar automóveis ou produtos eletrônicos, com ou sem economias de escala, na década de 60.

Como a manutenção da estrutura protecionista se realiza através da entrada de capitais estrangeiros que se amoldam a essa estrutura, dá-se uma mudança na composição da oferta, que passa a orientar-se para os bens de consumo sofisticados. Por várias razões, esta é a área privilegiada de expansão dos oligopólios internacionais nessa época, o que, por sua vez, provoca uma necessária redistribuição regressiva da renda para adequar a estrutura da demanda à nova estrutura produtiva.

"A mudanças na composição da demanda desempenharam um papel fundamental no auge das importações de 1953-62. A suspensão dos controles à importação permitiu à Argentina imitar uma proporção maior de sua demanda, /embora o coeficiente de importações continue sendo relativamente baixo em comparação com as tendências gerais para a abertura das economias nacionais - E.V./ após muitos anos de severo racionamento de tais compras, e as políticas promocionais abriram o caminho para um verdadeiro aluvião de bens de capital importados. Isto deu lugar a um grave desaproveitamento da capacidade de produção de bens de capital no país, e a substituição de mão-de-obra por capital fixo contribuiu para redistribuir a renda e os gastos nacionais em favor dos grupos de maior renda. Portanto, os aumentos na demanda se inclinaram para bens de maior elasticidade-renda, tais como os produzidos pelas novas indústrias de tecnologia avançada, em detrimento dos bens de consumo popular, cuja proporção de componentes importados é geralmente menor. Inclusive, por volta do final da década de 60, a produção de mercadorias tais como farinha e derivados, confecções e calçados não havia recuperado ainda os níveis que alcançaram em meados do decênio anterior. (...)"

"O provável esgotamento das possibilidades de substituição de importações não parece derivar tanto das dificulda

des para instalar as atividades manufatureiras de maior nível de elaboração, quanto da mudança na composição da demanda e do incremento das obrigações financeiras externas que acompanharam o processo. Também foram crescendo as dúvidas quanto à justificativa de uma estratégia de industrialização que conduz ao surgimento de atividades que, nas condições prevalecentes, implicam um fardo pesado de fábricas de escala antieconômica, capacidade ociosa, lucros oligopólicos e grandes gastos no exterior para incorporar novas tecnologias que nem sustentam o ritmo de crescimento nem criam muitos empregos" (52).

Da década de 30 em diante, a questão dos preços da produção agrícola e da política agrária é motivo de permanente conflito entre a burguesia agrária e o conjunto dos setores urbanos. Este conflito se reflete na arena estatal em recorrentes oscilações na política econômica, embora exista uma constante por trás das mesmas: a transferência de rendas do setor agrícola para o setor industrial. Esta transferência aparece já na década de 30, embora de modo muito limitado, e se intensifica notavelmente na década de 40, quando o IAPI monopoliza o comércio exterior de grãos e cereais, confiscando grande parte do excedente produzido no campo. Este confisco chega a tal ponto que, no início da década de 50, a produção agropecuária, já bastante desestimulada, entra em declínio generalizado. Em razão disso o IAPI teve de modificar sua política, em 1952, para recuperar a rentabilidade da produção agropecuária. Essa modificação aparece como um elemento fundamental para superar o estrangulamento da balança comercial e, assim, continuar o desenvolvimento industrial - mas como uma grande limitação para manter o alto nível do salário operário. Apesar da mudança na política de preços do IAPI, as condições de luta de classes e as características do regime político fazem com que a mesma não tenha maior eficácia. É em 1956 e em 1957, com a mudança introduzida a nível de regime, que se acentua o estímulo à produção agrária, incluindo uma transferência de rendas do setor industrial para o setor agrário. Esta não poderá continuar depois de 1957, em virtude da ativa oposição da classe operária e, em menor grau, do conjunto dos setores urbanos. Esta transferência de rendas volta a se repetir em 1962, encontrando novamente forte oposição (53).

Assim, apesar da tendência geral de transferência de

excedentes do campo para a indústria, existem algumas tentativas conjunturais - que não têm continuidade devido à relação de forças entre as classes - de inverter essa política. Estas tentativas não só respondem a interesses imediatos da burguesia agrária como também têm, informando-as, interesses gerais de reprodução da formação social, com a finalidade de conseguir um novo salto na produção agropecuária, que poderia recolocar num plano mais favorável a problemática do desenvolvimento industrial. Mas isso requeriria uma continuidade na política agrária, de modo a estimular os produtores agrícolas a introduzirem grandes investimentos que provocassem um salto na produtividade do trabalho. Como assinala O'Donnell:

"No capitalismo argentino, um forte aumento da produção (e das exportações) pampiana não pode dar-se sem converter suas estâncias em agribusiness, com uso muito mais intensivo de capital e tecnologia. Se se deixam de lado (...) as 'explicações' fundadas numa suposta 'irracionalidade' econômica dessa burguesia (...), parece claro que a resposta deve achar-se ao nível dos parâmetros que regem suas decisões microeconômicas. Tais parâmetros não resultam de qualquer 'necessidade' econômica, mas das lutas com que se teceram as alianças políticas e dos vaivéns de um Estado, os quais, por sua vez, são sustentados pelas especificidades de uma estrutura de classes....

A transformação da estancia pampiana em um agribusiness com capital e tecnologia intensivos acarreta decisões de investimento a longo prazo. A instabilidade dos preços pampianos, a experiência histórica dessa instabilidade e, principalmente, o correto prognóstico da futura continuidade dessa instabilidade, impediram a tomada dessa decisões. O que por sua vez determinou que a burguesia pampiana, que inicialmente fora a vanguarda dinâmica e altamente produtiva (em termos relativos internacionais e durante o período anterior a 1930), tenha ficado cada vez mais longe de sê-lo, a medida que nos aproximávamos da época atual; fundamentalmente porque, dada a situação mencionada de preços relativos, foi microeconomicamente racional manter a modalidade 'extensiva' de exploração dessa terra"(54)

Os impostos indiretos são utilizados para incrementar

os recursos do Estado, não sucedendo o mesmo com os diretos, que sempre constituíram uma proporção pequena dos tributos por ele ab sorvidos, em virtude das resistências opostas pelas classes de proprietários e de assalariados de alto nível. Durante a década de 30, a insuficiência de recursos tributários do Estado é compensada pela expansão da dívida pública interna; mas, a partir da década de 40, o deficit fiscal do Estado aumenta fabulosamente, em grande parte devido à criação do setor produtivo estatal e sua periferia. Nessas condições, o deficit fiscal é financiado com recursos extraorçamentários, como a emissão monetária indiscriminada. Daí em diante, até a década de 70, o deficit fiscal do Estado é permanentemente alto, chegando, em alguns anos, a cifras superiores a 10% do PIB, o que provocou efeitos de inflação crônica (55).

A grande necessidade de recursos do Estado Regulador não se deve apenas à expansão de seu aparelho financeiro-econômico, mas também, em grande medida, à expansão dos ministérios do Trabalho e do Bem-Estar Social. Uma área assistencialista que as siste diretamente um setor significativamente amplo da população (a Fundação Eva Perón) é notavelmente desenvolvida, consumindo importantes recursos estatais financiados de forma extra-orçamentária. A primeira etapa de funcionamento generalizado do sistema de aposentadoria e pensão (década de 40 e 50) é também u ma fonte de deficit fiscal do Estado, visto que as arrecadações não são suficientes para cobrir seu montante total, devido às fortes evasões existentes até a criação de agências com efetivo poder de arrecadação e até que o próprio sistema adquira legitimidade. Posteriormente, nas décadas de 60 e 70, o processo se inverte e as arrecadações previdenciárias servem para financiar ou tras áreas deficitárias do Estado, porque o montante individual das aposentadorias é restringido em relação ao que seria juridicamente devido.

O Estado Regulador mantém uma continuidade durante mais de quarenta anos, apesar da alta instabilidade política existente, a qual implica a sucessão de diversas formas de regime que, muitas vezes, são significativamente contrastantes (como veremos no próximo capítulo). Essa continuidade é dada pela tendência constante à reprodução ampliada dos aparelhos de Estado, em particular o financeiro-econômico e a área de questões sociais do a parelho administrativo. Esta expansão dos aparelhos de Estado rea

liza-se em consonância com as necessidades da etapa do capitalismo oligopólico-concorrencial-substitutivo-de-importações - basicamente estimular a produção industrial para o mercado interno, seja de capital local ou estrangeiro, protegendo-a da concorrência internacional -, sendo sobre-determinada pelo caráter específico assumido pela luta de classes, que tem como elemento fundamental a tendência à aliança isolacionista entre a burguesia industrial local e a classe operária. Esse caráter da luta de classes é um obstáculo relevante para um salto qualitativo na estrutura organizacional do Estado através da formação de um APCE. Devido à não constituição do Estado Promotor, - requisito necessário para uma entrada relativamente vantajosa das formações sociais periféricas na etapa do capitalismo conglomerado transnacional-estatal -, a posição argentina na economia mundial acentuará sua deterioração durante as décadas de 60 e 70, continuando de maneira mais intensa o processo iniciado na década de 30.

NOTAS DO CAPÍTULO V

1. Ver Ribeiro: Las Américas y la Civilización. Embora concorde mos com a expressão "povo transplantado" proposta por este autor, discordamos da valoração negativa do processo imigratório nela implícita. Sobre a participação da Argentina na economia mundial ver Ferrer: La Economía Argentina; Díaz Alejandro: Essays on the Economic History of the Argentine Republic.
2. Ver a este respeito Ortiz: Historia Económica de Argentina e Fuchs: Argentina: su desarrollo capitalista.
3. Informações a este respeito encontram-se em Scobie: Revolución en las Pampas e Gilberti: Historia de la Ganadería Argentina.
4. Informações secundárias sobre este problema encontram-se em Panetieri: Los Trabajadores; Ferrer: op.cit.; Murmis: Estructura Social Argentina: el sector agrario.
5. Ver a este respeito Fuchs: op.cit.
6. Ver a este respeito Dorfman: Historia de la Industria Argentina.
7. Este problema é tratado por Díaz Alejandro: op.cit.; Ferrer: op.cit.; Di Tella e Zymmelman: Las Etapas del Desarrollo Argentino.
8. Este problema é tratado por Peralta Ramos: Etapas de la Acumulación Capitalista y Alianza de Clases; Díaz Alejandro: op.cit.; Ferrer: op.cit. Di Tella e Zimmelman: op.cit.
9. Ver a este respeito Mártorell: Las Inversiones Extranjeras en Argentina.
10. Um exemplo claro da entrada de capital estrangeiro adequando-se à lógica protecionista é a instalação, no começo da década de 60, de filiais de quase todas as empresas automobilísticas dos EEUU e da Europa Ocidental produzindo para um mercado de aproximadamente 100.000 unidades anuais e, por conseguinte, várias empresas produzem menos de 10.000 automóveis por ano.
11. Ver a este respeito Braun: Imperialismo y Comercio Internacional.
12. Ver CEPAL: Estudio Económico de América Latina.
13. Ver a este respeito Murmis: op.cit.
14. Ver Anuario del Cronista Comercial. 1974.
15. Ver a este respeito Díaz Alejandro: op.cit.
16. Ver a este respeito Braun: "Desarrollo del capital monopolista en Argentina"; Skupch: "Concentración industrial en la Argentina, 1956-1966"; e Cimillo e outros: Acumulación y Cen-

tralización del Capital en la Industria Argentina.

17. Ver a este respeito Pontantiero: "Clases dominantes y crisis política en Argentina".
18. Ver a este respeito Braun: El Programa Económico del Gobierno Popular e Duejo: El Capital Monopolista y las Contradicciones Secundarias en la Economía Argentina.
19. Ver a este respeito Germani: Política y Sociedad en una Época de Transición.
20. Esta consideração parece ser consensual entre os clientistas políticos, não existindo, todavia, nenhum estudo específico a respeito.
21. Informações a este respeito encontram-se em Germani: La Estructura Social Argentina.
22. Este problema é tratado por Peña: El Paraíso Terrateniente.
23. Ver a este respeito H. Donghi: Revolución y Guerra.
24. Esta hipótese é bastante intuitiva pois baseia-se apenas na leitura de alguma literatura genérica sobre a condição operária na Europa do pós-guerra imediato.
25. Ver a este respeito Floria e Belsunce: Historia de los Argentinos; e Bourgin: Aspectos Económicos del Federalismo Argentino.
26. Este problema é tratado por Ramos: Revolución y Contrarevolución en Argentina e Peña: De Mitre a Roca
27. Ver Floria e Belsunce: op.cit.
28. Idem.
29. Ver a este respeito Soares: "O novo estado em América Latina".
30. Este problema é tratado por Ferrer: op.cit.
31. Este problema é tratado por Ferrer: op.cit. e Diaz Alejandro: op.cit.
32. Ver a este respeito Ferrer: op.cit. e Di Tella e Zymelman: op.cit.
33. Sobre o desenvolvimento do setor produtivo estatal ver Esteban: Imperialismo y Desarrollo Económico.
34. Ver a este respeito Goldwert: Democracy, militarism and nationalism in Argentina e Ramos: Historia Política del Ejército Argentino.
35. Ver a este respeito Goldwert: op.cit.
36. Ver a este respeito Goldwert: op.cit.; Ramos: op.cit.; e Potash: The Army and Politics in Argentina, 1928-45: Yrigoyen to Peron.

37. Ver a este respeito Comblin: A Ideologia da Segurança Nacional
38. Sobre o estado atual das relações internacionais numa perspectiva dos Estados Periféricos ver Silva Michelena: Crise no Sistema Mundial: Política e Blocos de Poder.
39. Ver Canton: El Parlamento Argentino en Épocas de Cambio: 1880, 1910 y 1946.
40. Ver a este respeito Ferrer: op.cit.
41. Ver a este respeito Ferrer: op.cit. e Diaz Alejandro: op.cit.
42. Ver Ferrer: op.cit. e Di Tella e Zymelman: op.cit.
43. Ver a este respeito Puigros: La Democracia Fraudulenta.
44. Ver a este respeito Diaz Alejandro: op.cit.
45. Ver a este respeito Ferrer: op.cit.; Peralta Ramos: op.cit.; e Diaz Alejandro: op.cit.
46. Mallon e Sourrouille: La Política Económica en una Sociedad Conflictiva, p. 125.
47. Idem.
48. Ver a este respeito Ferrer: op.cit.
49. Ver a este respeito Cafiero: Cinco Años Después.
50. Ver a este respeito Cafiero: op.cit. e Diaz Alejandro: op.cit.
51. Mallon e Sourrouille: op.cit., p. 127.
52. Idem, pp. 129-130.
53. Ver a este respeito Ferrer: Los Planes de Estabilización en Argentina.
54. O'Donnell: "Estado e alianças: 1956-1976", pp. 26 e 27.
55. Ver a este respeito Villanueva: "El Proceso Inflacionario en Argentina".

CAPÍTULO VI

A EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE REGIME NA ARGENTINA 1930-1976 (*)1. A FORMA DE REGIME LIBERAL-OLIGÁRQUICO - 1930-1943

O regime político liberal-Ampliado, vigente na Argentina entre 1912 e 1930, surge como produto das lutas democráticas empreendidas pelas classes médias urbanas, pela classe operária urbana e pelos aparelhos societais vinculados organicamente a essas classes. - os partidos Radical, Democrata Progressista, e Socialista, assim como as centrais sindicais socialista e anarquista (1). Essas lutas democráticas instalam-se no contexto de uma sociedade de elevada renda per capita e de distribuição relativamente homogênea da renda, o que é explicado, respectivamente, pela renda diferencial em escala mundial e pelo caráter das relações sociais de produção. A fração transformista das classes dominantes, diante da expansão, e da força dessas lutas democráticas, opta, no começo da década de 10, pela concessão de reformas no sistema político (fundamentalmente lei do sufrágio universal masculino, secreto e obrigatório, e constituição de uma justiça eleitoral independente) que implicarão a queda do regime liberal-oligárquico vigente desde 1862 (2). A diferença fundamental entre este último e o regime liberal-ampliado é uma significativa expansão dos direitos formais de participação e de organização políticas. Isto significa: a passagem à categoria de Povo de um setor importante de Marginais - embora permaneça nesta situação a maioria da população, composta pelo conjunto dos agentes sociais femininos e pelos estrangeiros; um aumento da concorrência política aberta para a ocupação dos centros decisórios do Estado;

(*) Este capítulo está dividido em nove itens. Cada um deles, tratando de uma forma de regime concreta, contém um sub-item referente à estrutura da forma de regime e um sub-item referente ao processo histórico. Cada sub-item referente à estrutura está subdividido em três partes, cada uma delas tratando de um dos critérios de diferenciação das formas de regime abordados no Capítulo IV. Para maior simplicidade obedecemos sempre à mesma ordem de exposição segundo o seguinte esquema: I - relação Estado/Sociedade-Civil/Povo, materializada nos mecanismos de representação; II - relação de centralidade-secundariedade-marginalidade entre os aparelhos de Estado; III - aliança social predominante e suas relações com o conjunto das classes sociais.

e uma ampliação da Sociedade Civil, que passa a abranger aparatos societais vinculados organicamente às classes médias.

A crise mundial atinge fortemente o segundo governo Yrigoyen (1928-1930), que não consegue sair da paralisia, estupefato diante de uma situação nova que pede mudanças substantivas na função de acumulação do Estado. Este governo chega, em meados de 1930, a um ponto de perda de legitimidade, tanto nas classes médias quanto nas classes dominantes, embora por razões bem distintas (3). Para as primeiras, trata-se apenas de derrubar o governo para revigorar o regime liberal-ampliado, deteriorado pela corrupção e pela paralisia do governo; para as segundas, trata-se de suprimir o regime, restaurando o regime liberal-oligárquico anterior e, assim, fortalecer sua dominação de classe, parcialmente deteriorada pelos avanços realizados pelas classes subalternas durante o regime liberal-ampliado. Por sua vez, uma fração do exército pretendia também aproveitar a brecha aberta pela crise para instaurar um regime autoritário-militar.

O conflito, travado durante o primeiro ano posterior à queda do regime liberal-ampliado, entre as três forças políticas - que podemos denominar, resumindo, liberal, oligárquica e militarista - leva à instauração de um regime liberal-oligárquico. Triunfa a tendência oligárquica, formada por uma fração das FFAA, o Conservador e a Sociedade Rural Argentina (SRA), desenvolvendo uma política de alianças sucessivas: no primeiro momento com a tendência militarista, posteriormente com a tendência liberal contra a militarista, que controla o governo e ameaça impor um regime autoritário-militar e, por último, novamente com a tendência militarista, para evitar uma volta ao regime liberal-ampliado (4).

1.1. A estrutura do regime liberal-oligárquico

I

As relações entre Estado, Sociedade Civil e Povo sofrem modificações importantes. Uma delas é a restrição da Sociedade Civil devida à deterioração do poder relativo dos Aparelhos Societais vinculados organicamente às classes médias. Todavia, este processo não implica um enfraquecimento da Sociedade Civil diante do Estado, pois desenvolve-se o poder relativo dos aparelhos societais vinculados organicamente às classes dominantes. Estes têm, assim, uma grande capacidade de controle sobre o Esta-

tado, neutralizando a tendência à autonomia por parte do aparelho militar. Outra modificação é o enfraquecimento do Povo, cujos direitos formais de participação política são espoliados pela fraude eleitoral e pela limitação à liberdade de organização e expressão.

Os mecanismos de representação predominantes são o clientelístico e o corporativo. Certa tendência, vigente no regime liberal-ampliado, para a passagem de um sistema partidário clientelístico para um partidário programático, é bloqueada pela instauração de um sistema eleitoral fraudulento. O P. Conservador (situacionista) mantém o caráter clientelístico que lhe é intrínseco desde seu aparecimento. No interior do P. Radical - principal partido da oposição -, produz-se uma luta entre as concepções clientelística e programática, que coexistiam desde sua fundação, até que, em 1935, vence a primeira, ao ser revogada a abstenção eleitoral dentro do partido, com a finalidade de aproveitar as migalhas da fraude eleitoral (possibilidade de ocupar cargos parlamentares e governos de província). O P. Socialista mantém seu caráter programático, embora seja arrastado para uma certa adequação ao sistema partidário clientelístico predominante, ao contrário do que sucedia sob o regime liberal-ampliado quando atuava como força que impulsionava o sistema partidário a adquirir um caráter programático (5).

As corporações patronais mantêm a grande autonomia relativa diante do Estado que já tinham no regime liberal-ampliado. Observa-se isso quanto à SRA e à Bolsa de Comércio, as quais, juntamente com o P. Conservador, constituem os principais centros de poder político da Sociedade Civil, assim como no que se refere à CARBAP e à UIA, que ocupam uma posição secundária (6). Quanto aos sindicatos operários, debilitam-se em virtude da repressão estatal e, mais ainda, da crise de sua estrutura organizacional, mais adequada à manufatura do que à maquinofatura (7).

Em síntese, os mecanismos corporativo (patronal) e clientelístico materializam a relação entre uma Sociedade Civil forte e restrita, um Estado controlado por ela e um Povo limitado em sua capacidade de organização e expressão.

II

Os aparelhos executivo e parlamentar ocupam uma posição de centralidade entre os aparelhos de Estado, embora com o predomínio do primeiro, como está prescrito na Constituição de

1853. Os aparelhos administrativos e financeiro-econômico estão subordinados ao executivo, assim como a ele também se subordinam as FFAA, conquanto estas últimas mantenham tendências à autonomia. O aparelho judicial mantém-se como centro de poder autônomo em relação ao executivo, embora o vínculo que ainda o prende à classe dominante atue no sentido de legitimar o sistema eleitoral fraudulento.

III

A Aliança Social Predominante é composta pela burguesia agrária capitalizada, pela burguesia oligopólica internacional e pela burguesia industrial local (8). Estas frações beneficiam-se com a intervenção do Estado na economia, embora com diferentes possibilidades de influência direta sobre os centros de cisórios, pois apenas as duas primeiras dispõem de aparelhos societários poderosos (SRA, Bolsa, P. Conservador).

No plano econômico, os conflitos mais significativos entre as classes sociais são os seguintes: a) entre a burguesia industrial (local e internacional) e a classe operária industrial, pela distribuição do valor gerado, adquirindo esta contradição importância cada vez maior à medida em que avança o processo de industrialização, durante a década de 30 (9); b) entre a burguesia invernista e a burguesia criadora, pela partilha do excedente gerado na produção agrária (10); c) entre a burguesia industrial local, pela partilha da já deteriorada, mas ainda subsistente, renda diferencial em escala mundial; d) entre as frações inglesa e norteamericana da burguesia internacional, em relação às áreas de investimento e acumulação: carvão-ferrovias, os ingleses, versus automóvel-petróleo, os norteamericanos (11).

1.2. O processo histórico (12)

O regime liberal-oligárquico, para se reproduzir, deve anular duas tendências - democratizante e autoritarizante - que tendem a miná-lo. A tendência autoritarizante, embora derrotada em 1931, continua tendo como pontos de apoio tanto a fração militarista do exército quanto certos grupos nacionalistas autoritários muito influenciados pelo fascismo europeu (13). A tendência democratizante é encarnada, num primeiro momento, pelo P. Socialista e, principalmente, pelo P. Radical, o qual, até

1935, nega a legitimidade do regime e estimula recorrentes micro conspirações nas FFAA. Na segunda metade da década de 30, a clas se operária adere mais eficazmente às lutas pela democratização do sistema político, através da reconstituição de seus sindica tos.

Por volta de fins da década de 30, o fortalecimento da tendência democratizante é significativo, o bastante para provo- car efeitos diretos sobre o Governo Ortiz. Este, ao desmontar par cialmente a maquinaria de fraude eleitoral e o clientelismo hi- per-corrupto vigente na província de Buenos Aires, garante elei- ções livres que permitem ao P. Radical obter o controle da Câma- ra dos Deputados. Essa tendência democratizante leva também a mu danças significativas na composição da coalizão política governan- te, fazendo o P. Conservador passar para a oposição (14). Provo- ca ainda uma ofensiva anti-governamental por parte da fração mi- litarista do exército, o que faz com que as classes médias refor- cem seu apoio a Ortiz. Mas a morte deste, em 1940, e a ascensão do Vice-presidente Castillo provocam um retorno à situação ante- rior. Reinstaura-se a fraude eleitoral, o P. Conservador volta a ser o eixo da CPG e a tendência democratizante retoma uma posi- ção anti-governamental.

Durante o governo Castillo, a tendência autoritárizan- te ganha força fundamentalmente em virtude da deterioração da le gitimidade dos mecanismos de reprodução do regime liberal-oligár- quico e da ameaça representada pela tendência "democratizante", que se apresenta como alternativa, apesar da precariedade de seu desenvolvimento em termos organizacionais. Uma nova classe operá- ria, em processo de formação, distingue-se da velha, por consti- tuir-se de operários de primeira geração. Essa diferença na ori- gem dos setores operários repercute no universo ideológico, embo- ra nem direta nem mecanicamente. O sindicalismo da CGT, vincula- do aos partidos Socialista e Comunista, tende a se implantar na velha classe operária, ficando a nova, em sua grande maioria, fo- ra do raio de ação dos sindicatos. Por volta de 1943, a CGT con- ta em suas fileiras com um terço da classe operária industrial e 10% do conjunto dos assalariados, o que a torna uma força políti- ca considerável, mas também indica um déficit de representação que levará à abertura de novos canais sindicais (15).

O Grupo de Oficiais Unidos (GOU), rede informal de po- der, portador de uma ideologia militarista-nacionalista, organi-

za-se e se expande no exército desde o fim da década de 30. Em 1942, obtém o comando do exército, até então em mãos da fração profissionalista, criando-se assim condições ótimas para a derrota do regime. A fração militarista conquista, então, a hegemonia no exército - e não apenas o controle da cúpula, como o de Uriburu em 1930 -, transformando-se na principal força política da sociedade (16).

Os motivos fundamentais para a queda do regime são: a precariedade dos mecanismos de representação do Povo diante do Estado, o desenvolvimento das lutas da classe operária e a transformação da ideologia dominante no interior do aparelho militar.

O caráter fraudulento do sistema eleitoral explica não apenas o predomínio dos mecanismos clientelísticos (que não chegam a se implantar na classe operária urbana), como também a incapacidade dos sindicatos para conseguirem influenciar os centros decisórios. Cria-se um vazio de representatividade no interior de um regime que, por seu liberal, autolegitima-se como representativo, em sentido tradicional, e que, por isto mesmo, não recorre a mecanismos cooptativos ou plebiscitários. Os mecanismos de representação são insuficientes para uma sociedade na qual quase todos os Marginais masculinos se tornaram Povo e o Estado é relativamente fraco perante a Sociedade Civil. Diante deste vazio de representatividade do regime liberal, duas alternativas parecem possíveis. Uma é a da ampliação significativa da Sociedade Civil, com o conseqüente desenvolvimento de mecanismos partidários e corporativos; a outra é a de um fortalecimento do Estado que inverta sua relação com a Sociedade Civil e o Povo, desenvolvendo mecanismos cooptativos ou plebiscitários. A primeira leva a um regime de tipo liberal-democrático; a segunda, a um regime autoritário.

O fracasso da luta econômica da classe operária pela diminuição da taxa de exploração desestabiliza o regime político, pois este aparece, aos olhos dela, como um obstáculo significativo para a modificação do nível salarial e das condições de trabalho. A capacidade da burguesia industrial para fazer face às demandas operárias vê-se obstaculizada por uma política econômica que não permite que certas vantagens provenientes da renda diferencial sejam socializadas no conjunto da formação social. Isto deteriora a unidade da aliança predominante: as lutas operá-

rias desencadeiam um conflito objetivo entre a burguesia industrial local e a burguesia agrária quanto à distribuição do excedente entre o campo e a cidade, embora isto não se expresse ao nível dos aparelhos políticos.

Enfim, a mudança de ideologia dominante no interior do aparelho militar, concretizada no triunfo da fração militarista, provoca uma condensação do conjunto das contradições e um consequente ponto de ruptura do regime político.

2. A FORMA DE REGIME AUTORITÁRIO-MILITAR-MOBILIZADOR 1943-1945

2.1. A estrutura do regime

I

Neste regime, observa-se um enfraquecimento da Sociedade Civil que passa a ser controlada pelo Estado, principalmente através de seu aparelho militar. Os aparelhos societais fundamentais no período anterior passam a ocupar uma posição secundária na cena política (SRA, Bolsa), quando não são diretamente proscritos (P. Conservador), que teve a mesma sorte que o conjunto dos partidos). Mas, simultaneamente a esse enfraquecimento, vai-se processando uma ampliação da Sociedade Civil, através da expansão do aparelho sindical, embora sem a autonomia em relação ao Estado que tinha no período anterior. Em outras palavras, produz-se uma homogeneização do poder na Sociedade Civil, em virtude da forte restrição que sofrem seus aparelhos fundamentais (organicamente vinculados às classes dominantes) e da extensão do alcance dos sindicatos: com isto, todos os aparelhos corporativos (SRA, UIA, Bolsa, Sindicatos) ficam numa situação de enfraquecimento similar, diante de um Estado relativamente forte. Enquanto isso, os aparelhos partidários estão marginalizados, o que se deve à sua proscrição e à deterioração sofrida sob o regime liberal-oligárquico (17).

Esse enfraquecimento da Sociedade Civil em face do Estado é um enfraquecimento que não tem precedentes desde a fundação do Estado Nacional, na segunda metade do século XIX, e que marca o começo de uma nova era de relações muito oscilantes entre Estado e Sociedade Civil. Durante este regime, processam-se também mudanças fundamentais na relação entre Estado e Povo, na medida em que vai surgindo a liderança plebiscitária de Perón. O

Povo aumentará notavelmente sua capacidade de representação perante o Estado.

O mecanismo de representação fundamental é o cooptativo; a elite militar, que ocupa os centros decisórios, designa os agentes sociais que deverão exercer a representação, assim como estabelece os procedimentos através dos quais serão representados os diversos interesses específicos existentes na sociedade (18).

Além do mecanismo cooptativo, existem, em posição secundária, embora importante, os mecanismos corporativo e plebiscitário. Na medida em que o cooptativo se constitui em princípio articulador dos mecanismos de representação, a representação corporativa, tanto patronal quanto assalariada, é sobredeterminada por ele. Ou seja, sem chegarem a ser corporações e sindicatos estatizados - e, neste caso, incluir-se-iam plenamente na lógica interna do mecanismo cooptativo, deixando de ser formas corporativas de representação -, são permeados em graus variáveis (maior nos sindicatos do que nas patronais) pelo mecanismo cooptativo. Esse permear se expressa tanto no relativo controle que o Estado exerce sobre a atividade dos Sindicatos, como na relativa aceitação, por parte destes, dos procedimentos de representação perante os centros decisórios, marcados pelos agentes militares que ocupam. O mecanismo de representação plebiscitário, visto que se constitui, desde o início, a partir do próprio aparelho de Estado, combina bem com a lógica do mecanismo cooptativo dominante. Assim, é também o Estado que desempenha o papel ativo na estruturação do vínculo de representação entre o Povo e o líder plebiscitário. O Povo (basicamente a classe operária) vai se reconhecendo em Perón apenas na medida em que este vai ocupando centros decisórios "visíveis" no interior do aparelho estatal e quando, a partir dessas posições, passa a emitir um discurso e a implementar políticas "acordes" com as necessidades e interesses populares (19).

II

O aparelho militar passa a ocupar uma posição de centralidade entre os aparelhos de Estado, arrebatando o executivo, suprimindo o aparelho parlamentar, controlando o judicial e o financeiro-econômico. Esta hiper-centralidade do aparelho militar faz com que um dos eixos fundamentais do processo político sejam

os conflitos internos nas FFAA (em particular no exército), embora as linhas de clivagem não sejam rígidas.

Imediatamente após a efetivação do golpe, vão se delineando duas linhas no interior do GOU. Em primeiro lugar, temos uma corrente que enfatiza a necessidade de desenvolver a indústria pesada para fortalecer econômica e militarmente o Estado-Nação, sendo suas preocupações fundamentalmente de tipo econômico. Em segundo lugar, uma corrente (liderada por Perón) que enfatiza a necessidade de construir um regime político que seja altamente legítimo perante as classes subalternas, com o objetivo de desenvolver nelas a identidade nacional, em oposição às identidades internacionais promovidas pelo aparelho comunista. A preocupação desta corrente é, então, a de assegurar a ordem social e política. A diferença entre as duas linhas parece, em princípio, remeter apenas aos meios, pois compartilham o objetivo fundamental de fortalecimento do Estado-Nação no plano internacional. Além dessas duas correntes (ambas militaristas, embora esse traço seja mais forte na primeira), subsiste outra, uma corrente profissionalista, que está fora do GOU e que não é favorável à centralidade das FFAA no sistema político, salvo como solução transitória (20).

III

A aliança social predominante é constituída pela burguesia industrial local, pela burguesia oligopólica inglesa e, secundariamente, pela classe operária urbana, a qual, durante o ano de 1944, passa gradualmente a apoiar o regime. Em relação ao regime liberal-oligárquico, processou-se uma significativa composição no interior da aliança predominante: dela saíram duas frações concentradas da classe capitalista (a burguesia agrária invernista e a burguesia oligopólica norte-americana), ao passo que nela ingressou uma fração importante da classe operária urbana. Junto com seu respectivo Estado-Nação, a burguesia norte-americana opõe-se ativamente ao regime, na medida em que este obstaculiza a entrada da Argentina na esfera de influência norte-americana, tentando evitar, assim, no cone sul, a realização da tendência histórica que se processava a partir da primeira guerra mundial, no sentido de mudança de hegemonias na América do Sul (21).

Os conflitos econômico-sociais fundamentais entre as

classes são os seguintes: a) em razão do aprofundamento do desenvolvimento capitalista industrial, continua aumentando a importância do conflito entre a burguesia industrial (local e internacional) e a classe operária, pela distribuição do valor gerado no processo produtivo, ocorrendo nesse período um aumento da proporção correspondente ao salário em detrimento da mais-valia (22); b) entre a classe operária urbana e a burguesia agrária pampiana, na medida em que parte do aumento do salário relativo será paga em detrimento do excedente apropriado pela segunda (23); c) entre a burguesia agrária e a classe operária rural, na medida em que ocorre um aumento do salário também nesse setor; d) entre a burguesia oligopólica inglesa e a norteamericana; continuando um conflito iniciado com os primeiros investimentos norteamericanos na Argentina, no começo do século; e) entre a classe operária industrial e a classe média dependente, em torno da distribuição da massa de salários entre os diversos setores de assalariados (24).

2.2. O processo histórico (25)

O regime autoritário-militar-mobilizador será capaz de se reproduzir se o Estado, em particular seu aparelho militar, tiver condições de manter enfraquecida e desorganizada a Sociedade Civil e, ao mesmo tempo, for capaz de gerar no Povo a necessária lealdade em relação a ele. Perón, encarnando de algum modo o Estado, procura realizar uma política sistemática em ambas as direções, fracassando quanto à primeira, por volta de meados de 1945, mas avançando na segunda mais do que qualquer analista teria podido imaginar.

Em primeiro lugar, devemos assinalar as características do processo específico que se desenvolve no interior do aparelho militar, que permitem a Perón, em meados de 45, concentrar um grande poder em suas mãos, quando, dois anos antes, não era mais do que um dos chefes da elite militar, seguramente muito mais ambicioso que os outros, porém com menos prestígio em virtude de sua menor antiguidade. Entre meados de 43 e começo de 44, Perón desenvolve uma dupla política: por um lado, reforça sua posição no GOU, enquanto que, por outro, estrutura uma aliança com o aparelho sindical, durante o período em que ocupa o cargo de Ministro do Trabalho e Previdência. Em ambos os casos, utiliza-se de um estilo político que se caracteriza por significativas recom-

pensas aos aliados e duras represálias aos que não aceitam suas propostas de coalizão. Sua aliança com um setor do sindicalismo, em fevereiro de 1944, coloca-o numa posição suficientemente sólida no interior do aparelho de Estado para que possa levar adiante uma maciça estratégia de confronto com seus adversários no interior do GOU. No lapso de poucos meses, consegue a substituição do Presidente Ramírez por Farrell, assim como sua própria ascensão simultaneamente à Vice-Presidência e ao Ministério da Guerra (26). Em meados de 1944, já se constituira uma elite peronista no interior do aparelho de Estado, elite essa que transcende significativamente os limites do aparelho militar, do qual surgiu originalmente, para ramificar-se no aparelho administrativo (especialmente nos Ministérios do Interior e do Trabalho), no aparelho financeiro-econômico e nos principais governos provinciais (27).

A ideologia política da elite peronista é o nacionalismo-autoritário-popular. Nessa ideologia, o componente nacionalista se opõe ao liberalismo econômico (ideologia dominante desde o século XIX) e professa o fechamento relativo das fronteiras econômicas, bem como a expansão de uma indústria local protegida. O componente autoritário professa a ilegitimação de uma oposição política e se opõe à ideologia pluralista veiculada pelos partidos políticos vinculados às classes médias e à classe operária. O componente popular professa a incorporação-mobilização controlada das classes subalternas como fonte de legitimação do regime político, opondo-se tanto à ideologia liberal-elitista, tradicionalmente predominante, como à ideologia autoritário-elitista, veiculada pela fração militarista strictu sensu do exército (28).

Durante todo o ano de 1944, Perón desenvolve uma política sistemática destinada a conquistar o apoio da classe operária e do aparelho sindical: cumprimento das leis que protegem os trabalhadores contra a dispensa e das que estabelecem as férias remuneradas; promulgação de leis que estabelecem tribunais de do trabalho em todo o país; controle dos preços dos artigos de primeira necessidade; estatuto do peão, que garante uma série de direitos ao trabalhador rural; apoio direto à organização sindical dos trabalhadores no interior; financiamento ao sistema de saúde e aposentadoria dos grandes sindicatos; extinção das intervenções governamentais em todos os sindicatos (que haviam sido levadas a efeito no começo do regime autoritário); nomeação de

alguns velhos dirigentes sindicais para altos cargos no aparelho administrativo do Estado (29). Todavia, paralelamente a esta política pró-operária, Perón mostra-se inflexível com relação à fração da velha elite sindical que se nega a dialogar com ele e a apoiá-lo em sua estratégia política. Não só solapa as bases de poder desses dirigentes, como também recorre a medidas diretamente repressivas, como perseguições e encarceramentos. Perón pretende, desse modo, atenuar o perigo de que sua política sindical favoreça o desenvolvimento de uma fração sindical opositora ou excessivamente autonomizada, assim como acalmar as eventuais prevenções que a sua política possa despertar em sua própria fração militar (30).

A política de Perón, além de conquistar uma parte da velha elite sindical, volta-se para a criação de uma nova, com laços de lealdade incondicionais para com a sua pessoa, existindo para isso uma situação muito favorável que fora criada pela incorporação de grande massa de novos operários (31). Nesse período, porém, essa política não produz frutos importantes, visto que uma parte significativa da categoria social sindical liga-se, em 1945, ao processo de reorganização da Sociedade Civil na direção da democratização do regime político.

Durante a primeira metade do ano de 1945, a Sociedade Civil se rearticula, sob a influência da nova conjuntura internacional marcada pela derrota do fascismo e pelo aparecimento de regimes políticos democráticos. Sua reivindicação fundamental é o fim do regime político autoritário, e na direção dessa reivindicação confluem forças políticas de posições bem diversas: os partidos políticos proscritos que, com exceção do Conservador, expressam uma bandeira genuína de democratização e não se opõem às medidas de reforma social implementadas pelo regime, mas sim ao caráter autoritário do mesmo; os aparelhos societais organicamente vinculados às classes dominantes, que se opõem fundamentalmente às reformas sociais a que aproveitam, nesse sentido, os ventos democratizantes; o movimento estudantil, que luta basicamente pela democratização política; e setores importantes do sindicalismo que, tendo apoiado sistematicamente as medidas reformistas de Perón, acreditam ter chegado a hora da democratização política. Muitos desses setores, como se observa, não são opositores de Perón em particular, mas da forma de regime sob a qual está governando (32).

Parece-nos de fundamental importância para a análise política que se proceda à decomposição das distintas forças que se opõem ao regime autoritário, visto que a literatura política argentina não consegue distinguir os componentes do processo. Assim, quando é pró-peronista (marxista ou não-marxista), essa literatura decifra a oposição ao regime como instrumento da oligarquia e do imperialismo; quando é anti-peronista, decifra-a como homoganeamente democrática (33). A adotar-se tal postura, cai-se na falácia de estabelecer relações de necessidade entre reformismo social e autoritarismo político, por um lado, e conservadorismo social e liberalismo político, por outro. Com isso, oblitera-se a possibilidade de uma análise que explique a conjuntura política em toda a sua complexidade e, o que é pior, cria-se uma matriz reducionista de decifração do futuro, matriz essa que chegou a ter efeitos trágicos no processo político da década de 70.

À medida que a alternativa democratizante avança, ganhando as ruas, o próprio governo Farrell-Perón começa a adotar a idéia de acabar com o regime autoritário. Isto se concretiza nos meses de julho e agosto, através da libertação dos presos políticos, da promessa de convocação de eleições livres num futuro próximo e do levantamento do estado de sítio vigente desde 1941. Com essas medidas, oxigena-se a vida política: a liberdade de expressão e organização política para o conjunto dos atores adquire características de efetividade, que não apresentava desde 1930 (34).

O regime autoritário se inicia quando o Estado passa a controlar uma Sociedade Civil restrita e ainda forte, conquanto, em 43, já se houvesse enfraquecido o suficiente para que fosse possível controlá-la. Declina rapidamente, por sua vez, quando a Sociedade Civil se rearticula, em meados de 45, com características tais que tende a tornar-se forte e ampla. Pela primeira vez na história argentina, existem aparelhos societais relativamente autônomos (os sindicatos), vinculados organicamente à classe operária, com capacidade de influir sistematicamente sobre os centros decisórios do Estado. Depois da primeira grande ampliação da Sociedade Civil, que se dera na década de 10, produz-se esse segundo ponto de inflexão histórico, que é a ampliação da Sociedade Civil pela incorporação da classe operária urbana.

A causa imediata da queda do regime autoritário encon-

tra-se na nova conjuntura internacional que dificulta enormemente a legitimação dos regimes autoritários. Mas essa causa externa opera em terreno fértil na sociedade argentina, pois, por um lado, está sedimentada nas classes médias uma forte tradição de ideologia liberal-democrática e, por outro, favorecido pela política ambígua desenvolvida por Perón, fortalecera-se o aparelho sindical. Este último, apesar de não ser independente do Estado, mantém autonomia suficiente para aderir a um processo de democratização política que lhe permita, aumentando essa autonomia, consolidar sua importante posição na sociedade. Além disso, no próprio aparelho militar tende a predominar a idéia de uma volta aos quartéis, em virtude do desgaste nele provocado pelas recorrentes lutas internas, às quais o conduz sua posição de centralidade no aparelho de Estado. Retirar-se dessa posição torna-se cada vez mais urgente para sua própria sobrevivência como aparelho, devido à necessidade de reconstituir sua coesão interna e uma hierarquia estável.

3. A FORMA DE REGIME LIBERAL-DEMOCRÁTICO - 1945-1946

3.1. A estrutura do regime

I

A Sociedade Civil se fortalece e se amplia, tendendo a controlar o Estado. Contudo, o processo de democratização política desenvolve-se de forma desigual: por um lado, fortalecimento da Sociedade Civil e sua ampliação às classes subalternas; por outro, permanência das mulheres na categoria de Marginais, embora constituam a metade da população (35). Este segundo fator nos impede de caracterizar o regime como democrático stricto sensu, apesar de o primeiro desses fatores ser um indicador fundamental dessa caracterização.

Na forma de regime liberal-democrático, existe uma multiplicidade de mecanismos de representação da Sociedade Civil-Povo perante o Estado, sem que se possa definir o predomínio de qualquer deles. Uma característica fundamental do regime é o conflito pelo predomínio de um mecanismo como princípio articulador, conflito em que se materializa a luta de classes e categorias sociais. Numa primeira etapa, a burocracia militar conserva parcialmente sua importância no aparelho de Estado, determinando

a permanência do mecanismo cooptativo. No entanto, este se torna relativamente secundário em face do desenvolvimento de outros. O mecanismo plebiscitário mantém a tendência ascendente que o caracteriza desde o seu surgimento, na segunda metade do regime autoritário, porém sua eficácia se atenua diante da nova importância assumida pelos mecanismos partidário e corporativo. Estes é que dão a marca específica da Sociedade Civil forte e ampla. O mecanismo corporativo se manifesta através do desenvolvimento da autonomia e da capacidade de influência sobre o Estado por parte dos sindicatos de assalariados e das corporações patronais e profissionais (36). O mecanismo partidário se manifesta através do ressurgimento dos partidos políticos, agora com significativos componentes programáticos (em especial, os partidos Socialista, Comunista e Radical), e do surgimento de um novo partido, o Partido Trabalhista, vinculado organicamente aos sindicatos operários e atuando como polo de atração que favorecem sua maior autonomização perante o Estado (37). Nesta conjuntura, o predomínio dos componentes programáticos sobre os clientelísticos, que se observa nos partidos políticos, não significa que estes últimos componentes tenham desaparecido. Pelo contrário, os componentes clientelísticos continuam existindo com força suficiente para se transformarem em um dos elementos que potenciam o mecanismo plebiscitário, de modo a favorecer a posterior involução autoritária do regime político.

II

Nesta forma de regime, reconstitui-se a centralidade dos aparelhos executivo e parlamentar no aparelho de Estado, o que se faz através de eleições com competição política aberta e sufrágio universal masculino. Na primeira etapa, que abrange o período pré-eleitoral, o aparelho executivo permanece ocupado pela burocracia militar, mas esta perde a autonomia de que gozava no período anterior, transformando-se em mera administradora do processo que desemboca nas eleições. A burocracia militar é controlada pela Sociedade Civil, embora permaneça, durante a primeira etapa, como detentora formal dos centros decisórios do Estado.

Também ressurge o judiciário como centro de poder político autônomo e efetivo. Por isso, já durante a primeira etapa pré-eleitoral, quando ainda não existe o parlamento, o aparelho executivo é controlado pelo judiciário, além de o ser pela Socie

dade Civil. O ressurgimento da autonomia do judiciário acarreta uma mudança substancial quanto à vigência efetiva dos direitos e garantias do indivíduo perante o Estado, bem como uma garantia e fetiva da liberdade de organização e expressão políticas para o conjunto das forças políticas (38).

No aparelho financeiro-econômico, enfraquecem-se as posições de controle ocupadas pela burocracia militar, embora esta última mantenha uma posição importante no interior de algumas áreas vinculadas à "segurança nacional" (39).

III

A aliança social predominante é composta pela burguesia industrial local e pela classe operária urbana, em posição fundamental, e pelas classes médias urbanas, em posição secundária. Esta aliança predominante, com forte participação da classe operária, parece muito estranha no contexto latinoamericano da época, principalmente se levarmos em conta que os principais excluídos não são grandes massas camponesas (como no Chile, na mesma época), mas frações poderosas das classes dominantes (burguesia agrária, burguesia oligopólica internacional). A aliança predominante mantém uma continuidade no processo de mudança iniciado em 1943, pois vão perdendo posições, até deixarem de fazer parte dela, as frações capitalistas mais concentradas (que tinham uma participação quase exclusiva até esse ano) e vão ganhando posições as classes sociais mais vinculadas ao desenvolvimento do capitalismo industrial concorrencial. Ao situarmos a classe operária na aliança predominante, queremos dizer que as políticas públicas tendem a favorecê-la relativamente e que os aparelhos societais a ela vinculados têm capacidade de influir sistematicamente sobre os centros decisórios nas questões fundamentais que afetam sua posição de poder relativo ao nível da formação social. Em resumo, as contradições relevantes entre as classes, no plano econômico, contradições essas que estão sempre como pano de fundo, são: a) na relação entre a classe operária e a burguesia (local e internacional), continua a mesma tendência para um aumento do salário relativo da primeira, pago em grande parte através de créditos subsidiados aos industriais nacionais, o que implica a transferência de excedentes do setor agrário ; a isto se acrescenta agora o desenvolvimento da capacidade de controle da classe operária sobre o desgaste de sua força de tra

balho, o que leva a um aprofundamento democrático nas relações sociais de produção (de fato, pode-se dizer que, na forma de regime liberal-democrático, a classe operária se transforma em partner da burguesia no que concerne ao controle do funcionamento do processo de trabalho) (40); b) continua, também na mesma direção favorável aos peões rurais, a contradição que estes mantêm com os proprietários agrários pela apropriação do excedente; c) os conflitos pelas áreas de investimento, entre o capital inglês e o norteamericano, tendem a se diluir, visto que o primeiro adota uma estratégia de desistência de sua condição de investidor fundamental, negociando uma estatização de suas empresas (41); d) a contradição entre a classe operária urbana e as classes médias, quanto à distribuição da massa de salários, atenua-se parcialmente, em virtude do crescimento progressivo desta última, crescimento esse que provoca ou permite aumentos do salário relativo em ambos os setores.

3.2. O Processo Histórico (42)

A dinâmica desta forma de regime tem, nas eleições, um ponto de inflexão decisivo. De agosto de 1945 (após a desativação dos mecanismos de controle sobre a Sociedade Civil) até fevereiro de 1946 (eleições), a linha de clivagem fundamental está entre duas coalizões políticas, a peronista e a "união democrática". Entre março e dezembro de 1946, a linha de clivagem fundamental se desloca para o interior da coalizão política triunfante nas eleições, colocando, de um lado, o sindicalismo trabalhista autônomo (e o partido dele originado) e, de outro, Perón e a elite sindical peronista (disposta a subordinar-se ao Estado e, em particular, a Perón).

Os alinhamentos e conflitos políticos ocorridos na primeira etapa do regime liberal-democrático desafiam qualquer esquema reducionista classista. Temos uma coalizão que agrupa o sindicalismo trabalhista de ideologia democrática, o sindicalismo peronista de ideologia autoritarizante, e a igreja católica que, nessa época, é um baluarte de uma ideologia de tipo integralista. Paralelamente, temos outra coalizão que abrange aparelhos sociais das classes dominantes, partidos vinculados às classes médias, assim como também o P. Comunista (43). É tão simplificador afirmar que a primeira coalizão representa os interesses da clas

se operária em face da oligarquia e do imperialismo, quanto afirmar que a segunda representa as forças democráticas diante do totalitarismo crioulo (44). Consideramos mais pertinente colocar o problema nos seguintes termos: ambas as coalizões apresentam tendências contraditórias em seu interior, não havendo nenhuma necessidade histórica determinando que assumam este ou aquele caráter específico. O caráter que vêm a assumir está ligado a uma multiplicidade de fatores, sendo fundamental a capacidade de atuação e de liderança das diversas elites políticas diante de um panorama confuso e de difícil decifração à luz dos parâmetros tradicionais. Assim, a título meramente ilustrativo, poderíamos dizer que, se o processo específico tivesse se desenvolvendo de outra forma, talvez tivesse sido possível a integração de um setor majoritário do Partido Radical na coalizão "peronista". Isto teria favorecido o peso da ideologia política democrática no interior dessa coalizão e, eventualmente, poderia até ter provocado que a Igreja rompesse com ela. Caso isso tivesse ocorrido, Perón teria ficado obrigado a procedimentos políticos que haveriam aprofundado o caráter democrático do regime.

Depois do gigantesco comício ^{realizado} pela "União Democrática", em setembro, Perón tenta um fechamento autoritário, restabelecendo o estado de sítio: Isto provoca sua queda imediata do governo, dado o relativo compromisso da burocracia militar com a abertura política (45). A queda de Perón conduz os setores conservadores da "União Democrática" a tentarem passar a uma ofensiva política visando certa reversão das medidas de reforma social implementadas nos dois anos anteriores (por exemplo, a burguesia se aproveita da situação para não pagar os feriados). Em face da queda de Perón, o sindicalismo mobiliza-se eficazmente, para o que conta com a capacidade de canalizar uma forte energia proveniente da classe operária. Esta, à medida que vão se tornando mais visíveis os efeitos da queda de Perón (os quais redundam em seu prejuízo), torna-se mais favorável à pessoa do líder político. É a combinação destes processos que provoca a eclosão da famosa jornada de 17 de outubro: uma concentração da classe operária, ativada fundamentalmente pela fração peronista do sindicalismo, que se antecipa a uma greve geral decretada pela CGT (46). Nem o exército, nem a polícia (controlada por homens da coalizão peronista), estão dispostos a impedir a afluência dos trabalhadores à Plaza de Mayo, afluência que (estranha combinação!) amedron

ta a burguesia, mas provoca entusiasmo na igreja. Exército e igreja são as pontes entre um movimento operário combatente e a ordem social. A presença da classe operária nas ruas detém a ofensiva das forças conservadoras e reafirma a alternativa de democratização nas FFAA, seja pela sincera convicção de que a livre expressão da vontade popular deve ser respeitada, seja pelo temor de um levante insurrecional generalizado (47).

Todo o período, de outubro até as eleições, presencia um profundo acirramento da luta entre classes dominantes e classes subalternas em torno de questões diretamente vinculadas às condições de exploração da força de trabalho na unidade de produção. Esta luta associa-se à luta especificamente política travada entre as duas coalizões eleitorais, daí resultando um dos períodos de maior ativação política da história argentina (48). Em fevereiro de 1946, as eleições têm uma profunda legitimidade na sociedade argentina. As classes dominantes, as classes subalternas e o conjunto das categorias sociais acreditam nelas como meio para alcançar o governo. As relações de força entre as classes haviam se modificado nos últimos anos o suficiente para que as classes dominantes e as categorias sociais tradicionalmente governantes aceitassem como legítima a possibilidade de que novas categorias sociais, vinculadas às classes subalternas, passassem a governar. Assim, quando Perón vence as eleições com 56% dos votos, e os candidatos do Partido Trabalhista (P.T.) conquistam 2/3 da Câmara dos Deputados e todos os governos de província, nenhum dos derrotados questiona a validade do resultado das urnas. Ao contrário, estão dispostos a esperar, com expectativas distintas que vão desde a confiança (classes médias) até o temor (classes dominantes) (49).

Imediatamente após as eleições, abre-se a luta pelo poder no interior da coalizão política triunfante. Perón desencadeia uma ofensiva para acabar com a autonomia do aparelho sindical e do P.T., autonomia essa conseguida durante o complexo e intenso processo do ano de 45. O P.T. se originara de baixo para cima, mas contando com a tolerância do aparelho de Estado. Por isso, nem sua constituição, nem sua consolidação exigiram um longo processo de lutas contra o Estado, como sucedeu com seus similares europeus. Assim, quando Perón, em maio, anuncia sua intenção de dissolver o P.T. e transformá-lo em "partido único da revolução" sob seu comando, tal medida não encontra resistência su

ficiente, nem na elite trabalhista dirigente, nem no bloco parlamentar. Dá-se assim um passo fundamental para um regime autoritário, embora ainda faltem algumas outras mudanças para que o mesmo se constitua efetivamente (50).

Apoiando incisivamente Perón durante o período eleitoral, o P.T. cria, em certa medida, as condições para sua própria destruição ulterior, pois contribui para o desenvolvimento da liderança plebiscitária de Perón junto à classe operária, favorecendo a consolidação de um mecanismo de representação essencialmente oposto ao partidário. Existe, na verdade, um fracionamento no interior da classe operária, o qual está por trás da luta entre a elite peronista e o P.T. As posições deste último refletem mais diretamente a situação da velha classe operária, que tem uma tradição de organização autônoma. As posições políticas de Perón, predominantemente autoritárias (apesar de suas concessões conjunturais), derivam-se de sua proveniência do aparelho militar - que gera espontaneamente uma socialização autoritária - e do fato de tal origem estar ligada à corrente militarista desse aparelho - corrente que reforça o caráter autoritário da referida socialização. Tais posições têm repercussão de algum modo favorável na nova classe operária, sem tradição de autonomia organizacional e, portanto, disposta a aceitar rapidamente a lógica de uma liderança plebiscitária que aparece favorecendo diretamente seus interesses sociais. A nova classe operária não percebe nenhuma desvantagem nesse apoio, posto que, em seu espaço ideológico, não está presente como necessidade específica a autonomia organizacional partidária, mas sim a obtenção de um melhor nível de vida e de dignidade perante o patrão. A posição do P.T. é realmente dramática, diante da necessidade de coligar-se com Perón. Se não o fizesse, porém, perderia uma parte da força que lhe permitira constituir-se em partido, além de favorecer a vitória eleitoral da "União Democrática". O mecanismo de representação partidário e o plebiscitário (até às eleições), que conjuntamente se fortaleceram mutuamente, tornam-se depois incompatíveis. A lógica de reprodução de um destrói a do outro, e vice-versa.

Uma vez destruído o P.T., Perón dirige suas baterias para o segundo grande obstáculo no caminho para o regime autoritário: a autonomia do aparelho sindical. Esta é uma dificuldade maior, já que o sindicalismo trabalhista autônomo em relação ao

Estado, apesar de sua constituição recente, tem uma tradição maior na classe operária. Por isso, nas eleições de novembro, apesar de realizar uma série de manobras para conseguir o controle da CGT, utilizando sempre seu estilo ofensivo, Perón vê seu candidato à Secretaria Geral ser derrotada por Gay, pertencente à corrente trabalhista. É muito alta a popularidade de Gay na classe operária, tratando-se possivelmente do único dirigente sindical capaz de competir em popularidade com Perón, entre os trabalhadores. Razão suficiente para que se transforme em seu inimigo político fundamental; mais ainda quando a primeira atitude de Gay, uma vez eleito, é a de manifestar que, de acordo com seus estatutos e com os interesses da classe operária, a CGT deve permanecer independente do governo (51).

Em janeiro de 1947, Perón realiza uma manobra arriscada, típica de seu estilo político demolidor: aproveita uma visita de dirigentes sindicais norte-americanos para acusar Gay de conivência com os interesses estrangeiros, com o que provoca a renúncia do dirigente sindical (52). Assim como já ocorrera por ocasião de sua renúncia à presidência do PT., Gay não está disposto a um confronto direto com Perón, confronto esse que, nas circunstâncias, poderia de resto acercar-se perigosamente dos limites que o levariam a uma convergência com a oposição conservadora. Com a queda de Gay, a fração trabalhista é alijada do controle do aparelho sindical. Este é assumido por uma nova elite incondicionalmente leal a Perón, o que redundará num forte retrocesso na autonomia dos sindicatos perante o Estado. Tal fato marca o momento decisivo para a inauguração de um novo regime: autoritário-bonapartista-sindicalista.

Durante a segunda metade de 1946 são superados mais dois obstáculos ao regime autoritário, através: da restrição da autonomia do poder judiciário, com a nomeação de elementos adeptos de Perón para os tribunais superiores; e de uma depuração na alta oficialidade das FFAA. Estas, em detrimento de seu compromisso anterior com a democratização e, em parte, por terem sido favorecidas com fabulosos recursos orçamentários (tanto para salários como para equipamentos), deixam passar a constituição de um novo regime autoritário, agora de característica bonapartista-sindicalista (53). Isto não é de estranhar, se levarmos em conta a lógica autoritária à qual um aparelho militar está normalmente submetido, bem como os sedimentos deixados, em seu interior, pe-

lo trabalho de Perón nos anos anteriores.

Durante todo o ano de 46, paralelamente ao conflito entre as tendências democratizante trabalhista e autoritarizante peronista em torno da redefinição do regime político, prossegue uma acirrada luta de classes entre a burguesia industrial e a classe operária e seus sindicatos, na qual se acentua a conquista de posições de poder relativo nas unidades de produção, por parte da classe operária (54). Os anos de 45 e 46, sob o regime liberal-democrático, são decisivos no aprofundamento do caráter democrático das relações sociais de produção. O triunfo da coalizão trabalhista-peronista, nas eleições de 46, atua como um poderoso estímulo para o desenvolvimento da capacidade de luta da classe operária, tanto no que se refere à elevação de seu salário relativo, como no que diz respeito ao controle das condições de desgaste de sua força de trabalho e de implantação do sindicato (Comissão Interna, Corpo de Delegados) como aparelho de poder efetivo ao nível da unidade de produção. O processo de consolidação das relações sociais de produção democráticas continua ainda, durante os anos de 47 e 48, permitindo a extensão ao conjunto da classe operária daquilo que havia sido conseguido, em 45 e 46, pela classe operária da periferia industrial de Buenos Aires (em particular pelos setores com maior tradição enquanto classe e, por isso, com capacidade de luta e organização autônoma), muito embora o quadro político geral, dado pela forma de regime, tenha mudado significativamente com a passagem ao regime autoritário-bonapartista-sindicalista. Todo o período que vai das eleições ao fim do ano de 46 presencia um duplo processo em que, por um lado, na unidade de produção, se reforça o poder da classe operária diante da burguesia e, por outro, ao nível da relação entre os aparelhos sociais vinculados à classe operária e o Estado, opera-se um enfraquecimento da autonomia daqueles perante este último. Esse processo de aprofundamento democrático das relações sociais de produção foi muito bem estudado recentemente por L. Doyon, embora lhe escapem as descontinuidades na forma de regime.

"É no setor industrial que encontramos a maior inciência de greves, entre 1946 e 1948; isto demonstra o elevado nível de demandas insatisfeitas neste setor, e sublinha a transferência do centro de liderança e iniciativa dos setores de transportes e serviços para o segmento industrial do movimento operário (...).

Os acordos feitos depois da eleição de Perón para a Presidência representaram uma das mais importantes conquistas do período peronista, beneficiando a totalidade da força de trabalho urbana; eram documentos extensos que regulamentavam, rigorosamente, as condições de trabalho e incluíam outros tópicos, como avaliação de tarefas, seguros de vida e outras medidas de bem-estar social, ao mesmo tempo em que asseguravam um papel importante ao sindicato, ao nível de empresa. Estes acordos também provêem significativos aumentos salariais durante os primeiros quatro anos do regime". (55)

Qual a razão do rápido declínio do regime liberal-democrático? Por que não preponderaram as tendências para o aprofundamento da democratização? Essas tendências poderiam, se preponderassem, colocar a Argentina no pequeno grupo de países que, por volta da metade do século, contam com relações sociais de produção democráticas e com um regime político democrático. Por que razão, na Argentina, a consolidação das primeiras é acompanhada da anulação das tendências para o segundo?

1 - A lógica de reprodução dos mecanismos partidário e corporativo, por um lado, e a do mecanismo plebiscitário, por outro, são necessariamente antagônicas a média e a longo prazo. O fortalecimento generalizado da Sociedade Civil não é suficiente para que ela consiga estabelecer um controle sistemático do aparelho de Estado, devido ao fortalecimento paralelo da liderança plebiscitária encarnada neste último. O PT, por ser o partido mais definitivamente programático e por estar vinculado organicamente à classe operária, projeta-se como eixo fundamental da ins-
de um regime democrático avançado, mas sofre as limitações provenientes de seu nascimento recente e do caráter do conjunto da classe operária. Se assim não fosse, poderia desempenhar um papel similar ao do Partido Socialista Sueco, que também venceu as eleições após uma gigantesca demonstração de força da classe operária e que obrigou as classes dominantes a aceitarem as reformas profundas de estrutura empreendidas em seu governo, no interior de um regime democrático (56). O mecanismo corporativo sindical, distintamente do partidário, consegue subsistir, embora subordinado à liderança plebiscitária.

2 - Perón desenvolve uma estratégia de poder eficaz, não vacilando em apoiar ou favorecer sistematicamente as lutas da

classe operária contra a burguesia, na medida em que isto traz, como contrapartida, a subordinação de seus aparelhos societais ao Estado. A isto se deve acrescentar o apoio de setores significativos do exército, com o qual Perón ainda conta em 1946.

3 - A ausência de uma política de alianças do PT e do sindicalismo trabalhista com os aparelhos societais vinculados às classes médias impede a criação de uma força que se oponha à expansão da liderança plebiscitária.

4 - Uma aliança eficaz entre os aparelhos societais das classes médias e das classes dominantes poderia ter bloqueado a tendência do Estado a controlar a Sociedade Civil, ainda que tal bloqueio pudesse ter efeitos de atenuação dos componentes democratizantes do regime, acentuando os liberais.

5 - A igreja apóia a política da elite peronista quanto ao controle da Sociedade Civil pelo Estado em troca da continuidade do controle sobre o aparelho educativo, controle esse que ela conseguira (pela primeira vez desde 1880) no regime autoritário-militar e que estava perdendo no regime liberal-democrático. Do ponto de vista dos interesses substantivos particulares do clero, este último regime era o mal maior, pois cerceava uma fonte fundamental de expansão de seu poder e de difusão de sua ideologia integralista.

Em suma, de todos os atores políticos estatais e societais envolvidos na complexa luta de 1946, só a elite peronista tem um projeto político, materializado numa estratégia efetiva de poder, e só ela atua sempre na ofensiva, neutralizando ou anulando sistematicamente os inimigos e realizando as alianças e as concessões necessárias. Apesar disso, o regime liberal-democrático marca decisivamente a história posterior da Argentina, através do aprofundamento do caráter democrático das relações sociais de produção e da ampliação da Sociedade Civil à classe operária.

4. A FORMA DE REGIME AUTORITÁRIO-BONAPARTISTA-SINDICALISTA. 1947-55.

4.1. A Estrutura do Regime

I

O Estado controla a Sociedade Civil, submetendo-a a um

processo de enfraquecimento, mas conservando sua amplitude. Os aparelhos societais, principalmente os vinculados às classes dominantes e às classes médias, perdem autonomia. A posição dos sindicatos se enfraquece perante o Estado mas, simultaneamente, se fortalece perante o resto dos aparelhos societais (57). Denotamos este regime como sindicalista porque o aparelho sindical relativamente estatizado é o principal centro de poder da Sociedade Civil.

A relação Estado-Sociedade Civil - Povo se efetiva no predomínio do mecanismo de representação plebiscitário que atua como princípio de articulação dos outros (clientelístico, partidário, corporativo e cooptativo), colocados em posições secundárias distintas. O mecanismo de representação plebiscitário atua mais estreitamente vinculado ao cooptativo e ao corporativo sindical: Perón utiliza de maneira generalizada a cooptação para a ocupação dos centros decisórios do Estado, sendo o aparelho sindical uma fonte fundamental de recrutamento (58). Instaure-se o culto do chefe onipotente e, especialmente na classe operária, estimula-se uma atitude de obediência quase cega ao comando de Perón. Os conflitos deste último com a classe operária são escamoteados de tal forma que as reivindicações contrárias à política de Perón são apresentadas como implementações dessa mesma política.

A lógica de reprodução do regime obedece a uma tendência para o totalitarismo, acentuada em seus últimos anos por um controle cada vez mais sistemático de todas as relações sociais pelo Estado. Assim, o processo de concentração e centralização do poder político está baseado na reprodução incremental da liderança plebiscitária e no aumento do poder da polícia política. Estas se alimentam reciprocamente: a permanência da liderança plebiscitária legitima a expansão de uma polícia política diretamente dependente de Perón; esta, por sua vez, ao aplacar os focos de dissidência e ao criar uma situação de delação generalizada, estimula a reprodução da primeira.

II

O aparelho executivo concentra em suas mãos uma altíssima dose de poder, através da subordinação de todos os outros aparelhos estatais. O aparelho parlamentar, com grande maioria peronista, é um instrumento dócil de legitimação das decisões do

presidente. O aparelho judiciário também se encontra sob o controle mais ou menos direto do executivo, através da colocação, em todas as suas instâncias, de peronistas incondicionais. As FFAA são controladas através de um duplo processo: seleção dos altos comandos com base na estrita lealdade a Perón e incremento do poder relativo da sub-oficialidade, integrada em sua maior parte por filhos da nova classe operária que se reconhecem claramente na liderança plebiscitária. A posição dos agentes no interior dos aparelhos administrativos e financeiro-econômico é reestruturada seguindo o princípio da lealdade à pessoa de Perón, produzindo-se assim uma quebra dos procedimentos normais das burocracias (59).

III

A aliança social predominante é constituída pelas frações menos concentradas da burguesia industrial local e pela classe operária. A configuração da aliança contribui para o enfraquecimento da função de acumulação do Estado, ao favorecer a reprodução dos setores menos concentrados do capital e um alto nível de consumo da classe operária (60). Ao espremer-se ao máximo a capacidade instalada em meios de produção, sem permitir sua reprodução ampliada, dificulta-se a continuidade a longo prazo do processo produtivo. A burguesia oligopólica (local e internacional) se enfraquece, tanto em razão do poder adquirido pela classe operária, quanto da supressão de suas corporações.

A política econômica concernente à burguesia é bastante variável de acordo com os ramos industriais. A velha indústria de bens alimentícios, que tem um nível de concentração razoável, sofre uma brusca queda em sua taxa de lucros, em virtude do aumento do custo da mão de obra e do controle dos preços. Este último é decisivo para a elevação do salário do conjunto dos trabalhadores, já que os alimentos são bens-salário fundamentais (61). As indústrias têxtil e de bens de consumo duráveis leves são, pelo contrário, favorecidas durante os primeiros anos do regime, o que se deve à grande expansão da demanda de seus produtos, que é provocada pelo aumento generalizado dos salários. A taxa de lucro não cai significativamente neste setor, pois o aumento do custo da mão-de-obra é compensado por créditos com taxas de juros negativas e facilidades para a importação de maquinarias, aproveitando o excesso de divisas do imediato pós-guer-

ra (62). Mas, ao lado do desenvolvimento desigual dos diferentes ramos industriais, existe um elemento comum a todos eles, denotando a fraqueza geral da burguesia: a democratização das relações sociais de produção, herdada do regime anterior e que se aprofunda neste. Esta democratização chega a tal ponto que questiona a própria posse capitalista. Por exemplo, os operários podem faltar ao trabalho sem causa justificada, ou trabalhar em ritmo lentíssimo, sem que isso implique a menor possibilidade de punição.

Proporções significativas do excedente "correspondente" ao conjunto dos proprietários agrários são sistematicamente confiscadas, passando a ser uma das fontes da elevação do salário relativo do conjunto da classe operária urbana e rural. A burguesia agrária sofre assim um rude golpe, não só em sua capacidade de acumulação, como também em sua capacidade de consumo. Setores da burguesia e da pequena burguesia urbana vêem-se também muito afetados enquanto rentistas. Assim, a linha de conflito proprietário-inquilinos é a divisória de oposição-apoio ao regime. Esta política de eliminação da renda como fonte de apropriação de excedentes expressa-se através de um rígido controle dos preços agropecuários e do congelamento do preço dos arrendamentos rurais e dos aluguéis urbanos. Num contexto inflacionário, isto fere o princípio da propriedade privada.

4.2. O Processo Histórico (63)

Durante o ano de 47, Perón consolida seu controle sobre o aparelho sindical - conseguido no início do ano -, para o que contribui sua gigantesca expansão quantitativa: saltando, do começo ao fim do ano, de 650.000 para 1.500.000 membros (64). Este crescimento se deve, fundamentalmente, à criação de novos sindicatos que aglutinam os trabalhadores do interior do país, e não à reestruturação e à expansão dos velhos, como no período de 1944-46. A elite dos sindicatos recém criados é incondicional à liderança de Perón. O processo de submissão progressivo, realizado com relativa facilidade ao nível das cúpulas dos sindicatos, torna-se mais difícil à medida que se desce na hierarquia dos mesmos, e só se efetiva precariamente ao nível da base (Comissão Interna de Fábrica) (65). No entanto, em fins de 48, está concluído o processo de submissão do aparelho sindical ao aparelho exe-

cutivo, coincidindo com o fim da onda de conflitos grevistas iniciados em 45.

Entre 1943 e 1948 processa-se uma transformação radical do sindicalismo argentino, em todos os níveis. Pequenas organizações, com limitados recursos e quantidade não muito grande de afiliados, aglutinando fundamentalmente trabalhadores do setor terciário e operários industriais qualificados, transformam-se em gigantescas organizações que manipulam grande quantidade de recursos financeiros e que têm como membros a maioria dos trabalhadores assalariados do país. No que concerne à relação com o Estado, parte-se, em 1943, de aparelhos pequenos não reconhecidos pelo Estado e relativamente independentes dele; passando, durante o interregno de regime liberal-democrático, por organizações poderosas, autônomas e ao mesmo tempo reconhecidas pelo Estado; e chegando-se, em 48, à constituição de aparelhos altamente burocratizados, reconhecidos pelo Estado e a ele subordinados.

Em 1949, a ideologia legitimadora do regime autoritário-bonapartista-sindicalista materializa-se numa nova constituição jurídica do Estado. Esta reflete a nova correlação de forças entre as classes sociais, ao dar estatuto jurídico à democratização das relações sociais de produção que se tinha implantado nos últimos cinco anos. Os direitos trabalhistas contidos na nova constituição colocam-se entre os mais avançados da época. O mesmo não acontece, entretanto, com os direitos de expressão e organização autônomas da classe operária perante o Estado (66).

A nova constituição legaliza a preeminência e o controle do Estado sobre a Sociedade Civil-Povo. O Estado é concebido como outorgante dos direitos aos indivíduos e aos grupos sociais, rompendo-se radicalmente com a Constituição de 1853, na qual era concebido como originado de um pacto entre os indivíduos (eixo do pensamento liberal). Retrocede-se, então, no que concerne aos direitos e garantias do indivíduo perante o Estado, bem como estipulam-se limitações à liberdade de organização e expressão políticas. Enfatiza-se o poder do Estado em regular e intervir nas relações sociais, sem o assinalamento correspondente da capacidade da Sociedade Civil-Povo de controlar o Estado. Reforçam-se notavelmente os recursos à disposição do aparelho executivo e prescreve-se casuisticamente a possibilidade de reeleição presidencial, preparando assim a nova gestão de Perón (67).

Apesar dessa involução autoritária, aprova-se uma medi

da democratizante de importância fundamental: o direito a eleger e ser eleito é estendido para o conjunto da população feminina. Esta passa, então, a integrar o Povo, abandonando a categoria de Marginais, que praticamente deixa de existir. A extensão dos direitos eleitorais às mulheres está relacionado, entre outros fatores, com a atuação política de Eva Perón que transmite uma imagem social de alta participação da mulher na luta política. Isto tem um duplo efeito: desestabiliza as relações de dominação homem-mulher e dominantes-dominados em geral, mas consolida o regime político autoritário, na medida em que o novo direito é apresentado propagandisticamente como uma concessão do regime, muito vinculado às pessoas de Perón e Evita (68).

Ainda no ano de 1949, paralelamente à constitucionalização do novo regime, aparecem os primeiros sintomas da crise econômica. Produz-se uma brusca parada do crescimento econômico, provocada pela dificuldade de manter o ritmo da importação de insumos industriais, em virtude do déficit da balança de pagamentos. A crise se reflete na interrupção do processo de redistribuição progressiva da renda, iniciado em 1944 (69).

A fração militarista do exército dá mostras de descontentamento com a política de Miranda, Ministro da Economia, que não permite o desenvolvimento de uma grande indústria pesada, desenvolvimento esse que é considerado pelo militarismo como a pedra angular da nova Argentina Potência. A fração militarista opõe-se à canalização de ingentes recursos financeiros para a acumulação de uma burguesia concorrencial, umbilicalmente dependente do Estado, cujo enriquecimento considera ilegítimo por estar baseado na corrupção e no favoritismo estatais (70). O exército em seu conjunto manifesta, além disso, sua oposição ao contínuo desenvolvimento do aparelho sindical imbricado com o Estado e à influência de Eva Perón nesse processo. Perón mantém-se firme quanto à posição de Evita e do aparelho sindical, mas cede à pressão do exército ao demitir Miranda. Esta demissão, todavia, não implica nenhuma mudança substantiva na política econômica no sentido proposto pelo exército, que só se produziria através de uma reestruturação significativa da Aliança Predominante.

Em 1951, o exército veta a candidatura de Evita à vice-presidência, levantada com firmeza pelo aparelho sindical. Este acontecimento condensa as forças anti-peronistas existentes no interior do exército, as quais se unem numa conspiração para der

rubar o regime, mas que é sufocada rapidamente. Perón toma medidas imediatas para enfraquecer o aparelho militar. A Gendarmeria e a Prefectura, dependentes do exército e da marinha respectivamente, passam a depender do Ministério do Interior. Ao mesmo tempo, reforça a polícia com homens e armas (os efetivos atingem o dobro dos do exército) e provoca um novo salto no desenvolvimento de uma polícia política, tornando-a totalmente independente das FFAA (71). A partir desse momento, surge com certa frequência no discurso de Perón a ameaça de criar uma "força armada popular" responsável pela ordem interna, o que vai ao encontro da reivindicação da central sindical no sentido do armamento dos sindicatos.

Pouco depois da frustrada conspiração militar, realizam-se as eleições presidenciais, sob estado de sítio e na vigência de leis de exceção. Perón obtém dois terços dos votos. Este resultado eleitoral não é a expressão de um aumento real da base de apoio popular a Perón em relação a 1946, pois, desta vez, existem fortes restrições à liberdade de organização e expressão políticas (72).

A característica fundamental do segundo governo de Perón é o desenvolvimento de fortes tendências para um regime totalitário, tendências que se manifestam na exacerbação da centralidade do aparelho executivo de Estado, tendo a polícia política como braço direito.

O principal objetivo a ser atingido pela elite peronista, na estratégia de centralização do poder político, são as FFAA. A partir de 1952, elas passam a ser doutrinadas na ideologia peronista, não só nas escolas militares como também nos próprios quartéis. Além disso, os regulamentos militares são modificados e passam a autorizar os suboficiais a desobedecerem os oficiais, caso as ordens destes últimos não se enquadrem na "doutrina peronista", considerada sinônimo de "doutrina nacional". Através da suboficialidade, a polícia política consegue infiltrar-se de algum modo no conjunto das atividades das FFAA (73).

Nas escolas, nos lugares de trabalho, nos meios de comunicação de massa, nas associações recreativas etc., lança-se o culto à figura de Perón, apresentado como uma mescla de semi-deus e pai da pátria. Todos esses procedimentos totalitarizantes provocam um desenvolvimento maior, inicialmente subterrâneo, das atitudes opostas nas classes médias e dominantes, em boa par-

te da oficialidade militar e nos partidos políticos (cujas atividades são semi-clandestinas). A própria igreja católica começa a se distanciar do regime, tanto devido ao ataque às FFAA como devido ao possível conflito de lealdade entre o deus da igreja e a apresentação religiosa da figura de Perón (74).

Paralelamente ao desenvolvimento das tendências totalizantes, a política econômica é reestruturada, numa tentativa de recuperar a função de acumulação do Estado. A nova política, para superar o estrangulamento da balança comercial, tenta devolver aos proprietários rurais parte do excedente que lhes estava sendo confiscado e, com isso, estimular a produção e as exportações (75). A nova política econômica tenta atrair investimentos de capital estrangeiro, particularmente de origem norteamericana, para a produção de insumos industriais básicos, combustíveis e bens de consumo duráveis. É importante destacar, que, embora essa estratégia implique um abandono parcial do fechamento à economia mundial, ela não é sintoma de desproteção à ineficiente indústria local. Trata-se apenas de desenvolver novas áreas produtivas, em sua maioria fundamentais para a sobrevivência da indústria local, que não podem ser cobertas pela poupança interna (76).

A colocação na ordem do dia da função de acumulação do Estado é acompanhada por uma modificação no discurso do líder plebiscitário, que passa a dar prioridade ao aumento da produtividade em todos os setores da economia, principalmente no industrial, onde o ritmo de trabalho é mais lento, comparado com a média mundial. Este aumento deveria acarretar, ainda que parcialmente, um incremento na exploração da força de trabalho. Por isso, a cúpula do sindicalismo encontra resistências significativas ao seu compromisso de difundir essa ideologia produtivista na classe operária (77). A classe operária não concorda em abrir mão pacificamente de seu poder de limitar o despotismo capitalista, poder esse que havia conquistado no regime liberal-democrático e que, para favorecer o mecanismo plebiscitário, fora mentido no regime autoritário. A tentativa de Perón, de mudar a atitude para com o nível de produtividade, não encontra eco na classe operária, o que indica a sobrevivência do mecanismo de representação corporativo por trás da aparente onipotência do plebiscitário.

A queda do salário real, consequência da nova política econômica, provoca, durante o ano de 1954, uma série de greves

pela renovação dos convênios, greves que são articuladas pelas bases sindicais que se opõem às respectivas direções, subordinadas aos ditames de Perón. O mecanismo de representação corporativo sindical tende a se refortalecer a partir das bases, entrando em conflito com o plebiscitário, que pretende certa involução no nível de democratização das relações sociais de produção.

A capacidade dos aparelhos executivo e financeiro-econômico de atuarem com eficácia no âmbito da regulação da vida econômica ressentem-se diante da importância dos recursos de poder dos agentes sociais em luta. A burguesia agrária necessita preços altos a longo prazo para aumentar seu nível de produção. Além disso, por razões ideológicas, adota uma posição de sabotagem ou de desconfiança com relação à política econômica, já que seu objetivo mais global seria a derrubada do regime. A burguesia industrial necessita taxas de lucro razoáveis e controle do funcionamento das fábricas para reinvestir e ampliar significativamente sua capacidade produtiva. Para isso, seria necessário que a classe operária perdesse seus próprios recursos de poder diante da burguesia e do Estado e aceitasse gerar proporções mais altas de mais-valia. A contradição entre as funções de acumulação e de legitimação do Estado chega, assim, ao máximo de exacerbação, sem que se vislumbre uma saída no interior do regime. Este contribui para preservar a propriedade burguesa dos meios de produção mas, ao mesmo tempo, para minar a posse privada destes meios; favorece a democratização das relações sociais de produção mas, ao mesmo tempo, contribui para desenvolver uma ideologia política autoritária na classe operária e nos sindicatos; corrói o poder do aparelho militar, para desenvolver uma poderosa polícia política.

Ao se iniciar o ano de 1955, a condensação das contradições prenuncia uma mudança de regime, embora a forma que historicamente prevaleceu não fosse a única alternativa possível.

A situação das classes sociais, em relação ao regime, é a seguinte: oposição frontal, por parte das classes dominantes; oposição menos ativa, por parte da burguesia industrial local e da burguesia oligopólica internacional; oposição maciça da classe média, no nível ideológico, dada a incompatibilidade entre sua tradição de classe e a ideologia política do regime; oposição de alguns setores da classe média em relação ao deslocamento das

suas posições econômico-sociais relativamente à classe operária; apoio da classe operária, cuja ativação em defesa do regime não iguala, contudo, a ativação ofensiva da oposição (78).

Ao nível dos aparelhos políticos, a situação se torna cada vez mais desfavorável à manutenção do regime. Os partidos políticos (excetuando-se o peronista, obviamente) encontram-se bastante mobilizados, por acreditarem que chegou o momento final; a igreja, desde fins de 54, passa a uma oposição frontal. O desenvolvimento oposicionista destes aparelhos sociais e das redes conspirativas da burguesia agrária e das classes médias dá força às tendências anti-peronistas subterrâneas das FFAA, que, apesar de terem sido sistematicamente minadas, inclinam-se também pela reativação, pois a lógica do regime as leva a uma posição cada vez mais secundária no aparelho de Estado. Os elementos estritamente ideológicos (doutrina oficial, culto ao chefe, ataque à religião) parecem encontrar maior resistência nas FFAA do que as tendências anti-capitalistas do regime. O culto da personalidade de Perón é revoltante aos olhos das FFAA por tratar-se de uma figura que, tendo saído do seu seio, sacrifica os projetos de grande potência militar à lógica da liderança plebiscitária (79).

1955 é um ano de reativação significativa da Sociedade Civil e, portanto, de enfraquecimento da capacidade do Estado em controlá-la. O fortalecimento da Sociedade Civil não é generalizado, mas atinge fundamentalmente os aparelhos sociais vinculados às classes dominantes e às classes médias. Os sindicatos, ao contrário, mantêm-se numa posição de subordinação passiva à liderança peronista. Em meados de 55, o campo de batalha está preparado para uma guerra civil, na medida em que as forças em oposição contam com poderosos recursos materiais e organizacionais e parecem dispostas a utilizá-los, pois o poder do adversário é insuficiente para dissuadi-las.

Quando os setores mais decididos da fração militar anti-peronista fracassarem em sua tentativa de golpe de Estado, em junho de 55, a elite peronista não tenta transformar a vitória táctica no começo de uma ofensiva estratégica. A política imediata de Perón, no sentido de fazer concessões para acalmar os opositores, provoca um efeito contrário, gerando também confusão na classe operária e no aparelho sindical. Posteriormente, a intransigência da oposição e a pressão da classe operária a favor de uma drástica repressão desencadeiam, em Perón, uma furiosa ofensiva

verbal que só serve para acelerar os planos de sua derrubada, sem contribuir para a organização efetiva da resistência governamental (80). A paralisia da elite peronista chega a tal ponto que, desencadeado o golpe em setembro, não recorre a nenhuma das duas ferramentas fundamentais de que dispõe: o estímulo à desobediência da suboficialidade e a mobilização armada da classe operária. A atitude de Perón é passiva, como se estivesse diante de uma causa necessariamente perdida.

No interior do exército, a atitude da fração anti-peronista é indecisa. Isto se deve, entre outras razões, à depuração nos quadros mais ativos e à percepção clara dos perigos do confronto, incluindo levantes da suboficialidade. Na marinha, ao contrário, existe o predomínio absoluto da tendência antiperonista que, por estar suficientemente decidida a manter-se na ofensiva, transforma-se no eixo do movimento militar até o triunfo do golpe de estado (81).

Não concordamos com as explicações reducionistas que afirmam que Perón, portador dos interesses históricos da burguesia nacional, não tinha alternativas em virtude da fraqueza congênita dessa classe (82). Acreditamos que a disposição pessoal de Perón é de importância fundamental para a explicação da dinâmica do conflito, pois longe de ser um líder da burguesia nacional, é o líder de uma complexa força política, constituída pela classe operária, pelo aparelho sindical e por uma fração autonomizada da categoria social do Estado, sendo o interesse dessa força política o de enfrentar decididamente a que tenta destruí-la.

Em suma, é de fundamental importância, na evolução desta conjuntura, a atitude derrotista do líder da coalizão política governante. Se Perón tivesse assumido uma atitude de luta, ter-se-ia desencadeado uma guerra civil. O triunfo provável das forças governamentais (excluindo a hipótese da intervenção de tropas estrangeiras) teria levado à instauração de um capitalismo burocrático de Estado, com um regime totalitário; neste, a posição da nova burguesia burocrática de Estado, como classe dominante, teria sido mais instável do que na Europa oriental e, por isso mesmo, maiores seriam as possibilidades de uma ulterior democratização (83).

Por que o aparelho sindical não toma a iniciativa diante da paralisia de Perón, uma vez que existem grandes disponibi-

lidades de energia social na classe operária para a luta pela defesa do regime? As razões poderiam ser as seguintes: o predomínio do mecanismo de representação plebiscitário e da correspondente ideologia política autoritária provoca um efeito de subordinação-paralisia do aparelho sindical diante de Perón e deixa entrever, simultaneamente, que a possibilidade de uma mobilização profunda da classe operária é uma ameaça à sobrevivência dos interesses substantivos particulares da burocracia sindical. Por outro lado, do ponto de vista de uma ideologia autoritária, como a da elite peronista e do aparelho sindical, uma política que provocasse a quebra horizontal das hierarquias das FFAA poderia ter consequências imprevisíveis para a conservação das hierarquias políticas em geral. Contudo, a nosso ver, a potência da liderança plebiscitária teria provocado uma recomposição das hierarquias com uma especificidade totalitária. Vários anos de ininterrupta vigência do mecanismo plebiscitário contribuíram para solidificar na classe operária uma ideologia política autoritária independentemente da ideologia social democrática predominante na formação social (84).

5. A FORMA DE REGIME LIBERAL-MILITAR 1955-1963

5.1. A Estrutura do Regime

I

A Sociedade Civil se fortalece, passando a controlar parcialmente o Estado, ao mesmo tempo que sua amplitude é significativamente restringida. O fortalecimento da Sociedade Civil se expressa no ressurgimento de aparelhos societais relativamente autônomos do Estado e, em sua maioria, vinculados às classes dominantes e às classes médias. Os partidos políticos transformam-se em importantes aparelhos societais, vários deles adquirindo um significativo matiz programático (85). As corporações patronais tradicionais (SRA, UIA, Bolsa de Comércio) ressurgem como centros de poder fundamentais da Sociedade Civil. A Confederação Geral Econômica (CGE), que substituiu as outras confederações patronais no regime anterior, restringe seu raio de ação às frações menos concentradas das burguesias industrial, comercial e agrário local (86).

A restrição na amplitude da Sociedade Civil deve-se à

repressão sofrida pelo sindicalismo durante os primeiros anos do regime. Posteriormente o aparelho sindical se rearticula, tornando a adquirir capacidade de influência sobre os centros decisórios. Em relação à situação do regime anterior, tem agora maior autonomia relativa perante o Estado e menor capacidade de influência. Esta situação paradoxal permite-lhe, todavia, adquirir um caráter mais definido como mecanismo de representação corporativo, o que se expressa, inclusive, numa parcial democratização de sua estrutura interna, atingindo até sua própria cúpula que é totalmente renovada, desaparecendo a velha elite vinculada incondicionalmente a Perón (87).

A nova relação entre Estado-Sociedade Civil-Povo efetiva-se na vigência de vários mecanismos de representação (partidário, corporativo, clientelístico, cooptativo e plebiscitário) sem que nenhum deles atue como princípio articulador do conjunto. Nos partidos políticos, em geral, convivem os mecanismos clientelístico e programático (88). O mecanismo plebiscitário já não controla mais o Estado, tendo portanto sua importância diminuída. Para isso contribui também o revigoramento dos outros mecanismos de representação e, em especial, do corporativo sindical, que compete diretamente em sua área específica de lealdades, apesar da associação existente entre ambos. A importância do mecanismo cooptativo deriva da tendência para a centralidade desenvolvida pelo aparelho militar. Dela resulta frequentemente a colocação de determinadas personalidades nos centros decisórios a partir da indicação cooptada pelos militares.

Estabelece-se uma oposição permanente, entre o mecanismo partidário e o cooptativo, em torno da transformação de um dos dois em princípio articulador. O aparelho militar, devido ao seu fracionamento interno, não pode instaurar um regime autoritário que prescindia dos aparelhos societais e, em especial, dos partidos políticos. O sistema partidário, por sua vez, não consegue se fortalecer o suficiente para instaurar um regime democrático. Esta contradição se manifesta nas oscilações entre governos militares provisórios com participação de partidos políticos (1955-58 e 1962-63), governos civis quase sem tutela militar (1958) e governos civis com tutela militar (1959-62). Dois tipos de conflito são responsáveis por essas oscilações. Por um lado, a luta interna ao aparelho militar entre uma fração que tenta implantar um regime militar, até acabar com todos os resquícios do peronismo,

e outra que tenta incorporar o peronismo na vida política do país, eliminando apenas o componente de liderança plebiscitária. Por outro lado, a luta intra e inter-partidos políticos, também em torno da questão peronista: política de alianças com certos setores do peronismo, em detrimento de outros, ou com o conjunto dele; polarização eleitoral antiperonista; separação da figura de Perón do partido peronista e do aparelho sindical (89).

O sistema eleitoral tem características limitadamente pluralistas. Está baseado no sufrágio universal para o conjunto da população e na restrição (em graus variáveis, segundo a conjuntura) da liberdade de organização e expressão do partido peronista.

II

O executivo ocupa uma posição secundária entre os aparelhos de Estado, por ser um centro decisório sistemática e permanentemente influenciado pelo aparelho militar, o qual não chega, no entanto, a ocupá-lo de maneira definitiva. É influenciado também pela Sociedade Civil, embora em menor medida. A articulação dessas duas influências, aparentemente contraditórias, é uma razão importante para que este regime seja designado como liberal-militar. O Parlamento mantém sua autonomia relativa perante o executivo. Contudo, seu poder é limitado pelo do aparelho militar que, em determinados momentos, chega a impor-lhe uma forma bem atípica, como no caso da Junta Consultiva (1955-58), na qual estão diretamente representados os partidos políticos, sem a mediação do processo eleitoral. O aparelho judiciário mantém uma relativa autonomia, a partir de 1957, o que favorece a preservação dos direitos e garantias do indivíduo perante o Estado, apesar do componente militar do regime.

O aparelho financeiro-econômico torna-se menos extenso, em virtude da privatização de certas atividades que, antes, eram diretamente geridas pelo Estado. Além disso, produz-se uma grande depuração em sua burocracia: diminui-se consideravelmente a quantidade de funcionários e renovam-se os altos e médios escalões, designando-se um novo pessoal que é escolhido por sua ativa oposição ao regime anterior. Depuração similar também ocorre no aparelho administrativo. Ambos esses processos de depuração são acompanhados por um certo aumento da "produtividade" da maquinaria do Estado, a qual, durante o regime anterior, estava em travada pelo aumento exacerbado do pessoal originado das necessi

dades de clientelismo político e de controle policial. Esse processo não implica, contudo, uma diminuição da capacidade de regulação da atividade econômica por parte do Estado, apesar de ser assim apresentado no discurso oficial (90).

III

A aliança social predominante muda radicalmente sua composição em virtude da aguda polarização social que marcou a queda do regime anterior. A burguesia oligopólica internacional, a burguesia agrária e a fração oligopólica da burguesia industrial local ocupam a posição principal na nova aliança. A burguesia local arcaica e as camadas médias assalariadas ocupam uma posição secundária. Assim, a aliança predominante recupera a "normalidade capitalista" que fora perdida durante os regimes anteriores, onde havia participação da classe operária e exclusão das frações economicamente mais poderosas das classes dominantes.

A modificação substancial da relação de forças entre classes dominantes e classes subalternas acarreta um aumento da taxa de lucro capitalista e uma conseqüente diminuição do salário real de grandes contingentes da classe operária (91). Concomitantemente, produz-se certa involução no nível de democratização das relações sociais de produção. Diminui-se o controle das condições e do ritmo de trabalho anteriormente conseguido pela classe operária. O despotismo capitalista nas unidades de produção é restabelecido, embora não implique uma modificação substantiva no caráter democrático das relações sociais de produção. O sindicato continua implantado na fábrica, embora com menos poder do que no período anterior. Em síntese, nesse período, a luta de classes gira em torno do estabelecimento de novos parâmetros para as relações sociais de produção: a burguesia tenta aproveitar a derrota política da classe operária para avançar ao máximo na restauração do despotismo capitalista; a classe operária resiste, conseguindo conservar parte significativa do espaço conquistado em meados da década de 40.

A luta pela partilha do excedente agrário entre a burguesia agrária e a burguesia industrial (local e internacional) prossegue, agora colocada num novo patamar. A burguesia agrária consegue recuperar certas posições quanto à apropriação do excedente, e isto é considerado legítimo pelo conjunto das classes dominantes e das camadas médias, pois estas consideram que a política de forte confisco foi muito nociva para a reprodução do

conjunto da formação social (92). Além disso, durante este regime, aumenta a relativa abertura da economia argentina à economia mundial, iniciada em fins do regime anterior, embora sempre dentro da lógica de proteger a ineficiente indústria local (93).

As classes médias conseguem uma certa redistribuição da renda nacional a seu favor e em detrimento da classe operária, numa tentativa de restaurar as hierarquias salariais tradicionais. Todavia, devido ao padrão relativamente igualitário de reprodução social vigente, tal redistribuição terá pouca importância e não durará além deste regime (94).

5.2. O Processo Histórico (95)

No período imediatamente posterior à derrocada de Perón, duas frações do aparelho militar entram em conflito aberto: uma militarista-mobilizadora e a outra "profissionalista"-antiperonista. A primeira, comandada por Lonardi, tenta estruturar um regime militar-sindicalista que recuperasse parte importante da tradição peronista, embora suprimindo a liderança plebiscitária e subordinando os sindicatos às FFAA, mas mantendo-os simultaneamente como importantes centros de poder. Esta fração não deseja, portanto, modificar a relação Estado-Sociedade Civil, mas a posição das FFAA no interior do Estado. A fração "profissionalista"-antiperonista, comandada por Aramburu, abriga uma série de variantes: desde concepções autoritário-elitistas até concepções liberais-democratizantes, passando pelas liberais-elitistas que são as predominantes (96).

A primeira fração, tendo conseguido rapidamente uma aliança com o aparelho sindical, não consegue, entretanto, evitar a derrota em novembro de 1955 (97). Esta se deve à sua fraqueza relativa, à posição da maioria dos aparelhos societários revigorados a favor da fração profissionalista e, finalmente, ao próprio enfraquecimento do aparelho sindical em virtude de sua desorientação diante da saída de Perón. Dito anos de regime autoritário-bonapartista-sindicalista fizeram com que o aparelho sindical internalizasse um código de práticas políticas com limites de variação muito estreitos, visto que excluía a possibilidade de uma situação na qual o líder plebiscitário não ocupasse o centro decisório do Estado. O aparelho sindical segue, assim, certas regras de conservação, comuns aos aparelhos políticos, no que se re

fere a certas atividades adequadas a um desenvolvimento reprodutivo da conjuntura política. Quando ocorrem rupturas significativas, os aparelhos passam por um período de readaptação à nova "realidade", que exige deles a aprendizagem de novos códigos e a substituição de uma parte de seus agentes demasiado moldados no código anterior.

A completa derrota da fração militarista-mobilizadora retira-a da cena política durante todo o período do regime. A partir desse momento, os conflitos se deslocam para o interior da outra fração.

A legitimidade do governo provisório se deteriora durante o ano de 56, devido tanto à repressão ao movimento operário e ao sindicalismo clandestino, quanto a certas frustrações das expectativas de mudança das classes médias (98). Isso, somado a certa força da fração liberal-"democratizante" no exército e à pressão sistemática dos partidos políticos, leva à convocação, em 1957, de uma Assembléia Constituinte, para a qual não há candidatos peronistas, visto terem sido proscritas as suas figuras principais. Os votos em branco, aproximadamente 40% do total, dão uma idéia da força eleitoral do peronismo (99).

A Constituinte de 57 funciona precariamente, legalizando a anulação da Constituição de 49, revogada por decreto do governo Aramburu. Retorna-se então à velha constituição de 1853, à qual se acrescenta um artigo sobre direitos sociais, onde está previsto o exercício ilimitado do direito de greve. Além disso, os direitos e garantias do indivíduo perante o Estado são reforçados (100). Todavia, produz-se uma involução, relativamente à constituição de 49, tanto no que concerne ao direito de propriedade privada, quanto ao detalhamento dos direitos sociais do trabalhador. Inversamente à de 49, a constituição de 57 terá legitimidade entre as classes médias, mas não na classe operária. Por não terem sido elaboradas por constituintes convocadas em situações de democratização política, ambas as constituições não conseguiram legitimidade no conjunto dos agentes sociais. Isto é, não se constituíram na expressão da vontade soberana da maioria da população numa conjuntura histórica determinada da maioria da população numa conjuntura histórica determinada e, conseqüentemente, não conseguiram se sedimentar como patamar legítimo para ulteriores reformas. Por isso, a Argentina, que de 1880 até 1949 se caracterizava por uma sólida constituição jurídica do Es

tado, passa daí em diante à situação oposta. Este vazio constitucional estimulará as posteriores reformulações manu militari das leis básicas do Estado, realizadas em 1966, 1972 e 1976.

Nas eleições de 58, triunfa a UCRI, com o apoio peronista, provocando um conflito no interior do aparelho militar entre facções favoráveis e facções desfavoráveis à posse do presidente eleito (101). Triunfa uma proposta favorável à posse, mas com condicionamentos. Estes não impedem, entretanto, que o governo Frondizi-UCRI tome imediatamente uma série de medidas democratizadoras: liberdade de organização e expressão para o peronismo, devolução aos sindicalistas dos sindicatos sob intervenção e grandes aumentos salariais. Tais medidas provocam os protestos das classes dominantes e dos militares. Diante da pressão da "linha dura" antiperonista do exército, em dezembro, Frondizi dá uma brusca guinada em sua política, começando pela implementação de um plano de estabilização econômica aconselhado pelo FMI, plano esse que acarreta uma nova compreensão no nível de vida da classe operária e de setores das classes médias. A reação da classe operária e dos sindicatos é rápida e intensa, chegando-se a uma greve geral só interrompida três dias após e com a intervenção militar (102).

De 1959 até sua queda, Frondizi se independiza progressivamente dos partidos políticos e do parlamento, tornando-se cada vez mais prisioneiro do aparelho militar e das corporações patronais que o forçam a intensificar as medidas econômicas antipopulares. As sistemáticas pressões militares que se sucedem são bons indicadores da forte influência do exército sobre o aparelho executivo. Entretanto, com rara habilidade, Frondizi consegue tornar as pressões para manter-se na presidência com algum poder de decisão e não ser uma mera figura decorativa (103). Chega até mesmo a devolver a central sindical (sob intervenção do governo desde 1955) aos sindicatos - em grande maioria controlados pelo peronismo - e a aprovar uma lei que regula as atividades dos sindicatos, favorecendo os interesses de centralização da burocracia sindical (104). A estas medidas, que permitem a manutenção das bases fundamentais da estrutura sindical vigentes no regime anterior, opõem-se os militares. Estes são favoráveis a uma estrutura sindical descentralizada e atomizada ao máximo, para evitar a existência de um poder forte com capacidade de competir com o próprio aparelho militar, como sucedera no regime anterior. São

estas as razões que os levam a apoiar, sem plena consciência de suas implicações, a posição democratizante quanto à estrutura sindical, levantada por setores minoritários do sindicalismo e pela maioria dos partidos políticos.

No regime liberal-militar, recriam-se as condições para a expansão de uma poderosa burocracia sindical. Essa burocracia é agora mais autônoma perante o Estado, mas gera permanentemente ideologias e práticas políticas autoritárias, com o objetivo final de instaurar um regime autoritário-sindicalista. Fortemente estruturada nesse sentido, durante o regime anterior, a ideologia da classe operária é, por isso, majoritariamente defensora de uma estrutura sindical autoritária.

A União Popular triunfa nas eleições para o Parlamento e para os governos provinciais, realizadas em 1962, obtendo cerca de 40% dos votos, o que provoca a imediata reação da "linha dura" antiperonista do exército, levando em poucos dias a derrocada de Frondizi (105).

Durante o breve governo Guido-Colorados, empreende-se uma forte repressão ao sindicalismo e à atividade política de esquerda, paralelamente a uma política econômica ostensivamente favorecedora dos interesses dos fazendeiros. Essas medidas, combinadas com o momento depressivo do ciclo econômico, resultam num grande aumento do desemprego e numa queda acentuada do salário (106). Entretanto, o governo da "linha dura" militar mostra-se inviável, tanto por não apresentar nenhum projeto a longo prazo no tocante à acumulação capitalista, como por sua precária base de apoio social, mesmo no interior das classes dominantes. Em setembro, o conflito entre as duas frações do exército chega ao nível da luta armada. Derrotada a "linha dura", o discurso da fração liberal é bastante democratizante, o que propicia a retomada dos planos de convocação de eleições e de entrega do poder aos civis. Tal orientação se acentua após novo conflito armado, em abril de 1963, no qual voltam a triunfar os militares pró-abertura. Esses acontecimentos aprofundam a crise de hierarquia nas FFAA, ameaçando seriamente sua sobrevivência como aparelho.

O governo Guido-azules é marcado por marchas e contra-marchas quanto ao caráter específico da abertura e quanto ao chamamento às eleições. Nesse sentido, as propostas oscilam entre parâmetros que vão desde a reivindicação de eleições totalmente livres, sem proscricções de nenhuma natureza, até a de eleições

condicionadas pela proscrição de candidatos diretamente vinculados a Perón, passando por uma tentativa de acordo pré-eleitoral com o peronismo, com vistas a formar um governo de coalizão que tivesse ampla maioria parlamentar e eleitoral. Nas eleições realizadas finalmente em junho, triunfa a UCRP, que obtém pouco mais de um quarto dos votos e cuja plataforma é a instauração de um regime democrático, com uma proposta de política econômica favorável aos assalariados (107).

A causa fundamental da queda do regime liberal reside no caráter contraditório de suas determinações essenciais: por um lado, a determinação liberal estimulando a saída do aparelho militar de sua posição preponderante na cena política; por outro lado, a determinação militar pressionando para um regime autoritário de centralidade efetiva do aparelho militar. A força da Sociedade Civil se expressa, provocando a fragmentação interna do aparelho militar: uma parte da Sociedade Civil pressiona para que se instaure um regime democrático, enquanto a outra opta pela tutela militar aberta, diante da ameaça de que um refortalecimento dos sindicatos e da classe operária conduza a um regime de tipo sindicalista. Quando a fragmentação interna do aparelho militar atinge seu ponto máximo, com a luta armada, sua própria subsistência começa a perigar.

Desde 45, as FFAA estão submetidas a uma forte pressão desagregadora proveniente de outros aparelhos estatais e de aparelhos societários, pressão essa que atinge seriamente sua capacidade de reprodução como corporação autônoma profissional. O mérito profissional deixou de ser o critério de recrutamento do alto comando, tendo sido substituído pela tomada de posição política dos oficiais. Isto põe em risco a hierarquia do aparelho, a qual, para manter-se com eficácia, depende de que a sua estruturação obedea a códigos e critérios "neutros" e não-conjunturais. Em 63, a elite da fração vencedora toma consciência dos perigos desse processo e afirma a necessidade de uma iminente volta aos quartéis, com vistas a reestruturar a coesão e a hierarquia do aparelho. Colocam-se, assim, as FFAA inteiramente fora da cena política, mesmo que o que ali acontece não seja do seu máximo agrado (108).

Triunfa o mecanismo de representação partidária, o mais adequado para solucionar a crise hegemônica atravessada pelo so-

cidade em todos os seus níveis. Esse triunfo, porém, deve-se mais à fraqueza das demais alternativas do que à força intrínseca do mecanismo partidário, visto não estarem sedimentados partidos programáticos sólidos. Essa é uma das razões fundamentais de precariedade do regime democrático que se instaura subseqüentemente. A classe operária continua se sentindo representada por um mecanismo corporativo sindical impregnado de uma ideologia política autoritária, mecanismo esse, ademais, influenciado por um mecanismo plebiscitário portador do mesmo tipo de ideologia política, ou seja, também autoritário. Diante disso, para a maioria da classe operária, nem a União Popular, nem outro qualquer partido chegam a constituir-se em alternativas significativas de representação.

6. A FORMA DE REGIME DEMOCRÁTICO-REPRESENTATIVO 1963-1966

6.1. A Estrutura do Regime

I

Esta forma de regime caracteriza-se por uma Sociedade Civil forte e ampla que controla o Estado. Existem muitos centros de poder societais autônomos (partidos políticos, corporações patronais e profissionais, sindicatos de assalariados) capazes de influir sobre os centros decisórios.

Os mecanismos de representação predominantes são o partidário e o corporativo; num plano secundário estão o clientelístico e o plebiscitário. Tanto o partidário quanto o corporativo chegam ao seu ponto máximo de desenvolvimento na história argentina.

O sistema partidário adquire um matiz programático definido, embora não suficientemente forte, o que se deve sobretudo à inexistência de um partido organicamente vinculado à classe operária. Tampouco existe um partido moderno vinculado organicamente às frações mais concentradas do capital. O MID procura, em parte, desempenhar o papel de um partido desse tipo, mas não consegue cristalizar-se nessa representação, em virtude de, no seu interior, expressarem-se também as frações arcaicas da burguesia local (109). Para a consolidação do sistema partidário, seria de importância fundamental o desenvolvimento de um ou mais partidos organicamente vinculados à classe operária, dado que,

acarretando o enfraquecimento da ideologia autoritária do aparelho sindical e do mecanismo plebiscitário, um tal desenvolvimento comprometeria a classe operária na continuidade e no aprofundamento do regime democrático. Não existe, todavia, uma tentativa consequente de construção de um partido que assuma a herança histórica do P. Trabalhista. O que mais se orienta nesse sentido é o P. Socialista Argentino, mas este tem contra si o peso de uma herança anti-trabalhista, o que se liga ao fato de ter tomado parte na "União Democrática" nos anos decisivos de 45 e 46. Por outro lado, a tarefa também parece difícil em face do peso de forças políticas competitivas que estão diretamente vinculadas à história da classe operária: Perón e a burocracia sindical.

Neste período, o mecanismo corporativo funciona sem a interferência do cooptativo, uma vez que o regime possibilita maior autonomia das corporações e dos sindicatos perante o Estado. Trata-se do período da história argentina em que o mecanismo cooptativo tem menor importância: a Sociedade Civil e o Parlamento, como centros de poder político, operam no sentido de anular as tendências de desenvolvimento desse mecanismo.

Num sistema partidário com caráter programático, o mecanismo clientelístico mantém-se como um componente secundário; apenas nas regiões periféricas chega a ser predominante. O mecanismo plebiscitário, por sua vez, encontra-se relativamente marginalizado, embora mantenha uma certa capacidade de permear o corporativo sindical e o partidário. O mecanismo plebiscitário constitui-se, assim, num obstáculo importante para um pleno desenvolvimento do sistema partidário e para uma eventual atenuação dos componentes autoritários do sindicalismo. Perón permanece um referencial mais ou menos longínquo, mas no qual a classe operária continua se reconhecendo, de modo que pode revigorar-se em face da carência de um partido político a ela organicamente vinculado.

II

Ocupam uma posição central os aparelhos executivo e parlamentar, ambos eleitos por sufrágio universal. A proscrição das figuras fundamentais do peronismo para as eleições do executivo, no entanto, representa um limite significativo para a legitimidade de origem do presidente Illia. Este, uma vez na presidência, supera parcialmente tal limitação, na medida em que eli-

mina as restrições vigentes, o que se reflete nas eleições de renovação do parlamento que se realizam em 1965. Pela primeira vez desde 1930, o parlamento atua como um importante centro de poder político: mantém uma relação de total independência com relação aos aparelhos executivo e militar, ao mesmo tempo em que assume a posição de foco fundamental da tomada de decisões. A maioria parlamentar, que se articula com o executivo, é composta pelos partidos organicamente vinculados às classes médias e por setores da União Popular, embora estes últimos se coliguem apenas parcialmente (em virtude de sua associação conflitiva com a liderança plebiscitária e com o aparelho sindical).

O aparelho judiciário é autônomo, assegurando plenamente os direitos e garantias do indivíduo perante o Estado. Além disso, o Supremo Tribunal, obedecendo suas atribuições constitucionais, atua às vezes retificando decisões legais tomadas pelo executivo e pelo legislativo.

O aparelho militar sai da cena e se subordina ao executivo-legislativo, enquanto reestrutura sua coesão e sua hierarquia interna. No último semestre do regime, volta a entrar em cena, exercendo pressões golpistas e transformando-se assim num dos elementos desestabilizadores fundamentais.

Os aparelhos administrativo e financeiro-econômico estão subordinados ao executivo-legislativo. A maquinaria estatal não funciona bem, sendo bastante baixa sua produtividade. Este é um dos problemas graves que deterioram a legitimidade do regime, ao possibilitar uma imagem ideológica que estabelece um vínculo de necessidade entre regime democrático e maquinaria estatal lenta e ineficaz (110)

III

A aliança social predominante é composta pela burguesia industrial local e pelas classes médias. Embora mantendo, em relação à burguesia industrial, uma posição de poder semelhante à que possuía nos regimes liberal-democrático e autoritário-bonapartista-sindicalista, a classe operária não participa da aliança predominante, uma vez que, por razões ideológicas, não se constitui em base de apoio ao regime.

No que concerne à repartição do excedente, as relações entre as classes sofrem profundas modificações. Estas são sobre-determinadas tanto pela luta política de classes quanto pela fa-

se ascendente do ciclo econômico, iniciada com o regime. Assim, o assalariados aumenta consideravelmente, especialmente o dos setores salário real do conjunto dos setores mais qualificados da classe operária (111). Parte significativa do excedente gerado na produção agrícola é confiscada, transferindo-se para os setores urbanos; isso, entretanto, não provoca muitos conflitos, dada a conjuntura mundial de altos preços para os produtos exportados pela Argentina. Os conglomerados transnacionais, como tais já instalados na formação social argentina, têm reduzida sua capacidade de atuação, em virtude do estabelecimento de certas normas que dificultam o fluxo de seus lucros e sua capacidade de absorver a poupança interna e as empresas locais. A burguesia industrial é favorecida pelo aumento do consumo assalariado e não é muito afetada pelos custos da mão-de-obra, compensados pelos créditos a taxas de juros negativas (112).

Em suma, neste regime democrático, o programa econômico do governo é um programa de desenvolvimento que propõe a proteção à indústria local e, simultaneamente, a redistribuição de renda a favor dos assalariados. Tal programa obstaculiza a entrada da Argentina em posição favorável na etapa do capitalismo conglomerado transnacional-estatal. A ideologia governamental, apesar de sua orientação explícita, na medida em que impede a transformação da estrutura organizacional do Estado e a constituição de um Estado Promotor, estimula a criação de condições que minam a reprodução do regime democrático quando este se apresenta como não viável para promover um desenvolvimento econômico concorde com a dinâmica da economia mundial.

6.2. O Processo Histórico (113)

A dinâmica da forma de regime democrático está diretamente vinculada à capacidade de consolidar a vigência e a legitimidade do mecanismo de representação partidário, em primeiro lugar, e do corporativo, em segundo lugar, como alternativa para o reforço potencial de um dos termos da dupla plebiscitário-cooperativo. O governo realiza uma política de reforço dos partidos políticos, através da nomeação de membros da categoria social partidária para postos do aparelho executivo, excluindo dessas nomeações tanto representantes das corporações patronais quanto dos sindicatos (114).

As primeiras medidas tomadas pelo executivo e pela maio

ria parlamentar objetivam estabelecer plenamente o regime democrático: plano de reativação econômica e de aumento do salário a curto prazo; subordinação do aparelho militar através da nomeação direta dos altos comandos pelos aparelhos executivo e parlamentar; levantamento do estado de sítio e da legislação repressiva, incluindo as proibições específicas ao peronismo. Isto permite que se instaure um clima de liberdade de expressão e organização que era desconhecido desde 1946.

A classe operária e os sindicatos aproveitam o novo clima político para lutar pela recuperação das posições de poder nas unidades de produção, parcialmente perdidas em 1955. Além disso, os sindicatos tentam ocupar uma posição central na cena política. Tudo isso provoca, durante o ano de 1964, uma gigantesca mobilização operária canalizada através do "Plano de Luta" da CGT, que culmina em greves com ocupação sistemática de fábricas (115). O Plano propõe a reforma de estruturas, fundamentalmente através do controle operário das unidades de produção, e a estatização de vários setores econômicos, em especial os de propriedade do capital estrangeiro e da burguesia agrária. É um programa contrário ao grande capital e a favor da sobrevivência e do desenvolvimento da burguesia industrial local. Ao mesmo tempo que viabiliza uma profunda reforma de estruturas, através do controle operário e do ataque à grande propriedade rural, obstaculiza a entrada da formação social argentina, em posição favorável, na etapa do capitalismo conglomerado transnacional-estatal, uma vez que protege a burguesia industrial local e ataca radicalmente o capital estrangeiro.

Depois da demonstração de força operária - praticamente não reprimida dada a efetiva vigência do regime democrático - as classes dominantes em geral colocam-se frontalmente contra o regime e o governo e começa a reavivar-se, subterraneamente, a fração militarista do exército, temendo que um maior reforço do aparelho sindical ponha em perigo sua situação (116).

O governo e a maioria parlamentar tentam, através da modificação da legislação, desmontar a estrutura centralizada do sindicalismo, que dá um grande poder à burocracia central da CGT e dos principais sindicatos e é uma das fontes permanentes de segregação de ideologia política autoritária no interior do movimento operário. Os distintos grupos esquerdistas, que em geral decodificam essa política como anti-operária, opõem-se à políti-

ca sindical do governo tachando-a de reacionária, embora eles próprios tenham uma posição contrária à burocracia sindical peronista. (Nós, ao contrário, acreditamos que tanto o P. Radical quanto os demais partidos vinculados às classes médias, realizavam uma genuína proposta democratizante da estrutura sindical que não se opunha aos interesses da classe operária, mas sim aos interesses substantivos particulares da burocracia sindical). Em contrapartida, os partidos políticos vinculados às classes dominantes apoiam a proposta governamental por considerarem-na um meio de atenuar o poder de influência do sindicalismo sobre os centros decisórios do Estado. Não se dão conta de que uma estrutura descentralizada pode ser um mecanismo de poder mais eficaz para a classe operária tanto ao nível das unidades de produção - como alguns exemplos do início de 70 irão mostrar - quanto ao nível da influência sobre o Estado, visto que as decisões da central sindical podem expressar mais genuinamente os interesses explicitados pela base.

Nas eleições de 1965, o peronismo triunfa com 29% dos votos, constituindo-se na primeira minoria eleitoral. Durante o ano de 65 a fração majoritária vanderista do sindicalismo tenta construir um partido trabalhista independente da liderança plebiscitária ainda que de ideologia autoritária (117). Essa tentativa é hostilizada pela fração minoritária do sindicalismo, vinculada organicamente à reprodução da liderança plebiscitária. Mas é apoiada pelo partido governante que vê assim a possibilidade de reforçar o sistema partidário através da constituição do peronismo num partido sólido (118). Assim, durante o ano de 65, e parte de 66 produz-se uma convergência entre a fração vanderista do sindicalismo e o P. Radical.

Em maio de 1966, devido aos deslocamentos de posições no aparelho militar, a fração vanderista abandona seu projeto de P. Trabalhista e tenta uma aliança com a fração militarista do exército com o objetivo de instaurar um regime-sindicalista. Como a ideologia autoritária, anti-partido político e anti-parlamento, é comum à fração militarista e à burocracia sindical, tal aliança não parece descabida desde que implique a destruição da liderança plebiscitária de Perón. Na verdade, quando a fração vanderista tentou construir um P. Trabalhista, foi apenas para favorecer seus interesses substantivos particulares enquanto burocracia e não por convicção ideológica favorável ao sistema político

democrático. A tentativa de tal construção só teria sido frutífera se tivesse partido de outros setores portadores de uma ideologia política democrática. E, neste caso, teria tido necessariamente contra ela os poderosos recursos organizacionais e financeiros à disposição da burocracia sindical.

A relação entre os aparelhos executivo e militar deteriora-se em junho de 65, por ocasião da intervenção norte-americana-brasileira em São Domingo. Ilha oscila entre a posição favorável ao envio de tropas - predominante no exército - e a posição de não-intervenção. Acaba prevalecendo a segunda dado que o presidente é sensível a uma mobilização popular contrária à intervenção, organizada por grupos políticos de esquerda, setores do partido governante e setores minoritários do aparelho sindical. A partir desse momento a tendência golpista vai ganhando força rapidamente no aparelho militar que vê um triplo perigo na continuidade do regime: em primeiro lugar, o crescimento do P. Comunista e de outros partidos pequenos de esquerda que influenciaram a decisão de não-intervenção; em segundo lugar, o risco de um triunfo peronista nas eleições de governadores de 67 e presidenciais de 68; em terceiro lugar, um obstáculo ao desenvolvimento econômico e, por conseguinte, maior deterioração da posição argentina no mundo. A resposta do executivo e da maioria parlamentar é a de não conceder às FFAA espaço para a definição de diretrizes políticas que, levando a uma degradação do regime democrático e a uma perda de capacidade de decisão dos aparelhos executivo e legislativo, implicassem uma volta a um regime de liberal-militar.

Chegando à primeira metade de 66, a posição militarista das FFAA ganha força suficiente para redefinir as políticas de alianças (119). Os partidos organicamente vinculados às classes dominantes, as corporações patronais e uma fração da burocracia sindical são favoráveis à instauração de um regime militar, embora por motivos diferentes. Esses partidos e corporações pretendem reverter o processo de reconquista de posições empreendido pela classe operária durante a vigência do regime democrático; a burocracia sindical tem por objetivo a reedição de uma experiência autoritária-sindicalista na qual desempenhe o papel de sócio privilegiado das FFAA.

Estando as classes dominantes contra a continuidade do

regime democrático, sua continuidade e aprofundamento só seriam possíveis por um posicionamento forte da classe operário através de um partido orgânico e sindicatos com ideologia democrática. Em outros termos, o regime democrático só poderia se desenvolver como uma conquista sistemática e progressiva das classes subalternas e dos aparelhos societais e elas vinculados organicamente contra as classes dominantes, seus aparelhos e a fração militarista do exército. Tendo nascido da retirada das FFAA do centro da cena, e não tanto pelas lutas políticas democráticas, o regime só poderia continuar na medida em que ocorresse uma mudança substancial entre as condições de seu surgimento e as condições de sua reprodução. A ideologia democrática das classes médias e da coalizão política governante não é suficiente para permitir nem o aprofundamento nem a manutenção precária do regime. Tanto a liderança plebiscitária como, em menor medida, a burocracia sindical contribuem para que a classe operária interiorize uma chave de decifração simplista. Esta chave só enfatiza um eixo democrático: o do restabelecimento e aprofundamento do alto nível de democratização das relações sociais de produção conseguido no período de 1945-55, e deixa de lado a luta pela manutenção de um regime democrático, que pode então ser substituída pela luta por uma posição de poder forte do aparelho sindical no interior de um regime autoritário. A liderança plebiscitária de Perón e o aparelho sindical contribuem para que no espaço ideológico da classe operária se identifiquem-confundam regime liberal e regime democrático. Isto convém ao desenvolvimento dos interesses substantivos dos primeiros, mais vinculados aos regimes autoritários-mobilizadores. Evidentemente o regime liberal (exceto o subtipo democrático) não traz nenhuma vantagem para a classe operária em relação ao regime autoritário. Muito ao contrário, as duas experiências prolongadas do primeiro, o liberal oligárquico dos anos 30 e o liberal-militar dos anos 50, estão diretamente associadas a um enfraquecimento de seu poder de classe perante a burguesia, tanto no que concerne à distribuição do valor gerado no processo produtivo, como ao nível de democratização das relações sociais de produção. Por outro lado, a única experiência de regime liberal-democrático (1945-46) não foi decifrada e memorizada em toda complexidade pela classe operária (e pela maioria dos agentes sociais), ficando gravada em sua consciência histórica como um momento do "regime peronista" (autoritário-bonapartista

ta-sindicalista) e não como um regime específico que continha uma linha de desenvolvimento alternativa que combinava aprofundamento democrático das relações sociais de produção com regime político democrático.

Nos grupos de esquerda também predomina comumente uma chave de decifração simplista que só aponta para a distinção entre sistema capitalista e sistema socialista (inclusive identificando este último com o capitalismo burocrático de estado), sem dar maior importância à diferenciação das formas de regime político. Chega-se assim a esboçar-se a idéia ultra-esquerdista de que quanto mais autoritário e repressivo for o regime político, melhor será para o desenvolvimento da "consciência de classe do proletariado e para a revolução socialista".

Concluindo, as características da luta de classes nos anos decisivos da década de 40 haviam favorecido o desenvolvimento de dois pares simplistas de decifração: liberalismo político-oligarquia econômica, por um lado, e autoritarismo político-igualitarismo social, por outro. Com isto cria-se um difícil obstáculo para o desenvolvimento de ideologias política e socialmente democráticas, imprescindíveis para a continuidade do regime democrático.

7. A FORMA DE REGIME AUTORITÁRIO-MILITAR-TECNOCRÁTICO 1966-1973

7.1. A Estrutura do regime

I

Neste regime o Estado passa a controlar uma Sociedade Civil que se enfraquece. Os partidos políticos são proscritos no início do regime sem muita resistência, só retornando com a crise do regime. A capacidade de ação dos sindicatos é significativamente reduzida passando por um novo processo de semi-estatização. As corporações patronais mantêm sua autonomia perante o Estado mas, ao contrário do que esperavam, não aumentam sua capacidade de influir sobre os centros decisórios.

O mecanismo cooptativo funciona como princípio articulador da representação política. O mecanismo corporativo ocupa uma posição secundária; o plebiscitário está latente fora da cena política; o clientelístico e o partidário desaparecem mas este último ressurge com a crise do regime.

Ao Presidente e aos Comandantes das FFAA, que personificam o mecanismo cooptativo, cabe definir quem vai ocupar os centros decisórios estatais. O desempenho dessa tarefa leva a elite tecnocrática militar a se associar com a elite tecnocrática civil, proveniente de grandes unidades econômicas privadas e estatais. Ambas acreditam que essa associação lhes garante o monopólio da competência técnica e organizacional e, portanto, a legitimidade necessária para reestruturar o Estado de acordo com as novas condições da economia e da política mundiais (120).

No âmbito dos sindicatos, o mecanismo corporativo sofre um processo de enfraquecimento sendo impregnado pelo cooptativo. Ademais, deteriora-se bastante na relação representante-representado, o que se tenta contornar com um salto qualitativo no nível da burocratização dos sindicatos (121).

Durante a primeira fase do regime, o mecanismo de representação plebiscitária parece estar em vias de desaparecimento. Todavia, fortalece-se posteriormente entre as classes subalternas diante do vazio de representação que estas encontram. Este processo, que se dá sem grandes obstáculos dado o caráter inorgânico do mecanismo plebiscitário, leva-o, na crise do regime, a sobredeterminar os mecanismos de representação que ressurgem nesse momento.

A ideologia dominante neste regime, que se expressa no "Estatuto da Revolução Argentina" implica um segundo corte histórico com a tradição da Constituição de 1853. Sustenta a primazia do Estado sobre a Sociedade Civil, incorporando a idéia do Estado como outorgante dos direitos do indivíduo já presente na constituição de 49. Todavia, enquanto esta última fundamentava a primazia da "comunidade organizada" sobre o "individualismo egoísta" numa visão parcialmente crítica do sistema capitalista, o Estatuto justifica essa primazia através da doutrina da segurança nacional contra "a guerra revolucionária subversiva" (122). Esta diferença doutrinária marca duas posições distintas no campo do autoritarismo político: uma de tipo bonapartista-sindicalista e a outra de tipo militar.

II

O aparelho militar ocupa a posição central entre os aparelhos de estado: arrebatou o executivo, suprime o parlamento e subordina o judiciário. A ocupação do executivo pelas FFAA se dá

duas etapas distintas: na primeira (governo Onganía), o presidente, por seu ascendente e prestígio nas FFAA, concentra em suas mãos um grande poder de decisão; na segunda, a Junta Militar ocupa diretamente o centro decisório fundamental.

O primeiro escalão do aparelho administrativo e o do financeiro-econômico são preenchidos por tecnocratas civis ou militares que, ao prestarem contas periodicamente de suas atividades às FFAA, manifestam para com elas uma relação de lealdade institucional.

Em resposta a um dos problemas colocados pela crise do regime democrático, o aparelho militar desenvolve uma ideologia favorável à plena entrada da Argentina na etapa de capitalismo conglomerado transnacional-estatal e, portanto, à constituição de um Estado Promotor. A necessidade de implantação de tal Estado faz com que as FFAA difundam no administrativo e no financeiro-econômico, uma ideologia de eficiência e produtividade até então praticamente desconhecida no interior do Estado.

Quando o regime entra em crise e os aparelhos sociais começam a se fortalecer, diminuindo o controle do Estado sobre eles, o aparelho militar propõe negociar sua saída da posição de centralidade entre os aparelhos de estado. As FFAA pretendem assim garantir sua própria reprodução como aparelho e, além disso, evitar uma desestabilização mais profunda das hierarquias sócio-políticas. A melhor perspectiva para elas é a instauração de um regime liberal-militar no qual manteriam algum controle tanto sobre os demais aparelhos estatais quanto sobre os aparelhos sociais, podendo assim influir de modo relativamente sistemático sobre as decisões do executivo e do parlamento. A máxima concessão que se dispõem a fazer é a instauração de um regime democrático-representativo cuja estrutura permita evitar que os sindicatos ocupem uma posição de poder excessivo garanta uma certa autonomia delas próprias perante os aparelhos executivo e parlamentar.

III

Na primeira etapa do regime, a aliança social predominante é constituída pelos conglomerados transnacionais instalados no interior da formação social argentina, que ocupam a posição principal, e pelas frações mais concentradas do capital local, tanto industrial e financeiro quanto agrário, em posição se

cundária (122). A reestruturação da economia, privilegiando as grandes unidades econômicas que produzem com economias de escala e a preços mundialmente competitivos, abala profundamente a estrutura de classes. Assim, os setores arcaicos da economia se vê em seriamente atingidos enquanto os setores modernos, tanto privados estrangeiros ou nacionais quanto estatais, são favorecidos.

A necessidade de modificar a estrutura produtiva para atender a concorrência internacional e a de transformar o extenso e gelatinoso setor produtivo estatal num eficiente aparelho produtivo capitalista de Estado forma o eixo de articulação dos conflitos entre as classes sociais. A grande porção ineficiente da indústria argentina bem como várias filiais das transnacionais instaladas no interior da lógica protecionista são levadas a redimensionar ou a desaparecer. O próprio setor agrário, embora produzindo a preços mundialmente competitivos - conquanto isto se deva mais à fertilidade das terras do que à produtividade do trabalho - é atingido pela política econômica que tende a forçá-lo a aumentar o grau de mecanização de sua produção e, assim, aumentar sua produtividade, ou vender suas propriedades às transnacionais.

A política econômica efficientista fracassa a médio prazo tanto em virtude da resistência do pequeno e médio capital urbano e da maior parte do capital agrário, quanto da oposição da classe operária, atingida pela intensificação do desgaste de sua força de trabalho (ritmos mais rápidos e "racionalis") e por um retrocesso parcial no nível de democratização das relações sociais de produção.

7.2. O Processo Histórico (123)

Durante o primeiro semestre do governo Onganía, várias tendências disputam o privilégio de estruturar a nova coalizão política governante. Uma delas é a fração vanderista da burocracia sindical, que se converte num importante apoio inicial ao governo com a perspectiva de constituir um regime militar-sindicalista. Outra é a fração militarista-integralista das FFAA, que tenta montar uma política econômica isolacionista que mantenha a proteção à indústria nacional arcaica, ainda que aumentando o setor produtivo estatal. Por fim, temos uma fração de tecnocratas civis e militares, vinculados às transnacionais ou às grandes em

presas estatais, cujo objetivo fundamental é o de implementar um plano de racionalização generalizado da economia .

Logo no início de seu governo, Onganía derroga um decreto, promulgado no final do governo Illia, que favorecia a descentralização sindical, esperando com isto satisfazer as necessidades conjunturais de poder da burocracia sindical. Simultaneamente, no entanto, implementa um drástico plano de racionalização da indústria açucareira que, por suprimir seus subsídios estatais, provoca o fechamento de numerosos engenhos e um desemprego maciço em Tucumán. Poucos meses depois o governo implementa outros planos de racionalização nos portos e ferrovias - dois dos maiores focos de ineficiência do conjunto das autarquias e empresas do Estado - que provocam mais demissões maciças, levando os portuários a uma longa greve que finalmente é dominada. Os sindicatos portuário e ferroviário sofrem intervenção, o que torna muito tensas as relações do governo com a burocracia sindical(24).

Em dezembro, quando Krieger Vasena assume o Ministério da Economia, a luta de tendências no interior do aparelho militar e do governo é definida a favor de um plano para instaurar um Estado Promotor e para aumentar a eficiência global da estrutura econômica. Este projeto econômico começa a ser implementado com as seguintes medidas: congelamento dos salários por dois anos; controle da evolução dos preços através de um pacto tácito com o conjunto das empresas; eliminação progressiva das barreiras alfandegárias; instauração de uma política cambial e de tarifas dos serviços públicos, favorecendo uma expansão generalizada no nível de aparelhamento do Estado; elevação drástica dos impostos e criação dos instrumentos adequados para sua efetiva arrecadação; estabelecimento de um imposto sobre a renda da terra que castiga os fazendeiros pouco capitalizados (125). Trata-se de uma política econômica que atinge a grande maioria das classes sociais. Os únicos favorecidos são os conglomerados transnacionais e o setor produtivo estatal cuja capacidade de expansão aumenta notavelmente ainda que sob o manto de uma ideologia privatista.

Todas essas medidas econômicas, principalmente o congelamento dos salários e as demissões no setor produtivo estatal, provocam a reação da central sindical que promove uma greve geral que fracassa diante da forte presença militar. Os principais sindicatos sofrem a intervenção do governo, diminuindo radical-

mente o poder do sindicalismo. A partir daí a força do governo atinge seu clímax concentrando-se nas mãos de Onganía e Krieger uma dose de poder desconhecida na história argentina pós-55.

Os efeitos do plano de racionalização começam a ser sentidos em 1968: grande diminuição do déficit fiscal do Estado e da inflação; importante crescimento do PIB concentrado nas grandes unidades econômicas; e aumento do nível de reinvestimento interno (em grande parte realizado pelas transnacionais) que é acompanhado por uma alta taxa de desnacionalização do setor industrial (126). O plano econômico afeta o salário real da classe operária de várias maneiras: em alguns setores de maior produtividade do trabalho, consegue-se aumentá-lo; em outros setores ele é mantido; e, finalmente, numa fração importante alocada em pequenas e médias empresas, dá-se uma perda considerável (127). Mas um outro aspecto da política econômica afeta igualmente o conjunto dos setores operários: o aumento do despotismo capitalista nas unidades de produção, que corresponde a uma perda de democratização das relações sociais de produção conseguida durante o regime democrático.

Durante o ano de 1969 grande parte da classe operária manifesta seu crescente descontentamento diante dos efeitos do plano econômico. A oposição tanto ao plano econômico quanto ao próprio regime vai se explicitando também em outros setores: as frações atrasadas da burguesia local, tanto agrária quanto urbana, que se sentem ameaçadas em sua sobrevivência como classe pela política econômica, e grande parte das camadas médias assalariadas, atingidas pelo caráter autoritário do regime que eliminou radicalmente todos seus mecanismos tradicionais de representação política. Esta confluência na oposição desencadeia vários movimentos de protesto social nas grandes cidades, com a participação de operários, estudantes e das camadas médias assalariadas em geral. Estes movimentos culminam com o Cordobazo (128), o mais profundo levante de massas da história argentina do ponto de vista do questionamento inorgânico de todas as hierarquias sociais e políticas, que se instala no clima de protesto social generalizado que percorria o mundo a partir do maio francês. Diante da confluência de forças sócio-políticas que expressavam as aspirações da maioria dos agentes sociais, o Plano Krieger é derrubado.

Acreditamos, que o Plano Krieger não estava historicamente condenado desde o início, como o supõem alguns analistas. A nosso ver ele poderia ter tido êxito se houvesse sido mais lento o processo de geração de condições de resistência ao retrocesso nas relações sociais de produção na classe operária e ao autoritarismo político nas classes médias assalariadas (129). Assim, teriam sido ganhos dois ou três anos a mais para consolidar a instauração do Estado Promotor. Se posteriormente o governo tivesse procedido com flexibilidade, reconhecendo o nível histórico de democratização das relações sociais de produção e o desenvolvimento histórico da Sociedade Civil, poderia ter procedido a uma abertura visando à instauração de um regime democrático no interior de um Estado Promotor consolidado. E, assim, o regime autoritário ter-se-ia "legitimado" como puramente transitório, como o responsável pelas condições de instauração do Estado Promotor, e condenado a desaparecer posteriormente. Era isto, inclusive, o que mais se adequava à ideologia do aparelho militar, preocupado com a posição do Estado-nação argentino no mundo.

O governo Onganía subsiste mais algum tempo após a generalização dos movimentos de protesto, enfrentando contudo uma profunda crise que é também a crise do próprio regime. Esta se deve ao início da rearticulação de uma Sociedade Civil ampla que se dá em torno dos seguintes eixos: vários agrupamentos políticos esquerdistas, localizados nas universidades e, em menor medida, nos lugares de trabalho; embrionários grupos de guerrilha urbana, derivados de dissidências do PC, de grupos trotskistas e de setores católicos pró-peronistas; o aparelho sindical, que consegue em alguns lugares, como Córdoba, um nível significativo de democratização interna; os partidos políticos que começam a se reorganizar após três anos de total suspensão de atividades; e, enfim, a maioria das corporações profissionais e patronais (130).

Em meados de 70, a oposição cresce significativamente ganhando a fração liberalizante das FFAA, encabeçada por Lanuse (comandante do exército). Aramburu aparece como a figura aglutinadora de uma parte fundamental dessa oposição e como o candidato mais provável para presidir um regime de transição para a democracia. Nesse momento se produz uma aliança tácita entre setores de extrema esquerda e de extrema direita que possibilita o sequestro e o assassinato de Aramburu (131). Desaparece assim a

única personalidade capaz de aglutinar uma parte significativa da oposição civil e militar ao regime e precipita-se a derrubada de Onganía. A Junta Militar, que assume então o governo, não chega a um consenso quanto aos planos para o futuro e à pessoa a ser nomeada presidente. Finalmente é escolhido o general Levingston como candidato de mediação.

Levingston, apesar de não contar com uma base de poder própria, tenta autonomizar-se da Junta Militar e dar continuidade ao regime autoritário. Introduce, contudo, modificações significativas na política econômica. O novo Ministro da Economia, Ferrer, propõe interromper o processo de transnacionalização da economia, embora reconheça a necessidade de elevar o grau de eficiência da estrutura industrial argentina. A idéia central do plano, que não chega a ser implementado, é a de, com o apoio do Estado, promover a fusão dos pequenos e médios capitais para evitar sua desnacionalização ou seu desaparecimento.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento apresenta, como alternativa ao Plano Ferrer, o Plano Guglielmelli, baseado na plena entrada da Argentina na era do capitalismo transnacional - estatal (132). Assim, aproxima-se do Plano Krieger por enfatizar a necessidade de constituir o Estado Promotor e de transformar a Argentina numa fronteira de expansão do capitalismo mundial. Considera também que a única ordem racional é a que se baseia nas grandes unidades econômicas transnacionais e estatais. Todavia, enquanto o Plano Krieger propunha que os conglomerados transnacionais fossem o sócio fundamental nessa nova ordem, Guglielmelli propõe uma posição simétrica, isto é, que o aparelho produtivo capitalista de Estado (que começa a se constituir) tenha um poder relativo equivalente ao dos conglomerados, tomando por base o patamar de desenvolvimento alcançado pelo setor produtivo estatal, resultante da política econômica iniciada em 1967. O Plano Guglielmelli, apesar do apoio de uma fração das FFAA, não consegue se impor em virtude dos limitados apoios estruturados ao nível da Sociedade Civil. Todavia, o Sindicato de Eletricidade - de características internas democráticas para o contexto do sindicalismo burocratizado - manifesta-se favoravelmente ao Plano Guglielmelli, provavelmente o mais conveniente para os interesses da classe operária (133).

Certo pensamento político latinoamericano, rígido e limitado, considera estranhá e incompreensível esta aliança en-

tre os conglomerados transnacionais, o capitalismo de Estado e a classe operária contra a burguesia local agrária e industrial. To davia, ela se adequava perfeitamente à dinâmica da economia mundial e teria permitido manter o nível histórico de democratização das relações sociais de produção. Com efeito, apesar de para doxal para os padrões latinoamericanos, tal aliança é perfeitamente viável, uma vez que os conglomerados transnacionais incorporam em sua perspectiva sobre a formação social argentina o padrão de reprodução social relativamente igualitário nela vigente. Assim, tendem a colocar a classe operária argentina no mesmo nível que suas similares européias e norteamericana. Em outras palavras, assumem como componente inevitável em suas decisões de investimento as conquistas da classe operária de democratização das relações sociais de produção.

No início de 71, uma nova onda de protestos populares espalha-se pelo país, tendo seu foco em Córdoba. Levingston tenta esboçar uma reação repressiva, contrariando o consenso do alto comando do exército. Isto provoca sua rápida derrocada e a ascensão, agora de forma mais definida, da fração liberal encabeçada por Lanuse.

Durante todo o ano de 71, a Sociedade Civil aprofunda seu nível de rearticulação que, além de reforçar a crise do regime autoritário, ameaça a própria estrutura do Estado. A atividade dos partidos políticos é legalizada e proliferam novos agrupamentos políticos, sindicais e de bairro.

Recrudescem também a ação da guerrilha de extrema esquerda (ERP e Montoneros). Os Montoneros, derivados do peronismo, professam uma ideologia que combina um anticapitalismo privado (a nosso ver, um pró-capitalismo burocrático de Estado) com um autoritarismo político. Trata-se de uma combinação de peronismo, integralismo católico e stalinismo. As posições de Montoneros e as do ERP coincidem quanto ao futuro desenvolvimento de um regime totalitário-stalinista. Os dois grupos adotam uma tática similar, desenvolvendo um terrorismo baseado em assassinatos, seqüestros e outras variantes de ações de violência de elite que, por sua vez, provocam um recrudescimento da ação do aparelho repressivo, iniciando-se assim uma espiral de violência entre os aparelhos totalitários de extrema direita e de extrema esquerda. Contudo, o ponto de divergência entre os dois grupos é a liderança

plebiscitária de Perón considerada, pelos Montoneros, como capaz de possibilitar uma rápida instauração do novo regime e, pelo ERP, como um obstáculo fundamental para isto.

O mecanismo de representação plebiscitário se realimenta, favorecido não apenas pelos Montoneras e por uma fração da burocracia sindical e da burocracia do Justicialista, como também pela recém constituída Juventude Peronista. Esta última é formada por ativistas políticos geralmente provenientes de dois grandes troncos: os agrupamentos comunistas e trotskista em suas múltiplas variantes e as juventudes católicas influenciadas pela nova "teologia da libertação". Paralelamente, Perón e seu círculo íntimo põem em prática uma hábil política de aliança com todos os grupos políticos - dos mais conservadores e fascitizantes até o mais esquerdistas e partidários do socialismo - com o objetivo de revigorar ao máximo seu caráter de líder plebiscitário (134).

Com o início da crise do regime, reforça-se o debate ^{originado} com a queda de Perón, entre as diversas correntes socialistas quanto à posição a adotar com respeito à liderança de Perón. As tendências em oposição neste debate são as seguintes: criticar a tradição autoritária da classe operária, que tem como uma de suas manifestações fundamentais o reconhecimento da liderança plebiscitária de Perón; aceitar essa tradição autoritária e reconhecer Perón como líder das forças anti-status quo, supondo que o desenvolvimento das lutas democráticas e socialistas das classes subalternas obrigá-lo-á a adotar uma ideologia socialista para poder manter sua posição de liderança. A segunda tendência, que parece a mais eficaz a curto prazo, dado o peso da liderança de Perón, triunfa nesse debate arrastando grandes contingentes de jovens. A idéia milenarista - da possibilidade de um paraíso imediato sem reconhecer a pertinência das forças conservadoras - triunfa sobre os ideais de reforma progressiva e sedimentante. Em termos gramscianos, a guerra de movimentos triunfa sobre a guerra de posições. A situação, embora comum nos movimentos sociais do século XX, agrava-se nesse contexto pois afirma-se como líder dessa guerra um velho líder autoritário que atuara na conjuntura de 46 destruindo a jovem organização autônoma da classe operária. A juventude, cheia de aspirações libertárias parece entrar, sem o saber, em seu próprio cemitério: a lógica au-

toritária da liderança plebiscitária, contribuindo assim desicivamente para a reversão do processo de deterioração da liderança de Perón.

Durante os anos de 71 e 72, desenvolvem-se dois processos paralelos, e em última instância antagônicos, embora alguns dos atores neles envolvidos pretendam compatizá-los: por um lado, as lutas democráticas e parcialmente anticapitalistas empreendidas pelas classes subalternas; por outro lado, uma luta entre o aparelho guerrilheiro e o aparelho militar-policial, com alto nível de violência (embora muito aquém de que se desenvolverá a partir da segunda metade de 74).

Essa aguda luta política, que tende a pôr em questão o conjunto das hierarquias sócio-políticas, repercute no aparelho militar dividindo-se em duas posições: uma democratizante, encabeçada por Lanuse, advoga a volta dos militares para os quartéis, a destruição do aparelho guerrilheiro e a instauração de um regime democrático através da realização de eleições livres; a outra, militarista, é partidária do reforço do regime autoritário numa direção totalitária. A fragmentação do aparelho militar torna-se clara em outubro de 71, por ocasião de uma tentativa de golpe de estado, e continua a se aprofundar posteriormente. Esta fragmentação leva Lanuse a estabelecer uma aliança cada vez mais aberta com setores significativos da Sociedade Civil (fundamentalmente com os partidos políticos, mas também com frações de burocracia sindical) para conter a fração militarista do exército, ao mesmo tempo que tenta destruir o aparelho guerrilheiro em desenvolvimento.

Finalmente, as lutas democráticas impõem ao aparelho militar a realização de eleições com liberdade de expressão e organização, apesar da forte resistência da fração militarista. Visando um governo de coalizão, Lanuse tenta negociar um acordo entre os principais partidos, inclusive radicais e peronistas, capaz de assegurar uma retirada ordenada das FFAA da cena política e a instauração de um regime democrático estável. Perón, por seu lado, manobra com o objetivo de criar uma situação na qual seja o candidato majoritário, através da mediação entre diversos setores internos e externos ao peronismo. Assim, manipulando as circunstâncias, apóia simultaneamente a alas mais antagônicas de seu movimento: desde os setores mais conservadores da burocracia sindical até as alas mais radicalizadas da Juventude Peronista.

Para uns, aparece como o candidato da ordem social contra o comunismo e a desordem, para outros, como o portador do socialismo. Além disso Perón tenta tecer alianças tanto com políticos de arco democrático quanto com militares partidários da continuação do regime autoritário. Consegue assim, em pouco mais de um ano, transformar-se novamente no centro da política argentina, em sua condição de líder plebiscitário, não apenas da classe operária, mas também de amplos contingentes de jovens politizados da classe média.

Em dezembro de 1972, Perón precipita a aglutinação dos distintos setores peronistas e suas forças aliadas na Frente Justicialista de Libertação (FREJULI) que apresenta Cámpora como candidato às eleições presidenciais de março de 1973. Trata-se de um candidato vinculado à Juventude Peronista. A campanha eleitoral desenvolve-se num clima de grande participação democrática e, ao mesmo tempo, de persistentes rumores de golpe de estado de ultra-direita. Apesar disso, o triunfo da FREJULI, com 50% dos votos, é imediata e unanimemente reconhecido pelo conjunto dos setores, parecendo abrir-se a perspectiva de uma nova era democrática.

As eleições expressam uma aprovação significativa a um regime democrático, tanto por seu caráter programático quanto pela grande participação popular na campanha eleitoral. Entretanto, no período entre as eleições e a entrega do poder, a guerrilha de seneadeira uma nova onda de violência que reaviva as tentativas de golpe de estado do ultra-direita. Estas não prevalecem devido à forte legitimidade da instauração de um regime democrático para a grande maioria dos agentes sociais, que apóia a linha programática de reforma social com democratização política, compartilhada pela FREJULI, pelo P. Radical e pela Aliança Popular Revolucionária, que somam quase 90% dos votos.

Além do perigo de golpe de estado, a incerteza quanto à posição que Perón assumirá ao retornar ao país apresenta-se como um obstáculo para a democratização. A burocracia sindical e o círculo íntimo madrileno começam a se articular visando uma possível tentativa de reedição do regime autoritário-bonapartista-sindicalista. Paralelamente, recrudescer a luta entre a burocracia sindical e a Juventude Peronista pela prerrogativa da "representação organizacional e programática" da liderança plebiscitária.

Durante o governo Lanuse, o processo decisório estatal é marcado pelo primado absoluto da política. Por conseguinte, a política econômica é muito instável, oscilando de acordo com as pressões dos distintos setores da Sociedade Civil. Durante este período, produz-se um aumento do consumo e uma drástica queda do nível de acumulação. O Estado Promotor, que começara a se estruturar no governo Ongania, vem abaixo com a crise do regime autoritário. O vínculo entre esses dois processos não é necessário, mas é fortemente estabelecido, pelo caráter extremamente agudo que a luta de classes adquire nesse período, provocando o desparelhamento do Estado. Com efeito, este perde sua capacidade de extrair recursos e destina os que possui às demandas sociais imediatas, destruindo assim o incipiente aparelho produtivo capitalista de Estado que volta a ser um gelatinoso setor produtivo estatal.

O regime autoritário-militar-tecnocrático não tem condições de se reproduzir a longo prazo porque provocou um drástico enfraquecimento da Sociedade Civil sem desenvolver paralelamente uma ideologia autoritária consistente no conjunto dos agentes sociais. Além disso, não pôde manter na direção do autoritarismo político a confluência entre forças sociais no fundo antagônicas, que se estabelecera na conjuntura da queda do regime democrático, aglutinado: o conjunto das classes dominantes e seus aparelhos societais, as FFAA, a burocracia sindical e parcialmente a classe operária. A ideologia política autoritária só pode cimentar a movimentação da classe operária quando combinada com um avanço, e não com um retrocesso, no nível de democratização das relações sociais de produção. Em outras palavras, a ideologia política autoritária só poderia ter penetrado profundamente na classe operária se houvesse ocorrido um aprofundamento paralelo do caráter democrático da ideologia social. Em contrapartida, para as classes dominantes o autoritarismo político só é pensável quando acompanhado por um certo retrocesso no caráter democrático das relações sociais de produção. Para as FFAA e a burocracia sindical, o autoritarismo político é essencial na medida em que implica posições centrais para ambos os aparelhos. Por isso, uma confluência entre estas duas últimas forças só pode ocorrer num regime autoritário-militar-mobilizador.

O mecanismo de representação cooptativo parece não ter condições de predominar a longo prazo devido ao desenvolvimento

histórico prêvio da Sociedade Civil. Seu forte predomínio que acaba por provocar um ressurgimento revigorado do mecanismo plebiscitário, o qual, em virtude de seu caráter inorgânico, pode se articular mais facilmente com ele, ao contrário dos mecanismos partidário e corporativo, que requerem um terreno mais favorável para se desenvolverem com solidez. Nesse sentido, um dos resultados mais sérios a longo prazo da instauração do regime autoritário-militar é a criação de condições de sobrevivência a expansão do mecanismo plebiscitário, um dos obstáculos fundamentais à instauração de um regime democrático consolidado. A fração profissionalista do aparelho militar, radicalmente contrária à expansão da liderança plebiscitária, parece perceber com suficiente clareza este problema ao apresentar, em 70, a alternativa de um governo de transição para a democracia presidido por Aramburu. Assim, não é por acaso que as encarnações históricas dos mecanismos cooptativo e plebiscitário assumem a mesma posição favorável ao desaparecimento de Aramburu da cena política com o objetivo de impedir uma rápida instauração de um regime democrático que eliminaria ou atenuaria a importância deles próprios.

Quando o regime autoritário-militar cai, já é tarde para impedir que o ressurgimento dos mecanismos partidário e corporativo seja permeado pelo mecanismo plebiscitário. Criam-se assim as condições para a instauração de um regime democrático fraco, isto é, seriamente, ameaçado pela presença da liderança plebiscitária que impede o enraizamento de uma ideologia política democrática no aparelho sindical, bem como o desenvolvimento de partidos políticos programáticos organicamente vinculados à classe operária. A tudo isso devemos acrescentar o desenvolvimento, aparentemente irreversível, de aparelhos guerrilheiros totalitários que atuam também como elementos ameaçadores do futuro regime democrático.

Concluindo, as condições de violência e de crise do próprio Estado, nas quais se dá a queda do regime autoritário-militar tecnocrático, tornam-na bem distinta das dos regimes similares - Espanha, Grécia e Portugal -, hoje consideradas paradigmáticas, do ponto de vista da transição do autoritarismo à democracia.

8. A FORMA DE REGIME DEMOCRÁTICO-REPRESENTATIVO 1973-1974

8.1. A Estrutura do Regime

I

Nesse regime a Sociedade Civil passa pelo seu terceiro momento histórico de ampliação incorporando boa parte dos agentes sociais que ainda se encontravam excluídos. Novos aparelhos societais adquirem capacidade de influenciar os centros decisórios destacando-se entre eles: os sindicatos operários rurais, as ligas agrárias de pequenos proprietários e organizações de villetes.

Além disso, ao fortalecer-se a Sociedade Civil passa a controlar o Estado, ainda que de forma não sistemática, o que impede o estabelecimento de um regime democrático estável. Esta restrição é provocada pela presença da liderança plebiscitária e pela influência dos aparelhos guerrilheiros. Apesar dessas tendências anti-democráticas, a diversificação e a descentralização do poder político atingem provavelmente seu ponto mais alto na história argentina.

Todos os mecanismos de representação estão presentes sem que nenhum deles chegue a predominar e sem que exista um princípio articulador da representação política.

O mecanismo corporativo e, em menor medida, o partidário estão parcialmente bloqueados em sua capacidade de desenvolvimento pelo mecanismo plebiscitário. Entretanto, dadas as profundas tendências democratizantes existentes na sociedade, este bloqueio favorece paradoxalmente o desenvolvimento do mecanismo assembleário, tanto ao nível dos conselhos de trabalhadores nas unidades de produção e nas administrativas (hospitais, escolas, etc.) quanto ao nível de agrupamentos de bairros. Mas devemos assinalar também a sobredeterminação democratizante exercida pelos mecanismos corporativo, partidário e, inclusive, assembleário sobre o plebiscitário. É este efeito sobredeterminante que diferencia este regime do autoritário-bonapartista-sindicalista (1947-1955) apesar de ambos se caracterizarem pela forte presença do mecanismo plebiscitário. Esta articulação conflitiva dos mecanismos de representação, opondo, de um lado, o desenvolvimento dos mecanismos partidário e corporativo - incluindo tendências significativas para a democratização do aparelho sindical - e, de ou-

tro lado, o mecanismo plebiscitário e os aparelhos guerrilheiros, faz com que a reprodução deste regime esteja ameaçada desde o início. A coexistência dos mecanismos corporativo, partidário e plebiscitário num regime democrático já torna sua reprodução difícil; se a isto acrescentamos o desenvolvimento dos aparelhos guerrilheiros de extrema esquerda e de extrema direita, tal dificuldade parece converter-se num obstáculo intransponível.

Por funcionar estreitamente vinculado ao mecanismo plebiscitário, o mecanismo cooptativo tem sua subsistência assegurada, o que não ocorreu na experiência anterior do regime democrático-representativo. O fato de vários postos chave dos aparelhos executivo, financeiro-econômico e administrativo serem preenchidos através da cooptação realizada pelo líder plebiscitário expressa essa relação estreita entre os dois mecanismos.

II

Os aparelhos executivo e parlamentar, escolhidos por sufrágio universal em eleições com liberdade de competição política, ocupam uma posição central, conquanto o executivo prevaleça sobre o Parlamento em virtude da influência do mecanismo plebiscitário sobre a maioria parlamentar situacionista. O aparelho executivo tem uma estrutura complexa que combina a rede de poder informal lopezreguista - com acesso mais direto ao centro de cisório presidencial - com os representantes dos diversos aparelhos societais, especialmente o sindical.

O aparelho judiciário dispõe de plena autonomia tanto em relação ao aparelho executivo quanto ao militar, protegendo os direitos e garantias do indivíduo perante o Estado e a liberdade de organização e expressão políticas, dentro de certos limites impostos pela presença dos aparelhos guerrilheiros.

A posição de poder relativo do aparelho militar atinge o nível mais baixo desde a fundação do Estado Nacional. Ele está sob o controle direto do executivo e do legislativo quanto à promoção das altas patentes e quanto ao preenchimento de cargos específicos em seu interior. Esta fraqueza do aparelho militar se configura em várias situações de derrota: a desistência da continuidade do regime autoritário-militar; o resultado adverso das eleições e o caráter fracamente antimilitarista da campanha eleitoral; a ampla anistia aos presos políticos pertencentes ao aparelho guerrilheiro e a grande depuração do alto comando ocorri-

das imediatamente após a instauração do novo regime.

Os aparelhos financeiro-econômico e administrativo, embora subordinados aos aparelhos executivo e parlamentar, são influenciados diretamente pelos sindicatos e pela CGE. Além disso, passam a ser fonte de absorção do desemprego, aprofundando-se assim a queda de produtividade de maquinaria estatal iniciada em 1971. Este é um importante obstáculo à tendência para a instauração de um Estado Promotor, à qual se filiam setores minoritários do aparelho executivo.

III

A aliança social predominante é constituída pela burguesia industrial local, pela classe operária e pelas camadas médias urbanas (135). A política econômica do ministro Gelbard é favorável a uma reversão do processo de transnacionalização, passando a proteger incondicionalmente a indústria nacional e o nível de consumo dos assalariados em geral. Com estes objetivos, o ministério toma medidas econômicas que contrariam os interesses e diminuem as taxas de acumulação dos conglomerados transnacionais instalados na Argentina e da burguesia agrária. Esta última é atingida pela estatização da comercialização de grãos, através da qual o Estado se apropria de excedente que destina à maquinaria estatal em expansão - embora esta não implique uma mudança de escala organizacional - e ao aumento do salário relativo, executando o da camada superior da pirâmide salarial.

De fato, é uma política econômica que incrementa a função de legitimação do Estado através de um aumento maciço do consumo, mas que obstaculiza notavelmente o cumprimento da função de acumulação estagnando os investimentos internos e externos. Exceetua-se, quanto a isto, a tentativa de vinculação com o capitalismo tecnocrático de Estado da Europa Oriental, através da promoção de investimentos de seus conglomerados estatais internacionais na Argentina sob a forma de joint-ventures com as empresas estatais ou privadas nacionais.

Entre meados de 73 e meados de 74, a Argentina passa a ser um "paraíso de consumo" e a distribuição da renda atinge o ponto mais igualitário de sua história (136). Todavia, esta conquista não se baseia num aparelho produtivo sólido e sim na utilização imediatista e irracional dos recursos econômicos.

Consideramos importante assinalar que a distribuição i

gualitária da renda não era necessariamente causadora do consumo que excedia as possibilidades do nível de produção comprometendo a reprodução futura da formação social. Ao contrário, uma política econômica alternativa, que se sintonizasse com as tendências gerais da economia mundial estando portanto disposta a se contrapor aos interesses gerados na estrutura industrial e agrária arcaica e, simultaneamente, a favorecer o nível de vida das classes subalternas, teria contado com o apoio da maioria dos agentes sociais. Assim, teria favorecido a transformação da Argentina em um centro de acumulação em escala mundial com grande poder de negociação por parte da classe operária - tanto com os conglomerados transnacionais quanto com o capital estatal - o que provavelmente teria provocado um novo salto na democratização das relações sociais de produção.

8.2. O Processo Histórico (137)

Durante o governo Cãmpora a democratização política avança significativamente. Em 25 de maio, dia em que o governo toma posse, tem lugar em Buenos Aires uma grande mobilização popular com acentuado conteúdo anti-militar. Decreta-se imediatamente uma ampla anistia; derroga-se a legislação repressiva e dissolve-se a polícia política.

Durante o período de 25 de maio a 20 de junho, o nível de democratização das relações sociais de produção atinge seu ponto mais alto na história argentina devido à vigência do mecanismo de representação assembleário. Este se desenvolve a partir de uma onda de movimentos de base com um forte componente de luta pelo controle do funcionamento do processo de trabalho. Os trabalhadores organizam-se em assembléias nos lugares de trabalho, mantendo-se relativamente independentes de seus sindicatos e tendendo a destruir o velho aparelho sindical burocratizado para substituí-lo por uma nova estrutura democratizada. O desenvolvimento dessas assembléias, que retiram o controle da posse dos capitalistas que entram em pânico, não é dirigido por nenhum aparelho político em particular, embora a Juventude Peronista e outros grupos de esquerda dele participem ativamente.

Em virtude desse acirramento da luta de classes, desenvolve-se uma disputa, no interior da heterogênea coalizão política governante, entre a Juventude Peronista, cuja bandeira de lu-

ta é "a pátria socialista", e as burocracias sindical e partidária peronistas associadas com a rede informal de poder lopezreguista, que levantam como palavra de ordem "a pátria peronista". A primeira conta com as fortes energias contestatárias existentes nas massas e com o possível apoio de Cãmpora, enquanto as segundas contam com poderosos recursos financeiros e organizacionais.

A burocracia sindical peronista e o lopezreguismo preparam um contra-ataque cuja plataforma fundamental é o retorno de Perón e sua ascensão ao governo, como forma de manter a ordem social ameaçada. Assim, organizam em pouco tempo o retorno de Perón para o dia 20 de junho. Neste dia realiza-se a maior manifestação de massas da história argentina (aproximadamente dois milhões de pessoas rodeiam o aeroporto de Ezeiza) e também o maior massacre até então, quando as colunas da Juventude Peronista são metralhadas por um aparelho guerrilheiro de extrema direita organizado pelo lopezreguismo e por alguns setores da burocracia sindical. No dia seguinte, num clima de grande confusão, Perón pronuncia um discurso de conteúdo conservador tomando abertamente o partido da burocracia sindical e da "pátria peronista".

A definição de Perón e o massacre de Ezeiza são o início do processo de involução do recém surgido regime democrático e, também, o primeiro passo em direção ao fim da Juventude Peronista.

No período entre 20 de junho e 11 de junho, Perón articula a substituição da coalizão política governante que se concretiza afinal através de um golpe palaciano cujo resultado é a renúncia de Cãmpora. O compromisso com o reforço da liderança plebiscitária expresso na campanha eleitoral através da palavra de ordem "Cãmpora no governo, Perón no poder", lançada pela própria Juventude Peronista, volta-se agora contra suas aspirações democráticas e libertárias, impedindo-a de realizar uma mobilização em apoio a Cãmpora uma vez que a queda deste último responde àquela palavra de ordem. Por outro lado, a burocracia sindical também não consegue montar uma mobilização a favor do golpe em virtude do grau de erosão de seu poder sobre a classe operária.

As classes subalternas presenciam desorientadas e marginalizadas o processo que viria a gerar posteriormente as condições para a reconstituição do poder da burocracia sindical e a acarretar o triunfo significativo do mecanismo plebiscitário sobre o assembleário e o partidário. Isto revela que o culto do chefe está mais arraigado nas massas do que os desejos democráticos

e libertários. O culto do chefe, interpretado pela Juventude Peronista e por outros atores políticos como um catalizador da consciência libertária das massas, revela agora, numa dinâmica mais profunda, seu efeito paralizante sobre elas.

A "inesperada" virada do processo político marcada pela derrocada de C&ouml;pora e, principalmente, pela postura conservadora do pröprio Perön, provoca atitudes contraditörias na Juventude Peronista: por um lado, submissöo ao chefe, por outro, radicalizaöao militarista. Esta última faz com que os Montoneros passem a exercer algum controle sobre a Juventude Peronista, levando-a a um processo de autoritarizaöao interna. Esta ambival&eacirc;ncia da Juventude Peronista expressa-se nas posiöoes contraditörias que assume diante dos acontecimentos: apöia a candidatura de Perön (apesar da imposiöao de Isabel Perön à vice-presid&eacirc;ncia feita pela camarilha lopezreguista) e apöia o assassinato do líder mâximo da burocracia sindical, intimamente vinculado a Perön, realizado pelos Montoneros no dia seguinte às eleiöoes em que Perön obt&eacirc;m 2/3 dos votos.

As eleiöoes de setembro realizam-se num clima de liberdade de expressöo e organizaöao, embora bem mais conservador do que nas de maröo. O medo comeöa a afetar a capacidade de expressöo das massas impressionadas com o massacre de Ezeiza e com o clima de trag&eacirc;dia do golpe de estado do Chile, intensamente vivido pela juventude como prenúncio de dias mais negros na Argentina.

O conservadorismo de Perön, a radicalizaöao militarista da Juventude Peronista e o medo que comeöa a se generalizar diante do recrudescimento da viol&eacirc;ncia política convergem para provocar um esvaziamento significativo do pujante movimento democrâtico de massas. à medida que a frustraöao e o desespero invadem os grupos mais ativos da Juventude Peronista, vâo ganhando foröa em seu interior as correntes autoritârias e totalitârias que apoiam a subordinaöao orgânica aos Montoneros e uma militarizaöao de sua estrutura organizacional.

Posteriormente à derrocada de C&ouml;pora, Perön comeöa a dialogar com as foröas políticas que viriam a constituir em seguida o chamado "pentâgono de poder" de seu projeto político (P. Justicialista, P. Radical, burocracia sindical, CGE e FFAA) com o objetivo de chegar a um acordo que garantisse um amplo consen-

so para um futuro programa econômico-social de governo (138).

Influenciado por esse diálogo, lança-se no fim de 1973, o Plano Trienal de Desenvolvimento (1974-76) que propõe um desenvolvimento econômico sustentado, permitindo assim modificar a posição da Argentina como centro de acumulação capitalista, e um aprofundamento da democratização social através de uma distribuição altamente igualitária da renda nacional (139). Mas a operacionalização destes objetivos torna-os contraditórios. Por um lado, o Plano Trienal encaminhava a constituição de um Estado Promotor com regime democrático através das seguintes medidas: distribuição igualitária da renda, constituição de um aparelho produtivo capitalista de estado, ataque à grande propriedade agrária e atração dos investimentos dos conglomerados estatais da Europa oriental. Mas, por outro lado, apontava para a continuidade do fechamento da economia argentina através da proteção da estrutura industrial e comercial arcaica, o que, em última instância, impediria a constituição do Estado Promotor.

No limitado período de implementação do Plano Trienal acabam prevalecendo os fatores frenadores da constituição do Estado Promotor, sustentados tanto pela força de inércia da estrutura econômica existente quanto pela ideologia isolacionista dominante na formação social. Assim, por exemplo, com o objetivo de estruturar o APCE, cria-se a Corporação de Empresas do Estado - holding diretamente inspirado no Instituto de Reconversão Industrial Italiano - que agrupa todas as empresas estatais. Mas a política implementada pela Corporação, longe de favorecer a criação de um APCE, serviu para incrementar fabulosamente a estatização de velhas empresas industriais em falência. Assim, o crescimento do setor produtivo estatal não o tornava mais consistente, mas sim mais gelatinoso.

O governo de Perón continua a política econômica iniciada por Cãmpora cujo núcleo é um aumento substancial do consumo do conjunto dos assalariados, propiciado tanto pelo crescimento do PIB, através de uma utilização intensiva da capacidade instalada, quanto por uma diminuição da taxa de lucro. Porém, no que concerne às profundas liberdades democráticas anteriormente conquistadas, a política de Perón representa uma involução: criam-se as condições para o ressurgimento da polícia política, aprova-se um lei de segurança nacional e uma lei de associações profissio-

nais que reforça a posição da burocracia no interior do aparelho sindical.

Apesar dessas medidas, a política de Perón parece tender apenas ao corte dos componentes participantes do regime democrático e, eventualmente, a uma autoritarização gradual do regime e não à sua drástica eliminação. Isto, aliás, seria muito difícil, mesmo para um líder plebiscitário de seu porte, uma vez que uma situação de diversificação e de descentralização do poder político não admite geralmente uma reversão disruptiva. No discurso de Perón é perceptível a ambivalência entre: a plena reivindicação do regime autoritário-bonapartista-sindicalista, que anteriormente presidira, e uma postura que enfatiza a necessidade de adequação à experiência histórica européia (tendo como ponto de referência o programa político da social democracia alemã). Perante esta ambivalência, os distintos setores políticos, tanto internos quanto externos ao peronismo, tentam forçar uma definição de Perón. Assim, o primeiro componente da ambivalência de Perón é defendido pela fração majoritária da burocracia sindical, pela rede lopezreguista e pelos círculos intelectuais nacionalistas-integralistas. O segundo componente é reivindicado pela maioria dos partidos políticos, por um setor minoritário do sindicalismo e pela CGE. A Juventude Peronista, embora discordando de ambos, tende a apoiar taticamente o segundo.

No decorrer do primeiro semestre de 74, a ambiguidade do projeto político de Perón parece tender a se definir pela direção social-democrática. Paralelamente produz-se um crescimento molecular dos aparelhos guerrilheiros de extrema direita e de extrema esquerda, com efeitos desestabilizadores sobre o governo. Entretanto, Perón não enfrenta diretamente este processo, confiando em sua capacidade de contê-lo na medida em que, por seu caráter de líder plebiscitário, coloca-se como árbitro final entre as forças em luta.

Em junho a conjuntura parece indicar duas alternativas políticas: a primeira aponta para a manutenção do regime democrático apesar das limitações ocasionadas pela inexistência de partidos democráticos vinculados organicamente à classe operária e pela estrutura e ideologia autoritária do aparelho sindical; a segunda tende à instauração de um regime autoritário.

A primeira alternativa se expressa através da maioria dos partidos políticos, que de alguma forma ainda são representativos, da CGE, de uma fração minoritária do aparelho sindical, da Juventude Peronista (pelo menos uma parte significativa) e, possivelmente, das FFAA. A segunda alternativa expressa-se através da fração majoritária da burocracia sindical, da rede lopezreguista e seu aparelho guerrilheiro e da guerrilha de extrema esquerda. (Obviamente esta última pretende instaurar um regime totalitário de orientação bem distinta da das outras forças). A viabilidade da alternativa democrática parece, no momento, requerer paradoxalmente a presença de Perón como elemento capaz de evitar o aprofundamento dos conflitos entre setores antagônicos, que teriam um efeito desestabilizador sobre o regime democrático. Nesse momento de indefinição morre Perón em 1º de julho.

Tão logo Isabel assume a presidência inicia-se uma rápida e intensa deterioração do regime democrático. A coalizão política governante passa a ser constituída principalmente pela rede lopezreguista e, em menor medida, pela burocracia sindical iniciando-se um processo de centralização do poder político no aparelho executivo. Paralelamente começa um sangrento processo de repressão para-policial, organizado pelo lopezreguismo e realimentado pelas ações sistematicamente violentas em que se transformaram as atividades dos Montoneros. Estes passam a controlar totalmente a Juventude Peronista que desaparece como aparelho político autônomo.

A luta frontal travada entre as frações antagônicas do peronismo provoca a paralisia do resto das forças políticas que observam o desenrolar do processo como se sua intervenção dependesse do desenlace dessa luta. Deste modo vão perdendo espaço político, o que repercutirá numa crise de relação representantes - representados no conjunto dos partidos políticos. A violência que acompanha o conflito político desde 1969 parece tender agora a paralisar os agentes sociais e a difundir altas doses de desconfiança e ceticismo quanto à possibilidade de uma ação coletiva que garantisse uma convivência democrática.

A causa imediata da queda do regime democrático é a morte de Perón, em virtude da importância de sua presença para a manutenção do mecanismo plebiscitário. Apesar de ter impedido a consolidação do mecanismo partidário como princípio articulador

da representação política e de haver anulado o mecanismo assembleário, Perón conteve dentro de certos limites as tendências totalitárias presentes na ação dos aparelhos guerrilheiros, no aparelho sindical e no próprio aparelho executivo. Assim, com a morte de Perón e uma vez definida a luta no interior do aparelho executivo a favor do lopezreguismo, está aberto o caminho para uma rápida e intensa autoritarização do regime.

O mecanismo plebiscitário que, enquanto se encarnava em Perón, não parecia implicar uma tendência definida para a eliminação da democracia, quando encarnado em Isabel Perón, passa a implicar uma tendência radicalmente antidemocrática. Isto se deve ao novo caráter que a liderança plebiscitária assume com o forte predomínio em seu interior da ideologia e do projeto político totalitários da rede lopezreguista.

Novamente, como em 1966, a classe operária, influenciada pela ideologia autoritária do aparelho sindical, não luta em defesa do regime democrático. Em seu horizonte destacam-se principalmente a defesa do nível de vida alcançado no último ano e a conservação do grau de democratização das relações sociais de produção reconquistado que, como no período entre 1945 e 1955, cerceia significativamente o controle do funcionamento do processo produtivo por parte dos capitalistas e de seus delegados. A chave de decifração simplista, que estruturou a ideologia da classe operária durante o regime autoritário-bonapartista-sindicalista, continua prevalecendo apesar dos fortes ventos democratizantes, tanto no nível político quanto no social, que favoreceram esta classe no período de 1969 a 1973. Ainda que pareça paradoxal à luz de qualquer chave de decifração socialista tradicional, não podemos deixar de assinalar uma vez mais que o arraigado autoritarismo político da classe operária é um dos fatores fundamentais que impedem a estabilização de um regime democrático.

Enfim, nesta conjuntura de 1974, continuando um processo de expansão que vinha do início da década, a ideologia política autoritária da classe operária invade setores significativos das próprias classes médias, tradicionalmente portadores de uma ideologia política liberal-democrática. Expressão disso é a ideologia ambígua que cimenta a prática da Juventude Peronista, oscilando entre a luta pela consolidação do regime democrático, com profundas reformas na estrutura econômica-social, e seu comprometimento com os aparelhos guerrilheiros e a conseqüente luta pela

instauração de um regime totalitário-stalinista.

9. A FORMA DE REGIME AUTORITÁRIO-BONAPARTISTA-SINDICALISTA 1974-1976

9.1. A Estrutura do Regime

I

Neste regime produzem-se simultaneamente um processo de reforço do poder do Estado perante a Sociedade Civil e uma crise da estrutura do Estado, que tem diminuídas sua capacidade para regular a vida econômica e sua supremacia na detenção e na utilização dos meios de violência.

A Sociedade Civil se enfraquece notavelmente no que concerne a seus aparelhos políticos não militarizados, diante dos quais o Estado se fortalece. Mas, simultaneamente, desenvolvem-se centros de poder sociais de caráter guerrilheiro diante dos quais tanto o próprio Estado quanto a Sociedade Civil stricto sensu se enfraquecem. Assim, ao mesmo tempo que os aparelhos sociais tradicionais vão sendo estatizados ou vão desaparecendo como centros de poder, os novos aparelhos sociais guerrilheiros vão se fortalecendo paulatinamente provocando um efeito de desagregação sobre o Estado.

Os partidos políticos vão deixando de ser aglutinadores dos agentes sociais e, por conseguinte, centros de poder social capazes de exercer influência sobre o Estado. Esta decadência, antes de ser um produto de um processo de submissão ao Estado, é produto do caráter violento do conflito político com suas sequelas de retraimento do conjunto dos agentes sociais. Produz-se assim um vazio de representatividade dos partidos políticos que se vão transformando em aparelhos fracos, com pouca capacidade de representação comparada com a que anteriormente tinham desenvolvido ou até, nos casos extremos, em meros rótulos sem a menor capacidade de aglutinar ou de representar.

Com a CGE, outrora todo poderosa, dá-se um processo similar ao dos partidos, embora o vazio de representatividade no interior das classes dominantes tenda a ser preenchido pelo revigoramento ou pelo surgimento de outras corporações patronais num processo que adquire importância significativa por volta do fim do regime.

Os mecanismos de representação predominantes são o plebiscitário e o cooptativo que, juntos, impregnam o partidário transformando o P. Justicialista num partido estatizado e contribuindo para o declínio dos demais partidos - e o corporativo - através do aumento do grau de estatização do aparelho sindical.

A liderança plebiscitária, personificada em Isabel Perón, tem uma lógica de expansão bem mais destruidora do que quando personificada em Perón. Isto se deve à atividade da rede lopezreguista no próprio interior da relação da liderança com uma ideologia definidamente totalitária que acarreta uma tendência exacerbada à centralização do poder no líder. Todavia, a liderança de Isabel tem uma base bem mais fraca na psicologia de massas por ter surgido como herdeira de Perón. Ou seja, a liderança de Isabel não aparece como tal pelas características intrínsecas de sua personalidade, mas enquanto lhe são atribuídos traços da personalidade de Perón. Enquanto normalmente a liderança plebiscitária requer apenas uma mediação, existem aqui duas mediações, pois o Povo projeta em Isabel seu ideal do ego enquanto ela é uma reencarnação da encarnação original deste ideal no próprio Perón.

II

O aparelho executivo ocupa uma posição de centralidade, subordinando o parlamento e o judiciário. Apesar disso, existem três lógicas de reprodução distintas e conflitivas no interior do aparelho de Estado. O aparelho executivo, encarnado na liderança plebiscitária, segue uma orientação absolutamente centralizadora e, portanto, de eliminação de qualquer centro de poder alternativo. O aparelho sindical que, por ter sido estatizado, está muito reforçado em seu poder, dispõe de gigantescos recursos financeiros e de uma numerosa burocracia profissional, tende simultaneamente a subordinar-se à direção centralizadora do executivo e a entrar em conflito com ela devido à sua relação específica com a classe operária. Finalmente, a lógica do aparelho militar assume - duas temporalidades: uma primeira, de contenção do aparelho guerrilheiro de extrema esquerda, e uma segunda, de centralização do poder político eliminando assim o poder^{do} executivo plebiscitário e do aparelho sindical.

A luta armada, que envolve os aparelhos estatais e os aparelhos guerrilheiros, produz uma grande diversificação e descentralização do controle dos meios de violência. Isto acarreta

uma certa dissolução dos aparelhos de estado na sociedade que vai se transformando assim num imenso campo de batalha, sem fronteiras delimitadas, sem casematas visíveis, sem santuários ou trincheiras protetoras. A violência política pode partir de qualquer lugar e atingir qualquer objetivo, cada cidadão se transforma numa espécie de alvo móvel de aparelhos totalitários de extrema esquerda e de extrema direita, que aparecem como materialização de microestados ao disporem de poderosos meios de violência.

III

A aliança social predominante mantém, num primeiro momento, uma continuidade com o regime democrático-representativo, especialmente pela preservação da política econômica e do Ministro Gelbard. Posteriormente essa aliança vai se dissolvendo com a decadência da função de acumulação do Estado, permanecendo apenas a classe operária parcialmente como base de apoio.

A classe operária consegue manter durante este regime o nível de democratização das relações sociais de produção conquistado anteriormente. O poder da burguesia encontra-se então fortemente limitado ao nível da unidade de produção e, além disso, suas corporações e redes informais de poder possuem uma capacidade mínima de influenciar os centros decisórios estatais. Por isso, desde o início de 75, a posição do conjunto das classes dominantes é de oposição total ao regime, embora só venha a se ativar significativamente no começo de 76. A burguesia agrária, que neste regime continua a sofrer um confisco significativo de seus excedentes, iniciado no regime democrático, coloca-se desde o início em oposição frontal ao regime. Algumas de suas redes de poder societais pretendem inclusive impelir o exército a impedir a posse de Isabel Perón.

Durante a segunda metade de 74, o nível de consumo geral da sociedade se mantém relativamente alto graças à estagnação do processo de reinvestimento e, portanto, à utilização máxima da capacidade instalada. No entanto, no segundo trimestre de 75 ele começa a cair e no terceiro trimestre dá um salto qualitativo para níveis muito baixos em comparação com a média histórica. É importante destacar que esta queda do consumo atinge de maneira relativamente igualitária o conjunto dos setores sociais, respondendo assim ao padrão igualitário de reprodução social vigente. Na segunda metade de 75, segundo algumas estimativas, a distribui

ção da renda é tão igualitária quanto nos países mais avançados no que concerne a esse indicador (Suécia e Checoslováquia) (140).

A queda do nível de consumo é provocada pela drástica queda do PIB no terceiro trimestre de 75. Esta última se deve, por um lado, a incapacidade do Estado de regular a reprodução do capital, diante dos efeitos hiperinflacionários da implementação e imediato abandono do Plano Rodrigo (141). Por outro lado deve-se ao estrangulamento da balança de pagamentos, resultado da queda das exportações e da baixa disponibilidade de créditos internacionais para a Argentina, considerada pelos banqueiros país de altíssimo risco. Assim, em março de 76, com uma inflação anual superior a 1000%, chega-se à beira da cessação dos pagamentos internacionais e à iminência de quebra generalizada do aparelho produtivo. Essa situação se expressa numa economia quase desmonetizada, baseada em grande parte na circulação do dólar como moeda de troca ou na troca direta.

Do ponto de vista da acumulação esse regime é uma aberração, visto que sua política econômica, que não favorece nenhum setor social em particular, oscila de acordo com as necessidades mais imediatas de concentração e de centralização do poder por parte da coalizão política governante. Esta chega a atuar como se fosse proprietária dos recursos do Estado e, assim, desaparecem todas as distinções entre governo e o Estado. Um exemplo claro disso é a emissão de proporções significativas de moeda, que não entram na contabilidade nacional, destinadas ao uso direto da rede lopezreguista. Também se favorece o desenvolvimento de uma lumpemburguesia especulativa, diretamente vinculada a favores corrupção estatais, que se instala em posição privilegiada para absorver excedentes no contexto da hiperinflação vigente.

9.2. O Processo Histórico (142)

Dois acontecimentos altamente reveladores da dinâmica do regime marcam o seu começo: o surgimento declarado do aparelho guerrilheiro de extrema direita Aliança Anticomunista Argentina (AAA), com o assassinato do deputado esquerdista Ortega Peña, um dos líderes da oposição que lutava contra a subordinação do Parlamento ao Executivo; e o assassinato pelos Montoneros ao ministro do Interior do governo Lanuse, Mor Roig, figura chave no processo de abertura política que precedeu as eleições de 73. Es

→ ses são os primeiros de uma onda de assassinatos de militantes e ex-militantes da Juventude Peronista e outros agrupamentos ^{praticados} _{diariamente} pelos aparelhos guerrilheiros de ambos os extremos. Abre-se um período de guerra civil subterrânea que custará milhares de vidas humanas. O conflito se irradia até abarcar o conjunto da população pois os aparelhos em luta consideram seus adversários os agentes sociais que não estão a seu favor.

O período compreendido entre julho de 74 e junho de 75 presencia uma progressiva concentração e centralização do poder político nas mãos da camarilha lopezreguista. Este processo apresenta quatro momentos fundamentais no que se refere ao controle dos aparelhos de Estado por esta camarilha. Primeiramente controlam-se os Ministérios do Interior e da Educação. Através do primeiro assegura-se o controle da Polícia Federal e permite-se a atuação totalmente impune da AAA. Através do segundo, eliminam-se as Universidades como foco de oposição ao regime e ao governo por meio de uma intervenção generalizada com depuração sistemática de seus quadros de professores e estudantes. O segundo momento dá-se em outubro quando se consegue a queda de Gelbard do Ministério da Economia. Elimina-se assim o último centro de poder alternativo no interior do próprio aparelho executivo e inicia-se o processo de controle do aparelho financeiro-econômico. Em abril de 1975 dá-se o terceiro passo ao se colocar um general aliado. Numa Laplane, no comando do exército. Numa Laplane enuncia a doutrina do "profissionalismo integrado", segundo a qual o exército deve participar, de modo relativamente amplo, apoiando os planos governamentais e não se restringir à luta contra a guerrilha. Esta doutrina se opõe à do "profissionalismo ascético", predominante na oficialidade do exército, em sua grande maioria claramente anti-peronista. Finalmente, em maio, consegue-se nomear Rodrigo, um homem da rede lopezreguista, ministro da Economia e reduzir ao máximo as veleidades autonomistas da burocracia sindical "metalúrgica" (143) que, por estar ancorada nos sindicatos mais poderosos, pretendia ter maior participação nos centros decisórios do executivo.

Em junho de 1975, Lopez Rega parece um chefe todopoderoso no momento de fundar um reinado destinado a durar mil anos. Nessa ocasião, a lógica do processo aponta na direção de uma brusca virada na política econômica, até então puramente "vegetativa", para um novo processo de acumulação cujo pilar fundamental seria

o capitalismo burocrático de estado e que se constituiria a partir do setor produtivo estatal já existente e de uma significativa estatização das grandes empresas transnacionais e locais, incluindo a propriedade agrícola bancária e comercial. Caso isto ocorresse, estariam resolvidas duas questões fundamentais para a continuidade a longo prazo da camarilha lopezreguista no controle centralizado do poder. Uma delas diz respeito à participação da classe operária numa nova aliança social que incluiria uma nova burguesia burocrática de estado. Isto seria uma fonte de legitimidade e de apoio político fundamental para um regime que provavelmente ficaria então na metade do caminho entre o autoritarismo e o totalitarismo, com maiores possibilidades de desemboçar neste último. A outra questão diz respeito à retomada da função de acumulação pelo Estado, que era fundamental para manter o nível de vida dos trabalhadores.

No entanto, é precisamente nesse momento que a camarilha lopezreguista atua em sentido totalmente contrário ao da lógica de reprodução da liderança plebiscitária da qual seu poder depende umbilicalmente. O ministro da economia começa a implementar um programa econômico que implica uma drástica queda no nível de consumo dos trabalhadores e dos assalariados em geral e, também, um drástico aumento da taxa de lucro do conjunto da classe capitalista. Assim, enquanto os salários aumentam no máximo em 50%, os preços são totalmente liberados chegando, por exemplo, os dos combustíveis, eletricidade e transporte a aumentar entre 150 e 200%.

É claro que esta alternativa era racional do ponto de vista estrito da lógica de acumulação, pois permite uma forte retomada do investimento; mas era absurda do ponto de vista da reprodução da liderança plebiscitária e da manutenção do controle sobre o aparelho sindical e a classe operária.

Em poucos dias uma onda de rebelião popular se estende pelo país. Diversas greves setoriais, que paralisam o aparelho produtivo, são dirigidas em geral pelos quadros de base do aparelho sindical ou pelos ativistas das oposições à burocracia sindical que vêm repentinamente ressurgir sua força. Este processo obriga finalmente a central sindical, para não perder totalmente sua base de apoio, a decretar uma greve geral de dois dias contra o Plano Rodrigo e a camarilha lopezreguista, embora enfatizando a lealdade para com a presidente a quem caberia instaurar

um regime plenamente sindicalista.

O alto comando do exército recusa-se a reprimir a greve e insiste na necessidade de alijar Lopez Rega do poder, mantendo o governo de Isabel até sua deterioração total ou, até mesmo, dar um golpe de estado e instaurar imediatamente uma variante militar de regime autoritário. Diante da impossibilidade para Numa Laplane de fazer com que o exército apóie o governo, Lopez Rega cai, em julho de 75, junto com o Ministro Rodrigo.

Com a mobilização triunfante das classes subalternas contra o Plano Rodrigo e a queda de Lopez Rega, começa a se vislumbrar a rearticulação da Sociedade Civil expressa em certa renovação da atividade sindical e dos partidos políticos. Produz-se um certo ressurgimento do Parlamento como centro de poder através de um reposicionamento dos partidos políticos, até então em letargia, incluindo uma ruptura de uma fração significativa do partido situacionista com a liderança de Isabel Perón. Com isso o governo perde a maioria parlamentar. A burocracia sindical também saiu duramente golpeada pelas greves espontâneas que seguiram o Rodrigazo, renascendo a partir daí uma certa atividade das oposições sindicais de base visando a democratização dos sindicatos.

A rearticulação da Sociedade Civil poderia, eventualmente, levar à instauração de um regime democrático. Contudo, essa possibilidade é anulada rapidamente por uma nova escalada do aparelho guerrilheiro de extrema esquerda que passa a uma fase de ataques sistemáticos a guarnições militares, provocando o fortalecimento da ultradireita do Exército. Com isto, a proposta da fração ultradireitista consegue o consenso das FFAA: necessidade de um golpe de estado para atacar frontalmente a guerrilha de extrema esquerda, grande parte da esquerda política e o aparelho sindical. Este último, embora debilitado, continua sendo considerado uma ameaça potencial para a posição de poder relativo das FFAA. Contudo, não se consegue um consenso quanto ao momento mais adequado para a efetivação do golpe. O problema é saber até que nível deve deteriorar-se a legitimidade de Isabel Perón, como presidente, pois, como o fantasma de 55 ainda paira sobre as FFAA, estas querem evitar a todo preço um ressurgimento ulterior da liderança plebiscitária peronista.

Por não conseguir parar o processo de autonomização das FFAA, por se encontrar sem iniciativa devido à saída de Lopez Rega da cena política, por não contar com a base de apoio do apare

lho sindical enfraquecido, o governo de Isabel Perón se enfraquece progressivamente. A classe operária, por seu lado, encontra-se desmobilizada. A quebra da velha estrutura sindical foi suficientemente profunda para reduzir em muito o poder da burocracia sindical, tanto diante da própria classe operária quanto diante do conjunto das forças políticas, mas, por outro lado, deixou obstáculos capazes de impedir a construção de uma nova estrutura. Além disso, as alternativas de esquerda democrática no interior do aparelho sindical são muito fracas. Assim, a classe operária vai se colocando numa atitude de passiva indiferença ou de paralisia quanto à continuidade do governo de Isabel Perón, embora com a sobrevivência desse governo pareça ter garantida a conquista de democratização das relações sociais de produção. A falta de perspectivas da classe operária se deve tanto à decepção no que concerne a um aumento de seu nível de vida material quanto à desagregação e à desarticulação generalizada da própria sociedade. Consideramos que este último aspecto foi fundamental para bloquear o desenvolvimento de uma ideologia política democrática na classe operária e uma concomitante democratização do aparelho social, já favorecidos pela quebra do poder da burocracia sindical. A classe operária, apesar de ter entrado em conflito com a liderança plebiscitária e com a burocracia sindical, não rompeu a fundo com a ideologia autoritária que, desde a década de 40, estruturava-a como classe.

As classes médias, mais profundamente do que a classe operária, ressentem-se com a desarticulação generalizada da sociedade. Isto as leva a se identificarem, pela primeira vez em sua história, com ideologias políticas autoritárias que propõem a instauração de um regime militar com um governo forte que imponha a ordem em todos os níveis da sociedade.

A burguesia, cuja dominação de classe vem sendo ameaçada desde 1969 e seriamente abalada desde 1973, incorpora a partir de 1975 uma ideologia política favorável a um regime autoritário-militar que se opõe à ideologia do regime autoritário-bonapartista-sindicalista por professar a restauração plena da propriedade e da posse privada dos meios de produção.

Em março de 76, apesar da obstinação de Isabel Perón em se manter no governo, impedindo assim uma pequena possibilidade de evitar o golpe e uma eventual democratização com a ascensão de Luder (presidente do Senado) à presidência, o golpe de es

tado aparece como a alternativa mais razoável para a maioria dos agentes sociais. Afinal, em 24 de março o golpe se efetiva sem encontrar a menor oposição e com isso se inicia um novo ciclo da história argentina.

A nosso ver, uma das causas fundamentais da queda do regime autoritário-bonapartista-sindicalista é o desaparecimento quase total da função de acumulação e da função de legitimação do Estado, processado durante o período. A crise do próprio Estado, começada no final do regime autoritário-militar-tecnocrático e parcialmente interrompida no regime democrático-representativo, aprofunda-se nesse regime tanto no que concerne ao seu caráter de Estado capitalista produtor e reproduzidor de assimetrias, quanto no que se refere a seu caráter de Estado Nacional produtor e reproduzidor de identidades igualitárias e coesivador dos agentes sociais. Assim, a perda da função de acumulação do Estado não se deve, como se concluiria a partir de outras experiências históricas, a um incremento em sua função de legitimação; ambas as funções se perdem como tributo à necessidade de reprodução de uma liderança plebiscitária que conta com uma base frágil na psicologia de massas. Quanto maior a submissão que o Estado pretende impor à sociedade, através de todo tipo de medidas de controle sobre os agentes sociais e sobre os aparelhos sociais, menor é a sua capacidade de manter em vigor as funções mínimas que precisa desenvolver para se reproduzir enquanto Estado. Por outro lado, quando se pretendeu retomar a função de acumulação do Estado através do Plano Rodrigo - violaram-se as regras básicas de reprodução do mecanismo plebiscitário e, assim, perdeu-se o pouco que restava da função de legitimação.

Outra causa fundamental da queda do regime é a presença crescente de um aparelho guerrilheiro de extrema esquerda que, apesar de seu isolamento progressivo em relação à população, consegue, através de uma estrutura organizacional e uma aparelhagem sofisticadas, pôr em risco a reprodução do aparelho militar. As FFAA reagem defensivamente num primeiro momento, tendendo a autonomizar-se do aparelho executivo com o objetivo específico de combater a guerrilha. Isto, por princípio, mina os pilares de um regime autoritário-bonapartista-sindicalista, que requer uma estrita subordinação das FFAA ao executivo. Num segundo momento, o aparelho militar orienta-se para uma conduta ofensiva de contro-

le do aparelho executivo, não só para acabar com a guerrilha como também para, de acordo com novas hierarquias, reordenar a sociedade atingida pelos efeitos desestruturantes da contestação social sobre as próprias bases nas quais se assentam as relações estáveis de dominação política.

NOTAS DO CAPÍTULO VI

1. A respeito das lutas democráticas desenvolvidas na primeira década do século ver Puiggrós: Pueblo y Oligarquía e El Yrigoyenismo; e del Mazo: El Radicalismo.
2. Informações sobre o regime liberal oligárquico encontram-se Puiggrós: El Yrigoyenismo; e Peña: Sarmiento, Alberdi, el 90.
3. Ver a este respeito Puiggrós: El Yrigoyenismo e La Democracia fraudulenta.
4. Ver a este respeito Puiggrós: La Democracia Fraudulenta.
5. Para o tratamento do problema do sistema partidário ver o excelente trabalho de Círia: Partidos y Poder en la Argentina Moderna: 1930-1946.
6. A SRA (Sociedade Rural Argentina) agrupa os fazendeiros invernadores; a CARBAP agrupa os fazendeiros criadores e a UIA agrupa a burguesia industrial.
7. Ver a este respeito Marotta: El Movimiento Sindical Argentino, vol. 3
8. Ver a este respeito Murmis e Portantiero: Estudios sobre los Orígenes del Peronismo, cap. 1 Ver também os interessantes comentários críticos de Llach. Este autor sustenta que a posição hegemônica no seio da aliança é ocupada pela burguesia oligopólica internacional e não pela burguesia agrária capitalizada.
9. Ver a este respeito Belloni: Del Anarquismo al Peronismo; e Plá: "El Movimiento Obrero en la Década del 30".
10. Ver a este respeito Puiggrós: La Democracia Fraudulenta.
11. Idem.
12. Durante este regime sucedem-se os seguintes governos: Uriburu, 1930-1932; Justo, 1932-1938; Ortiz, 1938-1940; Castillo, 1940-1943.
13. Ver a este respeito Navarro Gerassi: Los Nacionalistas.
14. A coalizão política governante passa, a partir desse momento, a ser formada pelo P. Radical, a SRA e a Bolsa de Comércio.
15. Ver a este respeito Baily: Labor, nationalism and politics in Argentina, e Belloni: op.cit.
16. Ver a este respeito Potash: The Army and Politics in Argentina, 1928-1945: Yrigoyen to Peron.
17. Sobre a deterioração dos partidos políticos na década de 30 ver Círia: op.cit.
18. Ver a este respeito Ramos: Revolución y Contrarevolución en Argentina.
19. Esta problemática é tratada a partir de perspectivas bem dis-

tintas por Fayt: La Naturaleza del Peronismo; Ramos: op.cit.; Hernandez Arregui: La Formacion de la Conciencia Nacional.

20. Ver a este respeito Potash: op.cit.
21. O trabalho de Peña: "El gobierno bonapartista de los estancieros y del imperialismo inglés" é interessante a este respeito, embora a nosso ver enfatize excessivamente a influência da burguesia oligopolica inglesa e não detecte os deslocamentos produzidos na política econômica a favor da burguesia industrial local.
22. Informações a este respeito encontram-se em Esteban: Imperialismo y Desarrollo Económico; Baily: op.cit.; e Puiggros: El Peronismo.
23. Ver a este respeito Esteban: Op.-cit.; e Murmis e Portantiero: Op.cit.
24. Embora não existia nenhum estudo sobre este problema, parece haver um certo consenso entre os cientistas políticos quanto ao começo da distribuição de renda no interior das classes subalternas. Ver a este respeito Ramos: op.cit.
25. Durante este regime sucedem-se os seguintes governos: Ramirez, junho de 1943 a fevereiro de 1944; Farrell-Perón, fevereiro de 1944 a agosto de 1945.
26. Ver a este respeito Potash: op.cit.
27. Ver a este respeito Ramos: op.cit.
28. A ideologia da elite peronista é tratada numa perspectiva crítica por Romero: El Desarrollo de las Ideas en la Sociedad Argentina del Siglo XX; e Fayt: op.cit. e numa perspectiva pró-peronista por Hernandez Arregui: op.cit.
29. Ver a este respeito Baily: op.cit.
30. Ver a este respeito Baily: op.cit.; e Potash: op.cit.
31. Sobre a disponibilidade de setores operários para a criação de vínculos de lealdade com Perón, ver Fayt: op.cit.; e Germani: op.cit. Estes autores dão relevância demagógica da política de Perón. Sobre a disponibilidade num sentido inverso, ou seja, no de um vazio de representação que é preenchido por Peron de acordo com os interesses da classe operária, ver Ramos: op.cit.; e Hernandez Arregui: op.cit.
32. Informações que apontam nesta direção encontram-se em Baily: op.cit.; e Luna: El 45.
33. A literatura pró-peronista mais relevante é constituída por Puiggros: El Peronismo; Ramos: op.cit.; e Hernandez Arregui: op.cit.; e a antiperonista por Fayt: op.cit.
34. Informações detalhadas a este respeito podem ser obtidas em Luna: op.cit.

35. É importante destacar que a ciência política, influenciada por uma chave de decifração simplista no que se refere à diferenciação dos sexos, recorta seu universo de análise excluindo praticamente os agentes sociais femininos. Esse modo de pensar o político contribui para a reprodução de relações de dominação dos homens sobre as mulheres. Ver a este respeito o interessante trabalho de Mathieu: "Notes pour une définition sociologique des catégories de sexe".
36. Ver a este respeito Luna: op.cit.; Murmis e Portantiero: op.cit.; e Baily: op.cit.
37. Idem.
38. Informações a este respeito encontram-se em Luna: op.cit.
39. Ver a este respeito Orsolini: Ejército Argentino y Crecimiento nacional.
40. Esta hipótese, embora demasiado forte, é a que consideramos razoável a partir da leitura de uma quantidade significativa de material jornalístico, assim como de alguns testemunhos de operários e empresários que participaram dessa experiência histórica.
41. Ver a este respeito Esteban: op.cit.; e Ferrer: op.cit.
42. Durante este regime sucedem os seguintes governos: Farrell-Perón, agosto-outubro de 1945; Farrell-Avalos: outubro de 1945; Farrell, outubro de 1945 a maio de 1946, Perón, junho-dezembro de 1946.
43. Abundante informação a este respeito encontra-se em Luna: op.cit.; e Ciria: op.cit.
44. A primeira afirmação pertence a todos os autores que se filiam ao pensamento peronista, enquanto a segunda pertence aos setores que apoiaram a "União Democrática" a partir de posições esquerdistas (P.Socialista, P. Comunista, Federação Universitária Argentina).
45. Ver a este respeito Luna: op.cit.; e Potash: op.cit.
46. Ver a este respeito Perelman: Cómo hicimos el 17 de Octubre; Luna: op.cit.; e Reyes: Yo hice el 17 de Octubre.
47. Ver a este respeito Potash: op.cit.; e Luna: Op.cit.
48. Um indicador claro desta ativação aparece mesmo numa leitura superficial dos principais jornais da época.
49. Ver a este respeito Barria: op.cit.; e Del Mazzo: op.cit.
50. Sobre o processo de dissolução do PT, ver Baily: op.cit.; Reyes: op.cit.; e a excelente interpretação de Murmis e Portantiero: op.cit.
51. Ver a este respeito as análises de Baily: op.cit.; e de Iscaro: Origen y Desarrollo del Movimiento Sindical Argentino.
52. Ver Baily: op.cit.
53. Ver a este respeito Goldwert: Democracy, Militarism and Nationalism in Argentina.

54. Ver a este respeito Baily: op.cit.
55. Doyon: "Conflitos operários durante o regime peronista(1946-1955)".
56. Uma excelente análise do processo sueco encontra-se em Sthurmtal: La Tragedia del Movimiento Obrero.
57. Sobre a posição dos sindicatos como centros de poder neste período ver Carri: Sindicato y Poder en Argentina; e Rotondaro: Realidad y Cambio del Sindicalismo Argentino.
58. Ver a este respeito Baily: op.cit.
59. Algumas informações significativas sobre estes procedimentos burocráticos, embora altamente tendenciosas por seu antiperonismo, encontram-se em: Comisión Nacional de Investigaciones: El Libro Negro de la Segunda Tirania; e Rabinovitz: Sucedió en la Argentina.
60. Ver a este respeito Ferrer: op.cit.; e Cafiero: Cinco años después.
61. Uma boa sugestão a este respeito é feita por Mainwaring: The State And Society: Peronism in Crisis, 1952-1955.
62. Ver a este respeito Mainwaring: op.cit.
63. Durante este regime sucedem-se os seguintes governos: Perón-Evita (o primeiro governo Perón), (1947-1951), e o Segundo Governo Perón, 1952-1955.
64. Ver a este respeito Baily: op.cit.
65. Ver a este respeito Cerrutti Costa: El Sindicalismo; e Rotondaro: op.cit.
66. É evidente que a ausência deste direito não aparecia como tal para a classe operária informada pela ideologia autoritária do aparelho sindical.
67. Este último ponto é um dos mais irritantes para a oposição minoritária que termina por se retirar da Assembléia constituinte.
68. Nas eleições presidenciais de 1951 existe um significativo aumento da vantagem peronista sobre a oposição no eleitorado feminino.
69. Ver a este respeito Ferrer: op.cit.; Diaz Alejandro: op.cit.; e Di Tella e Zymmelman: Las Etapas del Desarrollo Economico Argentino.
70. Ver a este respeito Goldwert: op.cit.
71. A repressão da conspiração militar é feita através de métodos drásticos que não haviam sido empregados anteriormente no interior do aparelho militar: torturas e longas penas de prisão. Uma parte importante dos oficiais encarcerados nesta ocasião formará, a partir de 1955, a nova elite do exército.

72. O partido oficialista realiza um controle generalizado de quase todos os meios de comunicação de massa. Os recursos do Estado e do aparelho sindical são diretamente utilizados para a propaganda oficialista. Além disso, alguns líderes da posição encontram-se exilados após a fracassada conspiração militar.
73. Ver a este respeito Goldwert: op. cit.
74. Ver a este respeito Marsal: Perón y la Iglesia.
75. Ver a este respeito Ferrer: op.cit.; Mallon e Sourrouille: La Política Económica en una Sociedad Conflictiva.
76. Durante o próprio governo de Perón esta política chegou a atrair investimentos em bens de consumo duráveis e não em em bens de produção. A proposta da California Gulf de investir na área petrolífera é uma exceção que finalmente provocou uma aguda oposição no Congresso e em setores militares.
77. Ver a este respeito Carril: op.cit.
78. Informação sobre o posicionamento das forças sociais na conjuntura de 55 encontram-se em Ramos: Op.cit.; Pan: La Agonía del Regimen de Junio a Septiembre; Strasser: Las Izquierdas en el Proceso Político Argentino; e Godio: La Caída de Perón.
79. É interessante observar a modificação da imagem que a maioria dos militares tinham de Perón. Em 1944 Perón era considerado um líder quase indiscutível que levará a Nação a uma posição de poder na arena mundial; em 1955 passou a ser visto como causa de todas as crises vividas pela Argentina, por ter-se entregado a uma demagogia desenfreada que implicava deixar de lado os interesses do aparelho militar e do Estado-Nação.
80. Ver a este respeito Ramos: op.cit.
81. Informação detalhada a este respeito pode ser obtida em Carril: Crónica Interna de la Revolución Libertadora.
82. Esta explicação é típica do conjunto dos grupos trotskistas e das dissidências do PC posteriores a 1955. Ver a este respeito Strasser: op.cit.
83. Esta polêmica sobre o que teria acontecido se Perón não se tivesse retirado pacificamente do governo em 1955 foi muito relevante na Argentina desse ano em diante, predominando no seio da esquerda a idéia de que a permanência e o enfrentamento do golpe por parte de Perón teriam levado à instauração de um sistema socialista.
84. Possivelmente esta diferenciação tão nítida entre a ideologia social e a ideologia política da classe operária é de difícil aceitação tanto para quem não está familiarizado com o processo político argentino quanto para quem não está influenciado pela crítica anti-autoritária realizada pelo pensamento político ocidental na última década.

85. Ver a este respeito Galletti: La Política y los Partidos.
86. Ver a este respeito Niosi: Los Empresarios y el Estado en Argentina.
87. Ver a este respeito Carri: op.cit.; Rotondaro: op.cit.; e Senen Gonzalez: El Sindicalismo Después de Perón.
88. Os componentes programáticos são claramente predominantes apenas nos partidos menores: P. Socialista, P. Democrata Cristiano, P. Comunista.
89. Ver a este respeito Di Tella: El Sistema Político Argentino y la Clase Obrera; e Kvaternik: "¿ Fórmula o fórmulas? Algo más sobre nuestro sistema de partido!"
90. Especialmente durante o período de 1956 a 58 houve um ataque persistente no discurso oficial ao nível do aparelhamento alcançado pelo Estado no regime anterior.
91. Ver a este respeito Gerchunoff e Llach: "Capitalismo Industrial desarrollo asociado y distribución del ingreso entre los dos gobiernos peronistas: 1950-1972".
92. Ver a este respeito Diaz Alejandro: op.cit.; Ferrer: op.cit.; e Niosi: op.cit.
93. Ver a este respeito Mallon e Sourrouille: op.cit.
94. Embora não existam estudos precisos a respeito da relação entre os salários da classe operária e os da classe média, tem de existir um consenso intuitivo a respeito deste deslocamento entre os cientistas sociais, que se baseiam tanto no apoio das classes médias ao regime como no discurso explícito enunciado pelo Estado.
95. Durante este regime sucedem-se os seguintes governos: Lonardi, setembro a novembro de 1955; Aramburu, 1955-1958; Frondizi-UCRI, maio a dezembro de 1958; Frondizi-corporações patronais, 1959-1962; Guido-militares colorados, abril a setembro de 1962; Guido-militares azules, setembro de 1962 - outubro 1963.
96. A respeito das frações no interior do exército, ver Goldwert: op.cit.
97. A palavra de ordem desta fração é: "Nem vencedores nem vencidos".
98. Ver a este respeito Ramos: op.cit. Inclusive, em junho de 1956, produz-se um levante de civis e militares que é reprimido com o fusilamento de vários civis e militares reformados.
99. Embora o peronismo esteja proscrito, é permitida sua prédica favorável ao voto em branco.
100. Isto se deve ao forte predomínio na Assembléia de uma ideologia anti-estatista, o que se explica, em grande medida, pela reação das classes médias ao Estado forte vigente até 1955.

101. O Presidente Aramburu encabeça a fração favorável à ascensão de Frondizi e o Vice-Presidente, almirante Rojas, a fração contrária.
102. Ver a este respeito Carri: op.cit.
103. Isto dará a Frondizi sua fama de "maquavélico", capaz de realizar qualquer política para manter-se no poder.
104. Ver a este respeito Rotondaro: op.cit.; e Zorrilla: Estrutura y Dinámica del Sindicalismo.
105. Ver a este respeito Goldwert: op.cit.
106. Ver a este respeito Ferrer: Los Planes de Estabilización en Argentina.
107. Devido à proscricção das figuras fundamentais vinculadas ao peronismo, as eleições realizam-se num clima de apatia e com uma porcentagem significativa de votos em branco (20%).
108. Ver a este respeito Goldwert: op.cit.
109. Ver a este respeito O'Donnell: Modernización y Autoritarismo; e Di Tella: "La Búsqueda de la fórmula política argentina".
110. O governo Illia começou a ser popularmente chamado de "tartaruga", imagem que era estimulada por certos meios de comunicação que propugnavam a derrocada do regime.
111. Ver a este respeito Ferrer: op.cit.; e Sigaut: Acerca de la Distribución y Niveles de Ingreso en Argentina, 1950-1972.
112. Neste sentido a política é altamente favorável à reprodução e ao crescimento das estruturas produtivas ineficientes.
113. Durante este regime existe um só governo: Illia. Nossas reflexões a partir deste tópico baseiam-se em grande medida na leitura sistemática dos principais jornais argentinos. Para este período: La Nación e Clarín.
114. Informações sobre os membros do governo Illia encontram-se em Niosi: op.cit.
115. Ver a este respeito Carri: op.cit.
116. Ver a este respeito Goldwert: op.cit.; e Fayt, El Político Armado.
117. Ver a este respeito Goldwert: op.cit.; Rotondaro: op.cit.; e Zorrilla: op.cit.
118. Os líderes da UCRP tinham claro que a possibilidade de continuidade do regime e do governo estava intimamente ligada à constituição de um partido vinculado à classe operária que contribuisse para a destruição da liderança de Perón. Por esta razão intervieram abertamente na luta interna do peronismo nas eleições de Mendoza, em abril de 1966, apoiando o candidato da fração vanderista.

119. Ver a este respeito a revista Confirmado (vinculada ao comando do exército) do primeiro semestre de 1966; O'Donnell: "Modernización y golpes militares: Teórica, Comparaciones y el Caso Argentino; e Fayt: El Político Armado.
120. Sobre as relações entre a tecnocracia civil e militar ver O'Donnell: Modernización y Autoritarismo.
121. Ver a este respeito Correa: Los Jerarcas Sindicales; e Roton-daro: op.cit.
122. Ver a este respeito Floria e outros: El Regimen Militar; e Fayt: op.cit.
123. Durante este regime sucedem-se os seguintes governos: Onganía, junho a dezembro de 1966; Onganía-Krieger, dezembro de 1966 a junho de 1969; Onganía-declinante, junho de 1969 a junho de 1970; Levingston, julho de 1970 a março de 1971; Lanuse, março de 1971 a maio de 1973. A informação básica que inspira nos a reflexão sobre este regime provém dos jornais: La Nación, La Opinión, Clarín e da revista Primera Plana.
124. Ver a este respeito Carril: op.cit.
125. Ver a este respeito Braun: "Desarrollo del capital monopolista en Argentina"; Cepeda: Crisis de una Burguesía Dependiente. Balance Económico de la Revolución Argentina. 1966-1971; e Pablo: Política Antinflacionaria en la Argentina. 1967-1970.
126. Ver a este respeito Pablo: op.cit.; Delgado: Informe sobre la Desnacionalización de la Industria Argentina.
127. Um estudo ^{mucho} muito importante, por ter rompido com a concepção anteriormente vigente, que assinalava a existência de uma queda generalizada do salário operário, é o de Gerchunoff e Llach: op.cit.
128. Sobre o Cordobazo e a dinâmica posterior do processo sócio-político em Córdoba, ver Murmis e outros: Lucha de Calles, Lucha de Clases. Córdoba 1971-1969.
129. Esta hipótese é sugerida por Portantiero: op.cit.
130. Ver a este respeito Floria e outros: op.cit.
131. Este acontecimento comoveu profundamente a sociedade argentina, iniciando-se uma polémica, ainda hoje aberta, sobre o possível conluio entre os dois extremos para a sua realização.
132. Ver a este respeito Guglielmelli: Los 100 días en el Gobierno.
133. Ver a este respeito a revista Dinamis (publicada pelo sindicato de Eletricidade) que, durante os anos de 1970 e 1971, publica vários artigos numa orientação semelhante à do Plano Guglielmelli.
134. Desse modo, a residência de Perón em Madrid vai se transformando em um dos lugares privilegiados do processamento da política argentina.

135. Ver a este respeito Braun: El Programa Económico del Gobierno Popular.
136. Ver a este respeito o Anuario del Cronista Comercial - 1974.
137. Durante este regime sucedem-se os seguintes governos: Cámpora, maio a junho de 1973; Lastiri, julho a outubro de 1973; e Perón, outubro de 1973 a junho de 1974. A informação básica que inspira nossa reflexão sobre este regime provém dos jornais: La Opinión, La Nación, El Cronista Comercial, da revista Cuestionario e de vários semanários políticos existentes na época.
138. Ver a este respeito Terragno: Los 400 días de Perón; e Ciria: "Peronism, Yesterday and Today".
139. Ver Presidencia de la Nación: Plan Trienal de Desarrollo.
140. Ver a este respeito o Anuario del Cronista Comercial - 1975.
141. O Plano do Ministro da Economia Rodrigo começou a ser implementado no início de junho e foi abandonado no início de julho de 1975.
142. Durante este regime sucedem-se os seguintes governos: Isabel Perón Raga, julho de 1974 - julho de 1975; e Isabel Perón-declinante, julho de 1975 a março de 1976. As informações que alimentaram nossa reflexão sobre este regime encontram-se nos jornais: La Opinión, La Nación e El Cronista Comercial e nas revistas: Cuestionario e Carta Política.
143. Chamamos burocracia metalúrgica a pertencente não só ao sindicato metalúrgico como também a outros sindicatos que giram em sua órbita como, por exemplo, a dos mecânicos.

CAPÍTULO VII

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO BRASILEIRO

Neste capítulo faremos algumas considerações sumárias sobre a problemática do Estado e do regime político no Brasil e estabereceremos algumas comparações com o caso argentino. Nosso intuito é apenas o de indicar algumas pistas quanto à possível pertinência da utilização de nossa conceituação no caso brasileiro, sem a pretensão de sermos rigorosos nem muito menos exaustivos. A ordem seguida na exposição é a mesma utilizada para o caso argentino.

1. Acumulação, relações entre as classes e capitalismo autoritário

Durante o período do capitalismo agrário-exportador o Brasil, ao contrário da Argentina, é uma periferia típica produtora de excedentes que são apropriados pelos países centrais, seja através da repatriação de lucros de capitais estrangeiros investidos na formação social, seja através do intercâmbio desigual (1).

Tampouco se produz no Brasil, durante a etapa do capitalismo agrário-exportador, a formação de um mercado interno unificado, como ocorreu na Argentina. As diversas oligarquias regionais e locais, por se encontrarem relativamente isoladas umas das outras, não chegam a constituir uma classe dominante nacional (2). As classes subalternas também não são constituídas como tais em escala nacional. O corte regional é, então, fundamental para diferenciar tanto as frações das classes dominantes quanto as das classes subalternas.

Os investimentos de capital estrangeiro são bem menos importantes no Brasil, que ocupa uma posição secundária como área de investimento do capitalismo oligopólico inglês. A onda de investimentos norteamericanos na década de 20 adquire, ao contrário, a mesma importância no Brasil e na Argentina, embora no primeiro adquiriram uma relevância especial pois tais investimentos provocam o deslocamento relativo para a esfera de influência norteamericana. (3)

Em 1930, distintamente da Argentina, o Brasil é uma

sociedade muito desarticulada e fragmentada regionalmente, com características marcadamente elitistas no que se refere às lutas sócio-políticas. Todo o conflito-negociação política gira em torno das distintas frações das classes dominantes sem quase nenhuma presença das classes subalternas (4).

No que concerne à produção de bens de produção, o Brasil se encontra um passo à frente da Argentina desde o início do século. Enquanto no Brasil a indústria siderúrgica, que era reduzida na década de 30, sofre uma brusca expansão com a construção de Volta Redonda na década de 40, a Argentina conta, na década de 30, com as primeiras e pequenas siderúrgicas e a SOMISA, equivalente a Volta Redonda, só aparece na década de 50. As mesmas vantagens para o Brasil encontramos também na indústria de máquinas-ferramentas. Estas diferenças podem ser explicadas pela maior necessidade que o Brasil sempre teve de produzir, em seu processo de industrialização, uma proporção significativa de bens de produção em virtude do valor limitado, até a década de 50, de suas exportações agrárias em comparação com as da Argentina.

Na década de 60 o Brasil entra plenamente na etapa do capitalismo conglomerado-transnacional estatal. Nesta etapa os eixos do processo de acumulação são os conglomerados transnacionais e os estatais que constituem o aparelho produtivo de estado, estando este último vinculado organicamente à constituição e ao desenvolvimento do Estado Promotor. Na segunda metade da década de 60 produz-se a terceira grande onda de investimentos estrangeiros no Brasil, o que até agora não ocorreu na Argentina (5).

A forma específica que o Brasil assume na etapa de acumulação transnacional-estatal, nas décadas de 60 e 70, é marcada pela existência de oferta ilimitada de força de trabalho. Isto permite, por um lado, altas taxas de lucro e super-exploração extensiva e intensiva da força de trabalho operária, e, por outro lado, a constituição de uma camada importante de classe média dependente que obtém ordenados elevados e que serve como uma espécie de colchão amortecedor entre a super-acumulação capitalista e a super-exploração operária (6).

Essas camadas médias (técnicos universitários, técnicos especializados, quadros médios na estrutura hierárquica da unidade de produção, profissionais etc.) obtêm salários iguais ou su-

periores aos das categorias similares nos países de maior renda per capita do mundo; contudo, contrariamente ao que ocorre nestes últimos, seu nível de consumo é muitas vezes maior do que o da classe operária (7). Este é um dos aspectos que caracterizam o Brasil como fronteira de expansão do capitalismo mundial. Na década de 70, ele é um dos poucos países que não presencia o fenômeno de profissionais e técnicos universitários desocupados.

Uma característica constante do desenvolvimento do capitalismo no Brasil é a presença predominante de operários de primeira geração (8). Em sua grande maioria, estes são analfabetos e tendem a ser socializados em primeiro lugar pela imagem e pelo som e não pela escrita. A sequência de sistemas de comunicações seguida em geral, nos países avançados do Ocidente e, em particular, na Argentina não foi seguida no Brasil no que se refere à socialização da classe operária. Esta sequência inicia-se com o sistema pré-gutenbergiano, baseado na comunicação cara a cara, tem seu segundo momento no sistema gutenbergiano, baseado na alfabetização de massas e na escrita como meio de comunicação fundamental, e seu terceiro momento corresponde ao sistema pós-gutenbergiano baseado na imagem e no som. O Brasil passou quase diretamente do universo pré-gutenbergiano, predominante até a década de 50, ao universo pós-gutenbergiano na década de 60 através da implantação maciça dos rádios transistores, da televisão e dos aparelhos de som musical. Assim, a classe operária contemporânea, ainda que de primeira geração, encontra-se diante de complexas estruturas organizacionais no próprio nível da unidade de produção. A empresa funciona como aparelho ideológico, utilizando em grande escala os recursos proporcionados pelos meios pós-gutenbergianos. Assim, a classe operária brasileira encontra-se em situação de desvantagens, em relação à sua similar argentina que viveu um processo diferente, para enfrentar a empresa-organização, pois carece de um universo ideológico próprio e, especialmente, de uma ideologia social própria. Este universo ideológico operário só pode se constituir a partir da memória histórica de sua diferenciação como ator social e político e isto só ocorre quando predominam os operários de segunda-geração.

Durante todo o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, desde sua fase agrário-exportadora até a fase atual, transna

cional-estatal, as relações sociais de produção são de caráter autoritário (9). A herança escravista é um dos elementos fundamentais da explicação do caráter autoritário do capitalismo brasileiro. A escravidão não foi abolida através de um processo de lutas sociais profundas capazes de golpear não só os senhores escravistas como também a própria idéia de escravidão e o consequente reflexo escravocrata internalizados nos agentes sociais. Ao contrário, ela foi abolida através de um processo pacífico no qual os senhores outorgaram a liberdade sem maiores resistências, visto que a escravidão já não se adequava à reprodução da formação social. Do começo do século XX até a década de 60, a classe operária brasileira, presente no centro-sul do país, encontra-se tanto temporal quanto espacialmente próxima do trabalho forçado. Temporalmente pelo peso da herança escravista e especialmente por ser uma ilha de trabalhadores livres num continente de trabalhadores forçados, em particular até a década de 50.

No começo da década de 60 iniciou-se um processo de questionamento das relações sociais de produção autoritárias. Isto foi considerado pelas classes dominantes uma ameaça séria, visto que, poderia implicar uma passagem do capitalismo autoritário ao capitalismo democrático. O regime autoritário-militar imposto em 1964 teve como um de seus objetivos fundamentais frear esse processo de democratização das relações sociais de produção.

Hoje, pela primeira vez na história brasileira, existem condições para, a médio prazo, passar-se ao capitalismo democrático, visto que se foram atenuando ou desaparecendo as condições básicas que geravam a reprodução das relações autoritárias: fim da oferta ilimitada de força de trabalho; existência de um importante contingente operário de segunda-geração que releva a significação de organização sindical autônoma-independente da empresa e do Estado; desaparecimento quase total do trabalho forçado, à medida que as relações de produção capitalistas penetraram na quase totalidade da formação social. A modificação das relações sociais de produção tem como adversários o conjunto da burguesia e também a camada da classe média que a burguesia associou a seu mecanismo de dominação social, tanto no que concerne à participação na partilha da mais-valia quanto no que concerne à posição de "autoridade" na sociedade. Na classe média, esta posição de "autoridade" inclui reflexos escravocratas na relação com os subordinados imediatos seja nos lugares de trabalho, seja na

servidão doméstica.

2. A constituição e a expansão dos aparelhos de Estado

O Estado nacional brasileiro (Império) é um Estado pré-capitalista que se instala numa formação social onde predominam maciçamente as relações de produção não-capitalistas. Sua única determinação capitalista provém de sua articulação com a economia mundial. Seu caráter de elemento de um sistema internacional de Estados-Nações predominantemente capitalista, principalmente sua relação com a Inglaterra, confere ao Estado imperial brasileiro algumas características secundárias próprias de um Estado capitalista. As determinações não capitalistas do Estado brasileiro são: a fusão da propriedade e do poder político a nível local, o caráter patrimonial da burocracia central, o predomínio das forças armadas locais, que constituíam a guarda nacional, sobre o fraco exército (10).

Não obstante sua fraqueza enquanto centro de poder político efetivo, o Estado imperial cumpriu uma importante função ao manter a unidade territorial-populacional herdada da colônia numa unidade política nacional, ao contrário do que ocorreu com o velho império espanhol. A mediação entre os diversos interesses regionais, realizada pela instituição imperial e pela burocracia central, foi suficientemente eficaz para manter uma unidade política mínima entre os diversos países potenciais. A permanência do Brasil como um único estado-nação não correspondia a nenhuma necessidade histórica. Ao contrário, levando-se em conta as características de sua estrutura econômica-social, esta era a probabilidade mais fraca. Durante o século XIX a burocracia central imperial foi a encarnação histórica do estado-nação. O caráter pré-capitalista deste Estado colocava por sua vez, um limite intrínseco à eficácia desse Estado como centro de poder político. A burocracia central patrimonialista tem um caráter contraditório visto que, enquanto estamento burocrático central, favorecia a consolidação do estado-nação, mas, enquanto estamento patrimonialista, obstaculizava a penetração das relações de produção capitalistas que eram a única base firme para a consolidação da existência do Estado nacional brasileiro, evitando a longo prazo seu desmembramento.

O aparelho militar brasileiro, distintamente do argen-

tina, era muito fraco no período anterior a 1930, uma vez que não se podia constituir como exército profissional com um sistema de recrutamento maciço e de promoção por mérito e contava com escassos recursos orçamentários (11). Sua fraqueza deve-se em parte ao fracionamento regional que, ao impedir uma efetiva consolidação do Estado nacional e ao manter poderosas forças públicas estaduais, impedia também o desenvolvimento das FFAA enquanto principal centro militar da sociedade.

A ideologia das classes dominantes brasileiras, distintamente das argentinas, foi geralmente antimilitarista (12). Por exemplo, no Estado Gendarme um general argentino pertencia à elite do poder, o que não sucedia com um general brasileiro. A própria simbologia básica da nação é bem distinta dado que as figuras fundamentais da etapa de fundação do Estado argentino pertencem ao aparelho militar e isto ficou gravado nos hinos e insígnias, enquanto na fundação do Estado nacional imperial brasileiro as FFAA estão longe de terem tido uma atuação destacada. A principal figura do exército argentino, San Martín, é consensualmente considerado o fundador da nacionalidade, enquanto a principal figura do exército brasileiro, o Duque de Caxias, não ocupa lugar importante entre os fundadores da nação brasileira.

Durante as décadas de 30 e 40, o Exército brasileiro deu um salto em sua estrutura organizacional, adquirindo um caráter profissional definido: promoção por mérito, participação na guerra mundial, fundação da Escola Superior de Guerra (13).

Desde o início da década de 50 o Exército brasileiro divide-se em duas frações: a nacionalista-isolacionista é partidária da autonomia do Brasil na arena política mundial através da negociação e da chantagem às grandes potências; a outra, nacionalista-interdependentista, também é partidária de uma posição forte no Brasil na arena mundial, mas através da estreita interdependência com os EEUU (14). Contrariamente à grande maioria da literatura política brasileira, que classifica as duas frações respectivamente como nacionalista e entreguista, pensamos que ambas são nacionalistas e partidárias do poderio do Estado-Nação. As diferenças fundamentais entre elas são suas concepções quanto à via de industrialização a ser adotada e quanto à política de alianças internacionais a ser desenvolvida. Inclusive, olhando retrospectivamente a partir de hoje, quando vigora no mundo o padrão de acumulação transnacional-estatal, é possível que a se-

gunda fração tivesse concepções mais "precisas e corretas" no que concerne a uma perspectiva militar de potenciação do Estado-Nação brasileiro na arena política mundial.

3. A forma de Estado Regulador: 1930 - 1964

O Estado regulador brasileiro foi se aparelhando de forma mais lenta e gradual do que o argentino, mas também de modo mais segura no que concerne à promoção do desenvolvimento industrial. De fato, a cada vez que se alcançava um novo patamar na função de acumulação industrial, este se consolidava sem reversões (15).

Uma razão importante para a maior eficácia do Estado regulador brasileiro é a fraqueza da classe operária. Tal fraqueza possibilitava que não fosse necessário impor um alto confisco cambial à burguesia agrário-exportadora, pois a transferência de excedentes só tinha por objetivo a acumulação da burguesia industrial e não visava elevar o salário relativo da classe operária. O padrão da luta de classes brasileiro - altamente assimétrico entre classes dominantes e classes subalternas e de negociação no interior das classes dominantes - tornava possível e sem maiores conflitos uma política de regulação do capital no sentido da acumulação industrial (16).

Um elemento importante de aparelhamento do Estado regulador brasileiro, com o qual não contou seu similar argentino, é a chamada administração paralela, constituída pelos grupos técnicos na década de 30 e pelos grupos executivos e de trabalho na década de 50 (17).

No começo da década de 60, a dinâmica de luta de classes e a nova fase da acumulação capitalista mundial dificultavam enormemente a continuidade ascendente do Estado regulador. Ele entrou então em rápido declínio, tanto em sua capacidade de regular a reprodução do capital quanto em seu grau de aparelhamento e de eficiência da maquinaria. Após 30 anos de desenvolvimento contínuo, o Estado regulador chegou pela primeira vez a uma crise que tinha causas tanto conjunturais - luta de classes - quanto estruturais - novo padrão de acumulação. O declínio do Estado regulador foi tão rápido quanto a instauração do novo Estado Promotor.

4. A forma de Estado Promotor 1964-

Como a passagem do Estado Regulador ao Promotor coincidiu com uma mudança de forma de regime, existe um obstáculo para a diferenciação dos dois processos. Embora fosse bastante difícil que se passasse ao Estado Promotor mantendo o regime liberal, devido às características assumidas pela luta de classes, o contrário, ou seja, a continuidade do estado regulador sob um regime autoritário, era bem provável. Para que não se realizassem as reformas institucionais fundamentais para a instauração do Estado Promotor, teria bastado que a fração dominante no Exército tivesse sido menos audaz em suas concepções políticas e se restringisse a negociações com os velhos partidos clientelísticos e com os representantes diretos da burguesia local agrária e industrial. É claro que em qualquer das duas situações - regime autoritário com continuidade do Estado Regulador e regime autoritário com Estado Promotor - a posição da classe operária perante a burguesia seria muito desfavorável. Para os interesses da classe operária teria sido mais conveniente a continuidade do regime liberal-democrático ou a eventual instauração de um regime democrático, com ou sem a instauração do Estado Promotor.

Um elemento importante que favoreceu a instauração do Estado Promotor foi a ideologia do grupo de oficiais castelistas, (explicitada no livro de Golbery) com seus dois componentes fundamentais: máxima interdependência com o capitalismo ocidental e, nesse contexto, grande desenvolvimento do Estado-Nação brasileiro (18).

O elemento fundamental para a passagem ao aparelho produtivo capitalista de estado é o estabelecimento de condições institucionais que permitam que ele opere como unidade econômica capitalista. Isto implica, necessariamente, a concorrência entre o APCE e o capital privado, mas não que o primeiro fique fora do controle da Sociedade Civil e da classe operária em particular. Ao contrário, numa forma de regime democrático, o APCE pode ser controlado tanto pela classe operária nele inserida como pela Sociedade Civil em geral, que podem atenuar a propriedade econômica dos meios de produção pela burguesia tecnocrática de estado sem a eliminar totalmente como fração de classe. Assim como a existência de um regime democrático e de relações sociais de produção democráticas atenuam a propriedade econômica da classe ca-

pitalista privada sem a eliminar como tal.

O ministro Campos tomou as medidas necessárias para que as empresas estatais passassem a operar como empresas capitalistas: estabeleceu-se a "verdade" tarifária e, com isso, os preços dos produtos produzidos por elas deixaram de levar em conta tanto a necessidade de acumulação subsidiada do capital privado como o nível de consumo dos assalariados; induziu-se a elevação do grau de produtividade do trabalho das empresas estatais através de mecanismos tributários e de mecanismos institucionais que as agilizavam notavelmente e aumentavam sua autonomia em relação ao aparelho financeiro-econômico; e estimulou-se sua expansão e sua conglomeração tomando como parâmetro as unidades econômicas predominantes na nova etapa da acumulação mundial. Estes não eram objetivos explícitos do ministro Campos, nem posteriormente de Delfim Neto, mas decorriam necessariamente do objetivo explícito de "sanear o Estado", de eliminar o setor produtivo estatal como área de drenagem de recursos orçamentários. A ideologia de instauração do APCE brasileiro foi privatista, mas independentemente da ideologia explícita que informa sua constituição, ele responde às necessidades colocadas pela etapa atual do capitalismo (19).

Como a maioria dos Estados capitalistas contemporâneos, o Estado promotor brasileiro encontra-se numa crise fiscal permanentemente devido à necessidade de extrair mais recursos da sociedade, para fazer frente a suas funções de acumulação e de legitimação, e à resistência que este incremento provoca no conjunto dos agentes sociais (20). Como a maioria da população assalariada encontra-se no limite de sua capacidade de tributar, só parece possível avançar na direção do aumento do imposto sobre o capital. Embora isto tenha encontrado até o presente momento fortes resistências, é possível se realizar sem abalar muito a sociedade visto que, até agora, o Estado brasileiro vem desenvolvendo fundamentalmente sua função de acumulação, deixando quase de lado sua função de legitimação. Por isto parece estar na ordem do dia uma mudança de ênfase no sentido de desenvolver a função de legitimação sem a qual seu caráter de Estado nacional, centro de coesão da formação social, poderá entrar em perigo. O Estado brasileiro está então diante da possibilidade de modificar qualitativamente sua intervenção em áreas básicas para a reprodução da força de trabalho - saúde, saneamento básico, habitação popular, transpor

te público urbano - e, assim, aumentar sua capacidade de legitimar-se enquanto Estado nacional, provocando um crescimento dos recursos estatais nas áreas mais "normais", isto é, aquelas cuja expansão foi mais comum nos Estados capitalistas avançados.

5. A forma de regime autoritário-bonapartista-tenentista 1930-1933

Durante o regime autoritário-bonapartista-tenentista, o Estado se fortalece passando a controlar a Sociedade Civil. Esta, ao mesmo tempo que se enfraquece, amplia-se chegando a incluir pela primeira vez as classes médias urbanas e a burguesia industrial local. O fortalecimento do Estado se dá em dois planos: centralização do poder no aparelho executivo federal, em detrimento dos estaduais, e controle dos Estados federal e estadual sobre os aparelhos societais, que constituíam a hiper restringida Sociedade Civil, e também sobre os que dela não faziam parte por não terem capacidade de influir sobre os centros decisórios, como os sindicatos de assalariados (21).

O mecanismo de representação predominante é o cooptativo uma vez que Vargas, como centro do aparelho executivo, designa os representantes dos distintos setores, fazendo um jogo de mediação entre interesses bem mais amplos do que os que exerciam influência sobre o centro decisório do regime-ultraoligárquico anterior (República Velha) (22).

O regime autoritário-bonapartista-tenentista não tem condições para se manter e reproduzir visto que vai perdendo sua base social de origem - oligarquias regionais dissidentes, classe média paulista e o PDP - sem substituí-la por uma nova.

As oligarquias regionais dissidentes voltam-se rapidamente contra os tenentes logo que fica claro que o projeto sócio-político destes últimos opõe-se a seus interesses por propor reformas sociais e a centralização do poder político no Estado federal. O PDP, que se associa aos tenentes na oposição ao velho regime liberal-ultraoligárquico e compartilha em certa medida suas propostas de reforma social, vai se separando deles à medida que percebe a incompatibilidade entre a ideologia política aubritária por eles professada e sua própria visão-pluralista da vida política.

A estratégia política dos tenentes fracassa em dois níveis fundamentais nos quais poderiam ter acumulado forças para

sua consolidação no poder e uma eventual reprodução ampliada do regime. Em primeiro lugar, não mobilizaram de maneira efetiva as classes subalternas urbanas que eram sua base de apoio "natural" em virtude de sua proposta de reforma social. Isto se deve, em grande medida, à insuficiente avaliação que fizeram da importância dessa mobilização por estarem imbuídos de uma concepção autoritária-antipartido da política. Em segundo lugar, não tiveram uma estratégia agressiva de controle do aparelho militar que os transformasse na nova cúpula do Exército, dando-lhes então a possibilidade de pôr este aparelho a serviço de seu projeto de reforma social e de desenvolver simultaneamente os interesses substantivos particulares da categoria social militar (23).

Outro fator fundamental para a queda do regime é a própria personalidade de Vargas, bem mais disposto a manter-se como presidente mediando diversos interesses regionais e sociais do que a levar adiante um projeto de reformas sociais de certa profundidade. A política de Vargas era ambígua: anti-status quo enquanto ele encarnava a centralização do poder político no executivo federal, em detrimento dos estaduais; conservadora, enquanto ele não personificava uma ideologia de reforma social de certa profundidade como a proposta pela ala radical dos tenentes(24).

6. A forma de regime liberal-oligárquico 1934-1935

Este regime se distingue substancialmente do liberal-ultraoligárquico pela ampliação da base eleitoral e da liberdade de concorrência política. Entretanto, a faixa da população que pertence à categoria Povo continua sendo muito restrita: apenas as classes subalternas urbanas e, ainda assim, de maneira parcial, enquanto a grande maioria da população ainda permanece no estatuto de Marginais (25).

Este regime distingue-se do liberal-oligárquico argentino (1930-1943) tanto por ser mais restritivo devido à grande massa de Marginais, quanto pela posição mais forte do Estado brasileiro em relação à Sociedade Civil.

Neste regime a Sociedade Civil passa a controlar parcialmente o Estado. O fortalecimento da Sociedade Civil expressa-se no surgimento de um sistema partidário clientelístico pela primeira vez na história brasileira já que no regime liberal-ultraoligárquico existiam apenas partidos proto-clientelísticos-clubes

de notáveis. Além disso, aparecem matizes programáticos no sistema partidário que se expressam fundamentalmente no P. Comunista e no Integralismo (26).

Os mecanismos de representação política predominantes são o clientelístico e o cooptativo. O primeiro se vincula ao caráter liberal-oligárquico do regime. O segundo, ao fraco controle que a Sociedade Civil exerce sobre o Estado.

O regime, essencialmente oligárquico, reage repressivamente diante do desenvolvimento do mecanismo partidário expresso na ANL e no P. Comunista. O crescimento de cada um destes últimos reflete o desenvolvimento contraditório de tendências democráticas e tendências autoritárias. Até julho de 1935 predominam as primeiras, mas a partir daí, a reação repressiva do regime garante o predomínio as tendências autoritárias. Isto leva ao levante de novembro que, por sua vez, provoca o fim do regime. Outro fator fundamental para a queda do regime liberal-oligárquico e o avanço dos regimes totalitários e autoritários na Europa com o conseqüente declínio das ideologias políticas democráticas e liberal. Como o autoritarismo aparecia como a fórmula viável para sair da crise econômica mundial e como o desenvolvimento de tendências democráticas, sociais e políticas, ameaçavam a continuidade do capitalismo autoritário no Brasil, as classes dominantes dão uma pronta resposta favorável a um regime político autoritário.

7. A forma de regime autoritário-bonapartista 1935-1945

Gradualmente o Estado vai controlando a Sociedade Civil até chegar ao controle absoluto com a instauração do "Estado Novo" em 1937. Os aparelhos societários são dissolvidos (partidos políticos) ou estatizados (corporações patronais, profissionais e sindicatos). Com isto a atividade política se desloca para o interior do próprio Estado no qual o presidente Vargas ocupa uma posição de forte concentração de poder, provavelmente a mais forte da história do Brasil (27).

Neste regime combinam-se uma centralização de poder político ao nível do executivo federal, em detrimento dos executivos estaduais, com uma forte concentração do poder local nas mãos dos coronéis. Se não fosse por esta restrição à centralização do poder político, impedindo que o poder do executivo federal chegas

se até as comunidades locais, estaríamos na presença de um regime de características mais totalitárias do que autoritárias.

O mecanismo cooptativo opera como princípio articulador da representação política, tendendo a constituir-se em princípio único de representação. Apesar disso, a liderança plebiscitária começa a se constituir de forma gradual e descontínua, por iniciativa absoluta do aparelho de Estado, através da manipulação simbólica da figura de Vargas que aparece, para o conjunto dos agentes sociais, como a encarnação da unidade nacional e, para as classes subalternas urbanas, como seu "protetor".

O processo decisório, como é próprio de um regime autoritário-bonapartista, mantém-se sempre sobredeterminado pelos desejos e vontade de Vargas, apesar da aparência de racionalidade que frequentemente assume graças à intervenção dos grupos técnicos (28).

Durante os anos de 1937 e 1938 processa-se uma luta entre dois projetos alternativos: por um lado, o do aparelho militar, partidário do regime autoritário-bonapartista e da industrialização, embora sem alterações significativas na estrutura social; por outro lado, o do aparelho integralista, partidário da instauração de um regime totalitário-fascista ou, pelo menos, de um regime autoritário-bonapartista-mobilizador. Com o integralismo temos a possibilidade de instauração de um regime totalitário num país onde a produção agrária predomina sobre a industrial e a grande maioria da população vive no campo, fenômeno sem precedentes na história dos regimes totalitários-fascistas. Derrotado o integralismo, bloqueia-se a primeira possibilidade efetiva de instauração de um regime totalitário na América Latina.

A queda do regime autoritário-bonapartista deve-se à mudança substancial produzida na arena política mundial em 1945, tornando relativamente inviável a continuidade de regimes não baseados em mecanismos eleitorais. Na medida em que o aparelho militar brasileiro, ao lutar na guerra mundial, vincula-se estreitamente ao norteamericano, as pressões da embaixada norte-americana, no sentido da liberalização, encontram muita receptividade no interior do próprio estado. Adequando-se às novas circunstâncias, a própria elite encabeçada por Vargas se dispõe a terminar com o regime autoritário. Como a crise deste regime não é produto de uma luta sedimentante da Sociedade Civil, é ao Estado que cabe a iniciativa da mudança de regime.

O mecanismo cooptativo, apesar de ceder como princípio

articulador da representação, deixa uma marca fundamental na constituição do aparelho sindical e dos partidos políticos. Com efeito, durante o regime liberal-ampliado-populista, os partidos, as corporações e os sindicatos estarão fortemente vinculados ao Estado e, assim, os mecanismos corporativo e clientelístico estarão permeados pelo cooptativo.

8. A forma de regime liberal-ampliado-populista 1945-1962

A Sociedade Civil passa a controlar parcialmente o Estado e, depois de ampliar-se significativamente no período 1945-1947, sofre, neste último ano, uma brusca restrição da qual só começa a se recuperar a partir do início da década de 50.

Nos dois primeiros anos do regime, o aparelho sindical se autonomiza significativamente em relação ao Estado. Esse processo é posteriormente cortado e revertido, passando-se a uma estrutura sindical semi-estatizada na qual os sindicatos dependem umbilicalmente do Ministério do Trabalho (29). Já as corporações patronais e profissionais se autonomizam em relação ao Estado, modificando substancialmente sua posição em comparação com o regime anterior. Uma parte importante dos partidos políticos - PSD, PTB, PSP - cria-se a partir do aparelho de Estado, tendo, portanto, um caráter semi-estatizado; enquanto uma parte minoritária e leitoralmente - UDN, PC, PSB - surge ou ressurge de maneira relativamente independente do Estado (30).

Neste regime os mecanismos de representação clientelístico, cooptativo, plebiscitário, corporativo e partidário coexistem sem que nenhum deles se transforme em princípio articulador. O mecanismo clientelístico ocupa a posição mais importante, sendo também significativos o cooptativo e o plebiscitário, enquanto o corporativo e o partidário ocupam uma posição definitivamente secundária.

O mecanismo clientelístico se concretiza na maioria dos partidos políticos, com exceção do PSB e do PCB. A célula deste mecanismo se desloca do coronel - predominante durante os regimes liberal-oligárquico e liberal-ultraoligárquico - para o "político clientelístico profissional" que, em geral, não está diretamente vinculado ao sistema produtivo.

O mecanismo plebiscitário personifica-se em vários líderes: Vargas, Adhemar de Barros, Quadros, Lacerda e, em menor me

dida, Goulart e Kubitscheck. Vargas, até sua morte, encarna o mecanismo plebiscitário com uma força infinitamente superior à dos demais. A liderança plebiscitária de Vargas, radicalmente distinta da de Perón, articula-se com o mecanismo cooptativo na relação com os sindicatos, sem a menor presença do mecanismo corporativo e, por isso, a posição das classes subalternas perante o líder é extremamente passiva. Perón, ao contrário, precisa lutar permanentemente para impor a lógica do mecanismo plebiscitário contra a presença redíviva do mecanismo corporativo (31).

Durante a segunda metade da década de 50, produz-se uma certa expansão dos aparelhos societais vinculados às classes subalternas: alguns sindicatos são controlados pelo PCB; desenvolvem-se organizações estudantis contestatárias nucleadas na UNE; inicia-se a sindicalização camponesa. Após o breve interregno de agosto de 60 e agosto de 61, quando se produz uma forte expansão da liderança plebiscitária de Quadros, o movimento das classes subalternas atua na transformação do regime liberal-ampliado em um regime liberal-democrático (32).

Durante todo o regime liberal-ampliado, grande parte das classes subalternas, especialmente as agrárias, quantitativamente majoritárias, permanecem na categoria de Marginais, apesar do aumento significativo da proporção da população com direito a voto realizado de 1945 a 1960 (33).

9. A forma de regime liberal-democrático-populista 1963-1964.

Nesta forma de regime a Sociedade Civil amplia-se, até incluir aparelhos vinculados à classe operária urbana com capacidade de influência sobre os centros decisórios, e se fortalece na medida em que se societalizam aparelhos anteriormente semi-estatizados como os sindicatos e alguns partidos políticos (34). Assim, diminui o poder relativo do Estado perante a Sociedade Civil.

Durante este regime os mecanismos plebiscitário, clientelístico e cooptativo lutam contra o partidário e o corporativo. No que se refere ao mecanismo partidário, o PTB adquire características que o aproximam de um partido programático; os demais partidos só o fazem em menor medida porque precisam se adequar a uma nova dinâmica da luta política (35). O mecanismo corporativo materializa-se na autonomização dos sindicatos perante

o Estado. A luta entre os mecanismos é sobredeterminada pela luta de classes que, pela primeira vez na história do Brasil, apresenta-se relativamente aguda e em escala nacional. A luta se dá entre o conjunto das classes dominantes e grande parte das camadas médias, por um lado, e o conjunto da classe operária e algumas frações das classes subalternas agrárias, por outro lado. Os efeitos imediatos desta luta se referem mais ao questionamento das relações ideológicas autoritárias do que ao aumento do salário operário.

Em 1963 existem três propostas básicas de transformação da sociedade brasileira: uma reformista limitada, encabeçada por Goulart, que tende a conciliar com o sistema de dominação estabelecido; outra reformista profunda, encabeçada por Arraes, que abarca toda uma camada da esquerda e se propõe a uma longa guerra de posições no caminho para uma sociedade socialista; e a terceira, encabeçada por Brizola, com forte peso do movimento estudantil, acreditando na iminência de uma revolução radical do tipo da cubana. As organizações de esquerda estão, em geral, permeadas por doses significativas de autoritarismo político. Apesar disso, as propostas da primeira e da segunda correntes poderiam conviver com um regime democrático, dependendo da dinâmica específica do processo. A proposta da terceira corrente, ao contrário, está vinculada à instauração de um regime autoritário-mobilizador ou, eventualmente, totalitário-stalinista. Esta corrente orienta-se pela idéia da instauração da ditadura do proletariado e pelo desprezo por um eventual regime democrático, considerado decisivamente marcado por seu conteúdo de classe burguês.

No começo de 1964 o questionamento das relações sociais de produção autoritárias generaliza-se nas cidades e, em menor medida, no campo. O governo Goulart parece perder o controle da situação e avança no exército a tendência golpista em detrimento da profissionalista. A primeira se fortalece com as rebeliões no interior do exército, que questionam a hierarquia e põem em perigo a própria sobrevivência do aparelho militar.

Esta onda de contestação social que percorre o Brasil no começo de 64 não é uma rebelião organizada, sedimentada e metabolizada num longo processo histórico de organização alternativa de uma parte da Sociedade Civil e do Povo para controlar plena e democraticamente o Estado. É, pelo contrário, uma rebelião disruptiva, inorgânica, que gira quase num vazio organizacional, apesar da extensão já alcançada, e que não tem, portanto, condi-

ções mínimas para enfrentar um aparelho militar coeso e disposto à repressão. Contudo, a situação poderia ter sido distinta caso se tivesse aprofundado o questionamento das hierarquias militares pois, assim, não restaria nenhum aparelho organizado em nível nacional. O país teria caído, então, em alguma variante de guerra civil, com diferenças regionais devido a suas dimensões continentais. Esta possibilidade foi claramente vislumbrada pelo alto comando do exército. Este, apesar de ser composto majoritariamente pela corrente profissionalista, graças à habilidade de Goulart em manejar processo de promoção militar nos últimos anos, decidiu que era inevitável realizar um golpe de estado antes que se produzisse a desagregação do exército e a desarticulação generalizada da sociedade.

10. A forma de regime autoritário-militar-tecnocrático 1964-

Neste regime o Estado passa a controlar a Sociedade Civil através da semi-estatização de grande parte de seus aparelhos. Além disso, a Sociedade Civil se restringe porque esta semi-estatização afeta mais diretamente os aparelhos sindicais do que as corporações patronais; os partidos políticos vinculados organicamente às classes subalternas (proscritos e drasticamente reprimidos) do que os partidos vinculados às classes dominantes (tolerados enquanto legitimadores "liberais" de um regime autoritário).

Ao mesmo tempo que a Sociedade Civil se enfraquece e se restringe, produz-se uma notável ampliação do Povo. O regime tende, assim, a homogeneizar a situação política das classes subalternas, urbanas e rurais, igualando-as no direito de voto, ao mesmo tempo que restringe a liberdade de expressão e de organização para o conjunto delas (pelo menos até 1977). Esta passagem dos Marginais à categoria de Povo está vinculada à necessidade de desenvolver a identidade nacional: questão vital para o aparelho militar que visa exercer uma efetiva soberania territorial e populacional, que recubra os limites jurídicos do estado-nação. Assim, embora se acentue a desigualdade do desenvolvimento econômico e social entre as diversas regiões, é sob o regime autoritário-militar que se produz pela primeira vez uma efetiva integração nacional. Isto se deve ao desenvolvimento de uma identidade nacional generalizada e ao estabelecimento das condições para um desenvolvimento em escala nacional dos diversos aparelhos políticos e

cietais. Trata-se então do desenvolvimento do par Estado-Povo em detrimento da Sociedade Civil e dos Marginais. Isto é típico das conjunturas decisivas para a construção do Estado-Nação sob regimes autoritários ou totalitários, como ocorreu nas duas últimas décadas em alguns países do "Terceiro Mundo", Irã, Egito, Iraque, Síria, Líbia e Nigéria, embora nestes casos o patamar de integração nacional fosse bem menor.

A ampliação do Povo terá efeitos importantes sobre a futura dinâmica do processo político brasileiro caso se aprofunde a crise do regime autoritário. E, assim, poderá se rearticular uma Sociedade Civil significativamente mais ampla do que foi sua constante histórica, rompendo eventualmente com o padrão elitista de desenvolvimento político.

O mecanismo de representação predominante no regime autoritário-militar é o cooptativo, expresso pela ocupação dos centros decisórios do Estado por personalidades designadas pelo aparelho executivo, sem nenhum controle externo ao Estado. (36) O aparelho executivo, por sua vez, encontra-se sob o controle, variável segundo os governos, do aparelho militar.

Os partidos políticos subsistem apenas sob a forma de um sistema bipartidário criado pelo Estado, como um de seus mecanismos de legitimação. Assim, o mecanismo clientelístico - maciçamente predominante mesmo no partido da oposição - subordina-se ao cooptativo.

Os aparelhos administrativos e financeiro-econômico, apesar de se encontrarem sob o controle direto do executivo, tendem, por seu nível de aparelhamento financeiro-organizacional e pela tradição histórica estamentalista da burocracia estatal, a uma fragmentação-setorialização interna com o desenvolvimento de múltiplos lugares de decisão relativamente autonomizados que respondem a lógicas setorializadas, às vezes conflitivas entre si. Isto contribui para o desenvolvimento de interesses substantivos particulares das tecnocracias dos aparelhos administrativos e financeiro-econômico, o que se explica, em última instância, tanto pelo crescimento rápido, intenso e, por vezes, caótico do aparelho estatal quanto pela ausência de controle por parte da Sociedade Civil-Povo (37). Assim, o aparelho executivo é o único que tem controle sobre as tecnocracias. Este controle, apesar de ser formalmente alto, não é suficientemente efetivo visto que

num regime autoritário não existe um sistema de controle generalizado das práticas sociais, como num regime totalitário.

A lógica de setorialização e o desenvolvimento de interesses substantivos particulares das tecnocracias administrativa e financeiro-econômica estão intrinsecamente vinculados. Por isso, a maquinaria estatal adquire uma razoável produtividade. Contudo, em vez de estar, ao menos parcialmente, a serviço dos interesses gerais da comunidade - como sucederia no caso de um regime democrático - tende a estar diretamente a serviço daqueles interesses particulares e dos interesses das frações das classes dominantes caso estas estejam intimamente enlaçadas com as tecnocracias.

Sob o regime autoritário, os conglomerados transnacionais se expandem no Brasil transformando-o, assim, em fronteira do capitalismo mundial por razões bem mais complexas do que as assinaladas na literatura marxista economicista. A elevada taxa de exploração da força de trabalho tem uma importância relevante mas não essencial. Ainda que as condições de superexploração da força de trabalho fossem outras, o Brasil não deixaria de ser uma fronteira de expansão das transnacionais pois: é um país de dimensões continentais com uma fabulosa riqueza em recursos naturais renováveis e não renováveis; tem uma população suficientemente numerosa para se transformar a médio prazo num mercado capaz de justificar por suas próprias dimensões, as economias de escala necessárias para produzir a maioria dos produtos de consumo maciço; e é uma economia aberta e integrada à economia mundial (36). Além desses fatores, não estritamente políticos, favoráveis à expansão das transnacionais, existem os fatores políticos vinculados à vigência de um regime autoritário estável: a classe operária encontra-se relativamente amordaçada em sua capacidade de reivindicar e permite-se que as transnacionais se expandam com grande destruição do ecossistema. Caso o regime autoritário desapareça, as transnacionais poderão conviver tanto com um regime liberal quanto com um regime democrático desde que exista uma certa estabilidade política, ou seja, regras de jogo relativamente precisas para seus investimentos.

Em 1978 encontramos: um novo movimento sindical na região centro-sul, que implica uma societalização do aparelho sindical; uma crescente ativação política opositora que, por enquanto, tende a se nuclear no MDB mas já se insinua na perspectiva de

construção de partidos programáticos; e uma perda generalizada de legitimidade do regime autoritário-militar. Isto leva o governo Geisel a propor reformas constitucionais que, caso se efetivem, podem implicar uma passagem para um regime liberal. Tal regime podrá corresponder ao subtipo liberal-militar caso parte importante do processo decisório continue nas mãos do aparelho militar, mesmo que os aparelhos parlamentar e judiciário recuperem sua autonomia como centros de poder. Ou, o que é menos provável, podrá corresponder ao subtipo liberal-democrático, caso se dê uma retirada das FFAA para posições relativamente secundárias no interior do aparelho estatal. Assim, o parlamento poderá se transformar num centro decisório quase tão importante quanto o executivo e se generalizará tanto a liberdade de expressão e organização políticas quanto a societalização do aparelho sindical e das corporações patronais. Além disso, estarão criadas condições favoráveis para o desenvolvimento de um sistema partidário com características programáticas.

NOTAS DO CAPÍTULO VII

1. Ver a este respeito Furtado: Formação Econômica do Brasil.
2. Ver a este respeito Brandão Lopez: Desenvolvimento e Mudança Social; e L. Martins: Pouvoir et Développement Economique.
3. Ver a este respeito Caio Prado: História econômica do Brasil.
4. Ver a este respeito L. Martins: op.cit.; e Fausto: A Revolução de 30.
5. Ver a este respeito Tavares: Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.
6. Ver a este respeito Bresser Pereira: Estado e Subdesenvolvimento Industrializado; e Singer: O Milagre Brasileiro: Causas e consequências.
7. Ver a este respeito Bacha: Os Mitos de uma Década, Ensaios de Economia Brasileira.
8. Ver a este respeito Rodriguez: Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil.
9. Ver a este respeito Velho: Capitalismo Autoritário e Campesinato.
10. Ver a este respeito Faoro: Os Donos do Poder.
11. Ver a este respeito Campos Coelho: Em Busca da Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira.
12. Ver a este respeito Faoro: op.cit.
13. Ver a este respeito Campos Coelho: op.cit.
14. Ver a este respeito C. Coelho: op.cit.; e Oliveira: As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969).
15. Ver a este respeito Bresser Pereira: Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-1967; L. Martins: op.cit.; e Ianni: Estado e Planejamento Econômico no Brasil e Lessa: Quinze anos de Política Econômica.
16. Ver a este respeito L. Martins; op.cit.
17. Ver a este respeito Benavidez: O Governo Kubitscheck; e L. Martins; op.cit.
18. Ver a este respeito Couto e Silva: Geopolítica do Brasil; e Fiechter: O Regime Modernizador do Brasil. 1964-1972.
19. Ver a este respeito Abranches: "Empresa estatal e capitalismo: uma análise comparada". Embora este autor não utilize o concei

to de APCE, sua análise do aparelho produtivo do Estado brasileiro é compatível com nossa conceituação.

20. Ver a este respeito Afonso e Souza: O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil.
21. Ver a este respeito L. Martins: op.cit.; e Fausto: op.cit.
22. Ver a este respeito L. Martins: op.cit.; e Faoro: op.cit.
23. Ver a este respeito Campos Coelho: op.cit.
24. Ver a este respeito L. Martins: op.cit.
25. Ver a este respeito L. Martins: op.cit.
26. Ver a este respeito Basbaum: História Sincera da República
27. Ver a este respeito L. Martins: op.cit.
28. Ver a este respeito L. Martins: op.cit., em especial os casos da siderurgia e do petróleo.
29. Ver a este respeito Weffort: Sindicatos e Política; e Werneck Vianna: Liberalismo e Sindicato no Brasil.
30. Ver a este respeito Campelo: Estado e Sistema Partidário no Brasil 1945-1964; e Soares: Sociedade e Política no Brasil.
31. Ver a este respeito as comparações numa linha similar à nossa realizadas por Weffort: op.cit.
32. Ver a este respeito os estudos detalhados de Erickson: Labor in the Political Process in Brazil: Corporatism in a Modernizing Nation; e Weffort: op.cit.
33. Ver a este respeito Soares: op.cit.
34. Ver a este respeito Erickson: op.cit.; e Skidmore: Brasil: de Getúlio a Castelo.
35. Ver a este respeito Campelo: op.cit.; e Skidmore: op.cit.
36. A especificidade do mecanismo cooptativo neste regime foi muito bem captada por Cardoso através de sua noção de anéis burocráticos. Ver Cardoso: Autoritarismo e Democratização. Ver também Schmitter: Interest Conflict and Political Change in Brazil. Sobre as características gerais do regime autoritário, ver Lafer: O Sistema Político Brasileiro; Schmitter: "The 'Portugalization' of Brazil"; e Linz: "The Future of an Authoritarian Situation or de Institutionalization of an Authoritarian Regime: The case of Brazil".
37. Ver a este respeito C.E. Martins: Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil; e Abranches: Governo, Empresa Estatal e Política Siderúrgica no Brasil.
38. Ver a este respeito Tavares: op.cit.; e Cardoso de Mello: O Capitalismo Tardio.

BIBLIOGRAFIA

- Abranches, S. "Empresa Estatal e Capitalismo: Uma Análise Comparada". In: Martins, C.E. (org.). Estado e Capitalismo no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1977.
- Abranches, S. Governo, Empresa Estatal e Política Siderúrgica no Brasil. Mimeo, FINEP, 1977.
- Academia de Ciencias de la URSS. Manual de Economía Política. Mexico, Grijalbo, 1964.
- Afonso, C & Souza, H. O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- Althusser, L. Ideología y Aparatos Ideológicos del Estado. Buenos Aires, Nueva Visión, 1973.
- Altvater, E. "Remarques sur quelques Problèmes posés par l'Intervencionisme Étatique". In: Vicent, J.M. (Comp). L'Etat Contemporain et le Marxisme. Paris, Maspero, 1975.
- Amin S. Le Développement Inégal. Paris, Les Editions Minuit, 1973.
- Anderson, P. Linages of the Absolutist State. London, NLB, 1974.
- Anuario del Cronista Comercial de 1974. Buenos Aires, 1974.
- Areces, N. "La dictadura de Gomez". Historia de América en el Siglo XX, Buenos Aires, CEDAL, 1971.
- Bacha, E. Os Mitos de uma Década, Ensaios de Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- Badia, G. Historia de Alemania Contemporánea. Buenos Aires, Futuro, 1965.
- Baily, S.L. Labor, Nationalism and Politics in Argentina. Rutgers Univ. Press, 1957.
- Baran, P. & Sweezy, P. El Capital Monopolista. México, Siglo XXI, 1968.
- Barky, S. Workers Militancy and its consequences. Cambridge, Harvard University Press, 1976.
- Barner, R. Muller, R. Global Reach-The Power of the Multinational Corporations. New York, Simon and Schuster, 1974.
- Belloni, A. Del Anarquismo al Peronismo. Buenos Aires, Peña Lillo, 1969.
- Betran, P. El Papel Político y Social de las Fuerzas Armadas en América Latina. Caracas, Monte Avila Editores, 1970.

- Bendix, R. Estado Nacional y Ciudadania. Buenos Aires, Amorrortu, 1973.
- Benevides, M.V. O Governo Kubitscheck. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- Bettelheim, C. Cálculo Económico y Formas de Propiedad. Buenos Aires, Siglo XXI, 1972.
- Bettelheim, C. Les Luttes de Classes en URSS. Paris, Sevil/Maspero, 1974.
- Bourdieu, P. Esquisse d'une Theorie de la pratique. Geneve, Librairie Droz, 1972.
- Bourgin, M. Aspectos Económicos del Federalismo Argentino. Buenos Aires, Hachette, 1968.
- Brandão Lopez, J.R. Desenvolvimento e Mudança Social. São Paulo, Cia. Ed. Norc. 1971.
- Braun, O. Imperialismo y Comercio Internacional. Buenos Aires, Siglo XXI, 1972.
- Braun, O. "Desarrollo del Capital Monopolista en Argentina" In: O. Braun (org.) El Capitalismo Argentino en Crisis. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973.
- Braun, O. El Programa Económico del Gobierno Popular. Buenos Aires, Galerna, 1974.
- Bresser Pereira, L.C. Estado e Subdesenvolvimento Industrializado. São Paulo, Editora Brasiliense, 1977.
- Broué, P. Revolución y Contrarevolución en Alemania. Barcelona, Península, 1973.
- Burnham, J. La Revolución de los Directores. Buenos Aires, Sudamericana, 1965.
- Cafiero, A.F. Cinco Años Después. Buenos Aires, El Gráfico, 1961.
- Campelo, M.C. Estado e Sistema Partidario no Brasil 1945-1964. Mimeo, U.S.P., 1975.
- Campos Coelho, E. Em Busca da Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Forense, 1976.
- Canton, D. El Parlamento Argentino em Epocas de Cambio: 1880, 1910 y 1946. Bs As, Editorial del Instituto, 1966.
- Cardoso, F.H. O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- Cardoso, F.H. "Las Contradicciones del desarrollo asociado". Desarrollo Económico, Buenos Aires (52), 1974.
- Cardoso, F.H. Autoritarismo e democratização, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

- Cardoso, F.H. & Faletto, E. Dependencia y Desarrollo en América Latina. México, Siglo XXI, 1969.
- Carr, E. Historia de la Rusia Soviética. Madrid, Alianza, 1974.
- Carri, R. Sindicatos y Poder en Argentina. Buenos Aires, Suddestada, 1967.
- Carril, B. Crónica Interna de la Revolución Libertadora. BsAS, Emece, 1959.
- Carrillo, S. El Eurocomunismo y el Estado. Madrid, 1977.
- CEPAL. Estudio Económico de América Latina. 1969. New York, 1970
- CEPAL. El Desarrollo Económico de América Latina en la Post-Guerra. Buenos Aires, Solar Hachette, 1963.
- Cepeda, C.R. Crisis de una Burguesía Dependiente. Balance Económico de la Revolución Argentina. 1966-1971. Buenos Aires, Rosa Blindada, 1972.
- Cerroni, V. Marxismo y Derecho. Buenos Aires, Palestra, 1966.
- Cerroni, V. La Libertad de los Modernos. Barcelona, Ediciones Martínez Roca, 1972.
- Cerrutti, Costa, L.B. El Sindicalismo. BsAS, Editorial Trapac, 1957.
- Ciria, A. Partidos y Poder en la Argentina Moderna: 1930-1946. Buenos Aires, Jorge Alvarez, 1964.
- Ciria, A. "Peronism, Yesterday and Today". Latin American Perspectives, Vol. 1, nº 3, 1974.
- Cole, G & Postgate, R. The British People. 1776-1946. New York, 1947.
- Comblin, J. A Ideologia da Segurança Nacional. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- Comisión Nacional de Investigaciones. El Libro Negro de la Segunda Tiranía. Buenos Aires, 1958.
- Cordera, R. "Estado y Desarrollo en el Capitalismo tardío y subordinado". México, UNAM, 1973.
- Correa, J. Los Jerarcas Sindicales. Buenos Aires, Obrador, 1974.
- Cotler, J. "Bases del Corporativismo en el Perú". Sociedad y Política. nº 2, 1972.
- Coutinho, L. & Reichstul, H. "O Setor produtivo estatal e o Ciclo". In: Martins, C.E.(org.)- Estado e Capitalismo no Brasil. São Paulo, HUCITEC, 1977.
- Couto e Silva, G. Geopolítica de Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1967.

- Crozier, M. El Fenómeno Burocrático. Buenos Aires, Amorrortu, 1971.
- Cuellar, D. Colombia: país formal, país real. Buenos Aires, Pa-lestra, 1966.
- Dalh, R.A. - Polyarchy. Participation and Opposition. New Haven, Yale University Press, 1972.
- Dalh, R.A. Political Oppositions in Western Democracies, New Haven, 1976.
- Darhendorf, R. Las Clases Sociales y su Conflicto en la Socie-dad Industrial. Madrid, Ediciones Rialp, 1970.
- Delgado, J. Informe sobre la Desnacionalización de la Industria Argentina. Buenos Aires, Primera Plana, 1968.
- Delilez, J.P. "As Relações da Crise do Estado e da Internacio-nalização: Um Indicador." In: Poulantzas, N (org.) O Estado em Crise. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- Deutscher, I. "Orígenes y Perspectivas del Maoísmo". Fichas, Nº 2, Buenos Aires, 1963.
- Deutscher, I. La Revolución Inconclusa. México, Era, 1968.
- Díaz Alejandro, C.F. Essays on the Economic History of the Ar-gentine Republic. New Haven, Yale University Press, 1970.
- Di Tella, T. El sistema Político Argentino y la clase obrera. Buenos Aires, EUDEBA, 1964.
- Di Tella, T. "Populism and Reform in Latin America" In: Veliz (ed.) Obstacles to Change in Latin America. Oxford Universi-ty Press, 1965.
- Di Tella, G & Zymmelman, M. Las Etapas del Desarrollo Argentino Buenos Aires, EUDEBA, 1967.
- Djilas, M. La Nueva Clase. Buenos Aires, Sudamericana, 1964.
- Donghi, H. Historia Contemporánea de América Latina. Madrid, Ali-anza, 1969.
- Donghi, H. Revolución y Guerra. Buenos Aires, Siglo XXI, 1974.
- Dorfman, Historia de la Industria Argentina. Buenos Aires, Ha-chette, 1967.
- Doyon, L. "Conflitos Operarios durante o regime peronista (1946-1955)". Estudos CEBRAP, São Paulo, (13), 1975.
- Duejo, G. El Capital Monopolista y las Contradicciones Secunda-rias en la Economía Argentina. Buenos Aires, Siglo XXI, 1972
- Dulong, R. "A crise da relação Estado/Sociedade Local". In: Poulantzas, N. O Estado em Crise, Rio de Janeiro, Graal, 1977

- Eells, Global Corporations - The Emerging System of World Economic Power. Nova York, Interbook Incorporated, 1972.
- Edwards, R. La Fronda Aristocrática. Santiago, Austral, 1957.
- Erickson, K. Labor in The Political Process in Brazil: Corporatism in a Modernizing Nation. New York, Columbia University Press, 1970.
- Esteban, J.C. Imperialismo y Desarrollo Económico. Buenos Aires, Palestra, 1961.
- Etzioni, A. Organizações Modernas. São Paulo, Pioneira, 1967.
- Faoro, R. Os Dônos do Poder Formação do Patronato Político Brasileiro. Porto Alegre, Editora Globo, 1975.
- Fausto, B. A Revolução de 30. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- Fayt, C. La Naturaleza del Peronismo. Buenos Aires, Editorial Viracocha, 1967.
- Fayt, C. El Político Armado: Dinámica del Proceso Político Argentino 1960-1971. Buenos Aires, Ediciones Pannedille, 1971.
- Ferrer, A. La Economía Argentina: Las Etapas de su Desarrollo y Problemas actuales, México, F.C.E, 1963.
- Ferrer, A. Los Planes de Estabilización en Argentina. Buenos Aires, Paidós, 1969.
- Fetcko, G. Las Democracias Populares. Madrid, Alianza, 1972.
- Flechter, G.A. O Regime Modernizador do Brasil 1964-1972. Rio de Janeiro, Ed. Fund. Getulio Vargas, 1974.
- Floria, C & Belsunce, Historia de los Argentinos (2 vols.), Buenos Aires, Editorial Kapelusz, 1976.
- Floria, C; Braun & Botana. El Régimen Militar. Buenos Aires, La Bastilla, 1974.
- Fuchs, J. Argentina: Su Desarrollo Capitalista. Buenos Aires, Cartago, 1966.
- Furtado, C. Formação Económica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.
- Furtado, C. La Economía Latinoamericana desde la Conquista Ibérica hasta la Revolución Cubana. Buenos Aires, CEDAL, 1972.
- Furtado, C. A Hegemonia dos EEUU e o Subdesenvolvimento de América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- Furtado, C. "O Capitalismo Pós Nacional, Cadernos de Opinião, nº 1, Rio de Janeiro, Editora Inubia, 1975.

- Galbraith, J.K. O Novo Estado Industrial. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- Galletti, A. La Política y los Partidos. Buenos Aires, F.C.E., 1961.
- Germani, G. Política y Sociedad en una Época de Transición. Buenos Aires, Paidós, 1968.
- Germani, G. Estructura Social de la Argentina. Buenos Aires, Raigal, 1957.
- Gerchunoff, Pyllach, J. "Capitalismo Industrial, desarrollo asociado y distribución del ingreso entre los dos gobiernos peronistas: 1950-1972". Desarrollo Económico, Buenos Aires, (57).
- Gilberti, H. Historia de la Ganadería Argentina. Buenos Aires, Hachette, 1970.
- Godio, J. La Caída de Perón. Buenos Aires, Galerna, 1974.
- Goldwert, M. Democracy, Militarism and Nationalism in Argentina. Texas, Texas University Press, 1972.
- Gosta Esfing, & Outros. "Modes of Class Struggle and the Capitalist State" Kapitalistate, California, (415).
- Gramsci, A. Notas sobre Maquiavelo, a Política y el Estado Moderno. Buenos Aires, Nueva Visión, 1971.
- Guglielmelli, J.C. Los 100 Días en el Gobierno. Buenos Aires, 1971.
- Hanson, R. The Politics of Mexican Development. Baltimore, Johns Hopkins Press, 1971..
- Hernandez Arrequi. La Formación de la Conciencia Nacional: 1930-1960. Buenos Aires, Ediciones Hachea, 1960.
- Hirsch, J. "Elements pour une Theorie Materialiste de l'État" In: Vincent, J.M. (org). L'Etat Contemporain et le Marxisme. Paris, Maspero, 1975.
- Hobsbawn, E. Las Revoluciones Burguesas. Madrid, Labor, 1967.
- Huntington, S. El Orden Político en las Sociedades en Cambio. Buenos Aires, Paidós, 1972.
- Hymer, S. Empresas Multinacionales: La Internalización del Capital. Buenos Aires, Ediciones Periferia, 1972.
- Ianni, O. Estado e Planejamento Económico no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- Ianni, O. La Formación del Estado Populista en América Latina. México, Era, 1974.
- Ingrao, P. Massa e Potore. Roma, Riunitti, 1977.

- Iscaro, R. Origen y Desarrollo del Movimiento Sindical Argentino. Buenos Aires, Editorial Anteo, 1958.
- Jacoby, H. La Burocratización del Mundo. México, Siglo XXI, 1972.
- Jobet, J.C. História Económica y Social de Chile. Santiago, Editorial Universitaria de Chile, 1962.
- Joxe, A. "Atlantismo e Crise do Estado Europeu: à crise militar" In: Poulantzas, N. O Estado em Crise. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- Kaplan, M.T. La formación del Estado Nacional en América Latina. Editorial Universitaria, 1969.
- Kvaternik, E. "Fórmula o Fórmulas? Algo más sobre nuestro sistema de partidos" Desarrollo Económico, Buenos Aires, (47) 1972.
- Laclau, E. Politics and Ideology in Marxist Theory. London, NLF, 1977.
- Lafer C. O Sistema Político Brasileiro. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- Leal, J. "The Mexican State. 1915-73. An Historical Interpretation". Latin American Perspectives, Vol 2, (3), 1975.
- Lechner, R. La Democracia en Chile. Buenos Aires, Tiempo Contemporáneo, 1971.
- Leffort, R. Qué es la Burocracia. Paris, Ruedo Ibérico, 1970.
- Lenin, V. El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo. Buenos Aires, Cartago, 1973.
- Lessa, C. Quinze anos de Política Económica no Brasil. CEPAL/BNDE, Río, 1964, Mimeo.
- Lewis, Mercados de Trabajo con Oferta Ilimitada de Fuerza de Trabajo. Mimeo, Fundación Bariloche, 1974.
- Linz, J. "An Authoritarian Regime: Spain" in S. Rokkan, ed. Mass Politics, New York, Free Press, 1970.
- Linz, J. "The future of an authoritarian situation or the institutionization of an authoritarian regime: the case of Brazil" In: Stepan, A (org) Authoritarian Brazil, New Haven, Yale University Press, 1973.
- Lowi, T. "American Business and Public Policy, Case Studies and Political Theory". World Politics, XVI, 1964.
- Luna, F. El 45. Buenos Aires, Sudamericana, 1971
- Macpherson, C.B. The Real World of Democracy. Oxford, 1975.

- Mainwaring, S. The State and Society: Peronism in Crisis, 1952-1955. Yale University, 1976.
- Mallon, R & Sorroville, J. La Política Económica en una Sociedad Conflictiva. Buenos Aires, Amorrortu, 1973.
- Mandel, E. Tratado de Economía Marxista. México, Era, 1969.
- Marcuse, H. El Hombre Unidimensional. México, Era, 1968.
- Marotta, S. El Movimiento Sindical Argentino. Bs.As., Lacio, 1961.
- Marsal, P.S. Perón y la Iglesia. Bs.As., Ediciones Rex, 1955
- Martins, C.E. Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.
- Martins, L. Pouvoir et Développement Economique. Paris, Maspéro, 1976.
- Martorell, G. Las Inversiones Extranjeras en Argentina. Buenos Aires, Galerna, 1970.
- Mathieu, N.C. "Notes pour une définition Sociologique des catégories de Sexe". Epistemologie Sociologique (11), 1971.
- Mazo, G. del. El Radicalismo. 2 vols. Bs-As., Ediciones Gure, 1957.
- Mello, J.M. Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Campinas, Mimeo., UNICAMP, 1975.
- Michelena, S. Crise no Sistema Mundial: Política e Blocos de Poder. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- Michels, R. Los Partidos Políticos. Buenos Aires, Amorrortu, 1972.
- Milliband, R. "Reply to N. Poulantzas" N.L.R. (59), 1970.
- Milliband, R. "Poulantzas and the Capitalist State". N.L.R. (82), 1973.
- Mills, C.W. La Elite del Poder. México, F.C.E., 1966.
- Mills, C.W. Los Marxistas. México, Era, 1969.
- Moore, B. Los Orígenes Sociales de la Dictadura y de la Democracia. Barcelona, Península, 1970.
- Moreira, N. Modelo Peruano. Buenos Aires, Periferia, 1974.
- Murmis, M. Estructura Social Argentina el Sector Agrario. Buenos Aires, CICSO, 1974.
- Murmis, M & Portantiero, J.C. Estudios sobre los Orígenes del Peronismo. Buenos Aires, Siglo XXI, 1972.

- Murmis, M & Outros. Lucha de Calles, lucha de clases. Córdoba, 1971-1969. Buenos Aires, Rosa Blindada, 1974.
- Navarro, Gerassi M: Los Nacionalistas. Buenos Aires, Jorge Alvarez, 1969.
- Neuman, F. El Estado Democrático y el Estado Autoritario. Buenos Aires, Paidós, 1970.
- Niosi, J. Los Empresarios y el Estado en Argentina. Buenos Aires, Siglo XXI, 1974.
- Nun, J. "América Latina: la Crisis hegemónica y el golpe militar". Desarrollo Económico, Buenos Aires, (22/23), 1966.
- O'Donnell, G. Modernización y Autoritarismo Buenos Aires, Paidós, 1972.
- O'Donnell, G.: "Modernización y golpes militares: Teoría, comparaciones y el caso Argentino", Desarrollo Económico, BsAs. Octubre - Diciembre 1972.
- O'Donnell, G: "Reflexiones sobre las tendencias generales del Cambio del Estado Burocrático-Autoritario". CEDES/G.E. CLACSO, Buenos Aires (1), 1975.
- O'Donnell, G: "Estado e Alianças: 1956-1976" In: Pinheiros, P.S. (org.). O Estado na America Latina, Rio de Janeiro, CEDES/Paz e Terra, 1977.
- Oliveira, E. As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis, Vozes, 1976.
- Orsolini, M. Ejército Argentino y Crecimiento Nacional. Buenos Aires, Arayú, 1965.
- Pablo, J.C. de Política antinflacionaria en la Argentina 1967-1970. Buenos Aires, Amorrortu, 1974.
- Pan, L. La Agonía del Régimen de Junio a Setiembre. Bs.As. La Vanguardia, 1956.
- Panetieri, Los Trabajadores. Buenos Aires, Jorge Alvarez, 1968
- Peña, M. "El Gobierno Bonapartista de los estancieros y del imperialismo Ingles". Revista Fichas Nº 3 - 1963.
- Peña, M. De Mitre a Roca. Bs.As., Ed. Fichas, 1970
- Peña, M. El Paraíso Terrateniente. Bs.A. Fichas 1970.
- Peña, M. Sarmiento, Alberdi, el 90. Bs.A., Ed. Fichas, 1971
- Peralta Ramos, M. Etapas de la Acumulación Capitalista y Alianza de Clases en la Argentina. 1930-1970. Bs.As., Siglo XXI, 1972.
- Perelman, Cómo Hicimos el 17 de octubre Bs.As., Editorial Coyoaca'n, 1961.

- Pinto, A. & Knabal, "El sistema Centro-Periferia 20 Años Después". Mimeo, Fundación Bariloche, 1974.
- Portantiero, J.C. "Clases Dominantes y Crisis Política en la Argentina" In: Braun, O. El Capitalismo Argentino en Crisis. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973.
- Portes, "O legislativo em regimes autoritários: o Caso do México". Cadernos D.C.P. (4), 1977.
- Potash, The Army and Politics in Argentina, 1928-1945. Yrigoyen to Peron. Stanford, Stanford University Press, 1969.
- Poulantzas, N. Poder Político y Clases Sociales. México, Siglo XXI, 1969.
- Poulantzas, N. "The problem of the capitalist State" N.L.R., (58) 1969.
- Poulantzas, N. Fascismo y Dictadura. Buenos Aires, Siglo XXI, 1972.
- Poulantzas, N. Les Classes Sociales dans le capitalisme Aujourd'hui, Sevil, 1974.
- Poulantzas, N. La Crise des Dictatures. Paris, Maspero, 1975.
- Prado, C. Jr. História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1956.
- Przeworski, A. The process of Class Formation. Chicago, University of Chicago, 1976.
- Puiggros, R. El Yrigoyenismo. Bs.As., Jorge Alvarez, 1967.
- Puiggros, R. Pueblo y Oligarquía. Bs.As., Jorge Alvarez, 1967.
- Puiggros, R. La Democracia Fraudulenta. Bs.As.; Jorge Alvarez, 1968.
- Puiggros, R. El Peronismo. Bs.As., Jorge Alvarez, 1969.
- Rabinovitz, F. Sucedió en la Argentina. Bs.A., Ediciones Gure, 1956.
- Ramírez Necochea, H. Balmaceda y la Revolución del 90. Santiago, Editorial Universitaria de Chile, 1969.
- Ramos, A.A. Revolución y Contra revolución en Argentina. Bs.As. La Reja, 1961.
- Ramos, A. Historia política del Ejército Argentino. Bs.As. Peña Lillo, 1963.
- Ramos, A.A. Historia de la Nación Latinoamericana. Bs.As., Peña, Lillo, 1971.
- Rattenbach, B. El Sector Militar de la Sociedad. Buenos Aires, Círculo Militar Argentino, 1966.

- Reich, W. Psicología de Masas del Fascismo Bs.As., Granica, 1971.
- Reyes, C. Yo Hice El 17 de Octubre Bs.As., Ed. GS. 1973.
- Ribeiro, D. Las Américas y la Civilización, Bs.As., CEDAL, 1969
- Rodriguez, L.M. Conflicto Industrial e Sindicalismo no Brasil. São Paulo, Difel, 1966.
- Romero, J.L. El Desarrollo de las Ideas en la Sociedad Argentina del Siglo XX, México, F.C.E., 1965.
- Rotondaro, R. Realidad y Cambio en el Sindicalismo Argentino. Buenos Aires, Pleamar, 1971.
- Saltalamacchia, R. "Notas sobre el Concepto de formación de las clases em Przeworski" Rio de Janeiro, IUPERJ (mimeo), 1977.
- Sartori, G. Teoria Democrática. Lisboa, FCE, 1962.
- Scobie, J. Revolución en las Pampas Bs.As., Hachette, 1972.
- Schmitter, P. "Interest Conflict and Political Change in Brazil" Stanford University Press, 1971.
- Schmitter, P. "The portugulization of Brazil". In: Stepan, A. Authoritarian Brazil. New Have, Yale University Press, 1973.
- Schmitter, P. "Still the Century of Corporativism?" In: Pike (ed) The New Corporatism University of Notre Dame Press , 1974.
- Schwartzman, S. São Paulo e o Estado Nacional. São Paulo, DIFEL, 1975.
- Senen Gonzalez, El Sindicalismo Después de Perón, Bs.As. Galerna, 1970.
- Shonfield, A. Modern Capitalism, New York, 1965.
- Sigaut, L. Acerca de la Distribución y Niveles de Ingreso en Argentina 1950-1972. Bs.As., Macchi, 1972.
- Singer, P. "O Milagre Brasileiro: Causas e Consequencias". Cadernos CEBRAP, São Paulo (6), 1972.
- Skidmore, T. Brasil: de Getulio a Castelo. Rio de Janeiro, Saga 1969.
- Soares, G.A.D. Sociedade e Política no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.
- Soares, G.A.D. "O Novo Estado em América Latina", em Estudos CEBRAP, nº 13, São Paulo, Julho-Setembro 1975.
- Sorg, B. "Teoria do Estado e Capitalismo" In: C.E.Martins (org) Estado e Capitalismo no Brasil. São Paulo, HUCITEC, 1977.

- Srour, R. Modos de Produção: Elementos da Problemática; mimeo U.S.P., 1977.
- Stasser, C. Las Izquierdas en el Proceso político Argentino. Bs.As., Editorial Palestra, 1959.
- Stein, S. La Herencia Colonial de América Latina, Bs.As., Siglo XXI, 1974.
- Sthurmthal; La Tragedia del Movimiento Obrero.Bs.As. Libera, 1958.
- Sunkel, O. Capitalismo Transnacional y Desintegración Nacional. Bs.As. Nueva Vision, 1972.
- Sunkel, O & Paz, El Subdesarrollo Latinoamericano y la Teoría del Desarrollo; México, Siglo XXI, 1970.
- Tavares, M.C.Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- Terragno, B. Los 400 días de Perón, Bs.As., Ed. Questionario, 1974.
- Touraine, A. La Sociedad Post-Industrial.Barcelona, Ariel, 1970.
- Touraine, A. Les Sociétés Dépendentes.Paris, 1976.
- Trotsky, L. Historia de la Revolución Rusa.Bs.As., Coyoacán, 1965.
- Trotsky, L. El Fascismo. Bs.As., Carlos Perez Ed., 1971.
- Velho, O. Capitalismo Autoritário e Campesinato. São Paulo, DIFEL, 1976.
- Vernon, R. Sovereignty at Bay: the Multinational Spread of U.S. Enterprises. Nova York, Basic Books, 1971.
- Villa, "Las Bases del Estado Mexicano y su Problemática actual" In: Perfil de Mexico en 1980. Vol. III Mexico, Siglo XXI, 1972.
- Villalobos, A. "Nota sobre Trabalho Produtivo/Trabalho Improdutivo e Classes Sociais"; in: Classes Sociais e Trabalho Produtivo.Rio de Janeiro, CEDEC-Paz e Terra, 1978.
- Villanueva, J. El Proceso Inflacionario en Argentina, 1943-1960, Documento de Trabajo eil CIE, Instituto Torcuato Di Tella, Bs.As., 1964.
- Viola, E. "Formas de Produção Científico-técnica e Formação Social: Esboços de uma problemática". In: Classes Sociais e Trabalho Produtivo Rio de Janeiro, CEDEC-Paz e Terra, 1978
- Weber, M. : Economia y Sociedad. México F.C.E., 1969.

- Weber, M. "Parlamento e governo numa Alemanha Reconstituída .
In: Ensaio de Sociologia (Selec.Tractenberg) São Paulo ,
- Weffort, F.C. "Estado e Masas no Brasil" em Revista Civilização Brasileira, ano I, nº 7, maio de 1966.
- Weffort, F.C. Classes Populares e Política, USP (mimeo) 1968.
- Weffort, F.C.. Sindicatos e Política, USP (mimeo) 1974.
- Werneck Viana, Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- Wolfi. Los Movimientos Campesinos en el Siglo XX. Bs.As., Siglo XXI, 1972.
- Wblin: Política y Perspectivas, Bs.As., Amorrortu, 1973.
- Worsley, P. "The concept of Populism" In: Ionescu, G Gellner, E. Populism London, 1970.
- Zorrilla, R. Estructura y Dinámica del Sindicalismo. Buenos Aires, La Piedra, 1974.